

Relatório de Execução



ÍNDICE DE CONTEÚDOS

SUMÁRIO EXECUTIVO	24
INTRODUÇÃO	28
1. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS.....	30
1.1 ENQUADRAMENTO SOCIOECONÓMICO	30
1.2 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	37
1.3 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS	38
2. PROGRESSOS DO PROGRAMA	39
2.1 BALANÇO GLOBAL DO PROGRAMA.....	39
2.1.1 CONCURSOS ABERTOS	40
2.1.2 CANDIDATURAS ENTRADAS E INVESTIMENTO PROPOSTO	43
2.1.3 ANÁLISE, APROVAÇÃO E CONTRATAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO	44
2.1.4 EXECUÇÃO FINANCEIRA	46
2.1.5 ENCERRAMENTO DE PROJETOS.....	52
2.1.6 INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE RESULTADO	53
2.2 BALANÇO DETALHADO POR AÇÃO PRODeR.....	58
2.2.1 SUBPROGRAMA 1 – PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	58
2.2.1.1 AÇÃO 1.1.1 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS	58
2.2.1.2 AÇÃO 1.1.2 – INVESTIMENTOS DE PEQUENA DIMENSÃO	87
2.2.1.3 AÇÃO 1.1.3 – INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES.....	97
2.2.1.4 MEDIDA 1.2 – REDIMENSIONAMENTO E COOPERAÇÃO EMPRESARIAL	112
2.2.1.5 AÇÃO 1.3.1 – MELHORIA PRODUTIVA DOS POVOAMENTOS	117
2.2.1.6 AÇÃO 1.3.2 – GESTÃO MULTIFUNCIONAL	126
2.2.1.7 AÇÃO 1.3.3 – MODERNIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DAS EMPRESAS FLORESTAIS	134
2.2.1.8 AÇÃO 1.4.1 – APOIO AOS REGIMES DE QUALIDADE	144
2.2.1.9 AÇÃO 1.4.2 – INFORMAÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS DE QUALIDADE.....	147
2.2.1.10 MEDIDA 1.5 – RESTABELECIMENTO DO POTENCIAL PRODUTIVO.....	153
2.2.1.11 AÇÃO 1.6.1 – DESENVOLVIMENTO DO REGADIO.....	160
2.2.1.12 AÇÃO 1.6.2 – REGADIO DE ALQUEVA.....	166
2.2.1.13 AÇÃO 1.6.3 – SUSTENTABILIDADE DOS REGADIOS PÚBLICOS	172
2.2.1.14 AÇÃO 1.6.4 – MODERNIZAÇÃO DOS REGADIOS COLETIVOS TRADICIONAIS.....	178
2.2.1.15 AÇÃO 1.6.5 – PROJETOS ESTRUTURANTES.....	183
2.2.1.16 MEDIDA 1.7 – CUMPRIMENTO DE NOVAS NORMAS OBRIGATÓRIAS	190
2.2.2 SUBPROGRAMA 4 – PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	195
2.2.2.1 MEDIDA 4.1 – COOPERAÇÃO PARA A INOVAÇÃO	195
2.2.2.2 AÇÃO 4.2.1 – FORMAÇÃO ESPECIALIZADA.....	202
2.2.2.3 AÇÃO 4.2.2 – REDES TEMÁTICAS DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO	210
2.2.2.4 AÇÃO 4.3.1 – SERVIÇOS DE ACONSELHAMENTO AGRÍCOLA/ SUBAÇÕES 4.3.1.1 E 4.3.1.2	215
2.2.2.5 AÇÃO 4.3.2 – SERVIÇOS DE APOIO ÀS EMPRESAS.....	222
2.2.3 SUBPROGRAMA 2 – GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL.....	226
2.2.3.1 MEDIDA 2.1 – MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM ZONAS DESFAVORECIDAS	226
2.2.3.2 MEDIDA 2.2 – VALORIZAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO	232
2.2.3.2.1 AÇÃO 2.2.1 – ALTERAÇÃO DE MODOS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	233
2.2.3.2.2 AÇÃO 2.2.2 – PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE DOMÉSTICA	242

2.2.3.2.3	AÇÃO 2.2.3 CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO DE RECURSOS GENÉTICOS / SUBAÇÕES 2.2.3.1 E 2.2.3.2	249
2.2.3.2.4	AÇÃO 2.2.4 – CONSERVAÇÃO DO SOLO.....	257
2.2.3.3	AÇÃO 2.3.1 – MINIMIZAÇÃO DE RISCOS / SUBAÇÕES 2.3.1.1 E 2.3.1.2	261
2.2.3.4	AÇÃO 2.3.2 – ORDENAMENTO E RECUPERAÇÃO DE POVOAMENTOS.....	270
2.2.3.5	AÇÃO 2.3.3 – VALORIZAÇÃO AMBIENTAL DOS ESPAÇOS FLORESTAIS	283
2.2.3.6	AÇÃO 2.4.1 – APOIO À GESTÃO DAS ITI.....	294
2.2.3.7	AÇÃO 2.4.2 – INSTRUMENTOS DE PROGRAMAÇÃO E GESTÃO PARA ITI	298
2.2.3.8	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – ITI - PAGAMENTOS AGRO E SILVO AMBIENTAIS.....	301
2.2.3.9	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – ITI - INVESTIMENTOS NÃO PRODUTIVOS.....	318
2.2.4	SUBPROGRAMA 3 – ABORDAGEM LEADER.....	328
2.2.4.1	AÇÃO 3.1.1 – DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES NA EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA.....	329
2.2.4.2	AÇÃO 3.1.2 – CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS	337
2.2.4.3	AÇÃO 3.1.3 – DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS E DE LAZER.....	343
2.2.4.4	AÇÃO 3.2.1 – CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO RURAL	350
2.2.4.5	AÇÃO 3.2.2 – SERVIÇOS BÁSICOS PARA A POPULAÇÃO RURAL	356
2.2.4.6	MEDIDA 3.4 – COOPERAÇÃO LEADER PARA O DESENVOLVIMENTO.....	362
2.2.4.7	AÇÃO 3.4.1 – COOPERAÇÃO INTERTERRITORIAL	366
2.2.4.8	AÇÃO 3.4.2 – COOPERAÇÃO TRANSNACIONAL	371
2.2.4.9	MEDIDA 3.3 – IMPLEMENTAÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	376
2.2.4.10	MEDIDA 3.5 – FUNCIONAMENTO DOS GAL, AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ANIMAÇÃO.....	384
2.2.4.11	MEDIDA 3.6 – IMPLANTAÇÃO DE REDES DE BANDA LARGA DE NOVA GERAÇÃO, EM ZONAS RURAIS.....	389
2.2.4.12	MEDIDA 3.7 – CENTROS EDUCATIVOS RURAIS DO ALGARVE	390
2.2.5	MEDIDAS TRANSITADAS DO QUADRO DE PROGRAMAÇÃO ANTERIOR	394
2.2.6	OPERAÇÕES LIGADAS ÀS PRIORIDADES “HEALTH CHECK” E PACOTE DE RECUPERAÇÃO (NÚMERO1 DO ART. 16º-A)	402
2.2.6.1	MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO DA REESTRUTURAÇÃO DO SETOR LEITEIRO/APOIO AO INVESTIMENTO RELACIONADO COM A PRODUÇÃO LEITEIRA E MELHORIAS NA TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO LEITEIRAS	403
2.2.6.2	ALTERAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO.....	410
2.2.6.3	INFRAESTRUTURAS DE BANDA LARGA NAS ZONAS RURAIS	412
3.	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA.....	415
3.1	EXECUÇÃO FINANCEIRA POR MEDIDA E POR REGIÃO ELEGÍVEL AO ABRIGO DO OBJETIVO DE CONVERGÊNCIA....	415
3.2	FLUXOS FINANCEIROS COM A COMISSÃO EUROPEIA	425
4.	RESUMO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO	427
5.	MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO	428
5.1	MEDIDAS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	428
5.1.1	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	428
5.1.2	RELACIONAMENTO COM OS GAL	434
5.1.2.1	PROTOCOLO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	434
5.1.2.2	SISTEMA DE SUPERVISÃO LEADER.....	435
5.1.3	SISTEMAS DE CONTROLO.....	436
5.1.3.1	CONTROLOS EFETUADOS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO.....	436
5.1.3.2	CONTROLOS EFETUADOS PELO IFAP, PELA IGAMAOT E PELA IGF.....	438
5.1.3.3	AUDITORIAS	439

5.1.4	ALTERAÇÕES A PORTARIAS	441
5.2	PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DO PROGRAMA	443
5.2.1	MONITORIZAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS - “OPERAÇÃO LIMPEZA”	443
5.2.1.1	PROJETOS APROVADOS SEM EXECUÇÃO	443
5.2.1.2	PROJETOS APROVADOS SEM APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE PAGAMENTO HÁ MAIS DE 6 MESES	447
5.2.1.3	CONCLUSÃO DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES (ANTIGO REGIME)	448
5.2.1.4	CUMPRIMENTO DO PRAZO DE CONCLUSÃO DOS PROJETOS	449
5.2.2	RESUMO DOS PROBLEMAS MAIS IMPORTANTES VERIFICADOS NA GESTÃO DE CADA SUBPROGRAMA.....	453
5.3	EXAME ANUAL DO PRODER.....	454
5.4	REUNIÃO DO COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO – RESULTADOS.....	456
5.5	UTILIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	461
5.6	MEDIDAS TOMADAS PARA GARANTIR QUE O PROGRAMA É OBJETO DE PUBLICIDADE	465
5.6.1	AUTORIDADE DE GESTÃO.....	465
5.6.2	GRUPOS DE AÇÃO LOCAL.....	473
6.	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS	476
6.1	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONCORRÊNCIA	476
6.2	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	476
6.3	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À PROTEÇÃO E MELHORIA DO AMBIENTE	477
6.4	CUMPRIMENTO DAS REGRAS RELATIVAS À IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E À NÃO DISCRIMINAÇÃO	477
7.	REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO	
	REGULAMENTO (CE) NÚMERO 1290/2005	479
	ANEXO I	481

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1:	ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL.....	30
QUADRO 2:	PIB E COMPONENTES.....	31
QUADRO 3:	IMPORTÂNCIA DO COMPLEXO AGROFLORESTAL NO PIB, NO EMPREGO, NAS EXPORTAÇÕES E NAS IMPORTAÇÕES DA ECONOMIA EM 2014 ^E (%)	32
QUADRO 4:	EXPORTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E SALDO COMERCIAL DO COMPLEXO AGROFLORESTAL E DA ECONOMIA (MILHÕES EUROS)	33
QUADRO 5:	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO, DOS CONSUMOS INTERMÉDIOS, DO VAB AGRÍCOLA E DO PIB (%)	34
QUADRO 6:	TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DE ALGUNS INDICADORES RELATIVOS À ATIVIDADE AGRÍCOLA (%)	35
QUADRO 7:	O INVESTIMENTO NA ATIVIDADE AGRÍCOLA A PREÇOS CORRENTES	35
QUADRO 8:	ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E RESPECTIVA VARIAÇÃO	36
QUADRO 9:	CONCURSOS EM VIGOR NO ANO DE 2014 (EXCLUI MEDIDAS ENQUADRADAS NO PU).....	41
QUADRO 10:	CANDIDATURAS ENTRADAS ATÉ 31-12-2014 (EXCLUI MEDIDAS ENQUADRADAS NO PU E OS PA SEM DOTAÇÃO)	43
QUADRO 11:	CANDIDATURAS ENTRADAS ATÉ 31-12-2014 (ENQUADRADAS NO PU)	43
QUADRO 12:	COMPROMISSOS ASSUMIDOS E CONTRATOS ENVIADOS (EXCLUI MEDIDAS/AÇÕES ENQUADRADAS NO PU E TRANSITADOS).....	45
QUADRO 13:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2007-2014 (POR SUBPROGRAMA)	48
QUADRO 14:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2014 (POR SUBPROGRAMA).....	49
QUADRO 15:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2007-2014 (POR EIXO).....	50
QUADRO 16:	INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO: 2014 (POR EIXO)	51
QUADRO 17:	INDICADORES DE REALIZAÇÃO (MEDIDAS DA COMISSÃO)	54
QUADRO 18:	INDICADORES DE RESULTADO (MEDIDAS DA COMISSÃO).....	55
QUADRO 19:	AÇÃO 1.1.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	59
QUADRO 20:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR COMPONENTE (NO ANO)	60
QUADRO 21:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR COMPONENTE (ACUMULADO)	60
QUADRO 22:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA – PIR ENTRADOS POR COMPONENTE E SETOR (ACUMULADO)	61
QUADRO 23:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO)	62
QUADRO 24:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (NO ANO E ACUMULADO)	62
QUADRO 25:	AÇÃO 1.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	63
QUADRO 26:	AÇÃO 1.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).....	64
QUADRO 27:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS POR COMPONENTE (ACUMULADO)	64
QUADRO 28:	AÇÃO 1.1.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (NO ANO E ACUMULADO).....	65
QUADRO 29:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO)	66
QUADRO 30:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	66
QUADRO 31:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS POR COMPONENTE (ACUMULADO).....	67
QUADRO 32:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	67
QUADRO 33:	AÇÃO 1.1.1 - PA CONTRATADOS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR TIPO DE PROMOTOR (ACUMULADO)	68
QUADRO 34:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR ATIVIDADE (ACUMULADO)	69
QUADRO 35:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO PAGAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR ATIVIDADE (ACUMULADO)....	70

QUADRO 36:	AÇÃO 1.1.1 - INVESTIMENTO CONTRATADO EM FORMAÇÃO POR COMPONENTE (NO ANO E ACUMULADO) ..	70
QUADRO 37:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS POR CONTEÚDOS (ACUMULADO).....	70
QUADRO 38:	AÇÃO 1.1.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS DAS COMPONENTES 1 E 2 POR SEXO E IDADE (ACUMULADO)	71
QUADRO 39:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 1 (ACUMULADO).....	71
QUADRO 40:	AÇÃO 1.1.1 – COMPONENTE 1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ATIVIDADE DO RAMO AGRÍCOLA)	72
QUADRO 41:	AÇÃO 1.1.1 – COMPONENTE 1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ATIVIDADE DO RAMO AGRÍCOLA)	73
QUADRO 42:	AÇÃO 1.1.1 - COMPONENTE 1 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS (MODO DE PRODUÇÃO CONVENCIONAL)	74
QUADRO 43:	AÇÃO 1.1.1 - INVESTIMENTO CONTRATADO (POR ATIVIDADE AGRÍCOLA E RUBRICA DE INVESTIMENTO) ...	75
QUADRO 44:	AÇÃO 1.1.1 – AGRICULTORES SINGULARES - % DO RENDIMENTO OBTIDO DA EXPLORAÇÃO E TEMPO DEDICADO À AGRICULTURA.....	76
QUADRO 45:	AÇÃO 1.1.1 – COMPOSIÇÃO DA SAU DAS EXPLORAÇÕES CONTRATADAS (COMPONENTE 1)	76
QUADRO 46:	AÇÃO 1.1.1 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, SEXO E GRUPO ETÁRIO).....	77
QUADRO 47:	AÇÃO 1.1.1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	78
QUADRO 48:	AÇÃO 1.1.1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	78
QUADRO 49:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 1 (CONTRATADOS ACUMULADO).....	79
QUADRO 50:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 1 (PAGOS ACUMULADO).....	79
QUADRO 51:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 1 (CONTRATADOS ACUMULADO).....	80
QUADRO 52:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 1 (PAGOS ACUMULADO)	80
QUADRO 53:	AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 (ACUMULADO).....	81
QUADRO 54:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	81
QUADRO 55:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA PAGOS DA COMPONENTE 2 POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO).....	82
QUADRO 56:	AÇÃO 1.1.1 – REPARTIÇÃO REGIONAL E SECTORIAL DO INVESTIMENTO CONTRATADO DA COMPONENTE 2 (ACUMULADO)	82
QUADRO 57:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE EMPRESAS CONTRATADAS E PAGAS DA COMPONENTE 2 (POR TIPO DE EMPRESA).....	83
QUADRO 58:	AÇÃO 1.1.1 – NÚMERO DE PA CONTRATADOS DA COMPONENTE 2 (POR TIPO DE EMPRESA E SETOR).....	84
QUADRO 59:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 2 (CONTRATADO ACUMULADO)	84
QUADRO 60:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA COMPONENTE 2 (PAGO ACUMULADO)	85
QUADRO 61:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 2 (CONTRATADOS ACUMULADO).....	85
QUADRO 62:	AÇÃO 1.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO DA COMPONENTE 2 (PAGOS ACUMULADO)	86
QUADRO 63:	AÇÃO 1.1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	88
QUADRO 64:	AÇÃO 1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	88
QUADRO 65:	AÇÃO 1.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	89
QUADRO 66:	AÇÃO 1.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	89
QUADRO 67:	AÇÃO 1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	90
QUADRO 68:	AÇÃO 1.1.2 - PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	90
QUADRO 69:	AÇÃO 1.1.2 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR TIPO DE BENEFICIÁRIO, SEXO E GRUPO ETÁRIO).....	91
QUADRO 70:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E POR TIPOLOGIA DO INVESTIMENTO DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	91
QUADRO 71:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÕES DE INVESTIMENTO (ACUMULADO) ...	92

QUADRO 72:	AÇÃO 1.1.2 - COMPARAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE INVESTIMENTOS DAS AÇÕES 1.1.2 E 1.1.1, COMPONENTE 1.....	92
QUADRO 73:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS PA CONTRATADOS POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO) .	93
QUADRO 74:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	94
QUADRO 75:	AÇÃO 1.1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	94
QUADRO 76:	AÇÃO 1.1.2 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	95
QUADRO 77:	AÇÃO 1.1.2 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	96
QUADRO 78:	AÇÃO 1.1.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	96
QUADRO 79:	AÇÃO 1.1.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	98
QUADRO 80:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (NO ANO E ACUMULADO)	99
QUADRO 81:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO).....	99
QUADRO 82:	AÇÃO 1.1.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (POR AVISOS E ACUMULADO)	100
QUADRO 83:	AÇÃO 1.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO)	101
QUADRO 84:	AÇÃO 1.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	101
QUADRO 85:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO).....	102
QUADRO 86:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ESCALÃO DE INVESTIMENTO (ANO E ACUMULADO).....	102
QUADRO 87:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (10º e 11º AVISO E ACUMULADO)	103
QUADRO 88:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (NO ANO E ACUMULADO).....	104
QUADRO 89:	:AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	104
QUADRO 90:	AÇÃO 1.1.3 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS	105
QUADRO 91:	AÇÃO 1.1.3 - PRINCIPAIS OTE DOS PA CONTRATADOS COM CANDIDATURAS AO 10º e 11º CONCURSO	106
QUADRO 92:	AÇÃO 1.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA DOS PA CONTRATADOS POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	107
QUADRO 93:	AÇÃO 1.1.3 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO PROMOTOR (10º e 11º AVISOS E ACUMULADO)..	107
QUADRO 94:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES À EXPLORAÇÃO (DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR COM CANDIDATURAS À AÇÃO 1.1.1 ATÉ AO 9º AVISO).....	108
QUADRO 95:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR À EXPLORAÇÃO (10º E 11º PERÍODO DE CANDIDATURAS)	108
QUADRO 96:	AÇÃO 1.1.3 – TEMPO DEDICADO POR PROMOTORES DA TIPOLOGIA PESSOA SINGULAR À EXPLORAÇÃO (ACUMULADO)	108
QUADRO 97:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (CONTRATADOS).....	109
QUADRO 98:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (PAGOS)	109
QUADRO 99:	AÇÃO 1.1.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS).....	110
QUADRO 100:	AÇÃO 1.1.3 – DIVISÃO EM FUNÇÃO DO SEXO DOS JOVENS AGRICULTORES CONTRATADOS (NO ANO) ...	110
QUADRO 101:	AÇÃO 1.1.3 – DIVISÃO EM FUNÇÃO DO SEXO DOS JOVENS AGRICULTORES CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	111
QUADRO 102:	AÇÃO 1.1.3 – ACRÉSCIMO DE VAB (ACUMULADO)	111
QUADRO 103:	MEDIDA 1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	112
QUADRO 104:	MEDIDA 1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	113
QUADRO 105:	MEDIDA 1.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	114
QUADRO 106:	MEDIDA 1.2 - PA CONTRATADOS E PAGOS (POR SETOR DE ATIVIDADE)	114
QUADRO 107:	MEDIDA 1.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPO DE EMPRESA E SETOR).....	115
QUADRO 108:	MEDIDA 1.2 - INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO CONTRATADAS	115

QUADRO 109:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES DE RESULTADO (PAGOS).....	116
QUADRO 110:	MEDIDA 1.2 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO (PAGOS).....	116
QUADRO 111:	AÇÃO 1.3.1 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	118
QUADRO 112:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ANO).....	118
QUADRO 113:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	119
QUADRO 114:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA (ANO)	119
QUADRO 115:	AÇÃO 1.3.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA (ACUMULADO)....	120
QUADRO 116:	AÇÃO 1.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	120
QUADRO 117:	AÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (NO ANO E ACUMULADO).....	121
QUADRO 118:	AÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	122
QUADRO 119:	AÇÃO 1.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	122
QUADRO 120:	AÇÃO 1.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	123
QUADRO 121:	AÇÃO 1.3.1 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO - ÁREA INTERVENCIÓNADA (ACUMULADO)	123
QUADRO 122:	AÇÃO 1.3.1 - NÚMERO DE PA CONTRATADOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO)	124
QUADRO 123:	AÇÃO 1.3.1 - NÚMERO DE PA PAGOS (POR ZONA DE INTERVENÇÃO).....	124
QUADRO 124:	AÇÃO 1.3.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO).....	125
QUADRO 125:	AÇÃO 1.3.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	127
QUADRO 126:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	127
QUADRO 127:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).....	128
QUADRO 128:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	128
QUADRO 129:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	129
QUADRO 130:	AÇÃO 1.3.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DO INVESTIMENTO (ACUMULADO)	129
QUADRO 131:	AÇÃO 1.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	130
QUADRO 132:	AÇÃO 1.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO).....	130
QUADRO 133:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO ACUMULADO)	131
QUADRO 134:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO - POR ZONAS DE INTERVENÇÃO (CONTRATADO ACUMULADO)..	132
QUADRO 135:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO - POR ZONAS DE INTERVENÇÃO (PAGO ACUMULADO).....	132
QUADRO 136:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – TIPOLOGIA DE EMPRESAS (ACUMULADO)	133
QUADRO 137:	AÇÃO 1.3.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	133
QUADRO 138:	AÇÃO 1.3.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	135
QUADRO 139:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (NO ANO).....	136
QUADRO 140:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO).....	136
QUADRO 141:	AÇÃO 1.3.3 - PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	137
QUADRO 142:	AÇÃO 1.3.3 – PA CONTRATADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO).....	137
QUADRO 143:	AÇÃO 1.3.3 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTORES (ACUMULADO)	138
QUADRO 144:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	138
QUADRO 145:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	139
QUADRO 146:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS DA MEDIDA 123 COM POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	140

QUADRO 147:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS DA MEDIDA 123 COM POR SETOR DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	140
QUADRO 148:	AÇÃO 1.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS E PAGOS POR DIMENSÃO DE EMPRESA (ACUMULADO)	140
QUADRO 149:	AÇÃO 1.3.3 - PA CONTRATADOS POR TIPO DE ATIVIDADE (ACUMULADO)	141
QUADRO 150:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE EMPRESA (ACUMULADO)	141
QUADRO 151:	AÇÃO 1.3.3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO EM PA CONTRATADOS-MEDIDA 111 COM (POR CONTEÚDO DE ATIVIDADE)	142
QUADRO 152:	AÇÃO 1.3.3 - NÚMERO DE PARTICIPANTES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO EM PA PAGOS-MEDIDA 111 COM (POR CONTEÚDO DE ATIVIDADE)	142
QUADRO 153:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO - AUMENTO DO VAB	143
QUADRO 154:	AÇÃO 1.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO - PA CONTRATADOS E PAGOS QUE INTRODUZIRAM NOVOS PRODUTOS/TÉCNICAS (ACUMULADO)	143
QUADRO 155:	AÇÃO 1.4.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS APROVADOS (ACUMULADO)	145
QUADRO 156:	AÇÃO 1.4.1 - DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS APROVADOS (POR REGIME DE QUALIDADE)	145
QUADRO 157:	AÇÃO 1.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	146
QUADRO 158:	AÇÃO 1.4.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E DE EXECUÇÃO FINANCEIRA	146
QUADRO 159:	AÇÃO 1.4.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	147
QUADRO 160:	AÇÃO 1.4.2 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	148
QUADRO 161:	AÇÃO 1.4.2 – PA CONTRATADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR (NO ANO E ACUMULADO)	148
QUADRO 162:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	149
QUADRO 163:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	150
QUADRO 164:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS APOIOS POR REGIME DE QUALIDADE E CATEGORIA DE PRODUTO (PA CONTRATADOS)	151
QUADRO 165:	AÇÃO 1.4.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS APOIOS POR REGIME DE QUALIDADE E CATEGORIA DE PRODUTO (PA PAGOS)	151
QUADRO 166:	AÇÃO 1.4.2 – INDICADOR DE RESULTADO – VALOR DA PRODUÇÃO (POR CATEGORIA DE PRODUTO)	152
QUADRO 167:	AÇÃO 1.4.2 – INDICADOR DE RESULTADO – ACRÉSCIMO DO VALOR DA PRODUÇÃO	152
QUADRO 168:	MEDIDA 1.5 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	154
QUADRO 169:	MEDIDA 1.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	154
QUADRO 170:	MEDIDA 1.5 – PA CONTRATADOS POR RUBRICA DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)	155
QUADRO 171:	MEDIDA 1.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ANO)	156
QUADRO 172:	MEDIDA 1.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	156
QUADRO 173:	MEDIDA 1.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	157
QUADRO 174:	MEDIDA 1.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO ACUMULADO)	157
QUADRO 175:	MEDIDA 1.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO ACUMULADO)	158
QUADRO 176:	MEDIDA 1.5 – SUPERFÍCIE DE TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (CONTRATADO)	158
QUADRO 177:	MEDIDA 1.5 – SUPERFÍCIE DE TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (PAGO)	158
QUADRO 178:	MEDIDA 1.5 – DESPESA PÚBLICA RELATIVA A TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (CONTRATADA)	159
QUADRO 179:	MEDIDA 1.5 – DESPESA PÚBLICA RELATIVA A TERRA AGRÍCOLA DANIFICADA POR TIPO DE AÇÃO E DE DANO (PAGA)	159
QUADRO 180:	AÇÃO 1.6.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	161

QUADRO 181:	AÇÃO 1.6.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	162
QUADRO 182:	AÇÃO 1.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	162
QUADRO 183:	AÇÃO 1.6.1 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (NO ANO)	163
QUADRO 184:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO APOIADA (CONTRATADO ACUMULADO).....	164
QUADRO 185:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE OPERAÇÃO APOIADA (PAGO ACUMULADO) ..	164
QUADRO 186:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	164
QUADRO 187:	AÇÃO 1.6.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	165
QUADRO 188:	AÇÃO 1.6.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	167
QUADRO 189:	AÇÃO 1.6.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	167
QUADRO 190:	AÇÃO 1.6.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	169
QUADRO 191:	AÇÃO 1.6.2 - PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO).....	169
QUADRO 192:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS POR TIPO DE OPERAÇÃO)	170
QUADRO 193:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGOS POR TIPO DE OPERAÇÃO)	170
QUADRO 194:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO.....	171
QUADRO 195:	AÇÃO 1.6.2 - INDICADORES DE RESULTADO	171
QUADRO 196:	AÇÃO 1.6.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	173
QUADRO 197:	AÇÃO 1.6.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	173
QUADRO 198:	AÇÃO 1.6.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	174
QUADRO 199:	AÇÃO 1.6.3 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	174
QUADRO 200:	AÇÃO 1.6.3 – PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	175
QUADRO 201:	AÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	175
QUADRO 202:	AÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	176
QUADRO 203:	AÇÃO 1.6.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA ÁREA BENEFICIADA	176
QUADRO 204:	AÇÃO 1.6.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PA ENCERRADOS)	177
QUADRO 205:	AÇÃO 1.6.4 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	178
QUADRO 206:	AÇÃO 1.6.4 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	179
QUADRO 207:	AÇÃO 1.6.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	179
QUADRO 208:	AÇÃO 1.6.4 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	180
QUADRO 209:	AÇÃO 1.6.4 – PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	181
QUADRO 210:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	181
QUADRO 211:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	182
QUADRO 212:	AÇÃO 1.6.4 – INDICADORES DE RESULTADO.....	182
QUADRO 213:	AÇÃO 1.6.5 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	184
QUADRO 214:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “CAMINHOS AGRÍCOLAS” (ACUMULADO)	184
QUADRO 215:	AÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “ELETRIFICAÇÃO RURAL” (ACUMULADO)	185
QUADRO 216:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS PARA O ITEM “REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL” (ACUMULADO)	185
QUADRO 217:	AÇÃO 1.6.5 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	186
QUADRO 218:	AÇÃO 1.6.5 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (“CAMINHOS AGRÍCOLAS”).....	186
QUADRO 219:	AÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (“ELETRIFICAÇÃO RURAL”).....	187

QUADRO 220:	AÇÃO 1.6.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (“REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL”)	187
QUADRO 221:	AÇÃO 1.6.5 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	188
QUADRO 222:	AÇÃO 1.6.5 – PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	188
QUADRO 223:	AÇÃO 1.6.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	189
QUADRO 224:	AÇÃO 1.6.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO POR TIPO DE OPERAÇÃO)	189
QUADRO 225:	AÇÃO 1.7 – CANDIDATURAS E IDENTIFICAÇÕES COMUNICADAS (ACUMULADO)	191
QUADRO 226:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS IDENTIFICAÇÕES COMUNICADAS (ACUMULADO)	191
QUADRO 227:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ANIMAIS IDENTIFICADOS (ACUMULADO)	192
QUADRO 228:	AÇÃO 1.7 – PA PAGOS (ACUMULADO)	192
QUADRO 229:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL PA PAGOS (ACUMULADO)	193
QUADRO 230:	AÇÃO 1.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS ANIMAIS APOIADOS (ACUMULADO)	193
QUADRO 231:	AÇÃO 1.7 – INDICADORES FINANCEIROS	194
QUADRO 232:	AÇÃO 1.7 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	194
QUADRO 233:	MEDIDA 4.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	196
QUADRO 234:	MEDIDA 4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ANO)	197
QUADRO 235:	MEDIDA 4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	197
QUADRO 236:	INVESTIMENTO CONTRATADO (POR RUBRICAS)	198
QUADRO 237:	MEDIDA 4.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	199
QUADRO 238:	MEDIDA 4.1 – PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	199
QUADRO 239:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO	200
QUADRO 240:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADO)	200
QUADRO 241:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PAGO)	201
QUADRO 242:	MEDIDA 4.1 - INDICADORES DE RESULTADO	201
QUADRO 243:	AÇÃO 4.2.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	203
QUADRO 244:	AÇÃO 4.2.1 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	203
QUADRO 245:	AÇÃO 4.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	204
QUADRO 246:	AÇÃO 4.2.1 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	204
QUADRO 247:	AÇÃO 4.2.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO)	205
QUADRO 248:	AÇÃO 4.2.1 – PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	205
QUADRO 249:	AÇÃO 4.2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	206
QUADRO 250:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E PAGAS POR CONTEÚDOS (ACUMULADO)	206
QUADRO 251:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E EXECUTADAS POR REGIÃO (1.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	207
QUADRO 252:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E EXECUTADAS POR REGIÃO (3.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	207
QUADRO 253:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO EXECUTADAS POR ÁREA FORMATIVA E POR REGIÃO (1.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	208
QUADRO 254:	AÇÃO 4.2.1 – FORMANDOS QUE CONCLUÍRAM A FORMAÇÃO POR ÁREA FORMATIVA E POR REGIÃO (1.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	208
QUADRO 255:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO EXECUTADAS POR ÁREA FORMATIVA E POR REGIÃO (3.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	209
QUADRO 256:	AÇÃO 4.2.1 – FORMANDOS QUE CONCLUÍRAM A FORMAÇÃO POR ÁREA FORMATIVA E POR REGIÃO (3.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES)	209
QUADRO 257:	AÇÃO 4.2.1 – AÇÕES DE FORMAÇÃO CONTRATADAS E EXECUTADAS POR REGIÃO (2.º CONCURSO – FORMAÇÃO DE ATIVOS)	209
QUADRO 258:	AÇÃO 4.2.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	211
QUADRO 259:	AÇÃO 4.2.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	211

QUADRO 260:	AÇÃO 4.2.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	212
QUADRO 261:	AÇÃO 4.2.2 – PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	213
QUADRO 262:	AÇÃO 4.2.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (CONTRATADOS E PAGOS)	213
QUADRO 263:	AÇÃO 4.2.2 – INVESTIMENTO EM REDES TEMÁTICAS POR SETOR E PRODUTOS.....	214
QUADRO 264:	AÇÃO 4.2.2 – INDICADOR ESPECÍFICO DE RESULTADO	214
QUADRO 265:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	216
QUADRO 266:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS	217
QUADRO 267:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	217
QUADRO 268:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	218
QUADRO 269:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	218
QUADRO 270:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	219
QUADRO 271:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	220
QUADRO 272:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	220
QUADRO 273:	SUBAÇÃO 4.3.1.1 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO.....	221
QUADRO 274:	SUBAÇÃO 4.3.1.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO.....	221
QUADRO 275:	AÇÃO 4.3.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	222
QUADRO 276:	AÇÃO 4.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	223
QUADRO 277:	AÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	223
QUADRO 278:	AÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	224
QUADRO 279:	AÇÃO 4.3.2 – PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	224
QUADRO 280:	AÇÃO 4.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	225
QUADRO 281:	AÇÃO 4.3.2 – INDICADORES ESPECÍFICOS DE RESULTADO.....	225
QUADRO 282:	MEDIDA 2.1 – CANDIDATURAS DETERMINADAS PARA APOIO NO PU 2014 (POR AÇÃO).....	228
QUADRO 283:	MEDIDA 2.1 – CANDIDATURAS DETERMINADAS PARA APOIO (POR AÇÃO E ANO CANDIDATURA).....	228
QUADRO 284:	MEDIDA 2.1 – ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO (POR AÇÃO E ANO DE CANDIDATURA).....	229
QUADRO 285:	MEDIDA 2.1 – MONTANTE DO APOIO (POR AÇÃO E ANO DE CANDIDATURA)	229
QUADRO 286:	MEDIDA 2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS (ACUMULADO)	230
QUADRO 287:	MEDIDA 2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	230
QUADRO 288:	MEDIDA 2.1 – INDICADORES DE RESULTADO	231
QUADRO 289:	AÇÃO 2.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2014	234
QUADRO 290:	AÇÃO 2.2.1 – PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR MODO DE PRODUÇÃO E ANO DE INICIO DE APOIO) - PU 2014.....	235
QUADRO 291:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA MÉDIA DETERMINADA PARA APOIO - HA/CANDIDATURA (POR REGIÃO E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2014	235
QUADRO 292:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADAS PARA APOIO EM 2014 (POR GRUPO DE CULTURA E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2014	236
QUADRO 293:	AÇÃO 2.2.1 – ÁREA DETERMINADA PARA APOIO EM 2014 (POR TIPO DE CULTURA PERMANENTE E MODO DE PRODUÇÃO) - PU 2014.....	237
QUADRO 294:	AÇÃO 2.2.1 – CANDIDATURAS APOIADAS (POR ANO DE APOIO E MODO DE PRODUÇÃO)	238
QUADRO 295:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES PAGOS (POR REGIÃO E MODO DE PRODUÇÃO)	239
QUADRO 296:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES PAGOS ACUMULADOS (POR ANO E POR REGIÃO)	239
QUADRO 297:	AÇÃO 2.2.1 – VALORES MÉDIOS PAGOS POR CANDIDATURA	239
QUADRO 298:	AÇÃO 2.2.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT)	241
QUADRO 299:	AÇÃO 2.2.1 – INDICADORES DE RESULTADO.....	241
QUADRO 300:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (CANDIDATURAS E CN) – PU 2014	244

QUADRO 301:	AÇÃO 2.2.2 – NÚMERO MÉDIO DE CN DETERMINADAS PARA APOIO (POR EXPLORAÇÃO APOIADA E REGIÃO) – PU 2014	244
QUADRO 302:	AÇÃO 2.2.2 – APOIOS POR ESPÉCIE – PU 2014	245
QUADRO 303:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR ESPÉCIE E RAÇA E POR ANO DE PA) - PU 2014.....	246
QUADRO 304:	AÇÃO 2.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS.....	247
QUADRO 305:	AÇÃO 2.2.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT)	247
QUADRO 306:	AÇÃO 2.2.2 – INDICADORES DE RESULTADO.....	248
QUADRO 307:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	250
QUADRO 308:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	251
QUADRO 309:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	251
QUADRO 310:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	252
QUADRO 311:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	252
QUADRO 312:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	253
QUADRO 313:	SUBAÇÃO 2.2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADO).....	253
QUADRO 314:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO ANUAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADOS).....	254
QUADRO 315:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS MONTANTES PAGOS (ACUMULADOS)	255
QUADRO 316:	SUBAÇÃO 2.2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO) .	256
QUADRO 317:	AÇÃO 2.2.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	256
QUADRO 318:	AÇÃO 2.2.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PEDIDOS DE PAGAMENTO E ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO – PU 2014	258
QUADRO 319:	AÇÃO 2.2.4 – ÁREAS DETERMINADAS PARA APOIO EM 2014 (POR GRUPO DE CULTURA) - PU 2014 ...	259
QUADRO 320:	AÇÃO 2.2.4 – MONTANTES PAGOS (POR ANO).....	259
QUADRO 321:	AÇÃO 2.2.4 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	260
QUADRO 322:	AÇÃO 2.2.4 – INDICADORES DE RESULTADO.....	260
QUADRO 323:	AÇÃO 2.3.1 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO POR SUBAÇÃO (NO ANO E ACUMULADO).....	262
QUADRO 324:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	262
QUADRO 325:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	263
QUADRO 326:	AÇÃO 2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	263
QUADRO 327:	AÇÃO 2.3.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	264
QUADRO 328:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	264
QUADRO 329:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO).....	265
QUADRO 330:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE INVESTIMENTO (ACUMULADO)	265
QUADRO 331:	AÇÃO 2.3.1 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	266
QUADRO 332:	AÇÃO 2.3.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	267
QUADRO 333:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE INTERVENÇÃO (CONTRATADO)	267
QUADRO 334:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE INTERVENÇÃO (PAGO).....	268
QUADRO 335:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE AÇÃO (CONTRATADO).....	268
QUADRO 336:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO POR TIPO DE AÇÃO (PAGO)	268
QUADRO 337:	AÇÃO 2.3.1 – INDICADORES DE RESULTADO.....	269
QUADRO 338:	AÇÃO 2.3.2 - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO (POR SUBAÇÃO).....	272
QUADRO 339:	AÇÃO 2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO)	272
QUADRO 340:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.2.1 (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	273
QUADRO 341:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA SUBAÇÃO 2.3.2.2 (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO)	273
QUADRO 342:	AÇÃO 2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	274

QUADRO 343:	AÇÃO 2.3.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	275
QUADRO 344:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	276
QUADRO 345:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO).....	276
QUADRO 346:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR SUBAÇÃO E TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO) ..	277
QUADRO 347:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CONTRATADAS À SUBAÇÃO 2.3.2.1 (POR ESPÉCIE E DRAP) ...	278
QUADRO 348:	AÇÃO 2.3.2 - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS CONTRATADAS À SUBAÇÃO 2.3.2.2 (POR ESPÉCIE E DRAP) ...	278
QUADRO 349:	AÇÃO 2.3.2 – PA CONTRATADOS POR TIPO DE APOIO (ACUMULADO)	279
QUADRO 350:	AÇÃO 2.3.2 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	280
QUADRO 351:	AÇÃO 2.3.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	280
QUADRO 352:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES FINANCEIROS.....	281
QUADRO 353:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (BENEFICIÁRIOS)	281
QUADRO 354:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (HA)	281
QUADRO 355:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (INVESTIMENTO)	282
QUADRO 356:	AÇÃO 2.3.2 – INDICADORES DE RESULTADO.....	282
QUADRO 357:	AÇÃO 2.3.3 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO POR SUBAÇÃO	284
QUADRO 358:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.1.....	285
QUADRO 359:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.2	285
QUADRO 360:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA DA SUBAÇÃO 2.3.3.3	286
QUADRO 361:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA ENTRADOS POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	286
QUADRO 362:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO POR TIPOLOGIA DE BENEFICIÁRIO (ACUMULADO)	287
QUADRO 363:	AÇÃO 2.3.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	288
QUADRO 364:	AÇÃO 2.3.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	288
QUADRO 365:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	289
QUADRO 366:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS NA SUBAÇÃO 2.3.3.1 (POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	289
QUADRO 367:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS NA SUBAÇÃO 2.3.3.3 (POR TIPOLOGIA DE INVESTIMENTO)	290
QUADRO 368:	AÇÃO 2.3.3 - DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR SUBAÇÃO E POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR) 290	290
QUADRO 369:	AÇÃO 2.3.3 – PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	291
QUADRO 370:	AÇÃO 2.3.3 – PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	292
QUADRO 371:	AÇÃO 2.3.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS ÁREAS CONTRATADAS E PAGAS (ACUMULADO)	292
QUADRO 372:	AÇÃO 2.3.3 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	293
QUADRO 373:	AÇÃO 2.3.3 – INDICADORES DE RESULTADO.....	293
QUADRO 374:	AÇÃO 2.4.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	295
QUADRO 375:	AÇÃO 2.4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	295
QUADRO 376:	AÇÃO 2.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	296
QUADRO 377:	AÇÃO 2.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	296
QUADRO 378:	AÇÃO 2.4.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	297
QUADRO 379:	AÇÃO 2.4.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	298
QUADRO 380:	AÇÃO 2.4.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	299
QUADRO 381:	AÇÃO 2.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E PAGOS (ACUMULADO).....	299
QUADRO 382:	AÇÃO 2.4.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	300

QUADRO 383:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PP AGRO E SILVO AMBIENTAIS DETERMINADOS PARA APOIO	303
QUADRO 384:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR ITI)	304
QUADRO 385:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR TIPOLOGIA DE NATUREZA DE APOIO).....	304
QUADRO 386:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO POR ITI.....	305
QUADRO 387:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - ÁREA APOIADA POR ITI.....	305
QUADRO 388:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - DESPESA PÚBLICA POR ITI	306
QUADRO 389:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 - PEDIDOS DE PAGAMENTO DETERMINADOS PARA APOIO (POR TIPO DE APOIO AGROAMBIENTAL)	307
QUADRO 390:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – PEDIDOS DE PAGAMENTO (POR TIPO DE APOIO SILVO AMBIENTAL).....	309
QUADRO 391:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – EXECUÇÃO DA COMPONENTE AGROAMBIENTAL (POR ITI)	315
QUADRO 392:	AÇÕES 2.4.4 A 2.4.13 – EXECUÇÃO DA COMPONENTE SILVO AMBIENTAL (POR ITI).....	315
QUADRO 393:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (OUTPUT).....	316
QUADRO 394:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.13 – INDICADORES DE RESULTADO	317
QUADRO 395:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO	319
QUADRO 396:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA ENTRADOS (ACUMULADO).....	320
QUADRO 397:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ANO)	321
QUADRO 398:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	321
QUADRO 399:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	322
QUADRO 400:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS, POR ITI (ACUMULADO)	322
QUADRO 401:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR TIPO DE INP (ACUMULADO)	323
QUADRO 402:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS POR ITI (ACUMULADO)	324
QUADRO 403:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	325
QUADRO 404:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS, POR ITI (ACUMULADO)	325
QUADRO 405:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS, POR ITI (ACUMULADO)	326
QUADRO 406:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES FINANCEIROS	326
QUADRO 407:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES DE REALIZAÇÃO	327
QUADRO 408:	AÇÕES 2.4.3 A 2.4.11 INP – INDICADORES DE RESULTADO	327
QUADRO 409:	AÇÃO 3.1.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO (ACUMULADO)	330
QUADRO 410:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	330
QUADRO 411:	AÇÃO 3.1.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	331
QUADRO 412:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	331
QUADRO 413:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	332
QUADRO 414:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	332
QUADRO 415:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	334
QUADRO 416:	AÇÃO 3.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	335
QUADRO 417:	AÇÃO 3.1.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO).....	335
QUADRO 418:	AÇÃO 3.1.1 – INDICADORES DE RESULTADO.....	336
QUADRO 419:	AÇÃO 3.1.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO (ACUMULADO)	338
QUADRO 420:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	338
QUADRO 421:	AÇÃO 3.1.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	339
QUADRO 422:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	339

QUADRO 423:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	340
QUADRO 424:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	340
QUADRO 425:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	341
QUADRO 426:	AÇÃO 3.1.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	341
QUADRO 427:	AÇÃO 3.1.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	342
QUADRO 428:	AÇÃO 3.1.2 – INDICADORES DE RESULTADO (CONTRATADO)	342
QUADRO 429:	AÇÃO 3.1.3 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO (ACUMULADO)	344
QUADRO 430:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	344
QUADRO 431:	AÇÃO 3.1.3 – PA ENTRADOS, ANALISADOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	345
QUADRO 432:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	345
QUADRO 433:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	346
QUADRO 434:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	346
QUADRO 435:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	347
QUADRO 436:	AÇÃO 3.1.3 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	348
QUADRO 437:	AÇÃO 3.1.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	348
QUADRO 438:	AÇÃO 3.1.3 – INDICADORES DE RESULTADO.....	349
QUADRO 439:	AÇÃO 3.2.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO (ACUMULADO)	350
QUADRO 440:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	351
QUADRO 441:	AÇÃO 3.2.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	351
QUADRO 442:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	352
QUADRO 443:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	352
QUADRO 444:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	353
QUADRO 445:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	353
QUADRO 446:	AÇÃO 3.2.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	354
QUADRO 447:	AÇÃO 3.2.1 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	355
QUADRO 448:	AÇÃO 3.2.1 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	355
QUADRO 449:	AÇÃO 3.2.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS A CONCURSO (ACUMULADO)	356
QUADRO 450:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	357
QUADRO 451:	AÇÃO 3.2.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)	357
QUADRO 452:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO).....	358
QUADRO 453:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR)	358
QUADRO 454:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO).....	359
QUADRO 455:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	359
QUADRO 456:	AÇÃO 3.2.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	360
QUADRO 457:	AÇÃO 3.2.2 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO (ACUMULADO)	361
QUADRO 458:	AÇÃO 3.2.2 – INDICADORES DE RESULTADO (ACUMULADO)	361
QUADRO 459:	MEDIDA 3.4 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	363
QUADRO 460:	MEDIDA 3.4 – PLANOS DE COOPERAÇÃO ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR AÇÃO (ACUMULADO)	364
QUADRO 461:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PLANOS DE COOPERAÇÃO CONTRATADOS.....	364
QUADRO 462:	MEDIDA 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PLANOS DE COOPERAÇÃO PAGOS (ACUMULADO)	365
QUADRO 463:	AÇÃO 3.4 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	365
QUADRO 464:	AÇÃO 3.4.1 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	366
QUADRO 465:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADA).....	366

QUADRO 466:	AÇÃO 3.4.1 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	367
QUADRO 467:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	367
QUADRO 468:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO DOS PA CONTRATADOS.....	368
QUADRO 469:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	368
QUADRO 470:	AÇÃO 3.4.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	369
QUADRO 471:	AÇÃO 3.4.1 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS.....	370
QUADRO 472:	AÇÃO 3.4.2 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	371
QUADRO 473:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO)	372
QUADRO 474:	AÇÃO 3.4.2 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO) ...	372
QUADRO 475:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS	373
QUADRO 476:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO POR TEMÁTICA DE COOPERAÇÃO DOS PA CONTRATADOS.....	373
QUADRO 477:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO).....	374
QUADRO 478:	AÇÃO 3.4.2 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	374
QUADRO 479:	AÇÃO 3.4.2 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS.....	375
QUADRO 480:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD (POR GAL).....	377
QUADRO 481:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.1 (POR GAL).....	378
QUADRO 482:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.2 (POR GAL).....	379
QUADRO 483:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.1.3 (POR GAL).....	380
QUADRO 484:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.2.1 (POR GAL).....	381
QUADRO 485:	MEDIDA 3.3 – EXECUÇÃO DAS ELD – AÇÃO 3.2.2 (POR GAL).....	382
QUADRO 486:	MEDIDA 3.3 – INDICADORES FINANCEIROS E DE REALIZAÇÃO	383
QUADRO 487:	MEDIDA 3.3 – INDICADORES DE RESULTADO	383
QUADRO 488:	MEDIDA 3.5 – CANDIDATURAS APRESENTADAS	385
QUADRO 489:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DAS CANDIDATURAS ENTRADAS (ACUMULADO).....	385
QUADRO 490:	MEDIDA 3.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO – COMPONENTE 1 (ACUMULADO).....	386
QUADRO 491:	MEDIDA 3.5 – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO – COMPONENTE 2 (ACUMULADO).....	386
QUADRO 492:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	386
QUADRO 493:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	387
QUADRO 494:	MEDIDA 3.5 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO).....	387
QUADRO 495:	MEDIDA 3.5 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS	388
QUADRO 496:	MEDIDA 3.7 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	391
QUADRO 497:	MEDIDA 3.7 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)....	391
QUADRO 498:	MEDIDA 3.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	392
QUADRO 499:	MEDIDA 3.7 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO).....	392
QUADRO 500:	MEDIDA 3.7 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO E FINANCEIROS	393
QUADRO 501:	MEDIDAS TRANSITADAS (RA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	394
QUADRO 502:	MEDIDAS TRANSITADAS (RA) - APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	395
QUADRO 503:	MEDIDAS TRANSITADAS (EA) – EXECUÇÃO (NO ANO E ACUMULADO).....	396
QUADRO 504:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	396
QUADRO 505:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) – ÁREA APOIADA (ACUMULADO)	397
QUADRO 506:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTA) – APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	397
QUADRO 507:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTNA) - EXECUÇÃO (NO ANO).....	398

QUADRO 508:	MEDIDAS TRANSITADAS (FTNA) - EXECUÇÃO (ACUMULADO)	399
QUADRO 509:	MEDIDAS TRANSITADAS (IC) – EXECUÇÃO (NO ANO).....	399
QUADRO 510:	MEDIDAS TRANSITADAS (IC) – APOIO TOTAL E FEADER PAGOS (ACUMULADO)	400
QUADRO 511:	MEDIDAS TRANSITADAS (MAA) - EXECUÇÃO (NO ANO)	400
QUADRO 512:	MEDIDAS TRANSITADAS (MAA) – EXECUÇÃO (ACUMULADO)	401
QUADRO 513:	HEALTH CHECK (AÇÃO 1.1.1 E 1.1.3) – PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (ACUMULADO)	404
QUADRO 514:	HEALTH CHECK – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS.....	405
QUADRO 515:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR RUBRICA DE INVESTIMENTO)	405
QUADRO 516:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS (POR RUBRICA DE INVESTIMENTO).....	406
QUADRO 517:	HEALTH CHECK – DISTRIBUIÇÃO DOS PA PAGOS FACE AOS CONTRATADOS.....	406
QUADRO 518:	HEALTH CHECK AÇÃO 1.1.1 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	407
QUADRO 519:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (MEDIDA COM 121)	408
QUADRO 520:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES CONTRATADOS (MEDIDA COM 121)	408
QUADRO 521:	HEALTH CHECK (EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES PAGOS (MEDIDA COM 121)	408
QUADRO 522:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA (MEDIDA COM 123)	409
QUADRO 523:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES CONTRATADOS (MEDIDA COM 123)	409
QUADRO 524:	HEALTH CHECK (TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO) – INDICADORES DE REALIZAÇÃO – VALORES PAGOS (MEDIDA COM 123)	409
QUADRO 525:	HEALTH CHECK (ALTERAÇÃO DOS MODOS DE PRODUÇÃO) – INDICADORES DE EXECUÇÃO FINANCEIRA E DE REALIZAÇÃO (MEDIDA COM 214)	411
QUADRO 526:	MEDIDA 3.6 – CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO.....	412
QUADRO 527:	MEDIDA 3.6 - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS POR CONCURSO (ACUMULADO)....	412
QUADRO 528:	MEDIDA 3.6 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS (ACUMULADO)	413
QUADRO 529:	MEDIDA 3.6 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA PAGOS (ACUMULADO)	413
QUADRO 530:	MEDIDA 3.6 – DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO).....	414
QUADRO 531:	MEDIDA 3.6 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO.....	414
QUADRO 532:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – REPARTIÇÃO DO FEADER	416
QUADRO 533:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO POR EIXO NAS REGIÕES DE NÃO CONVERGÊNCIA	417
QUADRO 534:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO POR EIXO NAS REGIÕES DE CONVERGÊNCIA.....	417
QUADRO 535:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – FUNDOS ADICIONAIS DO Nº 5 A DO ARTIGO 69º DO REG. (CE) NÚMERO 1698/2005 - REGIÕES DO OBJETIVO CONVERGÊNCIA	418
QUADRO 536:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – PLANO FINANCEIRO TOTAL.....	418
QUADRO 537:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – GLOBAL	419
QUADRO 538:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – REGIÕES DE CONVERGÊNCIA	420
QUADRO 539:	EXECUÇÃO FINANCEIRA – DESPESAS DECLARADAS – HEALTH CHECK.....	421
QUADRO 540:	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PRODeR.....	422
QUADRO 541:	FLUXOS FINANCEIROS COM A COM (ACUMULADO)	425

QUADRO 542:	CUMPRIMENTO DA “REGRA N+2”	425
QUADRO 543:	PEDIDOS DE PAGAMENTO INTERMÉDIOS (ACUMULADO).....	426
QUADRO 544:	INTEGRAÇÃO DO SIPRODER COM OUTROS SISTEMAS.....	432
QUADRO 545:	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – MÓDULOS DO SIPRODER.....	432
QUADRO 546:	RESULTADOS DO CONTROLO DE QUALIDADE (ANO)	436
QUADRO 547:	CONTROLO DE QUALIDADE – DISTRIBUIÇÃO POR DRAP DOS PA DEVOLVIDOS E PESO NA AMOSTRA (2010 A 2014).....	438
QUADRO 548:	AT - CANDIDATURAS VÁLIDAS APRESENTADAS A CONCURSO	462
QUADRO 549:	AT - PA ENTRADOS, ANALISADOS, DECIDIDOS E CONTRATADOS (POR CONCURSO).....	462
QUADRO 550:	AT - DISTRIBUIÇÃO PA CONTRATADOS NO ANO	463
QUADRO 551:	AT - DISTRIBUIÇÃO PA PAGOS NO ANO	463
QUADRO 552:	AT - INDICADORES DE REALIZAÇÃO	464
QUADRO 553:	AT – DISTRIBUIÇÃO DOS PA CONTRATADOS E ENCERRADOS (ACUMULADO)	464
QUADRO 554:	SITE PRODER – DADOS QUANTITATIVOS.....	467
QUADRO 555:	ENDEREÇO ELETRÓNICO – DADOS QUANTITATIVOS	469
QUADRO 556:	LINHA VERDE – DADOS QUANTITATIVOS	469
QUADRO 557:	RECUPERAÇÕES – BD DEVEDORES (ACUMULADO)	480

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1:	SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS A 31-12-2014 (ACUMULADO)	44
FIGURA 2:	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PRODER FACE À MÉDIA DA UE.....	46
FIGURA 3:	PROJETOS ENCERRADOS A 31-12-2014 (ACUMULADO)	52
FIGURA 4:	AÇÃO 1.6.2 – PROGRESSO DAS OBRAS DO ALQUEVA	168
FIGURA 5:	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO – ARQUITETURA FUNCIONAL.....	428
FIGURA 6:	NÚMERO DE PROJETOS DESISTIDOS (ACUMULADO)	444
FIGURA 7:	NÚMERO DE PROJETOS DESISTIDOS (ANO).....	444
FIGURA 8:	DESPESA PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELOS PROJETOS DESISTIDOS (NO ANO).....	445
FIGURA 9:	DESPESA PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELOS PROJETOS DESISTIDOS (ACUMULADO)	446
FIGURA 10:	TAXAS DE DESISTÊNCIAS FACE AOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS (ACUMULADO)	446
FIGURA 11:	NÚMERO DE PROJETOS ENCERRADOS ATÉ FINAL DE 2014	450
FIGURA 12:	DESPESA PÚBLICA DISPONIBILIZADA PELOS PROJETOS ENCERRADOS	450
FIGURA 13:	TAXA DE SUBEXECUÇÃO EM 31.12.2014	451
FIGURA 14:	DESPESA PÚBLICA APROVADA E LIBERTADA EM 31.12.2014	452
FIGURA 15:	ALGUNS EXEMPLOS DO PRODER NA IMPRENSA	466
FIGURA 16:	ENDEREÇO ELECTRÓNICO – DISTRIBUIÇÃO MENSAL DE E-MAILS RECECIONADOS	469
FIGURA 17:	LINHA VERDE – NÚMERO DE TELEFONEMAS RECEBIDOS (NO ANO)	470
FIGURA 18:	LINHA VERDE – TIPOLOGIA DE UTILIZADORES (NO ANO).....	470
FIGURA 19:	EVENTOS PÚBLICOS – FEIRAS.....	471
FIGURA 20:	MATERIAL DE COMUNICAÇÃO – VÍDEO MAPPING E QUIOSQUE INTERATIVO	472
FIGURA 21:	BOAS PRÁTICAS – EXEMPLO DE NOTÍCIA.....	473

LISTA DE ABREVIATURAS

AFN: AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL

AG: AUTORIDADE DE GESTÃO

AGRO: PROGRAMA OPERACIONAL AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

AJAP: ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CAP: CONFEDERAÇÃO DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CCDR: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CCDR: COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO

CEA: CONTAS ECONÓMICAS DA AGRICULTURA

CN: CABEÇAS NORMAIS

CNA: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

CNJ: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

CONFAGRI: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E DO CRÉDITO AGRÍCOLA DE PORTUGAL

CQ: CONTROLO DE QUALIDADE

DE: DIMENSÃO ECONÓMICA

DGADR: DIREÇÃO-GERAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

DGV: DIREÇÃO-GERAL DE VETERINÁRIA

DOP: DENOMINAÇÃO DE ORIGEM PROTEGIDA

DRAP: DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS

ELA: ESTRUTURA LOCAL DE APOIO

ELD: ESTRATÉGIA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO

FEADER: FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

FFP: FUNDO FLORESTAL PERMANENTE

FTA: PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS

GAL: GRUPOS DE AÇÃO LOCAL

GPP: GABINETE DE PLANEAMENTO E POLÍTICAS

GTAA: GRUPO TÉCNICO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

HA: HECTARE

IC: INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS

ICNB: INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE, IP

IFAP: INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS, IP

IGAMAOT: INSPEÇÃO-GERAL DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

IGF: INSPEÇÃO-GERAL DE FINANÇAS

IGP: INDICAÇÃO GEOGRÁFICA PROTEGIDA

INE: INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

ISIP: SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO PARCELAR

ITI: INTERVENÇÕES TERRITORIAIS INTEGRADAS

LVT: LISBOA E VALE DO TEJO

MAA: MEDIDAS AGROAMBIENTAIS

MBS: MARGEM BRUTA STANDARD

MOA: MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA

MPB: MODO DE PRODUÇÃO BIOLÓGICO

MPRODI: MODO DE PRODUÇÃO INTEGRADA

NIB: NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

NIFAP: NÚMERO DE BENEFICIÁRIO DO IFAP

OP: ORGANISMO PAGADOR

OTE: ORIENTAÇÃO TÉCNICO-ECONÓMICA

OC: ORGANISMO DE CERTIFICAÇÃO E CONTROLO

PA: PEDIDO DE APOIO

PAC: POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM

PAS: PEDIDO DE APOIO AGRO E SILVO AMBIENTAL

PEN DR: PLANO ESTRATÉGICO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

PES: PERÍODO ESPECIAL DE CANDIDATURA

PGF: PLANO DE GESTÃO FLORESTAL

PIB: PRODUTO INTERNO BRUTO

PIR: PROJETO DE IMPACTO RELEVANTE

PME: PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

PREE: PLANO DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA EUROPEIA

ProDeR: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PROF: PLANOS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL

PU: PEDIDO ÚNICO DE AJUDAS

RA: REFORMA ANTECIPADA

RAN: RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL

REAP: REGIME DE EXERCÍCIO DA ATIVIDADE PECUÁRIA

REL: RENDIMENTO EMPRESARIAL LÍQUIDO

REN: RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL

RPU: REGIME DE PAGAMENTO ÚNICO

SAU: SUPERFÍCIE AGRÍCOLA UTILIZADA

SIG: SISTEMA DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

SIGC: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E CONTROLO

SiProDeR: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS PEDIDOS DE APOIO

.....

SIIFAP: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO IFAP

SILEADER: SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO LEADER

SP: SUBPROGRAMA

STProDeR: SECRETARIADO TÉCNICO

STA: SECRETARIADO TÉCNICO DE AUDITORIA E CONTROLO

TCE: TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

UDE: UNIDADE DE DIMENSÃO ECONÓMICA = 12 MIL EUROS

UE: UNIÃO EUROPEIA

UTA: UNIDADES DE TRABALHO ANUAL

VAB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO

VABPB: VALOR ACRESCENTADO BRUTO A PREÇOS DE BASE

VAL: VALOR ATUAL LÍQUIDO

VALcf: RENDIMENTO DOS FATORES

VPP: VALOR DE PRODUÇÃO PADRÃO

ZIF: ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

DEFINIÇÕES

CANDIDATURAS VÁLIDAS: TOTAL DE CANDIDATURAS APRESENTADAS DEDUZIDAS DAS REPETIDAS, DAS DESISTIDAS, DOS PEDIDOS DE APOIO EM VALIDAÇÃO NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PRODeR E DAS CANCELADAS.

CANDIDATURAS DECIDIDAS: AQUELAS QUE FORAM OBJETO DE DECISÃO DA GESTORA, APÓS AUDIÇÃO DA AUTORIDADE DE GESTÃO.

CANDIDATURAS CONTRATADAS: AQUELAS QUE FORAM ENVIADAS, POR WEB SERVICE DE CONTRATAÇÃO, PARA O IFAP.

CANDIDATURAS ENCERRADAS: AQUELAS QUE CUMPREM UMA DAS TRÊS SEGUINTE CONDIÇÕES: TER UMA EXECUÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 99,5%; TER O ÚLTIMO PEDIDO DE PAGAMENTO CABIMENTADO OU LIQUIDADO; ESTAR ENCERRADA NO IDIGITAL.

DESPEZA DECLARADA: DESPEZA INCLUÍDA NAS DECLARAÇÕES TRIMESTRAIS, APRESENTADAS PELO ORGANISMO PAGADOR À COMISSÃO EUROPEIA.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR), aprovado em dezembro de 2007 pela Decisão C(2007) 6159 da Comissão Europeia inclui o conjunto de intervenções cofinanciadas pelo FEADER em matéria de desenvolvimento rural no território do Continente, prosseguindo o objetivo de promover a competitividade do sector agroflorestal e dos territórios rurais de forma sustentável.

As intervenções financiadas encontram-se agrupadas por medidas e estas em quatro subprogramas.

Os três subprogramas, 1 "Promoção da competitividade", 2 "Gestão sustentável do espaço rural", e 3 "Dinamização das zonas rurais", visam promover ações que contribuem direta e objetivamente para a prossecução dos três objetivos estratégicos nacionais (OEN) assumidos na estratégia nacional para o desenvolvimento rural, os quais, por sua vez, foram delineados em consonância com as orientações estratégicas comunitárias vertidas nos eixos 1, 2 e 3 do FEADER.

Em particular o subprograma 3 integra a abordagem LEADER, através das ações promovidas no âmbito de estratégias de desenvolvimento local e através de agentes organizados especificamente para esse efeito.

O subprograma 4, com carácter transversal, traduz a prioridade atribuída à inovação, à produção e difusão do conhecimento e ao desenvolvimento das competências dos agentes que atuam no território, os quais desempenham um papel absolutamente determinante no sucesso global da estratégia nacional adotada.

2. O contexto socioeconómico foi marcado por uma ligeira recuperação da atividade económica na zona euro, após dois anos consecutivos de diminuição do PIB, em termos reais.

Em termos agrícolas, em 2014 o produto agrícola, medido a preços de mercado, apresentou um crescimento em volume que se destaca face ao conjunto da economia (4,2% face aos 0,9%), embora com um decréscimo em valor (-1,7%).

Apesar do enquadramento socioeconómico continuar a ser desfavorável, afetando as condições de financiamento dos agentes públicos e privados, o ProDeR mantém-se como uma das principais fontes de financiamento da

economia, particularmente do setor agroflorestal. Este facto é bem visível na evolução dos indicadores do Programa.

3. No final de 2014 o ProDeR apresentava uma taxa global de execução de 93%, aferida pelo Fundo, tendo sido plenamente atingido o objetivo de recuperar o atraso acumulado até 2009 face à média da União Europeia (UE) (cerca de 86% a 31 de dezembro de 2014).

Esta evolução global foi registada em todos os subprogramas, cujas taxas de execução (rácio entre o fundo pago e o Programado) são agora de 92% para o subprograma 1 "Promoção da competitividade", 97% para o subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural", 83% para o subprograma 3 "Dinamização das zonas rurais" e 85% para o subprograma 4 "Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências".

As regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrarem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio (PA) ainda com base nas regras do ProDeR.

A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o Programado) aumentou, assim, substancialmente ao contrário da taxa de realização (rácio entre o fundo pago e o contratado) do Programa, fixando-se em 121% e 76%, respetivamente.

4. Globalmente, 2014 foi mais um ano de forte execução do Programa, com um aumento de 16 pontos percentuais (p.p.), e também de forte procura por parte dos promotores com a entrada, de 11.045 candidaturas, às várias ações de investimento.

Em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do Regulamento (UE) nº 1310/2013, 5.752 candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

5. O valor acumulado dos compromissos assumidos ascendeu a 4,7 mil milhões de euros, ou seja 124% do programado para o período 2007-2013.

A execução acumulada do Programa atingiu, no final de 2014, mais de 3,9 mil milhões de euros de pagamentos, representando 93% de taxa de execução (relação entre o fundo executado e o Programado).

Analisando a execução do ano de 2014 verifica-se que o eixo 1 “Competitividade” continua a ter o maior peso (55% do total executado no ano) e dentro deste eixo, a medida 1.2.1 (ações 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3) representou 45% da execução do eixo e 25% da execução total. Da mesma forma, na análise por subprograma constata-se que os quatro subprogramas viram a sua execução aumentar entre 10 e 34 p.p.

No que se refere ao cumprimento da regra N+2 a mesma ficou garantida durante o mês de abril de 2014, demonstrando assim a capacidade de execução do Programa.

6. O processo de monitorização dos projetos aprovados sem execução, em curso desde início de 2011, continuou, em 2014 a relevar-se determinante no contexto da boa execução do Programa.

O resultado do trabalho de avaliação permanente e rigorosa das situações em que se verifica que os beneficiários não têm condições para executar os investimentos aprovados, tem-se revelado fundamental para assegurar que o objetivo do pleno aproveitamento do envelope financeiro do ProDeR seja totalmente atingido em tempo útil.

No final de 2014 a taxa global de libertação de verbas decorrentes do encerramento de 21.533 projetos e de 2.334 projetos desistidos, era de 7% do total de despesa pública aprovada nos projetos de investimento até essa data. Este é também o valor da taxa de redução da despesa pública decorrente das cerca de 2.000 alterações aos projetos de investimento solicitadas pelos beneficiários e aprovadas pelo Gestor.

7. As atividades de avaliação contínua a desenvolver têm por objetivo a realização da avaliação ex-post que, tal como disposto no nº 6 do artigo 86º do Reg. (CE) 1698/2005, assume a forma de um Relatório de avaliação ex-post autónomo. Neste sentido, as atividades de avaliação foram, até à presente data, orientadas para o levantamento de necessidades de informação, seleção de casos de estudo e desenvolvimento de instrumentos de recolha de informação primária.

-
8. No ano de 2014, o sistema de informação do ProDeR continuou a sua evolução. Para além do desenvolvimento de alguns módulos, como o da "Operação Limpeza" e o dos indicadores financeiros, foram efetuados outros com o objetivo de otimizar processos já existentes ou dar resposta a novas necessidades. O SiProDeR continuou a dar todo o suporte à atividade desenvolvida pela Autoridade de Gestão (AG) no âmbito de processos de auditoria e segurança, bem como no que respeita à articulação técnica com o Organismo Pagador (OP).

 9. No que se refere à articulação com os GAL, no ano de 2014, manteve-se o estreito contato entre a AG e a Federação Minha Terra enquanto interlocutor nacional dos GAL, com o objetivo de acompanhar a implementação das medidas do subprograma 3, quer as de gestão delegada nos GAL - medidas 3.1 e 3.2, quer em relação às medidas nas quais os GAL são promotores, ou seja, a medida 3.4 "Cooperação LEADER para o desenvolvimento" e medida 3.5 "Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação".
A recuperação dos níveis de execução do subprograma 3 constituiu uma das preocupações centrais da AG no quadro da coordenação e articulação com os GAL, ao longo de todo o ano.

 10. O ano de 2014 traduziu-se também na consolidação da comunicação do ProDeR, centrada agora na realização e apresentação dos resultados do Programa, no estrito respeito pelos princípios de transparência e de responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos, trabalhando sempre para apresentar à luz do dia as melhores boas práticas na aplicação do FEADER, com óbvios reflexos na geração de mais e exigentes novos projetos de investimento nestas áreas e que em muito têm contribuído para a alteração positiva dos níveis de reputação que a agricultura e os agricultores foram granjeando ao longo dos últimos anos junto da opinião pública portuguesa.

INTRODUÇÃO

O Relatório anual do ProDeR concretiza um dos instrumentos de acompanhamento e monitorização do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR), conforme previsto no artigo 82.º do Regulamento (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro, seguindo a estrutura e os conteúdos aí definidos.

O presente Relatório visa facultar uma visão global do Programa, procurando-se:

- Contextualizar a implementação do ProDeR no quadro da evolução dos principais indicadores socioeconómicos;
- Efetuar um balanço da operacionalização física e financeira do ProDeR;
- Apresentar os principais fatores críticos que condicionaram a implementação do ProDeR e as medidas adotadas.

A estrutura e conteúdo do Relatório estão em conformidade com o Anexo VII do Regulamento CE número 1974/2006 e é constituído por sete capítulos:

- Capítulo 1: apresenta uma síntese da alteração das condições gerais, nomeadamente no que se refere ao enquadramento socioeconómico de 2014. No enquadramento socioeconómico reporta-se o ambiente macroeconómico, o complexo agroflorestal na economia, a economia agrícola e o enquadramento estrutural;
- Capítulo 2: incide sobre a evolução da execução do Programa, incluindo um ponto de análise global e a análise detalhada por medida/ação ProDeR. Na análise global apresenta-se valores agregados relativos a concursos abertos, candidaturas entradas e investimento proposto, análise aprovação e contratação de pedidos de apoio, execução financeira e indicadores de acompanhamento. Na análise detalhada por medida/ação segue-se a estrutura adotada nos Relatórios anteriores com a descrição do enquadramento regulamentar, objetivos e implementação e especificando os indicadores de realização e de resultado. Todos os quadros

apresentados neste capítulo têm como fonte a informação residente no SIPRODER;

- Capítulo 3: reflete a execução financeira do Programa, incluindo a tipologia de quadros constantes do já referido Anexo VII do Regulamento CE número 1974/2006. Todos os quadros apresentados neste capítulo têm como fontes de informação os sistemas de informação da Autoridade de Gestão do PRODER e do Organismo Pagador;
- Capítulo 4: apresenta as atividades de avaliação contínua referentes ao ano de 2014 e respetiva metodologia;
- Capítulo 5: apresenta as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão (AG) e pelo Comité de Acompanhamento (CA) para assegurar a qualidade e eficácia da execução do Programa com a apresentação de um resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão do ProDeR e medidas tomadas, a utilização da assistência técnica e as medidas tomadas para garantir que o Programa é objeto de publicidade;
- Capítulo 6: apresenta os aspetos relacionados com a conformidade do Programa com as políticas comunitárias;
- Capítulo 7: refere as questões respeitantes à reutilização das verbas comunitárias.

O. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Enquadramento socioeconómico

A – Ambiente macroeconómico

O ano de 2014 foi marcado por uma ligeira recuperação da atividade económica na zona euro após dois anos consecutivos de diminuição do PIB, em termos reais. Em Portugal a recuperação surgiu após um período de três anos de variações negativas.

Quadro 1: Enquadramento Internacional

	2000	2007	2008	2009	2010	2011	2012 ^P	2013 ^P	2014 ^P	Média		
										2000-2014	2007-2014	2013-2014
Taxa de variação anual real PIB (%)										<i>Taxa de crescimento médio anual (%)</i>		
Portugal	3,8	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-3,3	-1,4	0,9	0,4	-0,5	0,9
EUA	4,1	1,8	-0,3	-2,8	2,5	1,6	2,3	2,2	2,2	1,9	1,2	2,2
Zona Euro	4,0	3,0	0,4	-4,4	2,0	1,6	-0,7	-0,4	0,8	1,1	0,3	0,8
OECD	4,1	2,7	0,3	-3,4	3,0	1,9	1,3	1,4	1,8	1,8	1,1	1,8
Taxa de variação anual real do consumo privado (%)										<i>Taxa de crescimento médio anual (%)</i>		
Portugal	3,7	2,4	1,5	-2,3	2,5	-3,7	-5,2	-1,4	2,1	0,5	-0,5	2,1
EUA	5,1	2,2	-0,3	-1,6	1,9	2,3	1,8	2,4	2,3	2,3	1,4	2,3
Zona Euro	3,1	1,7	0,2	-0,9	0,8	0,2	-1,4	-0,6	0,7	0,9	0,1	0,7
OECD	4,0	2,5	0,2	-1,4	2,1	1,7	1,0	1,6	1,5	2,0	1,2	1,5
Taxa de Desemprego (%)										<i>Taxa média (%)</i>		
Portugal	4,0	8,0	7,6	9,5	10,8	12,6	15,5	16,2	13,7	9,0	11,7	13,7
EUA	4,0	4,6	5,8	9,3	9,6	8,9	8,1	7,4	6,2	6,4	7,5	6,2
Zona Euro	8,5	7,4	7,5	9,4	9,9	10,0	11,2	11,9	11,4	9,2	9,8	11,4
OECD	6,0	5,6	5,9	8,1	8,3	7,9	7,9	7,9	7,3	7,0	7,4	7,3
Taxa de juro de curto prazo (%)										<i>Taxa média (%)</i>		
Portugal	4,4	4,3	4,6	1,2	0,8	1,4	0,6	0,2	0,2	2,3	1,7	0,2
EUA	6,5	5,3	3,2	0,9	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	2,3	1,4	0,3
Zona Euro	4,4	4,3	4,6	1,2	0,8	1,4	0,6	0,2	0,2	2,3	1,7	0,2
Taxa de câmbio Euro/Dólar - valor no final do período										<i>Taxa de crescimento médio anual (%)</i>		
	0,93	1,47	1,39	1,44	1,34	1,29	1,32	1,38	1,21	1,9	-2,7	-12,0
Índice de preços (2000=100)										<i>Taxa de crescimento médio anual (%)</i>		
Petróleo	100,0	170,8	213,2	144,1	195,9	257,5	280,0	264,2	241,2	6,5	5,1	-8,7
Matérias primas agrícolas	100,0	150,5	143,8	119,4	160,3	177,4	147,8	150,6	150,0	2,9	0,0	-0,4
IHPC (2000=100)										<i>Taxa de crescimento médio anual (%)</i>		
Portugal	100,0	123,5	126,8	125,6	127,4	131,9	135,6	136,1	136,0	2,2	1,4	-0,1
Zona Euro	100,0	116,5	120,3	120,7	122,7	125,9	129,1	130,9	131,4	2,0	1,7	0,4
Dívida pública (em % do PIB)										<i>Taxa de crescimento médio anual (%)</i>		
Portugal	50,3	68,4	71,7	83,6	96,2	111,1	124,8	128,0	128,7	6,9	9,5	0,5
Déficit público em % do PIB										<i>Taxa média (%)</i>		
Portugal	-3,2	-3,0	-3,8	-9,8	-11,2	-7,4	-5,5	-4,9	-4,9	-5,5	-6,3	-4,9
EUA	0,8	-3,7	-7,2	-12,8	-12,2	-10,7	-9,0	-5,7	-5,1	-6,0	-8,3	-5,1
Zona Euro	-0,2	-0,6	-2,1	-6,2	-6,1	-4,1	-3,6	-2,9	-2,6	-2,9	-3,5	-2,6
OECD	-0,1	-1,5	-3,5	-8,3	-7,9	-6,5	-5,7	-4,3	-3,9	-3,9	-5,2	-3,9

P – dados provisórios; 1 - ano 2014 a partir da média do 1º trimestre ao 3º trimestre

Fonte: GPP, a partir de Economic Outlook No 96 - November 2014 - OECD Annual Projection, Contas Nacionais-INE (Base 2011) e Estatísticas do Banco de Portugal

A recuperação do PIB refletiu-se na taxa de desemprego que registou um recuo face ao ano anterior, contudo este indicador permanece elevado e superior ao observado na zona euro e na generalidade dos países desenvolvidos. O défice das administrações públicas na ótica da contabilidade nacional manteve-se em 2014 nos 4,9% do PIB, acima da zona euro e do conjunto dos países da OCDE e abaixo dos EUA, e a dívida pública continuou elevada embora com tendência de estabilização do crescimento.

Quadro 2: PIB e componentes

	2000	2007	2008	2009	2010	2011	2012 ^p	2013 ^p	2014 ^p	Taxa de crescimento médio anual (%)	
										2000-2014	2007-2014
<i>Contributo para a variação anual do PIB p.p.- real</i>											
PIB		2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-3,3	-1,4	0,9		
Procura interna		2,4	1,2	-3,9	2,0	-6,2	-6,9	-2,4	2,0		
Consumo Privado		1,5	0,9	-1,6	1,6	-2,4	-3,3	-0,9	1,3		
Consumo Público		0,1	0,1	0,5	-0,3	-0,8	-0,8	-0,4	-0,1		
FBC		0,6	0,2	-2,8	0,7	-3,0	-2,6	-1,1	0,8		
Investimento (FBCF)		0,7	0,1	-1,7	-0,2	-2,6	-2,8	-1,0	0,4		
Procura externa		0,1	-1,1	0,8	-0,2	4,6	3,6	1,0	-1,1		
Exportações		2,2	-0,1	-3,2	2,8	2,2	1,0	2,4	1,3		
Importações		-2,1	-1,0	4,1	-3,0	2,3	2,5	-1,3	-2,4		
<i>Taxa de variação anual real PIB (%)</i>											
PIB	3,8	2,5	0,2	-3,0	1,9	-1,8	-3,3	-1,4	0,9	0,4	-0,6
Consumo Privado	3,7	2,4	1,5	-2,3	2,5	-3,7	-5,2	-1,4	2,1	0,5	-0,6
Consumo público	4,4	0,7	0,4	2,6	-1,3	-3,7	-4,3	-1,9	-0,7	0,7	-1,2
Investimento (FBCF)	4,1	3,1	0,4	-7,6	-0,9	-12,5	-15,0	-6,3	2,3	-3,1	-5,2
Procura interna	3,3	2,2	1,2	-3,5	1,8	-5,7	-6,6	-2,3	2,0	-0,2	-1,6
Exportações	8,4	7,3	-0,3	-10,2	9,5	7,0	3,1	6,4	3,4	4,3	3,7
Importações	5,5	5,4	2,4	-9,9	7,8	-5,8	-6,6	3,6	6,2	1,9	0,4

P - dados preliminares;

Fonte: Contas Nacionais Anuais - 2014, INE (Base 2011); Data de versão dos dados: Março de 2015

Para a inversão da tendência de crescimento negativo ocorrida em 2014, com o aumento do PIB (de 0,9%), contribuiu a procura interna (2 p.p.), que refletiu a recuperação do consumo privado (2,1%), do investimento (2,3%), que decrescia há 5 anos consecutivos, tendo o consumo público continuado a diminuir (-0,7%). Ao contrário dos últimos três anos, a procura externa líquida contribuiu negativamente para a variação do PIB (-1,1 p.p.) devido ao abrandamento do crescimento das exportações (3,4%) e o do maior crescimento das importações (6,2%).

B – O complexo agroflorestral na economia

O complexo agroflorestral inclui o complexo agroalimentar (agricultura e indústrias alimentares, bebidas e tabaco) e o complexo florestal (silvicultura e as indústrias transformadoras de produtos florestais) e tem um peso importante na economia nacional, gerando 5,8% do PIB e 13,2% do emprego total da economia em 2014.

Quadro 3: Importância do complexo agroflorestral no PIB, no emprego, nas exportações e nas importações da economia em 2014^E (%)

	PIB	Emprego	Exportações	Importações
Agricultura	1,5	9,3	1,4	3,8
Ind. Alimentares, Bebidas e Tabaco	2,4	2,3	7,2	8,9
Silvicultura	0,5	0,2	0,1	0,4
Ind. Florestais	1,4	1,4	5,3	2,5
Complexo Agro-Florestal	5,8	13,2	14,0	15,6

E - dados estimados

Fonte: GPP, a partir de Contas Nacionais Anuais - 2014, INE (Base 2011); *Data de versão dos dados: Março de 2015*

Os produtos do complexo agroflorestral são bens internacionalmente transacionáveis, isto é, podem ser importados e exportados e estão, portanto, sujeitos à concorrência internacional nos mercados externos e no mercado interno. As atividades do complexo agroflorestral têm, por isso, um papel importante no comércio internacional representando, atualmente 14% dos valores das exportações e 15,6% dos valores das importações, de bens e serviços da economia.

Quadro 4: Exportações, importações e saldo comercial do complexo agroflorestal e da economia (milhões euros)

	2000	2007	2008	2009	2010	2011	2012 ^P	2013 ^P	2014 ^P	Taxa de crescimento médio anual (%)		
										2000-2014	2007-2014	2013-2014
Complexo Agro-florestal												
Exportações	4.690	6.914	7.352	6.677	7.595	8.268	8.660	9.216	9.696	5,3	5,0	5,2
Importações	7.158	9.565	10.294	9.250	10.016	10.757	10.309	10.745	10.582	2,8	1,5	-1,5
Saldo Comercial	-2.468	-2.651	-2.942	-2.573	-2.421	-2.489	-1.648	-1.530	-885			
Economia bens e serviços												
Exportações	36.216	54.405	55.675	47.513	53.751	60.410	63.364	67.216	69.161	4,7	3,5	2,9
Importações	50.401	67.814	73.048	59.655	67.351	67.952	64.501	65.540	67.938	2,2	0,0	3,7
Saldo Comercial	-14.185	-13.409	-17.374	-12.143	-13.600	-7.542	-1.137	1.676	1.223			
Peso do Complexo Agro-florestal no comércio internacional de bens e serviços (%)												
Exportações	13,0	12,7	13,2	14,1	14,1	13,7	13,7	13,7	14,0			
Importações	14,2	14,1	14,1	15,5	14,9	15,8	16,0	16,4	15,6			

P - dados provisórios;

Fonte: GPP, a partir de CN e CEA (Base 2011), INE; Data de versão dos dados: Março de 2015

O saldo da balança comercial da economia portuguesa evoluiu de forma muito positiva mantendo o *superavit* alcançado em 2013 pela primeira vez no período em análise (1.676 milhões de euros em 2013 para 1.223 milhões de euros em 2014), mesmo com as exportações a crescerem menos que as importações de bens e serviços. O saldo da balança comercial agroflorestal, tradicionalmente negativo, apresentou o seu valor absoluto mais baixo no período em análise (-885 milhões de euros).

C – Economia agrícola¹

Em 2014, o valor acrescentado agrícola, medido a preços de mercado, apresentou um crescimento em volume que se destaca face ao conjunto da economia (4,2% face aos 0,9%), embora com um decréscimo em valor (-1,7%).

O crescimento em volume deveu-se a um aumento do volume de produção com menor utilização de consumos intermédios. A diminuição em valor resultou da degradação dos preços implícitos na produção agrícola (-4%) face aos preços dos consumos intermédios utilizados pelo sector (-3,2%), pelo que, em resultado, os preços implícitos no VAB diminuíram 5,6%.

¹ O Instituto Nacional de Estatística procedeu à atualização da base das Contas Nacionais Portuguesas, substituindo a base de 2006 pela base 2011, sendo este o novo ano de referência. Esta nova série incorpora alterações metodológicas e nova informação estrutural.

Quadro 5: Taxa média de crescimento anual da produção, dos consumos intermédios, do VAB agrícola e do PIB (%)

	Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
	2000/2014 ^E			2013/2014 ^E		
Produção agrícola_{pm}	0,1	0,8	0,9	1,0	-4,0	-3,0
Consumos intermédios	0,4	1,8	2,2	-0,5	-3,2	-3,7
VAB_{pm} agrícola	-0,5	-0,5	-1,0	4,2	-5,6	-1,7
PIB_{pm}	0,1	2,1	2,2	0,9	0,9	1,9

E - dados estimados

Fonte: Resultados preliminares GPP, a partir de CN e CEA (Base 2011), INE; Data de versão dos dados: Março de 2015

Em 2014, o aumento do produto agrícola em volume a par da diminuição do emprego agrícola (-3,1%) originou um ganho da produtividade do trabalho (7,5%). Contudo, este aumento de produtividade do trabalho não foi suficiente para compensar quer a depreciação dos preços agrícolas face aos dos consumos intermédios, quer a diminuição dos subsídios em cerca de 5%, que se deveu na sua maioria à diminuição dos subsídios à produção, sobretudo devido aos pagamentos no âmbito do RPU², mas também dos subsídios aos produtos³, que se traduziu numa perda de rendimento (-2,8%).

² A campanha de 2014 sofreu uma redução linear do valor dos direitos a pagamento de RPU, decorrente da aplicação do artigo 40º do Regulamento nº 73/2009, alterado pelo Regulamento nº 1310/2013.

³ Os limites orçamentais dos Prémios por Vaca em Aleitamento e Ovelha e Cabra, na campanha de 2014, foram reduzidos na mesma proporção dos limites máximos nacionais.

Quadro 6: Taxa de variação anual de alguns indicadores relativos à atividade agrícola (%)

	2001	2007	2008	2009	2010	2011	2012 ^P	2013 ^P	2014 ^P
Produção_{pm}									
Preços correntes	6,5	1,3	6,4	-6,8	4,3	-0,9	3,2	5,4	-3,0
Preços constantes 2011	3,6	-3,2	4,6	-2,2	0,9	-1,6	-1,3	2,6	1,0
VAB_{pm}									
Preços correntes	3,3	-10,0	6,6	-7,2	3,0	-18,0	1,1	17,1	-1,7
Preços constantes 2011	-1,0	-11,0	12,5	-8,2	-0,7	-3,9	-2,7	5,6	4,2
Subsídios líquidos de impostos	20,3	15,0	13,2	-23,3	21,7	-8,5	16,5	-13,6	-5,0
VAB _{cr} (preços correntes)	6,6	-4,3	8,4	-11,8	7,7	-15,3	5,8	6,8	-3,4
Emprego (UTA)	0,4	-2,5	-2,3	-1,6	-8,4	-3,4	-0,8	-3,7	-3,1
Produtividade									
VAB _{pm} volume /UTA	-1,4	-8,7	15,1	-6,7	8,4	-0,5	-1,9	9,7	7,5
Rendimento									
VAL _{cf} real /UTA	3,6	-5,3	11,4	-15,1	19,2	-16,4	7,2	10,2	-2,8
Esforço de Investimento									
FBCF/VAB _{cf}	3,8	0,7	1,7	-0,2	-0,7	17,6	-8,2	-4,7	n.d.

P – dados preliminares

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2011), INE.
Data de versão dos dados: Março de 2015

O investimento na atividade agrícola manteve-se estável no período 2000-2013 (0,1% em média anual, a preços correntes), diferentemente da tendência do conjunto da economia (-2,5% em média anual, a preços correntes). O esforço de investimento agrícola (FBCF/VAB) tem-se mantido relativamente constante desde 2000, em torno dos 26%.

Quadro 7: O investimento na atividade agrícola a preços correntes

	2000	2008	2009	2010	2011	2012 ^P	2013 ^E	Taxa de crescimento médio anual (%) 2000-2013 ^{P0}
FBCF (2000=100)	100,0	110,2	96,9	103,6	103,1	100,2	101,9	0,1
FBCF/VAB _{cf} %	25,0	25,5	25,5	25,3	29,7	27,3	26,0	0,3

P - dados provisórios; E - dados estimados

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2011), INE.
Data de versão dos dados: Março de 2015

Quadro 8: Estrutura da produção agrícola e respetiva variação

	Estrutura em 2014 ^E	Taxa de crescimento médio anual 2014 ^E /2007			Taxa de variação 2014 ^E /2013P		
		Volume	Preço	Valor	Volume	Preço	Valor
Produção do Ramo Agrícola	100,0	0,4	0,5	0,9	0,8	-4,3	-3,5
Produção da Agricultura (Preços base)	97,5	0,5	0,4	0,9	0,8	-4,3	-3,5
Produção de Bens Agrícolas	95,5	0,6	0,4	1,0	0,9	-4,4	-3,5
Produção Vegetal	54,2	2,1	-1,1	1,0	0,4	-6,5	-6,2
Cereais	4,2	4,3	-3,7	0,4	-0,6	-3,4	-4,0
Plantas Industriais	0,5	-9,3	2,8	-6,8	5,1	-2,2	2,8
Plantas Forrageiras	4,2	0,0	-1,6	-1,6	7,3	-2,4	4,7
Vegetais e Produtos Hortícolas	16,4	2,2	0,0	2,2	2,8	-8,2	-5,7
Batatas (inclui sementes)	1,8	1,8	-6,1	-4,4	15,0	-43,0	-34,4
Frutos	15,2	3,4	-1,0	2,4	1,2	-5,2	-4,1
Vinho	9,7	-0,8	-0,2	-1,0	-10,0	0,4	-9,7
Azeite	1,0	5,9	-1,1	4,7	-4,4	-1,5	-5,8
Outros Produtos Vegetais	1,2	11,5	4,6	16,6	0,0	7,6	7,6
Produção Animal	41,3	-1,4	2,3	0,9	1,5	-1,3	0,1
Bovinos	6,9	-6,2	4,8	-1,8	-4,9	2,0	-3,0
Suínos	8,8	-1,6	2,7	1,0	1,7	-8,4	-6,8
Aves de capoeira	7,5	1,2	0,6	1,8	1,5	-4,3	-2,9
Leite	12,3	-0,5	2,1	1,6	4,2	3,3	7,6
Serviços Agrícolas	2,0	-2,5	2,3	-0,3	-2,3	0,4	-1,8

P - dados provisórios; E - dados estimados

Fonte: GPP, a partir de Contas Económicas da Agricultura (Base 2011), INE.

Data de versão dos dados: Março de 2015

Relativamente à produção agrícola em 2014, observa-se um crescimento em volume de 0,8% mas os resultados revelam uma variação negativa em valor em resultado da evolução negativa dos preços dos produtos agrícolas. A diminuição verificada na produção vegetal em valor (-6,2%) deveu-se essencialmente à evolução dos preços, sobretudo verificada nos frutos e hortícolas, com maior peso na produção agrícola, influenciados nomeadamente pelo embargo da Rússia às exportações europeias de produtos agrícolas. Ao nível da produção animal, que cresceu em volume 1,5%, destaca-se o decréscimo da produção de bovinos e o crescimento da produção de leite.

1.2 Complementaridade com outros instrumentos financeiros

Nesta matéria mantém-se a situação e os procedimentos instituídos e descritos nos Relatórios de execução dos anos anteriores.

Na medida 3.6 “Implantação de redes de banda larga de nova geração em zonas rurais”, foram liquidados 5 pedidos de pagamento, 2 da DST Alentejo e Algarve cujo projeto se encontra concluído e 3 da Fibroglobal, que tem uma taxa de execução real de 80%. Estes investimentos decorrem de acordo com o previsto no regulamento de aplicação da medida, e têm sido sempre acompanhados de parecer da ANACOM, a validar os investimentos efetuados, e enquadram-se no âmbito do protocolo de articulação entre o ProDeR e os Programas Operacionais (PO) Regionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN) que delimitou, de forma objetiva, as áreas de intervenção a cargo do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) - ProDeR e as áreas de intervenção a cargo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – PO Regionais.

Adicionalmente, no quadro da operacionalização da medida 3.7 “Centros educativos rurais do Algarve”, registou-se um elevado nível de desistências dos PA aprovados, 6 dos 10 PA aprovados foram considerados desistidos ou no âmbito da Operação Limpeza, por incumprimento do prazo de início de execução, ou por desistência do promotor. Em 2014 foram liquidados 10 novos pedidos de pagamento referentes a 4 projetos. Apenas o projeto de ampliação da Escola EBI/JI de Aljezur, do Município de Aljezur se encontra concluído com uma taxa de execução real de 62%.

Esta medida apresenta sinergias com a tipologia de intervenção “Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar” do Eixo Prioritário 3 (Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano) do PO Regional do Algarve do QREN, que visa o desenvolvimento do Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

1.3 Alteração das condições gerais

O Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), incluindo o FEADER e respetivos Programas de Desenvolvimento Rural (PDR), para o período de programação de 2014 a 2020, define também o regime de transição das AG do período de programação 2007-2013 para as AG do Portugal 2020.

Nesse enquadramento, o artigo 83.º, nos seus nºs 3 e 4, alínea f), determina a extinção da AG do ProDeR e do PRRN e a assunção das suas competências, direitos e obrigações, pela AG do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

A Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 59/2014, de 30 de outubro, criou a AG do PDR 2020, estrutura de missão encarregue da execução e gestão deste Programa, bem como do encerramento do ProDeR e do PRRN.

1. PROGRESSOS DO PROGRAMA

Neste capítulo pretende-se apresentar um balanço da evolução da implementação do ProDeR, até ao final de 2014, quer no que respeita a concursos ou períodos de candidaturas realizados e montantes financeiros disponibilizados, quer a candidaturas apresentadas pelos beneficiários a esses mesmos concursos, investimento proposto, candidaturas aprovadas e contratadas. Esta primeira análise termina com o volume de candidaturas contratadas e com pagamentos já efetuados.

2.1 Balanço global do Programa

Em 2014, a atuação da AG procurou não só assegurar a continuidade do trabalho que vinha a ser feito nos últimos anos, centrando-se com maior intensidade na execução do Programa e na sua monitorização, como na operacionalização da transição entre os dois quadros comunitários (2007-2013 e 2014-2020), conforme regras comunitárias estabelecidas pelo Regulamento (UE) nº 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013.

Estas regras vieram permitir que, apesar das dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrarem integralmente comprometidas desde fevereiro de 2013, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir PA ainda com base nas regras do ProDeR (Regulamento (UE) nº 1698/2005).

As regras de transição para o novo PDR, que ficaram consolidadas no final do ano de 2013, vieram permitir que as candidaturas em lista de espera, desde fevereiro de 2013, pudessem começar a ser analisadas e decididas em janeiro de 2014. Para a Elaboração deste Relatório foram consideradas entradas as candidaturas analisadas e decididas até 31 de dezembro de 2014.

Durante o ano de 2014, o ProDeR pagou cerca de 695 milhões de euros aos beneficiários do Programa, incluindo verbas que posteriormente foram objeto de recuperações, o que representa uma média mensal de pagamentos de

cerca de 58 milhões de euros que assim foram canalizados para a economia real.

Por outro lado, foram aprovados em 2014 cerca de 4.700 novos projetos de investimento, aos quais foi atribuído um apoio superior a 485.500 mil euros, o que alavanca um investimento total de cerca de 748.700 mil euros.

Em termos de valores acumulados, o ProDeR terminou o ano de 2014 com 38.964 projetos de investimento aprovados, um montante total de investimento/custo total aprovado de cerca de 8 mil milhões de euros, ao qual foi atribuído apoio de cerca de 4,7 mil milhões de euros e que contribuem para a criação de mais de 45.000 postos de trabalho.

No final de 2014, o ProDeR atingiu uma taxa de execução, aferida pelo fundo (relação entre o fundo pago e o programado), de 93%, tendo já pago aos seus beneficiários mais de 3,9 mil milhões de euros, o que significa que, a taxa de execução aumentou 16 p.p. no ano.

No final de 2014, o número total de projetos desistidos era de 2.334, os quais permitiram libertar cerca de 210 milhões de euros de despesa pública, montante que traduz uma taxa de desistências de 7%. O conjunto dos projetos concluídos era de 21.533 o que representa cerca de 55% do total de PA aprovados à data. A taxa de subexecução deste conjunto de projetos mantem-se nos 7% traduzindo uma libertação de cerca de 95 milhões de euros.

2.1.1 Concursos abertos

Os regulamentos específicos de cada ação estabelecem as modalidades de apresentação das candidaturas. No ano de 2014 deu-se continuidade à opção adotada no início de 2010, no âmbito da flexibilização e simplificação do Programa, de privilegiar a modalidade de candidaturas em contínuo.

A 30 de junho de 2014 estes períodos de candidaturas foram suspensos tendo em conta o crescente volume de PA submetidos ao longo dos primeiros meses

do ano, no âmbito das medidas de apoio ao investimento e considerando que o PDR 2020, apresentado à Comissão Europeia no início de maio, iria ser operacionalizado com prioridade para estas medidas.

Assim, em 2014, foram abertos 6 novos concursos, dos quais 5 com a possibilidade de apresentação de candidaturas em contínuo.

Relativamente às medidas/ações enquadradas no Pedido Único (PU), o período de candidaturas decorreu entre fevereiro e maio.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição dos concursos abertos por medida e subprograma.

Quadro 9: Concursos em vigor no ano de 2014 (exclui medidas enquadradas no PU)

Subprograma / Medida / Ação (exclui medidas PU)	Nº concursos (abertos em 2014)	Nº concursos (em contínuo e abertos em anos anteriores)	Dotação (despesa pública) Mil euros
Subprograma 1	1	10	0
111 Modernização e capacitação das empresas		2	*
112 Investimentos de pequena dimensão		1	*
113 Instalação de jovens agricultores		1	*
12 Redimensionamento e cooperação empresarial			
131 Melhoria produtiva dos povoamentos		2	*
132 Gestão multifuncional		1	*
133 Modernização e capacitação das empresas florestais		1	*
142 Informação e promoção de produtos de qualidade			
152 Restabelecimento do potencial produtivo			
161 Desenvolvimento do regadio			
162 Regadio de Alqueva		1	*
163 Sustentabilidade dos regadios públicos			
164 Modernização dos regadios coletivos tradicionais			
165 Projetos estruturantes	1	1	*
Subprograma 2	4	5	0
223 Conservação e melhoramento de recursos genéticos	1		*
231 Minimização dos riscos	1	1	*
232 Ordenamento e reconversão dos povoamentos	1	2	*
233 Valorização ambiental dos espaços florestais	1	1	*
24 ITI - Apoio à gestão e instrumentos de programação e gestão das ITI			
ITI - Investimentos não produtivos		1	*
Subprograma 3	0	6	1.297
311 Diversificação de atividades na exploração agrícola		2	385
312 Criação e desenvolvimento de microempresas		2	462
313 Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer		2	450
321 Conservação e valorização do património rural			
322 Serviços básicos para a população rural			
341 Cooperação interterritorial			
342 Cooperação transnacional			
35 Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação			
36 Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais			
37 Centros educativos rurais do Algarve			
Subprograma 4	0	4	0
41 Cooperação para a inovação		1	*
421 Formação especializada		1	*
422 Redes temáticas de informação e divulgação		1	*
431 Serviços de aconselhamento agrícola		1	*
432 Serviços de apoio às empresas			
Assistência Técnica	1	0	13.300
Assistência Técnica	1		13.300
TOTAL	6	25	14.597

* concursos abertos em período contínuo.



2.1.2 Candidaturas entradas e investimento proposto

No ano de 2014 foram consideradas cerca de 135 mil candidaturas, sendo que as medidas SIGC (considerando aqui os pedidos de pagamento anuais) representam cerca de 96% do total.

O investimento/custo total envolvido atinge o valor de 1.068.675 mil euros.

Nas medidas não SIGC, o subprograma 1 "Promoção da competitividade", cujas candidaturas representam 65% do número total de candidaturas apresentadas nas medidas de investimento, continua a ser claramente o que tem maior adesão. O subprograma 3 "Dinamização das zonas rurais" representa 14% (vs. 16% em 2013) das candidaturas apresentadas nas medidas de investimento.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por subprograma, do número de candidaturas e do investimento/ custo total apresentado.

Quadro 10: Candidaturas entradas⁴ até 31-12-2014 (exclui medidas enquadradas no PU e os PA sem dotação)

Un.: mil euros

Exclui medidas / ações enquadradas no PU	2014		Acumulado a 31-12-2014	
	Nº de candidaturas	Investimento/ custo total	Nº de candidaturas	Investimento/ custo total
Subprograma 1	4.095	727.699	33.467	7.943.729
Subprograma 2	1.214	99.302	6.559	591.435
Subprograma 3	63	5.870	7.315	1.091.282
Subprograma 4	435	38.072	4.445	218.714
Assistência técnica	8	21.740	58	118.393
TOTAL	5.815	892.683	51.844	9.963.553

Nota: não inclui as candidaturas desistidas, repetidas, rescindidas e canceladas.

Quadro 11: Candidaturas entradas até 31-12-2014 (enquadradas no PU)

Un.: mil euros

Medidas / ações enquadradas no PU	2014		Acumulado a 31-12-2014	
	Nº pedido pagamento	Investimento/ custo total	Nº pedido pagamento	Investimento/ custo total
Subprograma 1	0	0	45.532	16.543
Subprograma 2	129.192	175.992	1.017.428	1.287.281
TOTAL	129.192	175.992	1.062.960	1.303.824

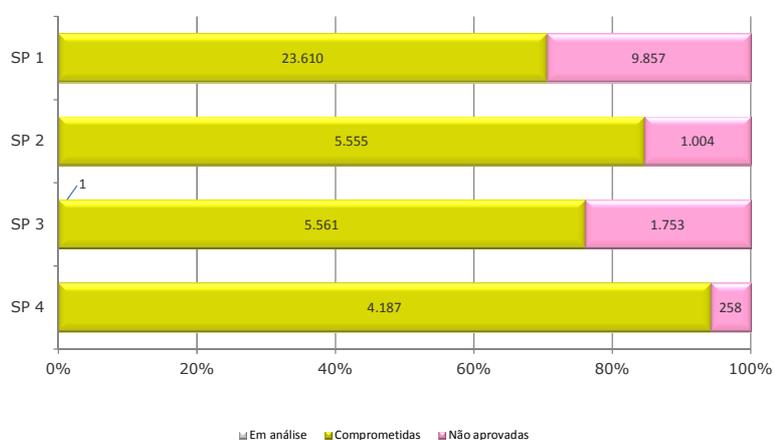
Nota: dados referentes a pedidos de pagamento (PU).

⁴ Consideram-se entradas as candidaturas decididas até 31 de dezembro de 2014.

2.1.3 Análise, aprovação e contratação dos pedidos de apoio

Em termos médios, a percentagem de não aprovações no universo das candidaturas decididas continua a baixar apresentando, no final de 2014, uma taxa de 25% (vs 26% em 2013).

Figura 1: Situação das candidaturas a 31-12-2014 (acumulado)



Até ao final de 2014 foram aprovadas⁵ 38.964 candidaturas, que envolveram 6.657.280 mil euros de investimento. Estas aprovações representam uma despesa pública de 3.412.412 mil euros com um cofinanciamento médio aproximado de 83%, pelo FEADER.

Destas candidaturas analisadas foram enviadas para contratação 37.895 com um valor de despesa pública de 3.291.837 mil euros e uma participação FEADER de 2.726.107 mil euros. Destas cerca de 11% foram enviadas para contratação no ano de 2014.

⁵ Candidaturas, objeto de análise, com parecer favorável para decisão final.

Quadro 12: Compromissos assumidos e contratos enviados (exclui medidas/ações enquadradas no PU e Transitados)

Un.:mil euros

Sub programa	Designação	Compromissos assumidos				Contratações		
		Nº	Custo total	Despesa pública	FEADER [*]	Nº	Despesa pública	FEADER [*]
SP 1	Promoção da competitividade	23.610	5.068.879	2.366.751	1.947.112	22.841	2.262.946	1.858.877
SP 2	Gestão sustentável do espaço rural	5.555	492.781	399.237	338.447	5.383	390.209	330.773
SP 3	Dinamização das zonas rurais	5.561	823.647	483.140	407.064	5.514	478.627	403.228
SP 4	Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências	4.187	168.905	85.126	71.206	4.106	81.897	68.461
Assistência Técnica		51	103.068	78.158	64.768	51	78.158	64.768
TOTAL ProDeR		38.964	6.657.280	3.412.412	2.828.596	37.895	3.291.837	2.726.107

[*] - Valor ajustado à nova taxa de cofinanciamento (85%).

Se considerarmos o universo total das ações, o volume de candidaturas aprovadas (pedidos de pagamento no caso das medidas de natureza plurianual) traduz-se numa taxa de compromisso global do ProDeR (relação entre o fundo aprovado e o programado, excluindo as medidas transitadas), no final de 2014, de 124% dos fundos programados para o período 2007-2013. Esta taxa de compromissos resulta da existência de um *overbooking* técnico assumido pelo Programa e da aprovação de projetos ao abrigo das disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, conforme definido no Regulamento (UE) nº 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013.

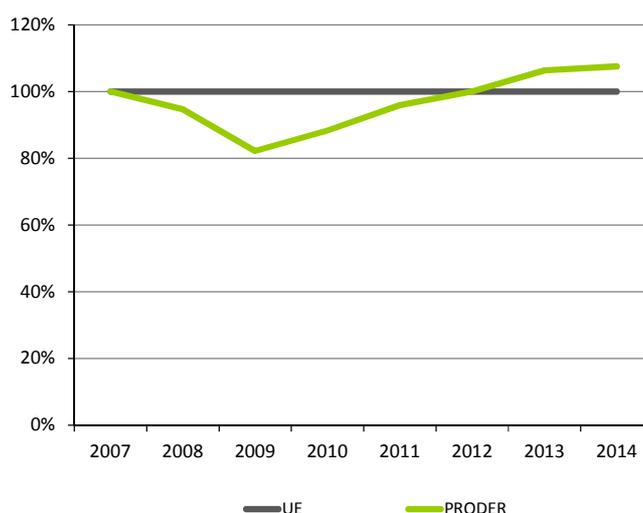
A taxa de contratação global (relação entre o fundo contratado e o programado, incluindo as medidas transitadas) no final de 2014 representava cerca de 121% dos fundos programados para o período 2007-2013.

2.1.4 Execução financeira

O ritmo crescente de execução do ProDeR, que se verificou a partir do final de 2009, permitiu a recuperação total do atraso inicial do Programa, apesar de todas as dificuldades.

Pese embora a situação de profunda crise que Portugal atravessou, os números mostram que foi possível recuperar o atraso do nível de execução face à média da UE, conforme gráfico que se apresenta em seguida.

Figura 2: Evolução da execução do ProDeR face à média da UE



O montante total dos pagamentos efetuados no ProDeR, no final de 2014, era de 3.967.971 mil euros de despesa pública e 3.309.067 mil euros de comparticipação FEADER⁶.

Em termos globais, a taxa de execução do Programa (relação entre o Fundo pago e o programado) passou de 76% em 2013 para 93% em 2014.

O subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural" e o subprograma 1 "Promoção da competitividade" continuam a ser os subprogramas com o

⁶ Refere-se a despesa elegível para reembolso pelo FEADER, excluindo-se o montante de pagamentos de adiantamentos com comparticipação nacional e outras despesas não elegíveis, nomeadamente o IVA.

maior peso em termos de pagamentos acumulados, com 97% e 92%, respetivamente.

É, ainda, de realçar o aumento do peso dos pagamentos do subprograma 3 “Dinamização das zonas rurais” no total dos pagamentos do ano (de 13% em 2013 para 17% em 2014) do qual resultou um aumento da taxa de execução deste subprograma de 36 p.p. (83% em 2014 vs. 57% em 2013).

A taxa de realização (relação entre o fundo pago e o aprovado) foi, em termos globais, de 76%, com valores mais elevados (82%) no subprograma 2 “Gestão sustentável do espaço rural” dadas as particularidades da maioria das suas ações.

Em 2014, o montante total de pagamentos efetuados foi de 694.529 mil euros, a que corresponde uma comparticipação FEADER de 593.381 mil euros.

A execução total PIDDAC ascendeu a 114,2 milhões de euros, incluindo o pagamento do IVA às entidades públicas. Esta execução correspondeu à utilização integral da dotação OE/PIDDAC disponibilizada, incluindo o reforço de cerca de 22 milhões de euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se, para o período 2007-2014 e para o ano de 2014, os dados relativos a compromissos assumidos, contratos celebrados e pagamentos aos beneficiários, por subprograma do ProDeR e por Eixo da regulamentação comunitária.

Quadro 13: Indicadores de monitorização: 2007-2014 (por subprograma)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2014

SUBPROGRAMA	PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES								
	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2014 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2014		Taxa de realização [e]		
	mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8	
ProDeR	4.282.019	3.573.777	1.101.924	4.716.237	3.928.027	1.100.855	4.595.661	3.825.538	3.967.971	3.309.067	123%	124%	120%	121%	94%	93%	76%	76%	
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	1.794.733	1.455.882	69.142	2.383.294	1.959.654	68.373	2.279.489	1.871.420	1.647.120	1.333.907	133%	135%	127%	129%	92%	92%	72%	71%
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	1.430.138	1.207.863	1.022.983	1.686.518	1.425.335	1.022.811	1.677.490	1.417.661	1.381.294	1.165.895	118%	118%	117%	117%	97%	97%	82%	82%
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	464.195	391.831	5.561	483.140	407.064	5.514	478.627	403.228	384.665	323.361	104%	104%	103%	103%	83%	83%	80%	80%
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	57.377	47.467	4.187	85.126	71.206	4.106	81.897	68.461	48.815	40.341	148%	150%	143%	144%	85%	85%	60%	59%
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS	458.733	407.121	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	464.495	411.886	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	101%	101%	n.a.	n.a.
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	76.844	63.613	51	78.158	64.768	51	78.158	64.768	41.581	33.678	102%	102%	102%	102%	54%	53%	53%	52%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Decisão C(2012) 2071 de 28-03-2012, com alterações aprovadas pela COM a 19-02-2015.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à taxa de cofinanciamento de 85%.

Quadro 14: Indicadores de monitorização: 2014 (por subprograma)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2014

SUBPROGRAMA	PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES								
	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2014 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2014		Taxa de realização [e]		
	mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8	
ProDeR	4.282.019	3.573.777	133.876	661.583	563.808	133.148	487.367	415.727	694.529	593.381	17%	18%	13%	13%	16%	17%	135%	135%	
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE	1.794.733	1.455.882	3.206	399.075	340.207	2.623	223.488	190.961	370.781	317.506	22%	23%	12%	13%	21%	22%	166%	166%
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL	1.430.138	1.207.863	130.261	244.719	208.470	130.123	239.879	204.356	146.995	125.409	17%	17%	17%	17%	10%	10%	61%	61%
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS	464.195	391.831	0	0	0	0	0	0	115.252	98.225	0%	0%	0%	0%	25%	25%	n.a.	n.a.
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS	57.377	47.467	408	11.226	9.547	392	8.916	7.583	11.297	9.614	20%	20%	16%	16%	20%	20%	127%	127%
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS	458.733	407.121	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	37.285	31.640	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	8%	8%	n.a.	n.a.
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	76.844	63.613	1	6.562	5.584	10	15.084	12.827	12.920	10.988	9%	9%	20%	20%	17%	17%	86%	86%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Decisão C(2012) 2071 de 28-03-2012, com alterações aprovadas pela COM a 19-02-2015.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à taxa de cofinanciamento de 85%.

Quadro 15: Indicadores de monitorização: 2007-2014 (por Eixo)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2014

EIXO	PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]				CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES							
	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2014 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2014		Taxa de realização [e]		
	mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8	
ProDeR	4.282.019	3.573.777	1.101.924	4.716.237	3.928.027	1.100.855	4.595.661	3.825.538	3.967.971	3.309.067	123%	124%	120%	121%	94%	93%	76%	76%	
EIXO 1	COMPETITIVIDADE	1.876.587	1.524.164	73.329	2.468.420	2.030.860	72.479	2.361.386	1.939.881	1.719.941	1.394.662	133%	135%	127%	129%	92%	92%	73%	71%
EIXO 2	MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM	1.858.378	1.589.102	1.022.954	1.684.914	1.424.009	1.022.782	1.675.886	1.416.335	1.821.020	1.556.755	118%	118%	118%	118%	98%	98%	109%	82%
EIXO 3	DIVERSIFICAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA	40.834	36.292	35	36.942	32.889	35	36.942	32.889	33.262	29.761	90%	91%	90%	91%	81%	82%	90%	90%
EIXO 4	LEADER	429.376	360.606	5.555	447.802	375.500	5.508	443.289	371.664	352.167	294.211	104%	104%	103%	103%	82%	82%	79%	79%
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	76.844	63.613	51	78.158	64.768	51	78.158	64.768	41.581	33.678	102%	102%	102%	102%	54%	53%	53%	52%

Notas:

[a] - Decisão C(2012) 2071 de 28-03-2012, com alterações aprovadas pela COM a 19-02-2015.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à taxa de cofinanciamento de 85%.

Quadro 16: Indicadores de monitorização: 2014 (por Eixo)

Execução financeira (programação, compromissos, contratos e pagamentos)

Dados reportados a 31 dezembro 2014

EIXO	PROGRAMAÇÃO 2007-2013 [a]		COMPROMISSOS ASSUMIDOS [b]			CONTRATOS [c]			PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [d]		INDICADORES								
	Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Nº	Despesa pública	FEADER [f]	Despesa pública	FEADER	Taxa de compromissos 2007-2014 [e]		Taxa de contratação [e]		Taxa de execução 2007-2014		Taxa de realização [e]		
	mil euros			mil euros			mil euros		mil euros		Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11=4/1	12=5/2	13=7/1	14=8/2	15=9/1	16=10/2	17=9/7	18=10/8	
ProDeR	4.282.019	3.573.777	133.876	661.583	563.808	133.148	487.367	415.727	694.529	593.381	17%	18%	13%	13%	16%	17%	135%	135%	
EIXO 1	COMPETITIVIDADE	1.876.587	1.524.164	3.614	410.301	349.754	3.015	232.403	198.544	383.205	328.077	22%	23%	13%	13%	20%	22%	165%	165%
EIXO 2	MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM	1.858.378	1.589.102	130.261	244.719	208.470	130.123	239.879	204.356	183.200	156.126	17%	17%	17%	17%	10%	10%	76%	61%
EIXO 3	DIVERSIFICAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA	40.834	36.292	0	0	0	0	0	0	4.893	4.387	0%	0%	0%	0%	12%	12%	n.a.	n.a.
EIXO 4	LEADER	429.376	360.606	0	0	0	0	0	0	110.312	93.803	0%	0%	0%	0%	26%	26%	n.a.	n.a.
	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	76.844	63.613	1	6.562	5.584	10	15.084	12.827	12.920	10.988	9%	9%	20%	20%	17%	17%	86%	86%

Notas:

n. a. - não aplicável

[a] - Decisão C(2012) 2071 de 28-03-2012, com alterações aprovadas pela COM a 19-02-2015.

[b] - Dados relativos a candidaturas aprovadas e com parecer favorável e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados, com exceção da Medida 17 cujo montante de compromissos se refere a candidaturas submetidas.

[c] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[d] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[e] - A base de cálculo da taxa exclui os Compromissos Transitados.

[f] - Valor ajustado à taxa de cofinanciamento de 85%.

2.1.5 Encerramento de projetos

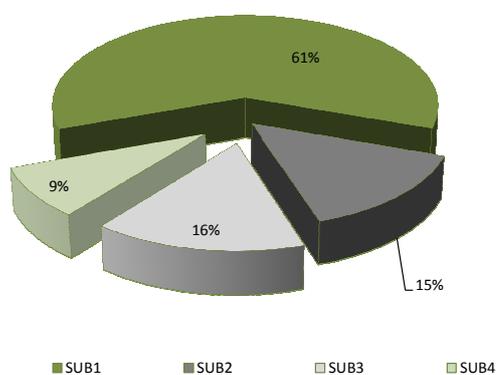
Atendendo a que o Programa se aproxima fim, com uma carteira de cerca de 39 mil projetos de investimento aprovados é também de extrema importância garantir e maximizar a plena utilização das verbas que são disponibilizadas em sede de encerramento dos projetos, as quais são de imediato canalizadas para a execução dos projetos aprovados em *overbooking*.

Nesta vertente, a "Operação Limpeza" continuou a desempenhar uma grande importância e permitiu que, no final de 2014, o conjunto de projetos concluídos fosse já superior a 21,5 mil, com uma libertação de verbas que rondava os 95,2 milhões de euros. O subprograma 1, com 56% dos seus projetos encerrados, é o subprograma com mais peso (61%) no total dos projetos encerrados. O subprograma 3, o segundo com maior peso no total dos projetos encerrados, já encerrou 61% dos seus projetos.

Em termos de libertação de verbas é o subprograma 1 que apresenta o maior valor, com cerca de 58,3 milhões de euros libertados, dos quais 50% são provenientes de projetos encerrados na Ação 1.1.1 "Modernização e capacitação de empresas".

Paralelamente, iniciaram-se os trabalhos de articulação com o Organismo Pagador, em matéria de regras para encerramento de projetos com data de conclusão de 31.12.2014.

Figura 3: Projetos encerrados a 31-12-2014 (acumulado)



2.1.6 Indicadores de realização e de resultado

Apresenta-se em seguida o conjunto de indicadores de realização e de resultado que são parte integrante do reporte à Comissão Europeia e que decorrem do Quadro Comum de Acompanhamento e Avaliação (CMEF). Estes indicadores são calculados com base nos valores pagos entre 2007 e 2014, ou seja com base nos PA em execução, e são apresentados por medidas da Comissão.

À medida que os projetos foram sendo encerrados, foi recolhida um conjunto de informação referente à execução física dos projetos e, em certos casos, aos resultados económicos obtidos. Com base nesta informação, foi possível aferir os indicadores de resultados calculados com base em dados da candidatura, aumentando a robustez dos mesmos, e calcular os indicadores que só eram possíveis de recolher no final da execução.

Quadro 17: Indicadores de realização (medidas da Comissão)

Código da Medida	Descrição da Medida	Indicadores de realização	Efectuado em 2014	Acumulado 2007-2014	Objectivos 2007-2014	Taxa de Execução
111	Formação profissional e ações de divulgação (ações 1.1.1, 1.3.3 e 4.2.1)	Número de participantes em ações de formação	1.111	15.925	17.040	93%
		Número de dias de formação recebidos	16.988	243.512	250.200	97%
112	Instalação de jovens agricultores	Número de jovens agricultores apoiados	790	7.761	7.500	103%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	108.424	961.160	1.000.000	96%
113	Reforma antecipada (1)	Número de beneficiários	NP	NP	NP	NP
		Número de hectares libertados	NP	NP	NP	NP
114	Utilização serviços aconselhamento	Número de agricultores apoiados	276	1.602	3.000	53%
		Número de detentores de áreas florestais apoiadas	NP	NP	NP	NP
115	Criação de serviços de gestão e aconselhamento	Número de serviços recentemente criados	1	286	160	179%
121	Modernização de explorações agrícolas (111c1 s/formação, 112 e 113)	Número de explorações agrícolas apoiadas	3.378	13.387	15.900	84%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	388.229	1.997.203	2.140.000	93%
122	Melhoria do valor económico florestas (131 e 132)	Número de explorações florestais apoiadas	188	1.400	1.140	123%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	21.108	161.394	160.000	101%
123	Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais (133, 111c2 s/formação e a 12)	Número de empresas apoiadas	55	843	1.122	75%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	60.804	1.352.270	1.460.000	93%
124	Cooperação para a elaboração de novos produtos, processos e tecnologias	Número de iniciativas de cooperação apoiadas	12	69	75	92%
125	Melhoria e desenvolvimento de Infraestruturas	Número de operações apoiadas	25	260	250	104%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	12.482	545.157	540.000	101%
126	Restabelecimento do potencial agrícola afectado por catástrofes naturais e medidas de prevenção	Superfície de terras agrícolas danificadas objecto de apoio (ha)	5.675	10.598	12.000	88%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	16.072	54.649	50.000	109%
131	Cumprimento de normas baseadas na legislação comunitária	Número de beneficiários	0	9.416	10.000	94%
132	Participação dos agricultores em regimes de qualidade dos alimentos	Número de explorações agrícolas apoiadas	0	8.734	14.000	62%
133	Atividades de informação e de promoção	Número de ações apoiadas	0	11	12	92%
Exbo 2						
211	Compensação de desvantagens em zonas de montanha	Número de explorações apoiadas	2.247	129.774	75.000	170%
		SAU apoiada (ha)	29.517	789.279	500.000	152%
212	Pagamentos aos agricultores para compensação de desvantagens noutras zonas que não as de montanha	Número de explorações apoiadas	1.289	33.710	15.000	216%
		SAU apoiada (ha)	31.507	592.032	300.000	187%
213	Pagamentos Natura 2000 e relacionados com a Directiva 2000/60/CE	Número de explorações apoiadas	NP	NP	NP	NP
		SAU apoiada (ha)	NP	NP	NP	NP
		Número de explorações apoiadas	546	24.117	43.240	56%
		Superfície total apoiada (ha)	81.398	1.133.066	1.082.000	105%
214	Pagamentos agroambientais	Superfície líquida apoiada (ha)	80.920	1.128.462	1.072.000	105%
		Número de contratos	0	24.143	47.390	51%
215	Pagamentos relacionados com o bem-estar animal	Número de explorações agrícolas apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Número de contratos	NP	NP	NP	NP
216	Investimentos não produtivos (setor agrícola)	Número de explorações apoiadas	542	1.933	1.950	99%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	18.106	60.648	40.994	148%
221	Primeira florestação de terras agrícolas	Número de beneficiários	59	310	750	41%
		Número de hectares de terras florestadas	1.635	9.596	25.000	38%
222	Apoio à primeira implantação de sistemas agroflorestais em terras agrícolas	Número de beneficiários	2	5	565	1%
		SAU apoiada (ha)	23	221	15.000	1%
223	Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas	Número de beneficiários	21	106	600	18%
		Número de hectares de terras florestadas	629	3.977	20.000	20%
224	Pagamentos Natura 2000	Número de explorações florestais apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Terras florestais apoiadas (ha)	NP	NP	NP	NP
		Número de explorações florestais apoiadas	22	332	750	44%
		Superfície florestal total apoiada (ha)	3.005	22.199	14.000	159%
		Superfície florestal líquida apoiada (ha)	1.860	20.945	14.000	150%
		Número de contratos	0	412	1.375	30%
226	Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção	Número de ações apoiadas	0	512	800	64%
227	Investimentos não produtivos (setor florestal)	Número de detentores de áreas florestais apoiadas	0	776	3.250	24%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	0	134.735	86.564	156%
Exbo 3						
311	Diversificação para atividades não agrícolas	Número de beneficiários	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
312	Criação e desenvolvimento de empresas	Número de microempresas apoiadas	NP	NP	NP	NP
313	Incentivo a atividades turísticas	Número de novas atividades turísticas apoiadas	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
321	Serviços básicos para a economia e população rurais	Número de ações apoiadas	0	6	1.507	0%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	0	49.753	149.790	33%
322	Renovação e desenvolvimento das aldeias	Número de aldeias em que as ações tiveram lugar	NP	NP	NP	NP
		Volume total do investimento (milhares de euros)	NP	NP	NP	NP
323	Conservação e valorização do património rural	Número de ações apoiadas	0	29	1.000	3%
		Volume total do investimento (milhares de euros)	0	1.724	110.121	2%
331	Formação e informação dos agentes económicos que exercem a sua atividade nos domínios abrangidos pelo eixo 3	Número de agentes económicos apoiados	NP	NP	NP	NP
		Número de dias de formação recebidos	NP	NP	NP	NP
341	Aquisição de competências, animação e execução	Número de ações apoiadas	NP	NP	NP	NP
Exbo 4						
41	Execução de estratégias locais de desenvolvimento	Número de GAL	0	47	46	102%
		Superfície total das zonas dos GAL (km2)	0	80.473	76.828	105%
		População total das zonas dos GAL	0	3.734.564	NA	NA
		Número de projetos financiados pelos GAL	1.503	4.866	9.900	49%
		Número de beneficiários	2.323	4.389	NP	NP
421	Execução de projetos de cooperação	Número de projetos de cooperação apoiados	0	44	170	26%
		Número de GAL participantes na cooperação	1	47	46	102%
431	Funcionamento do GAL, aquisição de competências e animação do território	Número de ações apoiadas	4.778	7.156	3.500	204%

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

(1) Medida transitada

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

Quadro 18: Indicadores de resultado (medidas da Comissão)

Eixo 1 - AUMENTO DA COMPETITIVIDADE DOS SECTORES AGRÍCOLA E FLORESTAL

(2007 - 2014)

INDICADOR	Nº de participantes que terminaram com êxito uma actividade de formação relacionada com a agricultura e/ou a silvicultura			Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (milhões de €)			Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas			Valor da produção agrícola com marcas/normas de qualidade reconhecidas (milhões de €)		
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER												
111 - Ações de formação profissional e informação	10.886	11.032	98,7									
112 - Instalação de jovens agricultores				1.931	1.000	193,1						
113 - Reforma antecipada ⁽¹⁾				NP	NP	NP						
114 - Utilização de serviços de aconselhamento				NI	32	0,0						
115 - Criação de serviços de gestão, de substituição e de aconselhamento				NI	80	0,0						
121 - Modernização das explorações agrícolas				4.809	1.900	253,1	6.036	2.800	215,6			
122 - Melhoria do valor económico da floresta				2	550	0,4	415	400	103,8			
123 - Aumento do valor dos produtos agrícolas e florestais				4.769	3.000	159,0	787	634	124,1			
124 - Coop. p/ elabor. de novos produtos, processos e tecnolog. nos sect. agríc., alim. e florestal				NI	130	0,0	72	75	96,0			
125 - Melhoria e desenvolvimento de infraestruturas				3.182	2.000	159,1						
126 - Rest. pot. prod. agr. afec. por catástrofes nat. e intr. de med. prev. adequadas				NI	50	NA						
132 - Participação de agricultores em sistemas de qualidade alimentar										NA	298	0,0
133 - Actividades de informação e de promoção										74	50	147,5

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

Os valores de VAB apresentados para as diferentes medidas não são adicionáveis. Por exemplo, o aumento de VAB de um beneficiário da 112 e da 121 está a ser contabilizado na sua totalidade em cada uma das medidas.

(1) Medida transitada

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável



**Eixo 2 - MELHORIA DO AMBIENTE E DA PAISAGEM RURAL ATRAVÉS DA GESTÃO DO ESPAÇO RURAL
(2007 - 2014)**

INDICADOR		Superfície (ha) em que a gestão do respectivo espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para a biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural, a qualidade da água, o combate às alterações climáticas, a qualidade dos solos e o combate à marginalização e ao abandono da terra														
PROGRAMA / MEDIDA		Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural			Qualidade da água			Combate às alterações climáticas			Qualidade dos solos			Combate à marginalização e ao abandono da terra		
		Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER																
211/212 - Pagamentos para compensação de desvantagens naturais em zonas de montanha/outras zonas com desvantagens	Fora da Rede Natura				991.664	580.000	167,5	991.664	580.000	167,5	991.664	580.000	167,5	991.664	580.000	167,5
	Dentro da Rede Natura	389.647	220.000	158,6	389.647	220.000	158,6	389.647	220.000	158,6	389.647	220.000	158,6	389.647	220.000	158,6
213 - Pagamentos Natura 2000		NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-
214 - Pagamentos Agro-ambientais	TOTAL sem PBD	1.094.467	560.000	195,4	1.103.348	560.000	197,0	326.235	157.000	207,8	1.113.695	450.000	247,5	156.817	160.000	98,0
	Alteração dos modos de produção agrícola (AMPA)	937.650	890.000	105,4	937.650	890.000	105,4	300.413	445.000	67,5	937.650	880.000	106,6			
	AMPA e Conservação do solo							24.267	40.000	60,7						
	Protecção da biodiversidade doméstica (PBD) (CN)	46.116	40.000	115,3												
	ITI	156.817	160.000	98,0	165.699	160.000	103,6	1.556	7.000	22,2	151.779	50.000	303,6	156.817	160.000	98,0
216 - Apoio a investimentos não produtivos (setor agrícola)		47.511	Não relevante	-	47.511	Não relevante	-	47.511	Não relevante	-	53.712	Não relevante	-	47.511	Não relevante	-
221 - Primeira florestação de terras agrícolas		9.596	Melhoria	Cumprido	9.596	10.000	96,0	9.596	10.000	96,0	9.596	10.000	96,0	NP	Melhoria	-
222 - Apoio à primeira implementação de sistemas agroflorestais em terras agrícolas		221	Melhoria	Cumprido	221	200	1,5	221	200	1,5	221	200	1,5	221	Melhoria	Cumprido
223 - Apoio à primeira florestação de terras não agrícolas		3.977	Melhoria	Cumprido	3.977	5.000	19,9	3.977	5.000	79,5	3.977	5.000	79,5	3.977	Melhoria	Cumprido
224 - Pagamentos Natura 2000		NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-	NP	NP	-
225 - Pagamentos silvoambientais		20.945	Melhoria	Cumprido	20.945	Melhoria	Cumprido	20.945	Melhoria	Cumprido	20.945	Melhoria	Cumprido	20.945	Melhoria	Cumprido
226 - Apoio ao restabelecimento do potencial silvícola e à introdução de medidas de prevenção	Minimização de riscos	80.014	Melhoria	Cumprido	80.014	75.000	107	80.014	75.000	107	80.014	75.000	107	80.014	Melhoria	Cumprido
	Ordenamento e recuperação dos povoamentos	9.235	Melhoria	Cumprido	9.235	Melhoria	Cumprido	9.235	Melhoria	Cumprido	9.235	Melhoria	Cumprido	9.235	Melhoria	Cumprido
227 - Apoio a investimentos não produtivos (setor florestal)		1.555	Melhoria	Não cumprido	1.555	Melhoria	Não cumprido	1.555	Melhoria	Não cumprido	1.555	Melhoria	Não cumprido	1.555	Melhoria	Não cumprido

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável



EIXOS 3 E 4 - PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA NAS ZONAS RURAIS E DA DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

(2007- 2014)

INDICADOR	Aumento do valor acrescentado bruto não agrícola das atividades apoiadas			Número bruto de empregos criados			Número adicional de turistas (nº dormidas)			População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados			Aumento da implantação da internet nas zonas rurais			Número de participantes que terminaram com sucesso uma atividade de formação		
	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução	Executado	Meta	% de execução
PRODER																		
311	Diversificação para atividades não agrícolas			231	550	41,9												
312	Criação e desenvolvimento de empresas			2.750	3.000	91,7												
313	Incentivo a atividades turísticas			1.090	1.250	87,2	38%	10%	377,3									
321	Serviços básicos para a economia e população rurais									205.543	186.728	110,1	NA	Aumento de 50% sobre a situação inicial	0,0			
323	Conservação e valorização do património rural									914.950	112.037	816,7						
413	Estratégias locais de desenvolvimento - Qualidade de vida/diversificação			4.070	9.500	42,8										NA	1.350	0,0
421	Cooperação transnacional e interterritorial			NA	300	0,0												

Fonte: Autoridade de Gestão do PRODER

NOTAS:

NI - Não iniciado; NA - Não disponível; NP - Não aplicável

2.2 Balanço detalhado por Ação ProDeR

2.2.1 Subprograma 1 – Promoção da competitividade

2.2.1.1 Ação 1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i), b) i), iii); Artigo 21º; Artigo 26º e Artigo 28º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 17º e Artigo 19º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.1.1; 5.3.1.2.1 e 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 111, 121, 123;
- Portaria número 289-A/2008, de 11 de abril, com a nova redação/alteração dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 192/2011 de 12 de maio, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Promover o processo de Modernização e capacitação das empresas do setor agroalimentar através do aumento da eficiência das atividades produtivas, do reforço do desempenho empresarial e da orientação para o mercado;
- Promover o desenvolvimento da competitividade das fileiras, privilegiando as estratégicas, nomeadamente pela introdução da Inovação;
- Preservar e melhorar o ambiente, assegurando a compatibilidade dos investimentos com as normas ambientais e de segurança.

A Ação integra duas componentes:

- Componente 1: investimentos nas explorações agrícolas;
- Componente 2: transformação e comercialização de produtos agrícolas.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

As regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) Nº1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do Regulamento (UE) Nº 1310/2013, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

No quadro seguinte apresentam-se as candidaturas consideradas válidas, em 2014, num total de 782 PA.

Quadro 19: Ação 1.1.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR *	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	698.272	100.000	0	0	1.341	914.696
Segundo		0	0	1.463	937.706	
Terceiro		250.000	0	0	559	359.673
Terceiro - Leite HC		0	0	22	64.546	
Quarto - Leite		0	0	47	20.944	
Quinto - Olival		126.000	0	0	2	163
Sexto		0	0	1.167	658.954	
Sexto - Leite HC		0	0	106	82.304	
Sétimo		51	20.103	151	63.389	
Oitavo-Leite		11	14.851	21	20.007	
Oitavo - em contínuo, 2012		0	0	351	212.785	
Oitavo - em contínuo, 2013		0	0	377	173.457	
Oitavo - em contínuo, 2014		720	332.651	720	332.651	
Fora concurso - JA		0	0	2.680	420.404	
Fora concurso - PIR		0	0	32	379.855	
TOTAL		476.000	782	367.605	9.039	4.641.534

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA entrados, por componente, no ano.

Quadro 20: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (no ano)

Un.: mil euros

Região	Ano 2014							
	Componente 1		Componentes 1+2		Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	88	18.253	0	0	50	63.542	138	81.795
Centro	87	22.948	0	0	47	60.464	134	83.412
LVT	182	52.851	0	0	34	40.016	216	92.867
Alentejo	234	68.884	0	0	22	26.561	256	95.445
Algarve	34	11.782	0	0	4	2.304	38	14.086
TOTAL	625	174.718	0	0	157	192.887	782	367.605

Na distribuição do investimento e dos PA entrados em 2014, por região e por componente, verifica-se um valor semelhante, entre as componentes, no que se refere ao investimento proposto. Quanto à distribuição regional verifica-se que as regiões do Alentejo, Lisboa e Vale do Tejo e, Centro representam 74 % do total do investimento proposto no ano, distribuído uniformemente pelas mesmas, salientando-se a região do Alentejo como a de maior investimento proposto na componente 1 e a região Norte na componente 2.

Em termos acumulados, as regiões LVT, Norte e Centro mantêm um maior peso, em termos de investimento, da componente 2. Nas restantes regiões predominam as candidaturas à componente 1.

Quadro 21: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA entrados por componente (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Acumulado								
	Componente 1		Componentes 1+2			Componente 2		TOTAL	
	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto c1	Invest. proposto c2	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	2.334	462.667	84	15.126	98.676	504	622.407	2.922	1.198.876
Centro	1.091	235.345	45	105.612	68.307	322	389.474	1.458	798.738
LVT	1.672	474.405	54	35.218	71.682	309	641.850	2.035	1.223.155
Alentejo	1.913	761.114	60	39.311	68.199	246	415.673	2.219	1.284.297
Algarve	371	106.778	5	1.770	1.243	29	26.677	405	136.469
TOTAL	7.381	2.040.308	248	197.038	308.107	1.410	2.096.081	9.039	4.641.534

Analisando a Ação 1.1.1 globalmente, em termos de investimento não se verificam alterações face ao constatado nos anos de 2012 e 2013, relativamente ao peso que representam as candidaturas de cada componente. Assim, 44% do investimento (2.040.308 mil euros) diz respeito a investimentos exclusivamente na componente 1 e 45% na componente 2 (2.096.081 mil euros). Relativamente aos PA que integraram as duas componentes registou-se uma diminuição face ao ano de 2013, fruto de desistências.

Os PIR, cujas candidaturas foram suspensas em 2010, diminuíram ligeiramente o seu peso, com cerca de 0,4% do total de PA e 8% do investimento total proposto, fruto da desistência de 2 PA da componente 1.

Quadro 22: Ação 1.1.1 - Distribuição regional dos PA – PIR entrados por componente e setor (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Sector	Acumulado								
		Componente 1		Componente 1+2			Componente 2		TOTAL	
		Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto c1	Invest. proposto c2	Nº PA	Invest. proposto	Nº PA	Invest. proposto
Norte	Outras culturas agrícolas	5	52.280				1	33.874	6	86.154
Centro	Leite						1	38.527	1	38.527
	Ovos e aves de capoeira			3	97.605	35.619	2	12.730	5	145.954
LVT	Ovos e aves de capoeira	1	11.822	1	7.004	4.838			2	23.664
	Hortícolas forçagem	2	9.102						2	9.102
Alentejo	Hortofruticultura	2	9.764						2	9.764
	Olival	14	66.691						14	66.691
TOTAL		24	149.658	4	104.609	40.457	4	85.130	32	379.855

Analisando a distribuição por tipologia dos promotores verifica-se que, em termos de investimento, continuam a destacar-se as formas societárias (78% do total) embora, em termos de número de PA, a distribuição por estas 2 tipologias se apresente mais equilibrada.

Quadro 23: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano e acumulado)

Tipologia	No ano			Acumulado		
	Nº PA	Investimento		Nº PA	Investimento	
		Mil euros	%		Mil euros	%
Produtor individual	252	42.581	12%	4.396	674.285	15%
Sociedades	505	301.728	82%	4.383	3.635.737	78%
Outras	25	23.296	6%	260	331.512	7%
TOTAL	782	367.605	100%	9.039	4.641.534	100%

Relativamente às “outras” tipologias de promotores, em termos acumulados, 77% desta tipologia são cooperativas.

Quanto à distribuição das candidaturas do ano, por escalão de investimento, reforçou-se a tendência, já registada em anos anteriores, com mais de metade das candidaturas nos escalões de investimento entre 25 mil euros e os 500 mil euros, representando o investimento destas candidaturas 10% do total.

Quadro 24: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA entrados por escalão de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2014				Acumulado 2007-2014			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	2	0,3%	27	0%	152	2%	1.836	0%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	237	30%	14.572	4%	2.890	32%	171.660	4%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	166	21%	23.798	6%	2.135	24%	301.373	6%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	204	26%	63.885	17%	2.023	22%	641.971	14%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	85	11%	60.668	17%	853	9%	604.748	13%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	57	7%	80.975	22%	543	6%	757.430	16%
≥ 2.000 mil euros	31	4%	123.680	34%	443	5%	2.162.516	47%
TOTAL	782	100%	367.605	100%	9.039	100%	4.641.534	100%

Em termos acumulados mantém-se o já verificado em Relatórios anteriores, ou seja mantém-se para os investimentos de maior dimensão, mais de 2 milhões de euros, (5% do total de PA apresentados) cerca de metade do investimento proposto (47%). Aos investimentos de menor dimensão, menos de 100 mil euros (34% do total de PA) correspondeu

apenas 4% do investimento total proposto. A dimensão média do investimento dos PA mantém-se próxima dos 500 mil euros.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 foram analisadas e decididas 798 candidaturas (que correspondem a 9% do total de PA analisados). Destas, foram aprovadas 80% (638 PA).

Quadro 25: Ação 1.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas no ano		Candidaturas decididas no ano				Candidaturas contratadas no ano		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	0	0	1	942	1	942	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceiro	0	0	1	3.587	1	3.587	0	0	0	0	0
Terceiro-Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quarto - Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quinto - Olival	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexto	0	0	2	15.099	2	15.099	0	0	0	0	0
Sexto-Leite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sétimo	51	20.103	54	21.048	8	3.297	46	17.751	36	13.992	6.249
Oitavo-Leite	11	14.851	11	14.851	3	13.069	8	1.727	6	1.117	435
Oitavo - em contínuo, 2012	0	0	7	5.315	0	0	7	5.315	6	3.617	1.066
Oitavo - em contínuo, 2013	0	0	2	255	1	128	1	126	17	10.023	3.458
Oitavo - em contínuo, 2014	720	332.651	720	332.651	144	73.915	576	258.736	426	183.782	57.639
Fora concurso - JA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	121	49
Fora concurso - PIR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	782	367.605	798	393.748	160	110.039	638	283.655	492	212.653	68.895

Quadro 26: Ação 1.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	1.341	914.696	1.341	908.940	1.006	674.409	335	234.531	335	234.531	77.161
Segundo	1.463	937.706	1.463	908.478	468	248.971	995	659.507	994	657.995	207.454
Terceiro	559	359.673	559	334.217	187	86.175	372	248.042	372	248.042	77.002
Terceiro - Leite	22	64.546	22	64.397	3	53.156	19	11.241	19	11.241	3.910
Quarto - Leite	47	20.944	47	19.809	16	5.032	31	14.777	31	14.777	5.143
Quinto - Olival	2	163	2	164	1	125	1	39	1	39	14
Sexto	1.167	658.954	1.167	640.364	403	243.292	764	397.071	763	396.318	111.306
Sexto - Leite	106	82.304	106	82.044	45	48.181	61	33.863	61	33.863	10.401
Sétimo	151	63.389	151	63.485	19	5.559	132	57.926	121	53.965	22.374
Oitavo-Leite	21	20.007	21	19.960	6	14.150	15	5.810	13	5.200	1.832
Oitavo - em contínuo, 2012	351	212.785	351	208.216	36	10.026	315	198.189	314	196.492	59.696
Oitavo - em contínuo, 2013	377	173.457	377	173.011	35	22.594	342	150.416	338	147.132	48.749
Oitavo - em contínuo, 2014	720	332.651	720	332.651	144	73.915	576	258.725	427	184.048	57.759
Fora concurso - JA	2.680	420.404	2.680	408.943	1.018	158.505	1.662	250.438	1.662	250.438	98.363
Fora concurso - PIR	32	379.855	32	362.361	3	50.916	29	311.446	29	311.446	88.302
TOTAL	9.039	4.641.534	9.039	4.527.039	3.390	1.695.005	5.649	2.832.024	5.480	2.745.528	869.464

Quanto à contratação, em 2014, verificou-se um aumento de 8% no número de PA contratados e um aumento de cerca de 3%, relativamente ao investimento contratado.

Ao longo de 2014 registou-se a desistência de 94 PA contratados, num total de 20.756 mil euros de despesa pública.

O valor médio do investimento total acumulado e da despesa pública continua a baixar situando-se nos 522 mil euros e nos 157 mil euros, respetivamente.

Quadro 27: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados por componente (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratado							
	Componente 1				Componente 2			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	1.159	247.147	89.933	68.490	275	347.770	97.943	74.349
Centro	741	241.458	77.258	58.512	203	244.364	67.319	52.025
LVT	1.145	326.171	103.875	73.302	187	402.769	114.123	81.166
Alentejo	1.388	500.995	180.600	136.591	192	336.637	105.022	78.947
Algarve	259	79.890	26.601	19.951	22	18.326	6.790	5.093
TOTAL	4.692	1.395.661	478.268	356.846	879	1.349.866	391.197	291.580

Nota: Existem 91 PA com investimentos nas duas componentes

Quanto aos PA contratados, na análise por escalão de investimento, mantém-se a maior concentração de PA contratados, quer em termos anuais quer em termos acumulados, do escalão de investimentos entre os 25 mil euros e os 100 mil euros, com 32% e 33% do total, respetivamente. O peso dos escalões entre 25 mil euros e 500 mil euros mantém-se com 79% dos PA contratados.

Quadro 28: Ação 1.1.1 - Distribuição dos PA contratados por escalão de investimento (no ano e acumulado)

Tipologia	Ano 2014				Acumulado			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 25 mil euros	0	0%	0	0%	49	1%	628	0%
≥ 25 mil e < 100 mil euros	156	32%	9.584	5%	1.810	33%	107.734	4%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	110	22%	15.801	7%	1.321	24%	187.462	7%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	123	25%	38.355	18%	1.198	22%	380.601	14%
≥ 500 mil e < 1.000 mil euros	57	12%	40.156	19%	514	9%	365.002	13%
≥ 1.000 mil e < 2.000 mil euros	29	6%	42.372	20%	315	6%	437.265	16%
≥ 2.000 mil euros	17	3%	66.384	31%	273	5%	1.271.650	46%
TOTAL	492	100%	212.653	100%	5.480	100%	2.750.342	100%

Em termos acumulados, foram contratados⁷ 5.480 PA, dos quais 492 no ano de 2014, num total de 869.464 mil euros de despesa pública, representando 648.426 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 708.766 mil euros, que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 126%.

c. Execução financeira

No final do ano de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação era de 620.908 mil euros de despesa pública e 497.492 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, 17% foi pago no decorrer de 2014 (105.943 mil euros de despesa pública e 90.801 mil euros de comparticipação FEADER).

⁷ Entende-se por PA contratados todos os que foram enviados por *web service* para o IFAP.

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 88% (vs 67% em 2013) face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de 70% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 29: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (no ano)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	75	13.962	10.688	577	22.586	19.358
Centro	75	10.598	8.280	285	13.952	11.959
LVT	154	19.948	14.346	456	25.428	21.727
Alentejo	168	21.607	16.590	637	38.060	32.726
Algarve	20	2.781	2.086	99	5.917	5.031
TOTAL	492	68.895	51.989	2.053	105.943	90.801

Quadro 30: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	1.412	187.876	142.839	1.314	126.692	102.572
Centro	928	144.577	110.537	860	106.256	85.415
LVT	1.314	217.998	154.468	1.178	158.199	124.245
Alentejo	1.548	285.622	215.538	1.395	206.562	166.570
Algarve	278	33.391	25.043	258	23.198	18.689
TOTAL	5.480	869.464	648.426	5.004	620.908	497.492

A componente 1 “Investimentos nas explorações agrícolas” representa 56% da execução total da Ação.

Quadro 31: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA pagos por componente (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total pago					
	Componente 1			Componente 2		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	1.096	64.541	52.262	238	62.151	50.310
Centro	695	59.907	47.856	180	46.349	37.559
LVT	1.024	71.858	56.463	173	86.341	67.783
Alentejo	1.250	133.299	107.463	176	73.262	59.107
Algarve	242	18.406	14.893	19	4.793	3.795
TOTAL	4.307	348.011	278.937	786	272.896	218.555

d. Projetos encerrados

No final de 2014 encontravam-se encerrados 3.546 PA desta acção, num total de 399.697 mil euros de despesa pública paga e uma dotação libertada de 29.739 mil euros de despesa pública.

Quadro 32: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	1.412	187.876	142.839	838	72.752	58.954	3.668	3.117
Centro	928	144.577	110.537	652	61.068	49.079	4.347	3.695
LVT	1.314	217.998	154.468	809	96.762	74.423	6.869	5.839
Alentejo	1.548	285.622	215.538	1.043	152.919	122.913	13.088	11.125
Algarve	278	33.391	25.043	204	16.196	12.919	1.768	1.503
TOTAL	5.480	869.464	648.426	3.546	399.697	318.288	29.739	25.278

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado), passou para 121%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Esta Ação apresenta investimentos que se enquadram em 3 medidas da Comissão: medida 111 "Formação profissional e Ações de informação"; medida 121 "Modernização de explorações agrícolas" e medida 123 "Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais".

Análise global da Ação 1.1.1

O predomínio da componente 1, no que se refere ao número de PA enviados para contratação, manteve-se ou seja continuou a representar 84% do total, em 2014. Relativamente ao investimento e à despesa pública, o peso da componente 1 volta a subir ligeiramente para 47% do investimento e 51% da despesa pública (vs. 45% e 50% em 2013). Considerando os PA com investimentos na componente 1 (C_1 e C_{1+2}) o peso do investimento e da despesa pública aumentam para 57% e 60%, respetivamente.

Quadro 33: Ação 1.1.1 - PA contratados das componentes 1 e 2 por tipo de promotor (acumulado)

Promotor	Componente				TOTAL	
	1	1+2		2		
		c1	c2			
Nº PA	Jovens	1.662	-	-	1.662	
	PIR	22	4	3	29	
	Outros	2.917	87	785	3.789	
	Σ	4.601	91	788	5.480	
Investimento (mil euros)	Jovens	250.438	-	-	250.438	
	PIR	134.499	86.745	43.599	311.446	
	Outros	895.436	28.544	122.212	1.137.452	
	Σ	1.280.372	115.289	165.811	2.745.528	
Desp. pública (mil euros)	Total	448.416	29.852	41.822	349.375	869.464
Desp. pública (mil euros)	PIR	45.134	21.690	9.257	12.220	88.302

Formação (Medida 111 da Comissão)

- Na componente 1 "Investimentos nas explorações agrícolas", 675 dos PA enviados para contratação (14% do total de 4.692 PA contratados) contemplavam Ações de formação envolvendo 7.655 participantes. O número de PA contratados diminuiu em 2014 como resultado do registo de pedidos de alteração e desistências de PA com investimentos na formação.

- Na componente 2 “Transformação e comercialização de produtos agrícolas”, 95 dos PA enviados para contratação (11% do total de 879 PA contratados) contemplavam Ações de formação, com um número total de participantes de 3.586.
- No total das duas componentes encontram-se apoiados 770 PA com Ações de formação (14% do total de 5.480 PA contratados). Tal como nas componentes, também em termos globais, se continua a verificar uma diminuição do peso da formação no total contratado (de 15% em 2013 para 14% em 2014).

Relativamente às metas, e tendo em conta que, após a revisão das metas, se esperam 1.200 PA com formação num total de 6.300 PA (19% de PA com formação), a percentagem dos PA contratados com formação contínua abaixo da meta esperada.

Nos quadros seguintes apresenta-se o investimento proposto em formação nos PA contratados e pagos, em cada uma das componentes, cujo montante total contratado é de cerca de 1.154 mil euros de despesa pública e 845 mil euros de FEADER, representando, assim, cerca de 49% da meta estabelecida.

Quadro 34: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas das componentes 1 e 2 por atividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em acções de formação			Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas contratadas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER
Componente 1	7.655			1.670	9.299	557	417
Componente 2		3.586		1.147	3.367	597	429
TOTAL	7.655	3.586		2.817	12.665	1.154	845

Quadro 35: Ação 1.1.1 – Ações de formação pagas das componentes 1 e 2 por atividade (acumulado)

Componente	Número de participantes em acções de formação			Número de participantes (contabilizados uma só vez)	Número de dias de formação recebidos	Despesas públicas pagas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			TOTAL	FEADER
Componente 1	1.769			663	3.570	247	201
Componente 2		2.074		1.067	2.299	303	246
TOTAL	1.769	2.074		1.730	5.869	551	447

Quadro 36: Ação 1.1.1 - Investimento contratado em formação por componente (no ano e acumulado)

Ano	Acumulado		Un.: mil euros	Nº PA	Investimento proposto em formação
	Nº PA	Investimento proposto em formação			
Componente 1	24	97	675	1.023	
Componente 2	9	48	95	1.154	
TOTAL	33	145	770	2.177	
Meta			1.200	2.000	
% da Meta			64%	109%	

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

O conteúdo das Ações contratadas mantém-se centrado nos temas: "qualidade do produto" e "novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora", com um total de 6.097 participantes. A formação contratada equivale a 12.665 dias de formação.

Quadro 37: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas e pagas por conteúdos (acumulado)

Conteúdo das Acções de Formação	Contratadas		Pagas	
	Nº Participantes	Dias de Formação	Nº Participantes	Dias de Formação
Gestão, Administração e Marketing	1.330	2.006	397	782
Manutenção e melhoria da paisagem e protecção do ambiente	921	604	201	136
Novos padrões	211	319	117	132
Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora	2.667	4.455	938	2.429
Outros	2.027	1.869	719	648
Qualidade do produto	3.430	2.887	1.221	1.492
Tecnologias de informação e comunicação (ICT)	655	525	250	250
Total	11.241	12.665	3.843	5.869

No ano de 2014 manteve-se o predomínio do sexo masculino e com idade inferior a 40 anos nos participantes nas ações de formação.

Quadro 38: Ação 1.1.1 – Ações de formação contratadas e pagas das componentes 1 e 2 por sexo e idade (acumulado)

Sexo	Contratadas			Pagas		
	Idade		TOTAL	Idade		TOTAL
	<40	>=40		<40	>=40	
Feminino	22%	17%	39%	26%	19%	45%
Masculino	37%	24%	61%	31%	24%	55%
TOTAL	59%	41%	100%	57%	43%	100%

Apoio às explorações agrícolas (Medida 121 da Comissão)

Durante o ano de 2014 foram contratados 370 PA relativos à componente 1 desta Ação - “Investimentos nas explorações agrícolas”.

Em termos acumulados, a distribuição regional dos PA contratados manteve-se semelhante ao já reportado em 2013: a região do Alentejo continua a aparecer como a mais representativa, quer em termos de número de PA, quer em termos de investimento. A região LVT mantém-se como a segunda região mais representativa em termos de investimento.

Quadro 39: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 1 (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Norte	1.159	246.864	89.800	68.390
Centro	741	241.399	77.226	58.488
LVT	1.145	325.761	103.638	73.126
Alentejo	1.388	500.812	180.501	136.517
Algarve	259	79.803	26.545	19.909
TOTAL	4.692	1.394.639	477.711	356.430
Metas *	5.400	1.340.000	339.172	271.315
% da meta	87%	104%	141%	131%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

O número de PA contratados corresponde, atualmente, a 87% da meta revista para o número de contratações (5.400 PA) previstas para o período 2007-2013. No que diz respeito ao investimento proposto, apesar da revisão das metas, mantém-se o já referido em anos anteriores com os PA contratados a ultrapassarem a meta prevista (104%). Em termos de despesa pública e de FEADER, os valores contratados também ultrapassaram as metas previstas, e já revistas, tal como já se verificava anteriormente.

No quadro seguinte apresentam-se os PA contratados, que apresentam uma forte especialização produtiva, sobretudo, nas fileiras estratégicas.

Quadro 40: Ação 1.1.1 – Componente 1 - Número de PA contratados (por atividade do ramo agrícola)

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Tipo de investimento	Número de PA aprovados			Despesa pública		Volume total de investimento
		Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Grandes culturas	Melhoria fundiária	37	75	112	5.787	8.052	23.383
	Máquinas	6	262	268	15.230	21.100	59.691
	Edifícios	2	8	10	517	689	1.929
	Outros	0	3	3	113	151	514
Hortofruticultura	Melhoria fundiária	14	131	145	10.685	15.438	45.746
	Máquinas	17	304	321	30.183	41.059	118.201
	Edifícios	11	265	276	34.298	46.964	140.553
	Outros	1	7	8	1.089	1.561	4.438
Vitivinicultura	Melhoria fundiária	2	75	77	4.380	6.008	20.277
	Máquinas	11	256	267	7.005	9.609	28.672
	Edifícios	1	8	9	269	358	1.527
	Outros	0	13	13	361	481	2.445
Outras culturas permanentes	Melhoria fundiária	122	890	1.012	88.070	117.678	315.134
	Máquinas	21	499	520	28.831	38.487	102.709
	Edifícios	2	45	47	6.171	8.266	23.620
	Outros	1	21	22	846	1.128	3.162
Produção de leite	Melhoria fundiária	0	5	5	873	1.027	3.702
	Máquinas	2	163	165	15.901	19.151	51.913
	Edifícios	0	68	68	8.582	10.303	28.877
	Outros	0	3	3	120	151	613
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	Melhoria fundiária	31	102	133	6.635	8.821	26.742
	Máquinas	43	253	296	11.468	15.147	45.556
	Edifícios	20	66	86	3.788	4.967	14.298
	Outros	14	25	39	982	1.307	6.059
Suínos	Melhoria fundiária	0	5	5	464	619	1.947
	Máquinas	0	29	29	4.318	5.862	17.826
	Edifícios	0	35	35	6.487	8.768	30.410
	Outros	0	6	6	201	327	2.041
Aves de capoeira	Melhoria fundiária	1	3	4	287	383	1.327
	Máquinas	4	76	80	15.127	20.182	64.240
	Edifícios	2	91	93	20.067	26.909	101.711
	Outros	2	5	7	323	431	1.633
Misto (culturas + animais)	Melhoria fundiária	20	56	76	7.529	10.038	29.850
	Máquinas	32	166	198	6.844	9.240	25.939
	Edifícios	3	13	16	602	803	2.342
	Outros	7	18	25	353	471	1.390
Outros	Melhoria fundiária	12	62	74	4.064	5.485	14.374
	Máquinas	5	98	103	5.344	7.270	20.603
	Edifícios	4	31	35	2.226	3.005	9.144
	Outros	0	1	1	11	14	101
TOTAL		450	4.242	4.692	356.430	477.711	1.394.639
		Metas *		5.400	271.315	339.172	1.340.000
		% da Meta		87%	131%	141%	104%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Os ramos agrícolas com mais representação continuam a ser as "outras culturas permanentes" e a "hortifruticultura".

Quanto às rubricas de investimento, a rubrica mais significativa voltou a ser a das "máquinas" com 38% do investimento total, seguida da rubrica "melhoria fundiária" com 34% do investimento total.

Nos modos de produção é de assinalar novamente uma ligeira quebra no peso das explorações que apresentam o investimento em modo de produção biológico (MPB), mantem-se nos 10% em 2014.

A situação é semelhante quando se trata de valores pagos conforme apresentado no quadro seguinte.

Quadro 41: Ação 1.1.1 – Componente 1 - Número de PA pagos (por atividade do ramo agrícola)

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Tipo de investimento	Número de PA aprovados			Despesa pública		Volume total de investimento
		Produção biológica	Produção convencional	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Grandes culturas	Melhoria fundiária	37	67	104	4.754	5.869	21.701
	Máquinas	4	210	214	10.203	12.550	46.206
	Edifícios	2	6	8	253	299	1.138
	Outros	0	3	3	118	149	514
Hortifruticultura	Melhoria fundiária	14	120	134	8.510	10.823	43.138
	Máquinas	17	286	303	24.881	31.667	113.397
	Edifícios	11	257	268	26.266	33.871	136.047
	Outros	1	7	8	1.091	1.362	4.438
Vitivinicultura	Melhoria fundiária	2	70	72	3.332	4.170	18.969
	Máquinas	10	240	250	5.733	7.198	26.506
	Edifícios	1	6	7	141	172	1.289
	Outros	0	12	12	324	414	2.406
Outras culturas permanentes	Melhoria fundiária	116	835	951	72.125	90.355	301.152
	Máquinas	20	461	481	22.617	28.079	97.081
	Edifícios	2	35	37	3.376	4.089	16.779
	Outros	1	20	21	731	904	3.105
Produção de leite	Melhoria fundiária	0	5	5	685	782	3.702
	Máquinas	2	144	146	11.156	12.993	45.768
	Edifícios	0	55	55	6.104	7.127	25.408
	Outros	0	3	3	79	92	613
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	Melhoria fundiária	30	90	120	4.961	6.084	24.802
	Máquinas	40	228	268	8.875	10.704	41.277
	Edifícios	20	56	76	2.733	3.338	12.611
	Outros	13	24	37	883	1.076	5.764
Suínos	Melhoria fundiária	0	5	5	365	439	1.947
	Máquinas	0	22	22	2.185	2.748	10.686
	Edifícios	0	26	26	3.988	4.869	22.365
	Outros	0	4	4	183	223	1.619
Aves de capoeira	Melhoria fundiária	1	3	4	232	300	1.327
	Máquinas	4	71	75	12.785	16.134	62.470
	Edifícios	2	86	88	15.094	19.216	98.057
	Outros	1	4	5	189	236	1.525
Misto (culturas + animais)	Melhoria fundiária	0	0	0	6.280	7.830	27.924
	Máquinas	0	0	0	5.231	6.346	22.733
	Edifícios	0	0	0	501	612	2.342
	Outros	0	0	0	342	414	1.390
Outros	Melhoria fundiária	12	61	73	5.198	6.594	14.331
	Máquinas	5	87	92	4.061	4.992	17.401
	Edifícios	4	28	32	2.160	2.635	8.810
	Outros	0	1	1	8	11	101
TOTAL		372	3.638	4.010	278.735	347.765	1.288.839
		Metas *	5.400	271.315	339.172	1.340.000	
		% da Meta	74%	103%	103%	96%	

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

No que se refere às orientações técnico-económicas (OTE) das explorações com produção convencional, verifica-se um aumento comparativamente

com o ano de 2013, de 14 para 18 OTE, que detêm cerca de 79% do número de PA e 84% do investimento proposto, FEADER e despesa pública. A "olivicultura especializada" continua a ser a atividade agrícola dominante no investimento, com 16% do investimento e 9% das explorações. A atividade agrícola "explorações especializadas na produção de frutos frescos (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)" continuou a ter um peso muito significativo, sendo a atividade com maior número de PA, 16%, e a terceira mais importante ao nível do investimento com 10% do investimento total. O setor da bovinicultura teve um aumento significativo em 2014, representando agora 4% do investimento total (vs. 0% em 2013).

Quadro 42: Ação 1.1.1 - Componente 1 - Principais OTE dos PA contratados (modo de produção convencional)

Un.: mil euros

Actividade agrícola	PA (%)	Invest. (%)	Nº PA	FEADER (euros)	Despesa Pública (euros)	Investimento (euros)
Expl. olivícolas especializadas	9%	16%	396	57.713	76.951	208.340
Explorações especializadas em horticola sob coberto	6%	12%	246	37.733	50.660	154.172
Explorações especializadas em horticultura ao ar livre	5%	4%	211	12.349	17.266	49.716
Expl. espec. frutícolas (com excepção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)	16%	10%	671	36.857	49.295	132.883
Expl. espec. em citrinos	2%	1%	74	4.513	6.017	17.004
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	8%	4%	335	11.152	15.306	49.297
Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	3%	4%	134	14.747	20.788	56.348
Expl. com diversas combinações de culturas permanentes	3%	2%	126	6.815	9.086	24.012
Expl. Espec. em cerealicultura (excepto arroz), plantas oleaginosas e plantas proteínicas	3%	2%	134	9.359	12.492	32.377
Expl. Especializadas orizícolas	2%	1%	64	2.667	3.898	13.069
Expl. bovinas especializadas - orientação leite	5%	6%	227	23.447	28.213	79.301
Expl. bovinas especializadas - orientação criação e carne	7%	4%	312	12.464	16.716	54.880
Expl. Suínos especializadas - orientação criação e engorda	1%	3%	59	9.233	12.550	41.521
Expl. espec. de galinhas poedeiras	0%	3%	21	8.557	11.422	36.974
Expl. espec. em aves de carne	4%	9%	153	25.454	34.091	123.411
Expl. com diversas culturas e criações mistas	2%	2%	69	5.212	7.078	22.318
Expl. com diversos herbívoros	1%	0%	22	1.112	1.413	4.305
Expl. Apícolas	2%	0%	98	1.327	1.770	5.382
Outros	21%	16%	890	56.088	75.597	214.028
TOTAL	100%	100%	4.242	336.799	450.608	1.319.338

Relativamente à natureza do investimento contratado nas explorações, por setor de atividade e por rubrica de investimento, verificou-se:

- O "olival" continua a ser a atividade com maior importância, à semelhança do que acontece na SAU, representando 20% do investimento total contratado;
- As "explorações especializadas em hortícola sob coberto" tiveram um decréscimo em 2014 face a 2013, de 1 ponto percentual, passando a representar 13% do investimento total;
- As "frutas" tiveram um acréscimo em 2014 face a 2013, de 1 ponto percentual, passando a representar 15% do investimento total contratado;
- O investimento em "máquinas e equipamentos" mantém-se o predominante (33%);
- Os investimentos em "plantações" representam ainda 17% do investimento total, concentrando-se grande parte no setor "olival" e nos "frutos" que em conjunto representam 12% do total;
- Os "bovinos de carne", apesar de representarem 22% da SAU detêm apenas 3% do investimento, indicando a natureza extensiva desta atividade nos PA candidatos a esta Ação.

Quadro 43: Ação 1.1.1 - Investimento contratado (por atividade agrícola e rubrica de investimento)

Rubrica	Captação de água	Compra de terrenos	Cumprimento de novas normas	Edifícios e construções	Electrificação	Energias renováveis	Estufas ou outras estruturas de estufas de animais	Instalações animais	Investimentos ambientais	Máquinas e equipamentos	Melhoramento s. fundiárias	Plantações	Rede de rega	Outros investimentos	TOTAL por actividade agrícola
Apicultura	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%	0,02%	0,01%	0,0%	0,2%	1%
Bovinos de Carne	0,03%	0,01%	0,01%	0,2%	0,03%	0,03%	0,0%	0,3%	0,0%	1%	0,3%	0,2%	0,0%	0,5%	3%
Bovinos de Leite	0,02%	0,07%	1%	0,3%	0,03%	0,2%	0,0%	1%	0,1%	3%	0,2%	0,0%	0,01%	0,4%	6%
Caprinos	0,0%	0,0%	0,01%	0,02%	0,00%	0,01%	0,0%	0,2%	0,0%	0,2%	0,04%	0,01%	0,01%	0,1%	1%
Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	0,1%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%	0,14%	0,1%	0,0%	0,0%	4%	0,6%	0,08%	0,4%	0,2%	5%
Culturas Forrageiras	0,1%	0,02%	0,02%	0,11%	0,05%	0,03%	0,0%	0,1%	0,00%	2%	0,2%	0,5%	0,1%	0,1%	3%
Flores	0,03%	0,02%	0,0%	0,1%	0,1%	0,2%	1%	0,0%	0,1%	1%	0,4%	1%	0,2%	0,2%	5%
Frangos (engorda)	0,01%	0,01%	0%	0,2%	0,1%	0,18%	0,0%	2%	0,0%	2%	0,14%	0,0%	0,0%	0,3%	5%
Frutos	0,4%	0,2%	0,01%	0,6%	0,1%	0,06%	0,7%	0,0%	0,04%	4%	1%	6%	2%	1%	15%
Hortícolas ar livre	0,1%	0,15%	0,0%	0,1%	0,1%	0,03%	0,3%	0,0%	0,03%	3%	0,3%	0,03%	0,4%	0,2%	5%
Hortícolas Forçaqem	0,05%	0,3%	0,04%	1%	0,10%	0,4%	5%	0,0%	0,1%	3%	1%	0,18%	0,3%	1%	13%
Olival	0,4%	0,6%	0,0%	0,3%	0,2%	0,02%	0,0%	0,0%	0,02%	7%	1%	6%	3%	1%	20%
Outras Culturas	0,02%	0,0%	0,0%	0,1%	0,02%	0,02%	0,02%	0,0%	0,00%	0,5%	0,1%	0,3%	0,1%	0,1%	1%
Outras Permanentes	0,0%	0,00%	0,0%	0,1%	0,0%	0,08%	0,04%	0,0%	0,0%	0,2%	0,1%	0,04%	0,01%	0,03%	1%
Outros Animais	0,0%	0,01%	0,1%	0,1%	0,02%	0%	0,01%	1%	0%	0,4%	0,06%	0,01%	0,01%	0,3%	2%
Ovinos de Carne	0,0%	0,0%	0,0%	0,03%	0,0%	0,0%	0,0%	0,08%	0,0%	0,09%	0,04%	0,02%	0,0%	0,03%	0%
Ovinos de Leite	0,0%	0,0%	0,01%	0,04%	0,0%	0,01%	0,0%	0,1%	0,01%	0,1%	0,01%	0,0%	0,0%	0,03%	0%
Ovos	0,0%	0,0%	0%	0,2%	0,2%	0%	0,0%	2%	0%	2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%	5%
Suínos	0,01%	0,0%	0,1%	0,1%	0,06%	0,05%	0,0%	2%	0,1%	1%	0,14%	0,03%	0,0%	0,5%	4%
Vinho	0,1%	0,03%	0,1%	0,2%	0,04%	0,04%	0,0%	0,0%	0,03%	2%	0,6%	0,6%	1%	0%	5%
TOTAL por rubrica	1%	1%	1%	2%	4%	1%	2%	7%	8%	33%	5%	17%	7%	9%	100%

Relativamente ao tempo dedicado à agricultura mantém-se a predominância (75%) dos agricultores a tempo inteiro na agricultura, detendo estes 83% do investimento total.

Quadro 44: Ação 1.1.1 – Agricultores singulares - % do rendimento obtido da exploração e tempo dedicado à agricultura

Pedidos de apoio à acção 1.1.1	PA		Investimento proposto	
	Nº	% total	(mil euros)	% total
Tempo parcial, tanto do rendimento como do tempo (< 50% rend. e do tempo)	164	7%	10.174	3%
Tempo parcial, a nível do rendimento (< 50% rend. e >= 50% do tempo)	246	10%	25.806	7%
Tempo parcial, a nível do tempo (>= 50% rend. e < 50% do tempo)	211	8%	22.680	6%
Agricultor a tempo inteiro (>= 50% rend. e do tempo)	1.882	75%	296.070	83%
TOTAL	2.503	100%	354.730	100%

Em termos de composição da SAU das explorações contratadas, continua a verificar-se que a atividade agrícola dominante passou a ser a atividade “*bovinos de carne*”, aparecendo o “*olival*” em segundo lugar. De realçar as “*culturas forrageiras*” que, mantendo-se em terceiro lugar, reforçaram a sua posição representando 15% do total da SAU apoiada e, os “*cereais oleaginosas e proteaginosas*” com 14 % da SAU, mais 2 p.p. que em 2013.

Quadro 45: Ação 1.1.1 – Composição da SAU das explorações contratadas (componente 1)

Actividade agrícola	SAU	
	ha	% do total
Olival	74.375	20%
Bovinos de carne	81.905	22%
Vinho	22.327	6%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	49.926	14%
Frutos	21.112	6%
Culturas forrageiras	56.460	15%
Hortícolas ar livre	16.371	4%
Bovinos de leite	11.850	3%
Suínos	7.403	2%
Ovinos de carne	8.040	2%
Caprinos	2.832	1%
Apicultura	2.236	1%
Ovinos de leite	2.954	1%
Hortícolas forçagem	1.699	0%
Outras culturas	6.032	2%
Outros animais	1.436	0,4%
Flores	1.208	0,3%
Outras permanentes	422	0,1%
Ovos	448	0,1%
Frangos (engorda)	502	0,1%
TOTAL	369.539	100%

Quanto ao tipo de beneficiários contratados e seu escalão etário, continua a dominar a tipologia de “pessoas singulares”, com 53% do total e o sexo masculino (68% do total de “pessoas singulares”). Em termos de faixa etária, os promotores com menos de 40 anos de idade continuam a diminuir a sua representatividade com menos 2 pontos percentuais do que o verificado no último Relatório (63% do total de “pessoas singulares”). Esta evolução decorre, como já referido em Relatórios anteriores, diretamente do facto do apoio ao investimento associado à primeira instalação ter passado a ser atribuído no âmbito da Ação 1.1.3.

Quadro 46: Ação 1.1.1 - PA contratados e pagos (por tipo de beneficiário, sexo e grupo etário)

Tipo de beneficiário	Género	Idade	Número de explorações apoiadas		Meta *	
			Contratadas	Pagas	Meta	% Meta (Contratadas)
Pessoas singulares	Masculino	<40	1015	971	1820	94%
		≥ 40	700	633		
	Feminino	<40	574	557	1420	56%
		≥ 40	216	202		
TOTAL			2505	2363		
Pessoas colectivas			2.187	1.943		
TOTAL			4.692	4.306	3240	145%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

No que diz respeito à localização do investimento contratado mantém-se a tendência já verificada em anos anteriores de um maior peso nas “zonas com desvantagens que não as zonas de montanha” (31% do investimento total). As “zonas desfavorecidas” mantêm a sua representatividade com 62% do investimento apoiado.

Quadro 47: Ação 1.1.1 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesa pública		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	391	2.753	3.144	235.886	313.268	864.895
Zonas de montanha	194	1.043	1.237	69.387	92.315	251.052
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	98	1.162	1.260	117.165	155.644	435.556
Zonas mistas	99	548	647	49.334	65.308	178.287
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	59	1.490	1.549	120.544	164.443	529.743
Zonas Natura 2000	1	62	63	5.297	7.355	24.781
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	6	204	210	16.928	25.126	80.452
Zonas mistas	0	35	35	2.994	4.635	16.773
Outros	52	1.189	1.241	95.325	127.326	407.737
TOTAL	450	4.243	4.693	356.430	477.711	1.394.639

Quadro 48: Ação 1.1.1 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesa pública		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	374	2.531	2.905	183.729	228.181	798.498
Zonas de montanha	185	990	1.175	55.100	68.771	236.372
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	94	1.041	1.135	91.178	113.460	398.164
Zonas mistas	95	500	595	37.450	45.949	163.962
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	57	1344	1401	93462,037	117.564	490.340
Zonas Natura 2000	1	55	56	3.441	4.177	19.565
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	6	184	190	14.818	19.582	75.907
Zonas mistas	0	32	32	2.962	3.599	15.450
Outros	50	1.073	1.123	72.240	90.206	379.419
TOTAL	431	3.875	4.306	277.191	345.745	1.288.839

Relativamente aos indicadores específicos de realização, realça-se o seguinte:

- Em termos dos investimentos em fatores ambientais e investimentos imateriais continuam a verificar-se resultados abaixo da meta;
- Confirma-se que os resultados da inovação apresentam valores elevados, com 75% dos PA contratados investindo em Inovação (definida como sendo a introdução de produtos ou técnicas que a empresa não utilizava anteriormente).

Quadro 49: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (contratados acumulado)

Un.: mil euros

	Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento			
		Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial
	297	36.275	35.359	1.046.293	31.526
% do total da componente	6%	3%	3%	75%	2%
Metas *	500	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	59%	-	-	+++	--

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 50: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 1 (pagos acumulado)

Un.: mil euros

	Nº candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento			
		Investimentos em factores ambientais	Bem estar animal	Inovação	Investimento imaterial
	296	33.703	33.675	967.492	29.200
% do total da componente	7%	3%	3%	75%	2%
Metas *	500	≥ 10%	-	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	59%	-	-	+++	--

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

No que se refere aos indicadores relativos aos resultados esperados sobre os promotores contratados, verifica-se que dos 4.692 PA contratados:

- 49% Pretendem introduzir novos produtos;
- 66% Pretendem introduzir novas técnicas;
- 73% Pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas;
- Em termos do acréscimo de VAB anual, o valor estimado corresponde a 621.570 mil euros. Para se obter um valor comparável com a meta (que corresponde ao VAB gerado durante a vida útil do projeto), foi calculada a vida útil média dos projetos (6 anos) e multiplicado este valor pelo VAB anual, para se obter o acréscimo de VAB total (3.737.783 mil euros nos PA contratados), que corresponde a 150% da meta.

Quadro 51: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (contratados acumulados)

Aumento das UTA	Acréscimo anual de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
13.981	621.570	6,0	2.309	3.103	3.440
% do total de explorações			49%	66%	73%
Metas *	2.500.000		18%	55%	2.800
% da meta	150%		+++	+	123%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 52: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 1 (pagos acumulados)

	Acréscimo anual de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	577.543	5,8	2.158	2.860	3.175
% do total de explorações			50%	66%	74%
Metas *	2.500.000		18%	55%	2.800
% da meta	135%		-	-	113%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Apoio às empresas de transformação e comercialização (medida 123 da Comissão)

A componente 2 desta Ação teve, até ao final de 2014, 879 PA contratados. A distribuição regional dos PA contratados mantém-se semelhante à já verificada em anos anteriores, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 53: Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados da componente 2 (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Norte	275	347.468	97.798	74.240
Centro	203	244.177	67.239	51.965
LVT	187	402.178	113.787	80.934
Alentejo	192	336.586	105.003	78.933
Algarve	22	18.303	6.773	5.080
TOTAL	879	1.348.712	390.600	291.151
Metas *	900	1.350.000	357.013	289.796
% da meta	98%	100%	109%	100%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Os PA contratados, até ao final de 2014, da componente 2 desta Ação (medida 123 da Comissão) atingiram 98% da meta (revista). A estes PA estão associados 390.600 mil euros de apoio e 291.151 mil euros de FEADER (109% e 100%, respetivamente, das metas revistas). Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 318.615 mil euros.

Quanto ao investimento proposto este ascendeu a 1.348.712 mil euros, tendo atingido 98% da meta revista em 2014.

Quadro 54: Ação 1.1.1 – Número de PA contratados da componente 2 por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	PA contratados		Empresas apoiadas	Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
	Produção biológica	Produção convencional		TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	879	671	390.600	291.151	1.348.712
Misto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	-	879	671	390.600	291.151	1.348.712
		Meta *	900	357.013	289.796	1.350.000
		% da meta	75%	109%	100%	100%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Analisando os mesmos indicadores relativamente aos valores pagos, constata-se que foram apoiadas 601 empresas que representam 92% e 75%, respetivamente do investimento e do apoio previsto.

Quadro 55: Ação 1.1.1 – Número de PA pagos da componente 2 por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	PA pagos		Empresas apoiadas	Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)
	Produção biológica	Produção convencional		TOTAL	FEADER	
Indústria alimentar	n.d.	786	601	272.592	218.309	1.238.207
Misto	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
TOTAL	-	786	601	272.592	218.309	1.238.207
		Meta	900	357.013	289.796	1.350.000
		% da meta	67%	76%	75%	92%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional e sectorial do investimento contratado.

Quadro 56: Ação 1.1.1 – Repartição regional e sectorial do investimento contratado da componente 2 (acumulado)

Sector	DRAPN	DRAPC	DRAPLVT	DRAPALE	DRAPALG	TOTAL sectorial
Azeite	1%	1%	1%	12%	0,0%	14%
Carne	3%	3%	3%	1%	0,02%	10%
Frutas frescas	3%	1%	6%	0,2%	1%	10%
Frutas transformadas	1,0%	1%	1%	0,1%	0,1%	3%
Leite e produtos lácteos	1,7%	3%	1%	0,5%	0%	6%
Ovos e aves de capoeira	0,2%	4%	2%	0%	0%	6%
Produtos hortícolas frescos	0,1%	1%	3%	1%	0,02%	5%
Produtos hortícolas transformados	3%	1%	4%	2%	0%	10%
Vinho	13%	3%	8%	8%	0,2%	33%
Produtos diversos	0,4%	0,2%	2%	0,6%	0,4%	4%
TOTAL regional (%)	26%	18%	30%	25%	1%	100%
TOTAL regional (invest.)	347.468	244.177	402.178	336.586	18.303	1.348.712
TOTAL regional (apoio)	97.798	67.239	113.787	105.003	6.773	390.600

O investimento contratado mantém-se concentrado na região LVT, com 30% do investimento total e em seguida aparece a região Norte e o Alentejo (representando 26% e 25%, respetivamente, do investimento total). A região do Algarve mantém contratado apenas 1% do investimento.

Analisando a repartição sectorial do investimento, verifica-se:

- O “vinho” continua a ser o principal setor de investimento, na componente 2 com 33% do total;
- O “azeite” diminuiu ligeiramente o seu peso, apesar de se manter como o segundo setor de investimento, representado agora 14% do investimento total;
- Os “produtos hortícolas transformados” continuam a representar o terceiro setor com mais investimento, juntamente com o setor “carne” e o setor das “frutas frescas”, com 10% do investimento total;

Os primeiros 5 setores constituem, atualmente, cerca de 77% do investimento total da componente 2.

A larga maioria dos 879 PA contratados, são de empresas PME (79% do total) continuando a ser o setor do “vinho” o mais representativo com 43% (mais 3 p.p. do que em 2013) de PA contratados.

Relativamente às não PME, o setor “vinho” continua a ser o que detém o maior número de PA (16). Os setores “produtos hortícolas transformados” e “Ovos e aves de capoeira” embora com 7 e 6 PA, respetivamente, em termos de investimento, representam 19% e 36% respetivamente.

Quadro 57: Ação 1.1.1 – Número de empresas contratadas e pagas da componente 2 (por tipo de empresa)

Tipo de Empresa	Empresas Apoiadas				Investimento			
	Contratadas		Pagas		Contratadas		Pagas	
	Número	% do Total	Número	% do Total	Mil euros	% do Total	Mil euros	% do Total
Micro/pequenas	549	82%	492	82%	728.741	54%	657.761	53%
Médias	96	14%	85	14%	451.890	34%	398.228	32%
Não PME	26	4%	25	4%	168.082	12%	182.218	15%
TOTAL	672	100%	601	100%	1.348.712	100%	1.238.207	100%

Quadro 58: Ação 1.1.1 – Número de PA contratados da componente 2 (por tipo de empresa e setor)

Sector	Micro/Pequenas		Médias		Médias/Grandes		TOTAL	
	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)	N.º PA	Inv. proposto (mil euros)
Vinho	302	290.161	40	101.221	16	48.045	358	439.427
Azeite	115	112.839	19	75.712	2	501	136	189.052
Produtos hortícolas transformados	9	7.019	13	92.677	7	31.484	29	131.180
Frutas frescas	67	98.439	16	35.405	0	0	83	133.844
Carne	62	63.257	21	61.049	5	13.369	88	137.675
Ovos e aves de capoeira	7	10.649	5	10.721	6	60.707	18	82.077
Produtos hortícolas frescos	23	38.469	10	26.513	2	6.312	35	71.294
Frutas transformadas	19	31.065	3	9.480	0	0	22	40.545
Leite e produtos lácteos	62	49.202	9	26.596	0	0	71	75.798
Diversos vegetais	2	5.327	0	0	0	0	2	5.327
Cereais	9	10.426	7	10.414	3	7.664	19	28.504
Flores e plantas	2	2.864	1	76	0	0	3	2.939
Diversos animais	2	361	0	0	0	0	2	361
Produtos diversos	11	8.663	2	2.026	0	0	13	10.690
TOTAL	692	728.741	146	451.890	41	168.082	879	1.348.712

Relativamente aos indicadores específicos de realização, e à semelhança do que aconteceu na componente 1, verifica-se que o número de candidaturas contratadas com projetos agrupados está próximo da meta, 77% do total, e o valor do investimento em Inovação bastante elevado. O investimento em fatores ambientais e imateriais continua abaixo das metas.

Quadro 59: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 2 (contratado acumulado)

Un.: mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	58	45.417	963.472	155.035
% do total da componente	7%	3%	71%	11%
Metas *	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	77%	-	+++	-

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 60: Ação 1.1.1 – Indicadores específicos de realização da componente 2 (pago acumulado)

Un.: mil euros

	Número de candidaturas com projectos agrupados	Montante total por tipo de investimento		
		Investimentos em factores ambientais	Investimentos em inovação	Investimentos imateriais
	58	43.361	889.249	143.852
% do total da componente	10%	4%	72%	12%
Metas *	75	≥ 10%	≥ 15%	≥ 15%
% da meta	77%	-	+++	-

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quanto aos indicadores de resultado, mantém-se o já referido em Relatórios anteriores, com os PA já contratados a apresentarem valores, relativamente à introdução de novos produtos e técnicas, bastante superiores às metas. Relativamente ao VAB, o valor anual corresponde a 695.621 mil euros. À semelhança do que foi feito para a componente 1, calculou-se a vida média dos projetos e multiplicou-se pelo VAB anual, para comparar com a taxa de cumprimento da meta (186% em relação aos PA pagos).

Quadro 61: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (contratados acumulado)

Aumento das UTA	Acréscimo anual de VAB nas empresas apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
6.941	695.621	6,96	404	556	614
% do total de explorações			46%	63%	70%
Metas	2.400.000		18%	55%	160
% da meta	202%		++	++	384%

Quadro 62: Ação 1.1.1 – Indicadores de resultado da componente 2 (pagos acumulado)

	Acréscimo anual de VAB nas empresas apoiadas (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	644.562	6,92	359	501	549
% do total de explorações			60%	83%	91%
Metas	2.400.000		18%	55%	160
% da meta	186%		++	+	343%

2.2.1.2 Ação 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) i) e Artigo 26º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 17º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.2.1;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 121;
- Portaria nº 482/2009, de 6 de maio, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

A Ação tem como objetivos a melhoria das condições de vida, de trabalho e de produção e contribuir para o processo de Modernização e capacitação das empresas do setor.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras acções, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) Nº1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do Regulamento (UE) Nº 1310/2013, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Em 2014, foram consideradas 1.178 novas candidaturas válidas que representam 26.205 mil euros de investimento.

O número de PA apresentado nos anos anteriores continuou a diminuir (de 6.349 candidaturas válidas para 6.132) devido a desistências de candidaturas.

Quadro 63: Ação 1.1.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
Primeiro	48.252	15.000	0	0	609	12.240
Segundo		22.000	0	0	1.948	41.442
Terceiro, em contínuo 2012			0	0	2.913	66.584
Terceiro, em contínuo 2013			0	0	662	14.885
Terceiro, em contínuo 2014			1.178	26.205	1.178	26.205
TOTAL		37.000	1.178	26.205	7.310	161.355

A distribuição regional dos PA entrados mantém-se idêntica ao já reportado em anos anteriores, continuando a região Norte a concentrar o maior número de PA e o investimento, com 44% e 43% do total, respetivamente.

Quadro 64: Ação 1.1.2 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	PA		Investimento proposto	
	Número	%	(mil euros)	%
Norte	3.193	44%	69.275	43%
Centro	1.788	24%	39.780	25%
LVT	731	10%	15.955	10%
Alentejo	1.388	19%	31.649	20%
Algarve	210	3%	4.697	3%
TOTAL	7.310	100%	161.355	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014, foram analisadas e decididas, 1.199 candidaturas. Do total das candidaturas analisadas, 80% tiveram parecer favorável e foram aprovadas.

Quadro 65: Ação 1.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas no ano		Candidaturas Decididas no ano				Candidaturas contratadas no ano			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceiro, em contínuo 2012	0	0	8	207	3	86	5	121	24	496	205	154
Terceiro, em contínuo 2013	0	0	13	294	6	141	7	154	733	378	164	123
Terceiro, em contínuo 2014	1.178	26.205	1.178	26.205	225	5.103	953	21.102	140	18.766	7.801	5.799
TOTAL	1.178	26.205	1.199	26.707	234	5.330	965	21.376	897	19.640	8.169	6.075

Quadro 66: Ação 1.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	609	12.240	609	12.094	162	3.216	447	8.879	447	8.879	3.691	2.758
Segundo	1.948	41.442	1.948	41.285	621	13.530	1.327	27.755	1.327	27.755	12.721	9.508
Terceiro, em contínuo 2012	2.913	66.584	2.913	66.510	296	6.710	2.617	59.800	2.613	59.722	26.090	19.468
Terceiro, em contínuo 2013	662	14.885	662	14.853	86	1.879	576	12.975	574	12.939	5.443	4.045
Terceiro, em contínuo 2014	1.178	26.205	1.178	26.205	225	5.103	953	21.102	857	18.809	7.818	5.812
TOTAL	7.310	161.355	7.310	160.947	1.390	30.438	5.920	130.510	5.818	128.104	55.763	41.590

Em termos acumulados, encontram-se contratados 5.818 PA, dos quais 897 PA no ano de 2014, num total de 128.104 mil euros de investimento e 55.763 mil euros de despesa pública, correspondendo a 41.590 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 46.677 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 116%, ou seja mais treze pontos percentuais face a 2013.

Destes PA contratados, 97% encontram-se em região de convergência.

Tal como noutras Ações, registaram-se, em 2014, desistências num total de 216 PA contratados. Estes PA representavam 1.943 mil euros de despesa pública.

Analisando a distribuição regional, dos PA contratados, mantem-se a região Norte como a mais representativa, com 38% do total dos PA contratados, seguida da região Centro com 25%.

Quadro 67: Ação 1.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	2.219	47.629	20.840	15.630
Centro	1482	33.012	14.413	10.810
LVT	660	14.332	5.617	3.981
Alentejo	1285	29.322	13.322	9.992
Algarve	172	3.808	1.570	1.177
TOTAL	5.818	128.104	55.763	41.590

Quanto ao tipo de promotores dos PA contratados, mantém-se a tendência já verificada anteriormente com a tipologia “*produtor individual*” a representar 73% do investimento contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 68: Ação 1.1.2 - PA contratados (por tipologia de promotor)

Tipologia	Número de PA	Investimento	
		(mil euros)	%
Produtor individual	4.334	93.327	73%
Sociedade	1.409	33.099	26%
Outras	75	1.733	1%
TOTAL	5.818	128.160	100%

Confirma-se, também, que a maioria dos promotores singulares é do sexo masculino (89%) e, em termos de faixa etária, 71% dos promotores têm mais de 40 anos, apresentando o sexo feminino uma estrutura mais jovem do que o sexo masculino (35% vs. 26%). Comparando com a Ação 1.1.1 componente 1, verifica-se que as pessoas singulares têm um peso substancialmente maior (74% vs. 53% na Ação 1.1.1 componente 1), o sexo masculino maior peso (74% - 68%) e os promotores são bastante mais idosos (71% ≥40 contra 37% na 1.1.1).

Quadro 69: Ação 1.1.2 - PA contratados e pagos (por tipo de beneficiário, sexo e grupo etário)

Tipo de beneficiário	Género	Idade	Número de explorações apoiadas		Meta	% Meta
			Contratadas	Pagas		
Pessoas singulares	Masculino	<40	845	293	3.600	89%
		≥ 40	2.362	731		
	Feminino	<40	395	130	2.400	47%
		≥ 40	731	232		
	TOTAL			4.333	1.386	
Pessoas colectivas			1.485	407		
TOTAL			5.818	1.793	6.000	97%

Relativamente ao investimento contratado por região e por tipologia mantém-se o já referido em Relatórios anteriores: os “equipamentos e máquinas agrícolas” têm o maior peso, em todas as regiões, no investimento contratado para esta Ação, sendo a tipologia “construções e equipamentos para melhoria ambiental e eficiência energética” a que tem menor representatividade.

Quadro 70: Ação 1.1.2 - Distribuição regional e por tipologia do investimento dos PA contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	1a Construções e equipamentos para melhoria ambiental e eficiência		1b Equipamentos e máquinas agrícolas		1c Pequenas construções		1d Pequenas plantações plurianuais		Não elegível		TOTAL
	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	Invest. contratado	% do total regional	
Norte	1.614	3%	31.553	66%	4.472	9%	5.694	12%	4.296	9%	47.629
Centro	378	1%	23.534	71%	3.682	11%	2.182	7%	3.261	10%	33.037
LVT	249	2%	9.977	70%	1.053	7%	1.421	10%	1.633	11%	14.332
Alentejo	224	1%	19.904	68%	3.132	11%	2.794	10%	3.283	11%	29.337
Algarve	22	1%	1.934	51%	556	15%	740	19%	573	15%	3.825
TOTAL	2.487	2%	86.901	68%	12.895	10%	12.831	10%	13.046	10%	128.160

Analisando os PA contratados, por escalão de investimento, o escalão mais representativo é, claramente, o dos PA com mais de 20 mil euros de investimento, quer em termos de número de PA quer em termos de investimento.

Quadro 71: Ação 1.1.2 - Distribuição dos PA contratados por escalões de investimento (acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia	PA contratados			
	Nº PA	%	Invest. total	%
≥ 5 mil e < 10 mil euros	478	8%	3.592	3%
≥ 10 mil e < 15 mil euros	493	8%	6.130	5%
≥ 15 mil e < 20 mil euros	602	10%	10.627	8%
≥ 20 mil euros	4.245	73%	107.812	84%
TOTAL	5.818	100%	128.160	100%

Quanto à estrutura de investimentos, os “equipamentos e máquinas agrícolas” nesta Ação mantêm a liderança com 68% do investimento total contratado.

Quadro 72: Ação 1.1.2 - Comparação das estruturas de investimentos das Ações 1.1.2 e 1.1.1, componente 1

Concursos	Ação 1.1.2	Ação 1.1.1 Componente 1
Equipamentos e Máquinas Agrícolas	68%	44%
Construções	10%	21%
Plantações	10%	15%
Melhoramento Ambiental e Eficiência Energética	2%	5%
Outros	10%	14%
TOTAL	100%	100%

Analisando a SAU por atividade agrícola, os PA contratados concentraram-se, essencialmente, na actividade “bovinos de carne” (54% da área total).

Comparando esta Ação, em termos de SAU, com a Ação 1.1.1 - componente 1 mais uma vez se verifica uma diferença significativa na sua estrutura, mantendo a atividade “olival”, na Ação 1.1.1 - componente 1, uma importância muito maior do que nesta Ação, representando 20% da área total. Os “bovinos de carne” apresentam, como já se viu, um peso muito menor, constituindo 22% da área total (menos 32 pontos percentuais que na Ação 1.1.2).

Quadro 73: Ação 1.1.2 - Distribuição da área dos PA contratados por setor de atividade (acumulado)

Un.:ha

Actividade Agrícola	Superfície Agrícola Util			
	Acção 1.1.2		Acção 1.1.1 Componente 1	
	Área	%	Área	%
Olival	14.173	6%	74.375	20%
Vinho	19.369	8%	22.327	6%
Frutos	7.499	3%	21.112	6%
Hortícolas ar livre	4.602	2%	16.371	4%
Hortícolas forragem	263	0,1%	1.699	0%
Cereais oleaginosas e proteaginosas	29.333	12%	49.926	14%
Culturas forrageiras	6.577	3%	56.460	15%
Flores	87	0,03%	1.208	0,3%
Outras Permanentes	48	0,4%	422	0,1%
Outras culturas	1.475	1%	6.032	2%
Bovinos de carne	133.925	54%	81.905	22%
Bovinos de leite	5.420	2%	11.850	3%
Ovinos de carne	15.300	6%	8.040	2%
Ovinos de leite	6.717	3%	2.954	1%
Caprinos	1.875	1%	2.832	1%
Suínos	1.202	0%	7.403	2%
Frangos (engorda)	126	0,1%	502	0,1%
Ovos	0	0%	448	0,1%
Apicultura	367	0,1%	2.236	1%
Outros animais	826	0,3%	1.436	0,4%
Outros	158	0,1%	93	0,03%
TOTAL	249.344	100%	369.539	100%

c. Execução financeira

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação era de 43.633 mil euros de despesa pública e 36.350 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução (rácio entre o fundo pago e o programado) de 90% face ao programado e de 78% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). Face a 2013 a taxa de execução desta Ação aumentou 18 p.p.

A distribuição regional dos PA pagos acumulados, manteve-se face ao ano de 2013, com a região Norte a ser a mais representativa com 35% (vs. 31% em 2013) do total dos pagamentos, seguida do Centro com 27% (vs. 30% em 2013), conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 74: Ação 1.1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total pago		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	2.219	20.840	15.630	1.876	15.356	12.884
Centro	1.482	14.413	10.810	1.330	12.010	9.907
LVT	660	5.617	3.981	567	4.437	3.711
Alentejo	1.285	13.322	9.992	1.109	10.713	8.914
Algarve	172	1.570	1.177	145	1.116	934
TOTAL	5.818	55.763	41.590	5.027	43.633	36.350
Meta	6.000	48.252	40.275	6.000	48.252	40.275
% da meta	97%	116%	103%	84%	90%	90%

d. Projetos encerrados

Dos 5.818 PA contratados até ao final de 2014 (incluindo os PA decididos ao abrigo das Normas Transitórias previstas no Reg. (CE) nº 1310/2013), 4.275 PA encontram-se encerrados, com uma libertação de 1.046 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 75: Ação 1.1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	2.219	20.840	15.630	1.512	13.741	11.514	431	367
Centro	1.482	14.413	10.810	1.160	11.196	9.216	226	192
LVT	660	5.617	3.981	490	4.093	3.419	119	101
Alentejo	1.285	13.322	9.992	1.002	10.195	8.475	213	181
Algarve	172	1.570	1.177	111	951	793	57	48
TOTAL	5.818	55.763	41.590	4.275	40.177	33.417	1.046	889

A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) passou, assim, de 116% para 114%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos do cumprimento das metas dos indicadores de realização, verifica-se que as explorações contratadas representam 97% da meta do número de PA e 116% da meta da despesa apoiada, conforme quadro anterior.

Quanto à localização do investimento, continua a verificar-se que a maioria dos PA contratados e pagos se encontra em regiões desfavorecidas (83%) com particular ênfase para as “zonas de montanha” que representam 44% do investimento total, quer dos PA contratados quer dos PA pagos.

Quadro 76: Ação 1.1.2 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Un.: mil euros

Zona de intervenção	Número de pedidos aprovados			Despesa pública		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	363	4.473	4.836	35.752	47.746	106.600
Zonas de montanha	179	2.436	2.615	18.770	25.027	56.267
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	80	1.112	1.192	9.126	12.220	26.863
Zonas mistas	104	925	1.029	7.856	10.499	23.471
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	18	964	982	5.853	8.038	21.559
Zonas Natura 2000	2	33	35	208	289	785
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CF	0	100	100	569	802	2.141
Zonas mistas	0	13	13	70	106	278
Outros	16	818	834	5.006	6.841	18.355
TOTAL	381	5.437	5.818	41.605	55.783	128.160

Quadro 77: Ação 1.1.2 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Un.: mil euros

Zona de intervenção	Número de pedidos pagos			Despesa pública ⁽¹⁾		Volume total de investimento
	Produção biológica	Outras produções	TOTAL	FEADER	TOTAL	
<i>SUBTOTAL Zonas desfavorecidas</i>	328	3883	4211	31.269	37.554	92.731
Zonas de montanha	161	2.124	2.285	16.301	19.565	49.166
Zonas com desvantagens que não as zonas de montanha	72	961	1.033	8.144	9.787	23.218
Zonas mistas	95	798	893	6.825	8.202	20.347
<i>SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas</i>	12	804	816	5.081	6.079	18.052
Zonas Natura 2000	2	29	31	191	228	690
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	90	90	570	691	1.950
Zonas mistas	0	11	11	71	85	237
Outros	10	674	684	4.249	5.075	15.174
TOTAL	340	4687	5027	36.350	43.633	110.783

⁽¹⁾ Não inclui valores em recuperação, por desistência de PA

As empresas contratadas apresentam, em termos acumulados, uma taxa superior à esperada, no que diz respeito à "introdução de novos produtos" (23% das explorações contra um valor da meta de 18%) ao contrário da taxa das empresas com "introdução de novas técnicas" que continua inferior à meta (50% das explorações contra um valor da meta de 55%).

Quadro 78: Ação 1.1.2 - Indicadores de resultado (acumulado)

		Número de explorações contratadas		Número de explorações pagas	
		Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas
Sexo	Masculino	754	1.539	460	1.013
	Feminino	275	579	160	393
Pessoas colectivas		335	802	220	522
TOTAL		1.364	2.920	840	1.928
% do total de PA		23%	50%	22%	50%
Meta		18%	55%	18%	55%
% da meta		-	--	-	--

2.2.1.3 Ação 1.1.3 – Instalação de jovens agricultores

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) ii) e artigo 22º (1) do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 13º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.1.1.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 112;
- Portaria nº 357-A/2008, de 9 de maio, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, com a Portaria nº 184/2011 de 5 de maio e com a Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto;

2. Objetivos da Ação

- Fomentar a renovação e o rejuvenescimento das empresas agrícolas;
- Promover o processo de instalação dos jovens agricultores;
- Incentivar a continuidade dos jovens agricultores na atividade;
- Assegurar uma adequada formação e qualificação profissional;
- Promover o processo de desenvolvimento e adaptação das explorações dos jovens agricultores, assegurando o acompanhamento necessário.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

As regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrarem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Em 2014, foram assim analisadas e decididas, ao abrigo do Regulamento (UE) nº 1310/2013, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram consideradas 1.835 candidaturas válidas, em 2014. Tal como noutras Ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

Quadro 79: Ação 1.1.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Ano	Avisos	Nº PA entrados válidos
2008	1º	375
	2º	437
	3º	336
2009	4º	450
	5º	513
	6º	586
	7º	276
2010	8º	1.742
2011	9º	235
	10º	1.157
	10º-Leite	30
2012	11º, em continuo	2.824
	11º-Leite	80
2013	11º, em continuo	875
	11º-Leite	20
2014	11º, em continuo	1.793
	11º-Leite	42
TOTAL		11.771

A distribuição regional destas candidaturas é idêntica à verificada nos anos anteriores, como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 80: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (no ano e acumulado)

Região	Número de PA entrados válidos			
	Ano		Acumulado	
	Nº	%	Nº	%
Norte	886	47%	6.069	52%
Centro	456	26%	2.447	21%
LVT	215	12%	1.423	12%
Alentejo	196	13%	1.223	10%
Algarve	82	3%	609	5%
TOTAL	1.835	100%	11.771	100%

Analisando a distribuição dos PA entrados no ano, por tipologia de promotor, verifica-se que a mesma reforçou a tendência já verificada em Relatórios anteriores, ou seja, o predomínio dos “*produtores individuais*” (81% vs. 77% em 2013). Na distribuição acumulada, por tipologia e por região, continua a verificar-se que o Alentejo se destaca por ser a região em que a “*sociedades por quotas*” tem maior expressão (31%) no universo dos PA entrados, contrastando com a região Norte, onde esta tipologia representa apenas 12% do total da região.

Quadro 81: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados por tipologia do promotor (no ano e acumulado)

Região	Produtor individual				Sociedade por quotas			
	Ano		Acumulado		Ano		Acumulado	
	Nº PA	% do valor regional	Nº PA	% do valor regional	Nº	% do valor regional	Nº	% do valor regional
Norte	757	51%	5.357	55%	129	37%	712	36%
Centro	361	24%	1.922	20%	95	27%	525	26%
LVT	164	11%	1.134	12%	51	14%	289	15%
Alentejo	133	9%	847	9%	63	18%	376	19%
Algarve	67	5%	524	5%	15	4%	85	4%
TOTAL	1.482	100%	9.784	100%	353	100%	1.987	100%

Tal como já referido em Relatórios anteriores, quando analisamos o impacto da alteração efetuada nesta Ação, Portaria nº 184/2011 de 5 de maio, verifica-se que o investimento médio das candidaturas apresentadas é significativamente superior ao verificado até então.

Quadro 82: Ação 1.1.3 - Distribuição regional dos PA entrados (por avisos e acumulado)

Un.: mil euros

Região	PA entrados válidos					
	Acumulado		10º e 11º Aviso		Investi-mento médio	Investi-mento médio 10º e 11º Aviso
	Nº	Investimento [1]	Nº	Investimento		
Norte	6.069	626.833	3.144	420.694	103	134
Centro	2.447	362.317	1.779	266.959	148	150
LVT	1.423	222.213	820	142.596	156	174
Alentejo	1.223	173.374	695	112.724	142	162
Algarve	609	87.146	383	61.219	143	160
TOTAL	11.771	1.471.883	6.821	1.004.191	125	147

[1] - Inclui investimentos previstos no Plano Empresarial

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2014 foram analisadas e decididas 1.872 candidaturas, num total acumulado de 11.771 candidaturas entradas. Registou-se o envio para contratação de 981 candidaturas, de um total acumulado de 8.199 PA contratados.

As candidaturas objeto de contratação no decorrer do presente ano envolveram uma despesa pública de 96.481 mil euros conforme quadro seguinte.

Quadro 83: Ação 1.1.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas no ano		Candidaturas decididas no ano				Candidaturas contratadas no ano		
	Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Prémio/Investimento	
					Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento		Despesa pública	FEADER
1º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
6º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
8º	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9º	0	0	0	0	0	0	0	0	1	40	30
10º	0	0	0	0	0	0	0	0	2	157	110
11º, em contínuo 2012	0	0	13	1.863	2	119	11	1.744	50	5.038	3.733
11º, em contínuo 2013	0	0	24	4.684	9	1.472	15	3.213	76	8.253	6.034
11º, em contínuo 2014	1.835	262.333	1.835	262.333	525	67.054	1.310	195.286	852	82.994	61.787
TOTAL	1.835	262.333	1.872	268.879	536	68.645	1.336	200.243	981	96.481	71.694

Em termos acumulados, foram contratados 8.199 PA que correspondem a um total de 623.993 mil euros de despesa pública, com 448.824 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 520.399 mil euros.

Quadro 84: Ação 1.1.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento	Parecer desfavorável		Parecer favorável		Nº PA	Prémio/Investimento	
					Nº PA	Prémio/Investimento	Nº PA	Prémio/Investimento		Despesa pública	FEADER
1º	375	59.603	375	59.603	241	41.569	134	17.926	134	5.360	3.990
2º	437	47.937	437	47.937	208	24.904	229	23.033	229	9.160	6.800
3º	336	48.956	336	48.956	105	14.297	231	34.568	231	9.240	6.870
4º	450	43.412	450	43.412	176	15.878	274	27.535	274	10.960	8.160
5º	513	50.726	513	50.726	183	18.233	330	32.493	330	13.200	9.840
6º	586	49.370	586	49.370	248	19.949	338	29.421	338	13.520	10.070
7º	276	27.690	276	27.690	76	4.951	200	22.740	200	8.000	5.970
8º	1.742	125.910	1.742	125.910	431	33.433	1.311	91.760	1.311	52.440	39.020
9º	235	14.087	235	14.087	81	4.229	154	9.858	154	6.160	4.610
10º	1.187	182.740	1.187	182.740	251	35.281	936	144.484	936	95.665	65.590
11º, em contínuo 2012	2.904	419.296	2.904	419.296	430	54.053	2.474	361.085	2.471	241.312	171.093
11º, em contínuo 2013	895	139.823	895	139.823	149	22.575	746	115.158	739	75.982	55.023
11º, em contínuo 2014	1.835	262.333	1.835	262.333	525	67.054	1.310	195.286	852	82.994	61.787
TOTAL	11.771	1.471.883	11.771	1.471.883	3.104	356.405	8.667	1.105.347	8.199	623.993	448.824

Em termos de distribuição regional, mantém-se o predomínio da região Norte (47% do total das candidaturas contratadas), mantendo-se também a região Centro como a segunda região (com 22% do total das candidaturas contratadas). Estas duas regiões totalizam cerca de 69% de todas as contratações desta Ação.

Quadro 85: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	Ano				Acumulado			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	476	49%	45.370	34.109	3.851	47%	266.312	193.671
Centro	214	22%	21.022	15.851	1.812	22%	152.264	109.983
LVT	152	15%	15.858	11.091	1.097	13%	92.436	63.079
Alentejo	97	10%	9.279	6.951	973	12%	75.696	54.811
Algarve	42	4%	4.882	3.662	466	6%	37.285	27.281
TOTAL	981	100%	96.412	71.665	8.199	100%	623.993	448.824

Quanto aos PA contratados, por escalão de investimento, verifica-se que a maioria, cerca de 55% do total dos Jovens Agricultores, investe, sobretudo no escalão inferior a 100 mil euros. Em termos da repartição do investimento pelos diferentes escalões, verifica-se que este se concentra, sobretudo, entre os 100 e os 500 mil euros, com 65% do total.

Quadro 86: Ação 1.1.3 – Distribuição dos PA contratados por escalão de investimento (ano e acumulado)

Tipologia	Ano				Acumulado			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
< 100 mil euros	382	39%	29.868	20%	4.519	55%	225.770	22%
≥ 100 mil e < 200 mil euros	427	44%	57.504	39%	2.367	29%	320.223	31%
≥ 200 mil e < 500 mil euros	152	15%	48.486	33%	1.121	14%	352.545	34%
≥ 500 mil euros	20	2%	11.174	8%	192	2%	137.871	13%
TOTAL	981	100%	147.032	100%	8.199	100%	1.036.410	100%

Ao analisar as candidaturas contratadas dos PA entrados após a alteração efetuada nesta Ação (10º e 11º aviso) verifica-se que o predomínio da

região Norte é menor e que a região Centro aparece com 27% do total das contratações.

Tal como já referido anteriormente, verifica-se que o investimento médio contratado, após as alterações efetuadas em 2011 nesta Ação, é superior ao até aí registado.

Quadro 87: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (10º e 11º aviso e acumulado)

Un.: mil euros

Região	10º e 11º aviso					Acumulado				
	Nº PA	%	Investi-mento	Despesa pública	FEADER	Nº PA	%	Investi-mento	Despesa pública	FEADER
Norte	2.078	42%	281.722	195.392	140.571	3.851	47%	389.573	266.312	193.671
Centro	1.365	27%	203.796	134.384	96.633	1.812	22%	268.628	152.264	109.983
LVT	702	14%	123.238	76.636	51.779	1.097	13%	176.825	92.436	63.079
Alentejo	549	11%	86.666	58.736	42.091	973	12%	133.017	75.696	54.811
Algarve	304	6%	49.042	30.805	22.421	466	6%	65.755	37.285	27.281
TOTAL	4.998	100%	744.464	495.953	353.494	8.199	100%	1.033.797	623.993	448.824
	Investimento médio		149 mil euros			Investimento médio		126 mil euros		

c. Execução financeira

No final do ano de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação era de 429.651 mil euros de despesa pública e 355.205 mil euros de participação FEADER. Deste montante, 32% foram pagos no ano de 2014 (131.971 mil euros de despesa pública e 112.386 mil euros de participação FEADER).

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 100% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 68% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

A distribuição regional dos pagamentos efetuados segue o padrão anterior de predomínio da região Norte, com 42% do total da despesa pública paga, seguida da região Centro, com 25% do total.

Quadro 88: Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	Ano			Acumulado		
	Nº PA	Despesa pública	FEADER	Nº PA	Despesa pública	FEADER
Norte	2.942	58.995	50.267	3.661	179.065	146.963
Centro	1.245	32.932	28.047	1.716	107.730	90.238
LVT	700	15.511	13.195	1.020	61.218	50.416
Alentejo	622	16.653	14.180	923	56.004	46.319
Algarve	446	7.880	6.698	441	25.636	21.269
TOTAL	5.955	131.971	112.386	7.761	429.651	355.205

A execução acumulada em regiões de convergência foi de 98%.

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 2.854 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizaram 1.752 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 89 :Ação 1.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	3.851	266.312	193.671	1.167	55.205	43.826	229	195
Centro	1.812	152.264	109.983	658	45.936	37.991	427	363
LVT	1.097	92.436	63.079	391	23.208	18.635	360	306
Alentejo	973	75.696	54.811	473	28.718	23.449	440	374
Algarve	466	37.285	27.281	165	10.035	8.146	296	251
TOTAL	8.199	623.993	448.824	2.854	163.102	132.048	1.752	1.489

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado), é de 146%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Quanto aos indicadores de execução financeira e de realização, verifica-se, apesar da alteração efectuada aos indicadores em sede de reprogramação

do ProDeR, que se ultrapassou a meta para o número de PA contratados, tal como já tinha sido referido em anos anteriores, em 9% e a despesa pública programada em 45%.

A atividade agrícola dominante, quer em termos de número de PA quer em investimento continua a ser a atividade de “*explorações especializadas em frutícolas (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)*”. A atividade “*Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade*” continuam em segundo lugar, em termos de número de PA contratados, com 9% do total dos PA contratados mas, em termos de investimento, a atividade agrícola que aparece em segundo lugar é a das “*Explorações especializadas em hortícolas de coberto*”, com 9% do total de investimento.

Quadro 90: Ação 1.1.3 - Principais OTE dos PA contratados

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	PA contratados		Despesas públicas		Volume total de investimento	
	Nº	%	FEADER	TOTAL	(mil euros)	%
Expl. Apícolas	526	6%	22.382	31.246	44.725	4%
Expl. bovinas especializadas - orientação leite	118	1%	10.524	12.803	33.049	3%
Expl. com diversas combinações de culturas permanentes	262	3%	10.947	14.991	17.649	2%
Expl. com diversos herbívoros	27	0%	1.611	2.210	4.437	0%
Expl. espec. em aves de carne	247	3%	25.340	34.460	69.795	7%
Expl. espec. frutícolas (com exceção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)	1.948	24%	107.890	152.281	235.820	23%
Expl. frutícolas especializadas em frutos tropicais	205	3%	14.225	19.849	39.275	4%
Expl. olivícolas especializadas	268	3%	13.651	18.456	30.540	3%
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	701	9%	23.543	32.099	20.105	2%
Explorações especializadas na cultura dos cogumelos	432	5%	22.498	32.187	44.910	4%
Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	161	2%	9.020	12.583	34.782	3%
Explorações especializadas em hortícola sob coberto	421	5%	31.495	44.632	94.542	9%
Explorações especializadas em horticultura ao ar livre	348	4%	16.170	22.846	41.458	4%
Outras	2.535	31%	139.527	193.350	322.711	31%
TOTAL	8.199	100%	448.824	623.993	1.033.797	100%
Metas	7.500		355.263	430.162	1.000.000	
% da Meta	109%		126%	145%	103%	

Analisando a orientação produtiva dos jovens que concorreram aos apoios no 10º e 11º concurso, mantem-se o predomínio da atividade “explorações especializadas em frutícolas (exceto citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija) ” que apresenta um peso de 29% no total das explorações contratadas e 26% do investimento contratado.

Quadro 91: Ação 1.1.3 - Principais OTE dos PA contratados com candidaturas ao 10º e 11º concurso

Un.: mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	PA contratados		Despesas públicas		Volume total de investimento	
	Nº	%	FEADER	TOTAL	(mil euros)	%
Expl. bovinas especializadas - orientação leite	67	1%	8.994	10.763	18.207	2%
Expl. bovinas - leite, criação e carne combinadas	2	0%	424	481	846	0%
Expl. com ovinos e bovinos combinados	6	0%	514	713	1.226	0%
Expl. espec. em aves de carne	159	3%	22.700	30.940	50.230	7%
Expl. espec. de galinhas poedeiras	32	1%	5.057	6.879	12.851	2%
Expl. Apícolas	382	8%	18.062	25.486	35.214	5%
Expl. com diversas culturas e criações mistas	70	1%	4.840	6.818	9.865	1%
Expl. espec. frutícolas (com excepção dos citrinos, frutos tropicais e frutos de casca rija)	1.459	29%	93.380	132.721	193.492	26%
Explorações especializadas vinícolas produtoras de vinhos de qualidade	103	2%	5.653	8.179	12.965	2%
Expl. frutícolas especializadas em frutos tropicais	155	3%	12.725	17.849	28.934	4%
Expl. olivícolas especializadas	106	2%	8.821	11.976	17.357	2%
Explorações com combinação de diversas culturas arvenses	140	3%	9.588	14.255	20.641	3%
Explorações especializadas em floricultura e plantas ornamentais sob coberto	66	1%	6.190	8.783	13.421	2%
Explorações especializadas na cultura dos cogumelos	391	8%	21.278	30.547	41.901	6%
Explorações especializadas em hortícola sob coberto	288	6%	27.555	39.312	66.443	9%
Explorações especializadas em horticultura ao ar livre	186	4%	11.490	16.366	23.672	3%
Outras	1.386	28%	96.223	133.886	197.199	26%
TOTAL	4.998	100%	353.494	495.953	744.464	100%

Quanto à superfície agrícola útil (SAU) verifica-se que como setor de atividade predominante se mantém o dos “*bovinos de carne*”, com 36% da área total contratada, seguido das atividades “*Frutos*” e “*olival*”, com 12% e 10% respetivamente, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 92: Ação 1.1.3 – Distribuição da área dos PA contratados por setor de atividade (acumulado)

Classificação por sector	SAU (ha)	
Bovinos de Carne	59.607	36%
Frutos	20.121	12%
Olival	16.021	10%
Cereais Oleaginosas e Proteaginosas	13.927	8%
Vinho	9.039	5%
Culturas Forrageiras	8.309	5%
Caprinos	5.370	3%
Hortícolas ar livre	4.581	3%
Ovinos de Carne	7.837	5%
Ovinos de Leite	4.837	3%
Apicultura	3.987	2%
Suínos	3.133	2%
Bovinos de Leite	2.250	1%
Hortícolas Forçagem	1.141	1%
Flores	543	0,3%
Frangos (engorda)	591	0,4%
Outras Permanentes	445	0,3%
Ovos	62	0,0%
Outros Animais	1.041	1%
Outras Culturas	1.945	1%
TOTAL	164.786	100%

Em termos de tipologia de promotores verifica-se que a tipologia “*Pessoa singular*” continua como a predominante, embora tenha vindo a diminuir o seu peso após as alterações efetuadas nesta Ação, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

Quadro 93: Ação 1.1.3 – PA contratados por tipologia do promotor (10º e 11º avisos e acumulado)

Un.: mil euros

Tipologia de Promotor	Acumulado		PA do 10º e 11º avisos					Proporção dos 10º e 11º avisos
	Número	%	Número	%	Investimento	Despesa Pública	FEADER	
Pessoa colectiva	1.531	19%	1.111	22%	254.777	154.220	111.309	73%
Pessoa singular	6.668	81%	3.887	78%	489.687	341.733	242.185	58%
TOTAL	8.199	100%	4.998	100%	744.464	495.953	353.494	61%

Analisando a Ação, segundo o tempo dedicado à exploração, constata-se que os PA em que o promotor é da tipologia "pessoa singular" são maioritariamente agricultores a tempo inteiro, quer se trate de PA que se candidataram até ao 9º aviso (85%), quer se trate de PA que se candidataram ao 10º e 11º aviso (79%).

Quadro 94: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores à exploração (da tipologia pessoa singular com candidaturas à Ação 1.1.1 até ao 9º Aviso)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto (mil euros)	
	Nº	% total	Total	Inv. médio
Tempo inteiro (>= 50% do tempo)	1.202	85%	155.118	129
Tempo parcial (< 50% do tempo)	215	15%	19.210	89
TOTAL	1.417	100%	174.329	123

Quadro 95: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores da tipologia pessoa singular à exploração (10º e 11º Período de candidaturas)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto (mil euros)	
	Nº	% total	(mil euros)	Inv. médio
Tempo inteiro (>= 50% do tempo)	3.086	79%	407.388	132
Tempo parcial (< 50% do tempo)	801	21%	82.298	103
TOTAL	3.887	100%	489.687	126

Quadro 96: Ação 1.1.3 – Tempo dedicado por promotores da tipologia pessoa singular à exploração (acumulado)

Tipologia segundo tempo dedicado à exploração e proporção do rendimento proveniente desta	PA		Investimento proposto (mil euros)	
	Nº	% total	(mil euros)	Inv. médio
Tempo inteiro (>= 50% do tempo)	4.288	81%	562.507	131
Tempo parcial (< 50% do tempo)	1.016	19%	101.509	100
TOTAL	5.304	100%	664.015	125

A Ação 1.1.3 contribui para duas medidas da Comissão: medida 112 “Instalação de Jovens Agricultores” e medida 121 “Modernização de explorações agrícolas”.

Analisando os indicadores financeiros, face às metas propostas na última reprogramação do ProDeR, para as candidaturas contratadas, nestas duas medidas, verifica-se:

- O número de PA, quer numa medida quer noutra, encontram-se já acima da meta (109% e 111%, respetivamente);
- O indicador financeiro da despesa pública atingiu 209% na medida 121 COM.
- Relativamente ao volume total de investimento ultrapassou-se a meta estabelecida para o Programa, com 103% na medida 112 COM e 106% na medida 121 COM, o que traduz um investimento médio inferior ao esperado.

Quadro 97: Ação 1.1.3 – Indicadores de execução financeira (contratados)

Un.: mil euros

	Medida 112 COM				Medida 121 COM			
	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	8.199	1.033.797	269.272	183.291	4.998	744.464	354.721	265.532
Meta *	7.500	1.000.000	260.449	211.007	4.500	700.000	169.712	144.256
% da meta	109%	103%	103%	87%	111%	106%	209%	184%

Quadro 98: Ação 1.1.3 – Indicadores de execução financeira (pagos)

Un.: mil euros

	Medida 112 COM				Medida 121 COM			
	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	Nº PA	Investimento (mil euros)	Despesa Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)
	7.761	961.160	249.955	202.151	4.054	597.582	179.696	153.054
Meta	7.500	1.000.000	260.449	211.007	4.500	700.000	169.712	144.256
% da meta	103%	96%	96%	96%	90%	85%	106%	106%

Relativamente aos indicadores de realização verifica-se que a atividade mais apoiada continua a ser a de “culturas permanentes” com 34% e 32% respetivamente da despesa pública e do investimento apoiado. Em segundo lugar aparece a “hortofruticultura” que representa 23% do investimento apoiado.

Quadro 99: Ação 1.1.3 – Indicadores de realização (Contratados)

Un.:mil euros

Tipo de actividade do ramo agrícola	Número de PA apoiados	Despesa pública		Volume total de investimento
		FEADER	TOTAL	
Grandes Culturas	334	20.718	29.545	46.536
Hortofruticultura	1.526	87.730	124.248	237.830
Olivicultura	268	13.651	18.456	30.540
Vitivinicultura	743	25.380	34.624	23.427
Culturas permanentes	2.815	152.097	213.593	328.248
Herbívoros (excluindo para produção de leite)	965	51.079	69.296	113.052
Suínos	91	5.888	8.272	15.767
Aves de capoeira	290	31.103	42.280	90.974
Produção de leite	122	11.008	13.364	34.488
Misto (culturas+animais)	704	31.874	44.414	66.027
Outros	341	18.296	25.900	46.911
TOTAL	8.199	448.824	623.993	1.033.797

O investimento realizado pelos jovens agricultores apresenta-se inferior ao esperado, em média cerca de 126 mil euros por PA, quando a meta era de 133 mil euros por PA.

A distribuição por sexo dos JA contratados (dados acumulados) mantém-se face a 2013, em termos de cumprimento das metas.

Quadro 100: Ação 1.1.3 – Divisão em função do sexo dos jovens agricultores contratados (no ano)

Jovens agricultores contratados			Meta *	
Género	Nº	%	Nº	%
Masculino	596	61%	4.500	13%
Feminino	385	39%	3.000	13%
TOTAL	981	100%	7.500	13%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 101: Ação 1.1.3 – Divisão em função do sexo dos jovens agricultores contratados e pagos (acumulado)

Género	Jovens agricultores contratados		Jovens agricultores pagos		Meta *	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Masculino	4.923	60%	4.646	60%	4.500	103%
Feminino	3.276	40%	3.115	40%	3.000	104%
TOTAL	8.199	100%	7.761	100%	7.500	103%
Investimento pago (mil euros)			961.160		1.700.000	57%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Nota: Para contabilização do sexo consideram-se tanto os promotores individuais como as sociedades. No caso das sociedades e para efeitos do indicador, considerou-se do sexo feminino quando pelo menos 50% dos seus membros (ou do capital) eram do sexo feminino.

Relativamente ao acréscimo de VAB, verifica-se que o VAB do 5º ano do projeto de Instalação continua a aumentar. Para o cálculo do VAB voltou a utilizar-se a metodologia já usada em anos anteriores. O VAB contratado para os 5 anos do plano empresarial (2.078.264 mil euros) corresponde a 208% da meta.

Quadro 102: Ação 1.1.3 – Acréscimo de VAB (acumulado)

Contratados		Pagos	
Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)	Aumento das UTA	Acréscimo de VAB nas explorações apoiadas (mil euros)
14.190	2.078.264	11.825	1.675.850
Meta *	1.000.000		1.000.000
% da meta	208%		168%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

2.2.1.4 Medida 1.2 – Redimensionamento e cooperação empresarial

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b), iii); Artigo 28º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 19º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II, ponto 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 123;
- Portaria nº 1238/2008, de 30 de outubro, com a nova redação/alteração dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 208/2011 de 24 de maio e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Medida

Incentivar o redimensionamento e a cooperação entre empresas agrícolas ou agroalimentares, através de, respetivamente, processos de concentração e fusão empresarial e desenvolvimento de áreas de intervenção comuns, utilizando o potencial de alavancagem da Inovação e da orientação para o mercado.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2014, tal como no ano anterior, não foram abertos concursos para esta medida. Em termos de candidaturas entradas válidas, a situação apresentada nos Relatórios de execução anteriores mantém-se.

Quadro 103: Medida 1.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	3.887	15.000	5	22.475
Segundo		20.000	-	-
TOTAL		35.000	5	22.475

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2014 não foram analisadas ou decididas candidaturas. A situação no final do ano era a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 104: Medida 1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	5	22.475	5	22.475	3	10.980	2	10.128	2	10.128	3.820	2.865
TOTAL	5	22.475	5	22.475	3	10.980	2	10.128	2	10.128	3.820	2.865

Em termos acumulados, foram contratados 2 PA, ambos relativos a adegas cooperativas e com o objetivo de melhorar a comercialização, num total de 3,8 milhões de euros de despesa pública.

A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o Programado) é de 99%.

c. Execução financeira

A execução desta medida, no final de 2014, era no montante de 3.803 mil euros de despesa pública e 3.027 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 99% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de 100% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 105: Medida 1.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado *				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Alentejo	2	10.128	3.803	3.027	2	3.803	3.027
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	2	10.128	3.803	3.027	2	3.803	3.027

* Valores corrigidos por força do encerramento dos PA

d. Projetos encerrados

Os 2 PA apoiados nesta acção encontravam-se encerrados no final de 2014, tendo libertado 17 mil euros de despesa pública.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Durante o ano de 2014, como já se referiu, não foram contratados mais PA.

O número de empresas apoiadas representa 100% da meta. A estes PA estão associados 3.803 mil euros de apoio contratado e 3.027 mil euros de FEADER (cerca de 98% e 99%, respectivamente, das metas estabelecidas). O investimento contratado, de 10.128 mil euros, representou 101% da meta proposta.

Quadro 106: Medida 1.2 - PA contratados e pagos (por setor de atividade)

Un.: mil euros

Sector de actividade	Número			Volume total de invest.	Despesas públicas Contratadas		Despesas públicas Pagas	
	Produção biológica	Produção convencional	Empresas apoiadas		TOTAL	FEADER	TOTAL	FEADER
Indústria alimentar	n.d.	2	2	10.128	3.803	3.027	3.803	3.027
	Metas *	2	2	10.000	3.887	3.067	3.887	3.067
	% da meta	100%	101%	101%	98%	99%	98%	99%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quanto à dimensão das empresas, ambos os PA se enquadram na categoria das micro/pequenas e médias empresas, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 107: Medida 1.2 – PA contratados (por tipo de empresa e setor)

Tipo de empresa	Empresas apoiadas		Investimento	
	Número	% do total	Mil euros	% do total
Micro/pequenas	0	0%	0	0%
Médias	2	100%	10.128	100%
Médias/Grandes	0	0%	0	0%
TOTAL	2	100%	10.128	100%

Relativamente ao número de iniciativas de cooperação, encontra-se apoiada apenas uma iniciativa (33% da meta), de duas adegas cooperativas - Borba e Vidigueira, Cuba e Alvito, com vista à cooperação estratégica para comercialização comum dos seus produtos.

Quadro 108: Medida 1.2 - Iniciativas de cooperação contratadas

	Aquisição de dimensão	Cooperação estratégica
	0	1
Nº de iniciativas de cooperação apoiadas	0	1
Metas *	0	2
% da meta	0%	50%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores de resultado. Das empresas contratadas, 67% do total, pretendem introduzir novos produtos ou novas técnicas.

Já no que se refere ao acréscimo do VAB, os resultados são claramente inferiores ao programado, quer quando consideramos os valores contratados quer quando consideramos os pagos. Para poder estimar, mais corretamente, a contribuição dos projetos para as metas calculou-se a vida útil média dos projetos e multiplicou-se pelo VAB anual (4.594 mil euros).

Quadro 109: Medida 1.2 - Indicadores de resultado (pagos)

	Acréscimo de VAB anual nas explorações apoiadas (contratadas) (mil euros)	Vida útil média dos projetos (anos)	Número de explorações		
			Introduziram novos produtos	Introduziram novas técnicas	Introduziram novos produtos ou novas técnicas
	4.594	7,5	2	1	2
% do total de explorações			100%	50%	100%
Metas *	10.000		-	-	3
% da meta	324%		-	-	67%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quanto ao aumento do valor exportado verificou-se que, comparativamente com o número de PA apoiados, o seu valor foi significativo (57% da meta).

Quadro 110: Medida 1.2 - Indicadores específicos de resultado (pagos)

Tipo de empresa	Nº pedidos apoiados	Volume total de invest. (mil euros)	Aumento do valor de produção exportado (mil euros)
Desenvolvimento	2	10.128	11.459
Transformação / comercialização	0	0	0
TOTAL	2	10.128	11.459
Metas	5	20.000	20.000
% da meta	40%	51%	57%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

2.2.1.5 Ação 1.3.1 – Melhoria produtiva dos povoamentos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) ii) e Artigo 27º do Reg. (CEE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.2.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 122;
- Portaria nº 828/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

Assegurar e melhorar a função económica dos povoamentos, no quadro da gestão sustentável.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrarem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo deste Regulamento, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 180 candidaturas válidas, em 2014. Nas candidaturas de anos anteriores registou-se uma diminuição, face a 31 de dezembro de 2013, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 111: Ação 1.3.1 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR *	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	67.697	16.000	0	0	292	35.874
Segundo		20.000	0	0	371	44.331
Contínuo 2011 - Geral			0	0	201	25.210
Contínuo 2012 - Geral			0	0	390	43.529
Contínuo 2013 - Geral			0	0	105	12.384
Contínuo 2014 - Geral			179	17.303	179	17.303
Contínuo 2011 - Viveiros			0	0	3	4.585
Contínuo 2012 - Viveiros			0	0	1	536
Contínuo 2013 - Viveiros			0	0	1	365
Contínuo 2014 - Viveiros			1	114	1	114
TOTAL		36.000	180	17.417	1.544	184.231

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

A distribuição regional das candidaturas consideradas válidas em 2014 é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 112: Ação 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (ano)

Região	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	14	8%	502	3%
Centro	22	12%	2.800	16%
LVT	53	29%	4.730	27%
Alentejo	80	44%	8.760	50%
Algarve	11	6%	624	4%
TOTAL	180	100%	17.417	100%

Relativamente a estas candidaturas, verifica-se que seguem a tendência já constatada nos anos anteriores, quer em termos do número de PA quer de volume de investimento, relativamente à região mais representativa. Assim mantém-se uma forte concentração no Alentejo, seguida da região LVT que

este ano voltou a representar 29% das candidaturas consideradas válidas no ano (vs. 11% em 2013).

Quadro 113: Ação 1.3.1 - Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Região	PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	92	6%	5.035	3%
Centro	272	18%	25.370	14%
LVT	315	20%	44.589	24%
Alentejo	778	50%	102.239	55%
Algarve	87	6%	6.999	4%
TOTAL	1.544	100%	184.231	100%

Nas candidaturas consideradas válidas em 2014, mantém-se como tipologia de beneficiário dominante, a de “*produtor florestal*” com 98% do total de investimento proposto.

Quadro 114: Ação 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (ano)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal	175	97%	17.005	98%
Entidades gestoras de ZIF	1	1%	118	1%
Organismos da administração local	2	1%	180	1%
Entidade gestoras de baldio	2	1%	114	1%
Cooperativa Produtores florestais	0	0%	0	0%
Organismos da administração central	0	0%	0	0%
TOTAL	180	100%	17.417	100%

Em termos acumulados verifica-se que as “*entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)*”, mantém-se como a segunda tipologia, representando 5% do total de PA candidatos e 7% do investimento total.

Quadro 115: Ação 1.3.1 - Distribuição dos beneficiários dos PA entrados por tipologia (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento proposto	
	Nº	% do total	Mil euros	%
Produtor florestal	1.418	92%	164.028	89%
Entidades gestoras de ZIF	80	5%	12.298	7%
Organismos da administração local	17	1%	4.705	3%
Entidade gestoras de baldio	26	2%	1.199	1%
Cooperativa Produtores florestais	2	0,1%	1.974	1%
Organismos da administração central	1	0,1%	27	0,01%
TOTAL	1.544	100%	184.231	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 efetuou-se a análise de 181 candidaturas das quais 177 com parecer favorável.

Em termos acumulados encontram-se analisadas 1.547 candidaturas, sendo que cerca de 12% (183 candidaturas) tiveram uma decisão de não aprovação.

Quadro 116: Ação 1.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	292	35.874	292	35.748	79	6.741	213	29.007	213	29.007	12.971	9.727
Segundo	371	44.331	371	44.081	61	3.386	310	40.695	310	40.695	18.973	14.136
Geral - Contínuo - 2011	201	25.210	201	25.167	15	1.545	186	23.622	186	23.622	11.949	8.910
Geral - Contínuo - 2012	390	43.529	390	43.371	18	1.960	372	41.411	372	41.411	20.794	15.499
Geral - Contínuo - 2013	105	12.384	108	12.377	5	100	103	12.277	103	12.277	5.551	4.161
Geral - Contínuo - 2014	179	17.303	179	17.302	4	311	175	16.991	160	16.156	7.644	5.699
Viveiros - Contínuo - 2011	3	4.585	3	4.576	1	536	2	4.039	2	4.039	1.842	1.100
Viveiros - Contínuo - 2012	1	536	1	452	0	0	1	452	1	452	226	170
Viveiros - Contínuo - 2013	1	365	1	365	0	0	1	365	1	365	131	99
Viveiros - Contínuo - 2014	1	114	1	107	0	0	1	107	1	107	53	40
TOTAL	1.544	184.231	1.547	183.545	183	14.580	1.364	168.966	1.349	168.131	80.136	59.540

De notar que ao longo de 2014 continuaram a registar-se desistências de PA já contratados, num total de 21 PA que representavam 1.037 mil euros de despesa pública.

Analisando a distribuição regional, dos PA contratados no ano, verifica-se a mesma tendência da distribuição regional dos PA entrados, com o Alentejo a representar 42% dos PA contratados e 54% do apoio contratado.

Quadro 117: Ação 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Região	Contratado no ano			Total contratado		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	12	195	147	63	1.647	1.235
Centro	19	987	740	165	7.147	5.358
LVT	53	2.110	1.548	310	20.293	14.660
Alentejo	69	4.376	3.282	732	48.765	36.574
Algarve	11	480	360	79	2.283	1.712
TOTAL	164	8.148	6.077	1.349	80.136	59.540

Em termos acumulados, encontram-se contratados 1.349 PA, dos quais 164 no ano de 2014, num total de 80.136 mil euros de despesa pública, representando 59.540 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 66.754 mil euros.

c. Execução financeira

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados era de 58.162 mil euros de despesa pública e 48.075 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 86% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 72% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA contratados e pagos.

Quadro 118: Ação 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	63	1.647	1.235	47	1.061	896
Centro	165	7.147	5.358	131	4.001	3.312
LVT	310	20.293	14.660	244	15.313	12.512
Alentejo	732	48.765	36.574	543	36.307	30.119
Algarve	79	2.283	1.712	58	1.480	1.236
TOTAL	1.349	80.136	59.540	1.023	58.162	48.075

d. Projetos encerrados

No final de 2014 encontravam-se encerrados 904 PA desta ação, num total de 46.288 mil euros de despesa pública paga e uma dotação libertada de 2.978 mil euros de despesa pública.

Quadro 119: Ação 1.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	63	1.647	1.235	39	764	647	36	30
Centro	165	7.147	5.358	112	3.216	2.647	450	382
LVT	310	20.293	14.660	216	12.914	10.482	1.237	1.051
Alentejo	732	48.765	36.574	482	28.284	23.317	1.099	935
Algarve	79	2.283	1.712	55	1.110	922	156	133
TOTAL	1.349	80.137	59.540	904	46.288	38.015	2.978	2.531

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado), passou para 114%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, mantém-se a tendência, já verificada em anos anteriores dos PA contratados apresentarem um volume de investimento médio inferior ao esperado, uma vez que se ultrapassou a meta relativa ao número de empresas florestais contratadas em 35% e se obteve apenas mais 12% do valor da meta do investimento apoiado.

Também no que se refere à tipologia das entidades contratadas confirma-se que a larga maioria dos contratados (137%) se refere a promotores privados apresentando os promotores públicos cada vez mais uma expressão residual.

Quadro 120: Ação 1.3.1 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Tipos	Valores Contratados	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		168.131	132.615	150.000	88%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Promotores públicos	11	9	20	45%
	Promotores privados	1.338	1.014	980	103%
	TOTAL	1.349	1.023	1.000	102%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Analisando a área intervencionada, as espécies mais representativas continuam a ser o Sobreiro e o Pinheiro Manso.

Relativamente à área abrangida, os PA contratados correspondem a 34% da meta o que confirma que a área média das explorações apoiadas está a ser bastante inferior ao esperado.

Quadro 121: Ação 1.3.1 - Indicadores específicos de resultado - área intervencionada (acumulado)

Espécie florestal	Área contratada (ha)	Área paga (ha)
Sobreiro	25.292	23.322
Pinheiro Manso	20.202	16.746
Eucalipto	8.257	4.018
Pinheiro Bravo	1.623	1.467
Azinhreira	1.458	1.441
Outras Resinosas	104	50
Outras Quercíneas	106	91
Outras Folhosas	251	39
Medronheiro	75	62
Cerejeira Brava	26	26
Castanha	73	11
Freixo	22	13
Carvalho-Negral	7	7
Pseudotsuga	3	3
Nogueira americana	1	1
Nogueira	1	1
Sem espécie identificada	106.089	83.707
TOTAL	163.589	131.006
Meta *	476.250	476.250
% da meta	34%	28%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

No que diz respeito à localização do investimento continua a verificar-se um peso maior nas “zonas com desvantagens que não as zonas de montanha” (57% do investimento total contratado), face às “zonas de montanha” (5% do investimento total contratado) e às “zonas mistas” (com 24% do investimento total contratado). No cômputo geral as “zonas desfavorecidas” têm uma representação no investimento contratado de 87%.

Quadro 122: Ação 1.3.1 - Número de PA contratados (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Nº de pedidos aprovados	Nº de explorações florestais aprovadas	Despesa pública (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL					
Zonas desfavorecidas	1201	1243	53.008	71.307	146.817
Zonas de montanha	159	159	2.836	3.782	9.027
Zonas com desvantagens que não as de montanha	748	767	35.940	48.501	96.605
Zonas mistas	294	317	14.232	19.024	41.186
SUBTOTAL					
Zonas não desfavorecidas	148	158	6.532	8.829	21.314
Zonas Natura 2000	7	7	525	758	1.757
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	141	151	6.007	8.070	19.556
TOTAL	1.349	1.401	59.540	80.136	168.131
Meta *	1.000	1.000	56.169	67.697	150.000
% da meta	135%	140%	106%	118%	112%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

A mesma tendência verifica-se quando se efetua a análise dos PA pagos por zona de intervenção.

Quadro 123: Ação 1.3.1 - Número de PA pagos (por zona de intervenção)

Zona de intervenção	Nº de pedidos aprovados	Nº de explorações florestais aprovadas	Despesa pública ⁽¹⁾ (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL					
Zonas desfavorecidas	915	957	32.281	39.364	115.708
Zonas de montanha	123	123	1.636	1.986	7.232
Zonas com desvantagens que não as de montanha	585	604	23.582	28.873	80.236
Zonas mistas	207	230	7.064	8.505	28.239
SUBTOTAL					
Zonas não desfavorecidas	108	118	3.864	4.752	16.907
Zonas Natura 2000	6	6	345	450	1.189
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	102	112	3.518	4.302	15.719
TOTAL	1.023	1.075	36.145	44.116	132.615
Meta *	1.000	1.000	56.169	67.697	150.000
% da meta	102%	108%	64%	65%	88%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

⁽¹⁾ Não inclui valores em recuperação, por desistência de PA

Analisando os indicadores de resultado desta Ação constata-se que em termos de número de explorações que introduziram novos produtos ou novas técnicas a meta foi já ultrapassada.

Quadro 124: Ação 1.3.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Contratados	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	n.d.	n.d.	400.000	-
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	424	322	400	81%
* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM				
Nº de explorações/empresas que implementaram a certificação florestal	123			
Nº de explorações/empresas que utilizam biomassa para produção de energias renováveis	39			

Das 424 explorações contratadas que introduziram novos produtos ou novas técnicas, 123 apresentam a certificação da gestão florestal já implementada e 39 apresentam investimentos em biomassa para energias renováveis.

2.2.1.6 Ação 1.3.2 – Gestão multifuncional

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) ii) e Artigo 27º do Reg. (CEE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.2.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 122;
- Portaria nº 821/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Diversificar as atividades nas explorações florestais promovendo a utilização e Valorização económica de recursos associados à floresta e aos espaços florestais;
- Desenvolver a oferta de bens e serviços proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando as suas funções protetoras (ambiente) e sociais (lazer/fruição pelas populações);
- Promover a Valorização de recursos endógenos e a sustentabilidade dos territórios rurais.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

As regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) Nº1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrarem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR. Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo deste Regulamento, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se

encontravam na situação de “PA sem dotação” pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 15 candidaturas válidas, em 2014. Verificou-se também uma diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2013, fruto de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

Quadro 125: Ação 1.3.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR *	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	4.188	4.000	0	0	100	5.738
Segundo		5.000	0	0	9	564
Em contínuo - 2010		-	0	0	6	672
Em contínuo - 2011		-	0	0	44	3.927
Em contínuo - 2012		-	0	0	45	3.089
Em contínuo - 2013		-	0	0	5	618
Em contínuo - 2014		-	15	592	15	592
TOTAL			9.000	15	592	224

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2014 foram analisadas 15 candidaturas das quais 13 foram aprovadas com 389 mil euros do investimento proposto.

Quadro 126: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	invest.total	Nº PA	invest.total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	invest.total	Desp.pública	FEADER
					Nº PA	invest.total	Nº PA	invest.total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2014	15	592	15	592	2	407	13	389	12	361	172	129
TOTAL	15	592	15	592	2	407	13	389	12	361	172	129

Quadro 127: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Lh.:mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	invest.total	Nº PA	invest.total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	invest.total	Desp.pública	FEADER
					Nº PA	invest.total	Nº PA	invest.total				
Primeiro	100	5.738	100	5.736	48	3.038	52	2.698	52	2.698	1.224	918
Segundo	9	564	9	564	4	179	5	384	5	384	155	116
Em contínuo - 2010	6	672	6	672	1	28	5	644	5	644	251	188
Em contínuo - 2011	44	3.927	44	3.932	12	2.696	32	1.236	32	1.236	682	512
Em contínuo - 2012	45	3.089	45	3.089	1	26	44	3.064	44	3.064	1.626	1.220
Em contínuo - 2013	5	618	5	618	1	121	4	488	4	488	162	121
Em contínuo - 2014	15	592	15	592	2	407	13	389	12	361	172	129
TOTAL	224	15.200	224	15.203	69	6.494	155	8.904	154	8.876	4.273	3.205

No final de 2014, encontravam-se contratados 154 PA, num total de 4.273 mil euros de despesa pública, representando 3.205 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 3.566 mil euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição dos PA contratados por região, tipologia do beneficiário e do investimento.

Quadro 128: Ação 1.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Região	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	15	779	371	278
Centro	20	2.336	1.066	799
LVT	8	280	116	87
Alentejo	46	3.785	1.818	1.364
Algarve	65	1.696	902	676
TOTAL	154	8.876	4.273	3.205

O Alentejo continua a ser a região mais representativa, em termos de investimento contratado, com 43%, tal como o Algarve que permanece como a região com maior número de PA contratados (42%).

Os tipos de beneficiários mais representativos, em termos de número de PA contratados, continuam a ser as "entidades gestores de zonas de caça associativa" (45%) e as "entidades gestores de zonas de caça turística" (39%). A tipologia de beneficiário "entidades gestores de zonas de caça

turística” mantém-se como a mais representativa com 62% e 61%, respectivamente do investimento total e da despesa pública contratada.

Quadro 129: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA		Investimento total		Despesa pública		FEADER	
	Nº PA	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Entidade gestora de zona de caça associativa	69	45%	1.318	15%	615	14%	461	14%
Entidade gestora de zona de caça turística	60	39%	5.481	62%	2.621	61%	1.966	61%
Entidade gestora de zona de caça municipal	9	6%	730	8%	349	8%	262	8%
Produtor florestal individual	14	9%	1.021	12%	526	12%	394	12%
Entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF)	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Entidade gestora de zona de pesca desportiva	1	1%	250	3%	125	3%	94	3%
Organismos da administração local	1	1%	75	1%	37	1%	28	1%
TOTAL	154	100%	8.876	100%	4.273	100%	3.205	100%

A tipologia de investimento contratado mantém a distribuição já referida em Relatórios anteriores, com a tipologia “*gestão cinegética*” claramente maioritária, com 81% do investimento, seguida das tipologias “*Produção de cogumelos silvestres*” “*Gestão de pesca nas águas interiores*” e “*Apicultura*” que representam, em conjunto, 15% do investimento contratado.

Quadro 130: Ação 1.3.2 – Distribuição dos PA contratados por tipologia do investimento (acumulado)

Tipologia	PA *		Investimento total		Despesa Pública		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
Gestão Cinegética	138	87%	7.150	81%	3.412	80%	2.559	80%
Gestão de Pesca nas Águas Interiores	4	3%	396	4%	177	4%	132	4%
Produção de cogumelos silvestres	5	3%	595	7%	334	8%	250	8%
Apicultura	9	6%	398	4%	179	4%	134	4%
Produção de frutos silvestres	2	1%	56	1%	25	1%	19	1%
Produção de plantas: condimentares, medicinais e/ou aromáticas	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Não identificado**	0	0%	282	3%	147	3%	110	3%
TOTAL	158	100%	8.876	100%	4.273	100%	3.205	100%

Nota: * Existem 2 PA com investimento em Produção de cogumelos silvestres e Produção de frutos silvestres
Existem 2 PA com investimento em Gestão Cinegética e Gestão de Pesca nas Águas Interiores

c. Execução financeira

Esta Ação apresenta uma execução financeira de 3.208 mil euros de despesa pública e 2.660 mil euros de participação FEADER,

representando uma taxa de execução de 76% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de 75% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA pagos face aos contratados.

Quadro 131: Ação 1.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	15	371	278	11	293	246
Centro	20	1.066	799	19	751	627
LVT	8	116	87	8	107	88
Alentejo	46	1.818	1.364	40	1.334	1.109
Algarve	65	902	676	57	723	590
TOTAL	154	4.273	3.205	135	3.208	2.660

d. Projetos encerrados

Dos 154 PA contratados nesta acção, dos quais 12 no ano de 2014, encontram-se encerrados 122 PA que libertaram um total de 214 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 132: Ação 1.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	15	371	278	8	212	176	2	1
Centro	20	1.066	799	17	453	375	111	95
LVT	8	116	87	8	100	82	17	14
Alentejo	46	1.818	1.364	38	1.206	1.000	55	47
Algarve	65	902	676	51	567	458	30	25
TOTAL	154	4.273	3.205	122	2.537	2.091	214	182

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado), é de 97%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Relativamente aos indicadores de realização, continua a verificar-se que as empresas apresentam um volume de investimento médio inferior ao esperado, uma vez que 96% da meta do número de empresas florestais representam apenas 75% da meta relativa ao investimento.

Quadro 133: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização (pago acumulado)

Un.: mil euros

Indicador de realização	N.º PA	Investimento ⁽¹⁾	Despesa Pública ⁽¹⁾	FEADER ⁽¹⁾
Municípios	9	773	244	200
Outros	115	6.284	2.771	2.296
Proprietários Privados	11	465	193	163
TOTAL	135	7.522	3.208	2.660
Meta *	140	10.000	4.188	3.492
% da meta	96%	75%	77%	76%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM
(1) Não inclui valores em recuperação, por desistência de PA

Nas zonas de intervenção mantém-se como mais representativa, nos PA contratados, a "zona de montanha" com 38% dos PA e 22% do investimento contratado. Em termos de investimento, a zona mais representativa é a "zona mista" com 42% do investimento total contratado.

Quadro 134: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização - por zonas de intervenção (contratado acumulado)

Zona de intervenção	Nº PA	Número de explorações florestais apoiadas	Despesa pública		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL Zonas desfavorecidas	143	143	3.120	4.159	8.595
Zonas de montanha	59	59	736	982	1.979
Zonas com desvantagens que não as de montanha	34	34	995	1.327	2.919
Zonas mistas	50	50	1.388	1.850	3.697
SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas	11	11	85	114	282
Zonas Natura 2000	1	1	6	8	22
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	10	10	79	105	259
TOTAL	154	154	3.205	4.273	8.876
Meta *	140	140	3.492	4.188	10.000
% da meta	110%	110%	92%	102%	89%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 135: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização - por zonas de intervenção (pago acumulado)

Zona de intervenção	Nº PA	Número de explorações florestais apoiadas	Despesa pública ⁽¹⁾ (mil euros)		Volume total de invest. (mil euros)
			FEADER	TOTAL	
SUBTOTAL Zonas desfavorecidas	125	125	2.601	3.137	7.246
Zonas de montanha	49	49	649	788	1.686
Zonas com desvantagens que não as de montanha	30	30	923	1.115	2.440
Zonas mistas	46	46	1.030	1.234	3.121
SUBTOTAL Zonas não desfavorecidas	10	10	58	72	276
Zonas Natura 2000	1	1	6	8	22
Zonas abrangidas pela Directiva 2000/60/CE	0	0	0	0	0
Zonas mistas	0	0	0	0	0
Outras	9	9	52	63	253
TOTAL	135	135	2.660	3.208	7.522
Meta *	140	140	3.492	4.188	10.000
% da meta	96%	96%	76%	77%	75%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

(1) Não inclui valores em recuperação, por desistência de PA

O acumulado dos projetos de promotores privados contratados representa 96% da meta para o Programa, ao contrário dos públicos que cumprem a meta prevista.

Quadro 136: Ação 1.3.2 – Indicadores de realização – tipologia de empresas (acumulado)

Indicador de realização	Tipos	Contratados	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta
Volume total de investimento (em mil euros)		8.876	7.522	10.000	75%
Nº de empresas florestais com apoio ao investimento	Promotores públicos	10	9	10	90%
	Promotores privados	144	126	130	97%
	TOTAL	154	135	140	96%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM.

O acréscimo de VAB previsto nas explorações contratadas, de 2.962 mil euros (6% da meta), mantém-se inferior ao esperado face ao número total de empresas florestais contratadas.

Quadro 137: Ação 1.3.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

Indicador de resultado	Contratados	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	3.160	2.485	50.000	5%
Nº de explorações/empresas que introduziram novos produtos ou novas técnicas	49	37	40	93%

Nem todos os PA têm VAB registado

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

2.2.1.7 Ação 1.3.3 – Modernização e capacitação das empresas florestais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i), b) iii); Artigo 21º e Artigo 28º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 18º e Artigo 19º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.1.1.1 e 5.3.1.2.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 111, 123;
- Portaria nº 846/2008 de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Promover a Modernização das empresas florestais;
- Adaptar as empresas às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos;
- Criar e modernizar as unidades de primeira transformação;
- Modernizar e racionalizar as operações de exploração e pós-colheita dos produtos;
- Promover uma maior participação dos produtores florestais nas vantagens económicas decorrentes do processo de transformação e comercialização dos produtos;
- Desenvolver novos produtos, processos e tecnologias e promover a integração no mercado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras acções, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE)

Nº1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrarem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo deste Regulamento, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 77 candidaturas válidas, em 2014, num total de 23.485 mil euros de investimento. Tal como noutras Ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

Quadro 138: Ação 1.3.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR *	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	39.484	10.098	0	0	142	68.845
Segundo		12.952	0	0	112	43.259
Em contínuo - 2010		-	0	0	48	18.596
Em contínuo - 2011		-	0	0	97	36.895
Em contínuo - 2012		-	0	0	56	22.184
Em contínuo - 2013		-	0	0	18	5.636
Em contínuo - 2014		-	77	23.485	77	23.485
TOTAL			23.050	77	23.485	550

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2014 foram analisadas 77 candidaturas, das quais 68% foram aprovadas. O número de PA contratados no ano (45) representou 14% do total de contratações efetuadas, envolvendo uma despesa pública de 5.036 mil euros, conforme quadro seguinte.

Quadro 139: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (no ano)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovado		Aprovado		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2011	0	0	0	0	0	0	0	0	1	155	58	44
Em contínuo - 2012	0	0	0	0	0	0	0	0	1	178	80	60
Em contínuo - 2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo - 2014	77	23.485	77	23.485	25	5.189	52	18.296	43	13.179	4.898	3.673
TOTAL	77	23.485	77	23.485	25	5.189	52	18.296	45	13.512	5.036	3.777

Em termos acumulados, encontram-se contratados 311 PA, num total de 44.394 mil euros de despesa pública, representando 33.025 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 36.253 mil euros.

Quadro 140: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovado		Aprovado		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	142	68.845	142	66.956	98	49.497	44	17.460	44	17.460	7.031	5.273
Segundo	112	43.259	112	42.277	55	18.292	57	23.985	57	23.985	9.719	7.049
Em contínuo - 2010	48	18.596	48	18.220	18	8.017	30	10.203	30	10.203	3.861	2.876
Em contínuo - 2011	97	36.895	97	35.841	19	4.910	78	30.930	78	30.930	11.187	8.390
Em contínuo - 2012	56	22.184	56	21.960	12	5.317	44	16.643	44	16.643	6.001	4.501
Em contínuo - 2013	18	5.636	18	5.636	3	620	15	5.015	15	5.015	1.697	1.262
Em contínuo - 2014	77	23.485	77	23.485	25	5.189	52	18.296	43	13.179	4.898	3.673
TOTAL	550	218.899	550	214.375	230	91.843	320	122.532	311	117.415	44.394	33.025

Quanto à tipologia do investimento contratado, verifica-se a mesma tendência relatada desde 2010 com a “colheita, recolha concentração e triagem de material lenhoso e resina” como a tipologia mais representativa em termos de investimento contratado (57%). A tipologia de investimento “primeira transformação de cortiça” continua a ser a segunda tipologia mais importante com 26% do investimento contratado.

O investimento médio realizado na “colheita, recolha concentração e triagem de material lenhoso e resina” continua a registar uma diminuição (260 mil euros por PA no final de 2013 vs 256 mil euros por PA até 2014).

Quadro 141: Ação 1.3.3 - PA contratados por tipologia de investimento (acumulado)

Tipologia do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
1ª Transformação de biomassa florestal	14	6.867
1ª Transformação de cortiça	24	30.945
1ª Transformação de material lenhoso e resina	14	6.612
Colheita, recolha e concentração de cortiça nas unidades de produção	4	815
Colheita, recolha, concentração e triagem de biomassa florestal	33	5.230
Colheita, recolha, concentração e triagem de material lenhoso e resina	262	66.945
TOTAL	351	117.415

Nota: o número de PA é superior aos contratados porque uma candidatura pode ter mais do que uma tipologia.

Tal como já verificado em anos anteriores, a rubrica de “equipamentos” continua a ser a mais representativa, em termos de investimento total contratado.

Quadro 142: Ação 1.3.3 – PA contratados por rubrica de investimento (acumulado)

Rubricas do investimento	Nº PA	Investimento proposto (mil euros)
Equipamentos	311	89.777
Edifícios e construções	43	13.025
Imateriais	302	10.149
Transporte	19	1.363
Outros	19	1.558
Ambientais	19	1.487
Formação	10	54
TOTAL	723	117.415

Nota: o número de PA é superior aos contratados porque uma candidatura pode ter mais do que uma rubrica.

A tipologia de promotores, predominante continua a ser a “*sociedade por quotas*” com 65% do total de PA contratados e 63% do investimento.

Quadro 143: Ação 1.3.3 – PA contratados por tipologia de promotores (acumulado)

Tipologia do promotor	Candidaturas contratadas no ano		Total de candidaturas contratadas	
	N.º PA	Invest. Total (mil euros)	N.º PA	Invest. Total (mil euros)
Estab. individual de responsabilidade limitada	0	0	1	361
Pessoa Singular	9	1.896	49	9.891
Sociedade anónima	2	3.011	12	18.227
Sociedade por quotas	25	6.803	202	74.081
Sociedade unipessoal p/ quotas	9	1.801	47	14.854
TOTAL	45	13.512	311	117.415

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação era, no final do ano de 2014, de 33.228 mil euros de despesa pública e 26.762 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 83% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de 75% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes pagos face aos contratados.

Quadro 144: Ação 1.3.3 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	80	28.124	10.150	7.613	55	6.264	5.155
Centro	130	42.690	16.290	12.217	112	13.673	11.128
LVT	73	27.637	11.013	7.989	63	8.765	6.745
Alentejo	24	17.701	6.391	4.794	16	4.054	3.355
Algarve	4	1.262	550	412	4	472	378
TOTAL	311	117.415	44.394	33.025	250	33.228	26.762

d. Projetos encerrados

Até ao final de 2014 foram encerrados 226 PA do total de 311 PA contratados (incluindo 45 PA aprovados ao abrigo do Reg. (CE) 1310/2013). O encerramento destes PA libertou 2.105 mil euros de despesa pública.

Quadro 145: Ação 1.3.3 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	80	10.150	7.613	43	4.249	3.494	232	197
Centro	130	16.290	12.217	104	11.963	9.677	730	620
LVT	73	11.013	7.989	61	7.932	6.109	1.106	940
Alentejo	24	6.391	4.794	16	3.296	2.712	38	32
Algarve	4	550	412	2	186	155	0	0
TOTAL	311	44.394	33.025	226	27.627	22.147	2.105	1.790

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado), é de 107%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Esta Ação apresenta investimentos que se enquadram em duas medidas da Comissão: medida 111 "Formação profissional e Ações de informação" e medida 123 "Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais".

Analisando os investimentos que contribuem para a medida 123 e tal como já verificado em Relatórios anteriores, constata-se que já se ultrapassou a meta do número de empresas a apoiar em 26%, com 114% da meta da despesa pública, o que representa, tal como já se tinha verificado anteriormente, investimentos médios mais baixos do que os previstos.

Quadro 146: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados da Medida 123 COM por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº PA contratados		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Silvicultura	n.a.	311	277	117.360	44.385	33.018
TOTAL	-	311	277	117.360	44.385	33.018
		Metas *	220	100.000	38.778	31.478
		% da meta	126%	117%	114%	105%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 147: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA Pagos da Medida 123 COM por setor de atividade (acumulado)

Sector de actividade	Nº PA pagos		Nº de empresas apoiadas	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	Produção biológica	Produção convencional				
Silvicultura	n.a.	250	221	97.831	33.223	26.758
TOTAL	-	250	221	97.831	33.223	26.758
		Metas *	220	100.000	38.778	31.478
		% da meta	100%	98%	86%	85%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Continua, assim, a verificar-se que as empresas apoiadas apresentam projetos com uma dimensão média inferior à Programada, o que se traduz num cumprimento de 130% e 104% da meta, respetivamente de PA contratados e pagos, relativamente às microempresas e de 86% e 68% da meta relativamente às pequenas e médias empresas.

Quadro 148: Ação 1.3.3 – Distribuição dos PA contratados e pagos por dimensão de empresa (acumulado)

	Empresas contratadas		Empresas com execução	
	Tipo de empresa		Tipo de empresa	
	Microempresas	PME	Microempresas	PME
Nº empresas	258	19	206	15
Metas *	198	22	198	22
% da meta	130%	86%	104%	68%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quanto ao tipo de atividade, continua a verificar-se uma maior adesão da atividade de comercialização e de recolha em detrimento da transformação, onde apenas se atingiu 98% e 82% da meta, respetivamente de PA contratados e pagos.

Quadro 149: Ação 1.3.3 - PA contratados por tipo de atividade (acumulado)

	Tipo de empresa					
	Transformação		Comercialização		Recolha	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Nº PA	43	36	105	103	263	212
Meta *	44		66		110	
% da meta	98%	82%	159%	156%	239%	193%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quanto aos indicadores específicos de realização, continua a verificar-se uma baixa taxa de investimento em fatores ambientais e investimentos imateriais, e uma taxa de investimento em Inovação superior à meta.

Quadro 150: Ação 1.3.3 – Indicadores específicos de realização por tipo de empresa (acumulado)

Uh.:mil euros

	Montante total por tipo de investimento					
	Investimentos em factores ambientais		Investimentos em inovação		Investimentos imateriais	
	Investimento Contratado	Investimento Pago	Investimento Contratado	Investimento Pago	Investimento Contratado	Investimento Pago
	1.487	1.101	106.603	88.242	10.149	7.781
% total invest.	1%	1%	91%	90%	9%	8%
Metas (%)	30%		20%		10%	
% da meta	--	--	++	++	-	-

Dos 311 PA contratados apenas 14 (5%) se candidataram a Ações de formação.

Quanto aos restantes indicadores da componente de formação continua a verificar-se que o número de participantes em Ações de formação excede

as metas previstas, embora não seja acompanhado da despesa pública atribuída.

Quadro 151: Ação 1.3.3 - Número de participantes em ações de formação em PA contratados-Medida 111 COM (por conteúdo de atividade)

Conteúdo da actividade	Nº participantes em acções de formação				Nº participantes (contabilizados só uma vez)	Nº dias de formação recebidos	Despesa pública contratada (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL
Competências nos domínios da gestão, da administração e da comercialização	-	-	11	11		21	1	1
Formação em TIC	-	-	0	0		0	0	0
Novos métodos e equipamentos tecnológicos/práticas inovadoras	-	-	95	95		168	5	6
Novas normas	-	-	29	29		15	0,4	1
Qualidade dos produtos	-	-	13	13		12	0,4	0,5
Preservação e valorização do espaço natural e protecção do ambiente	-	-	4	4		1	0,03	0,04
Outros	-	-	37	37		22	1	1
TOTAL	-	-	189	189	-	239	7	9
			TOTAL	141				
			Metas	40	-	200	600	706
			% da meta	353%	-	119%	1,2%	1,3%

Quadro 152: Ação 1.3.3 - Número de participantes em ações de formação em PA pagos-Medida 111 COM (por conteúdo de atividade)

Conteúdo da actividade	Nº participantes em acções de formação				Nº participantes (contabilizados só uma vez)	Nº dias de formação recebidos	Despesas públicas pagas (mil euros)	
	Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura	TOTAL			FEADER	TOTAL
Competências nos domínios da gestão, da administração e da comercialização	-	-	0	0		0	0	0
Formação em TIC	-	-	0	0		0	0	0
Novos métodos e equipamentos tecnológicos/práticas inovadoras	-	-	10	10		11	2	2
Novas normas	-	-	13	13		7	1	1
Qualidade dos produtos	-	-	9	9		6	1	1
Preservação e valorização do espaço natural e protecção do ambiente	-	-	4	4		1	0,1	0,2
Outros	-	-	16	16		2	0,3	0,4
TOTAL	-	-	52	52	-	27	4	5
			TOTAL	36				
			Metas	40	-	200	600	706
			% da meta	90%	-	13%	0,7%	0,7%

No que se refere aos indicadores de resultado, verifica-se um aumento do VAB, nas empresas apoiadas, mas mantém-se inferior ao esperado. Este indicador apenas atingiu 78% e 64% da meta, referente respetivamente a empresas contratadas e apoiadas, para um número de empresas contratadas superior em 26% à meta prevista.

Quadro 153: Ação 1.3.3 – Indicadores de resultado - aumento do VAB (acumulado)

Indicador de resultado	contratados	Pagos	Meta *	% de cumprimento da meta
Aumento do VAB anual nas explorações/empresas apoiadas (em mil euros)	69.641	59.350	400.000	64%
Vida útil média dos projetos (anos)	4,5	4,3		

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Em relação à Inovação, continua a verificar-se uma elevada percentagem de empresas que introduziu novos produtos ou novas técnicas no seu processo produtivo.

Quadro 154: Ação 1.3.3 – Indicadores de resultado - PA contratados e pagos que introduziram novos produtos/técnicas (acumulado)

	PA Contratados	PA Pagos
	Introdução de novos produtos / novas técnicas	
Nº PA	274	219
Meta	60	60
% da meta	457%	365%

2.2.1.8 Ação 1.4.1 – Apoio aos regimes de qualidade

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea c) ii) e Artigo 32º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 22º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.3.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 132;
- Portaria 260/2009, de 11 de março, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Promover a adesão dos produtores de produtos agroalimentares a sistemas de qualidade certificada;
- Contribuir para a criação das condições necessárias à sustentabilidade e competitividade dos sistemas de qualidade certificada;
- Assegurar ao consumidor a disponibilização de produtos alimentares e/ou processos de produção de qualidade certificada.

3. Implementação da Ação

Esta Ação cuja candidatura está integrada no Pedido Único (PU) tem, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP. Por esta razão, este ponto do Relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

Como já referido nos Relatórios de execução anteriores, as candidaturas aprovadas em 2009 e 2010 conduziram à utilização integral da dotação da Ação, pelo que, em 2011 foram suspensas as candidaturas, mantendo-se essa suspensão em vigor até 2014.

A distribuição regional das candidaturas aprovadas, bem como a sua distribuição por regime de qualidade, mantém-se igual ao já apresentado em anos anteriores.

Quadro 155: Ação 1.4.1 - Distribuição regional dos pedidos aprovados (acumulado)

Região	Total de candidaturas aprovadas	
	Nº PA	%
Norte	7.602	49%
Centro	2.499	16%
LVT	1.732	11%
Alentejo	3.133	20%
Algarve	408	3%
Total	15.374	100%
TOTAL Beneficiários	10.071	
Meta	14.000	
% Meta	72%	

Quadro 156: Ação 1.4.1 - Distribuição dos pedidos aprovados (por regime de qualidade)

Regime de Qualidade	Total Pedidos Aprovados até 2014	
	Número	%
IGP	39	0%
DOP	2.006	13%
MPB	2.258	15%
PRODI	9.703	63%
DOP/PRODI	927	6%
IGP/PRODI	273	2%
DOP/MPB	161	1%
IGP/MPB	7	0%
TOTAL	15.374	100%

Nota: existem pedidos para mais do que um regime

Em termos acumulados, foram contratados 15.374 PA, num total de 16.130 mil euros de despesa pública, representando 12.037 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 12.217 mil euros.

a. Execução financeira

No final do ano de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados mantinha-se em 13.763 mil euros de despesa pública e 10.205 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 96% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado).

Quadro 157: Ação 1.4.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas Pagas	
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Norte	7.602	5.257	3.943	4.497	3.375
Centro	2.499	2.372	1.779	2.019	1.515
LVT	1.732	2.062	1.486	1.762	1.202
Alentejo	3.133	5.919	4.439	5.044	3.783
Algarve	408	520	390	441	331
Total	15.374	16.130	12.037	13.763	10.205
Meta	14.000	14.258	10.625	14.258	10.625
% Meta	110%	113%	113%	97%	96%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O número de explorações apoiadas, até 2014, totaliza 8.734, atingindo 62% da meta prevista para o período de programação.

Quadro 158: Ação 1.4.1 – Indicadores de realização e de execução financeira

	Número de explorações agrícolas participantes em regimes de qualidade apoiadas	Contratado		Pago	
		Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
	8.734	16.130	12.037	13.763	10.205
Meta *	14.000	14.258	10.625	14.258	10.625
% da meta	62%	113%	113%	97%	96%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

2.2.1.9 Ação 1.4.2 – Informação e promoção de produtos de qualidade

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º Alínea c) iii) e Artigo 33º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 23º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.3.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 133;
- Portaria nº 346/2009, de 3 de abril, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Apoiar o desenvolvimento de estratégias de promoção e de políticas comerciais que permitam induzir o consumo pela Valorização dos produtos alimentares abrangidos por regimes de qualidade;
- Incentivar a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade, utilizando o potencial de mercado associado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2014 não se registaram novas candidaturas. Face ao ano de 2013 ocorreu uma redução no número de PA válidos no segundo concurso devido ao registo de uma desistência.

Quadro 159: Ação 1.4.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR *	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.436	3.327	-	-	11	6.029
Segundo		6.000	-	-	3	1.177
TOTAL		9.327	-	-	14	7.206

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quanto à distribuição regional dos PA entrados por região e tipologia, a situação não se altera face ao reportado em Relatórios anteriores.

b. Análise e decisão das candidaturas

Todas as candidaturas entradas já se encontravam analisadas, decididas e contratadas tendo sido apenas registado uma desistência que representava 272 mil euros de despesa pública, conforme quadro seguinte.

Quadro 160: Ação 1.4.2 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	N.º PA	Invest. Total	N.º PA	Invest. Total	Não Aprovadas		Aprovadas		N.º PA	Invest. Total	Desp. pública
					N.º PA	Invest. Total	N.º PA	Invest. Total			
Primeiro	11	6.029	11	6.029	1	580	10	4.953	10	4.953	2.799
Segundo	3	1.177	3	1.177	2	756	1	421	1	421	135
TOTAL	14	7.206	14	7.206	3	1.336	11	5.374	11	5.374	2.933

Analisando o acumulado dos PA contratados por tipologia de promotor verifica-se que a desistência ocorreu na tipologia "agrupamento de produtores".

Quadro 161: Ação 1.4.2 – PA contratados por tipologia de promotor (no ano e acumulado)

Tipologia do promotor	Candidaturas contratadas no ano		Total de candidaturas contratadas	
	N.º PA	Invest. Total (mil euros)	N.º PA	Invest. Total (mil euros)
Agrupamento de produtores	-	-	4	1.598
Associação de produtores	-	-	2	1.271
Cooperativa	-	-	3	1.232
Parceria de agrupamento de produtores	-	-	2	1.272
TOTAL	-	-	11	5.374

Em termos acumulados, encontram-se contratados 11 PA, num total de 2.933 mil euros de despesa pública, representando 2.057 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 2.395 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o Programado) de 122%.

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação era, no final de 2014, de 2.019 mil euros de despesa pública e 1.619 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 82% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de 68% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos montantes pagos face aos contratados.

Quadro 162: Ação 1.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	2	915	416	312	2	281	236
Centro	1	317	190	143	1	164	130
Lisboa	4	2.303	1.365	881	4	949	748
Alentejo	4	1.838	962	722	4	624	505
Algarve							
TOTAL	11	5.374	2.933	2.057	11	2.019	1.619

d. Projetos encerrados

Do total de PA contratados encontram-se encerrados 7 PA que libertaram 473 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 163: Ação 1.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	2	416	312	2	281	236	135	115
Centro	1	190	143	0	0	0	0	0
LVT	4	1.365	881	1	238	202	1	1
Alentejo	4	962	722	4	624	505	338	287
Algarve								
TOTAL	11	2.933	2.057	7	1.143	943	473	402

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado), passa para 101%.

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Analisando os PA contratados, por categoria de produto, mantém-se como mais representativa a categoria das "carnes frescas" (55% dos produtos apoiados), seguida das "frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados" com 27%.

Quanto aos regimes de qualidade, tal como já constatado anteriormente, verifica-se que os DOP/IGP representam a larga maioria (82%) dos PA apoiados, tendo o MPB 18% do total.

Quadro 164: Ação 1.4.2 – Distribuição dos apoios por regime de qualidade e categoria de produto (PA contratados)

Categoria do produto	Nº Pedidos aprovados	Nº Acções apoiadas						Despesas públicas (mil euros)		
		509/2006 (ETG)	510/2006 (DOP e IGP)	2092/91 (MPB)	1493/99 (Vinha)	Regime Nacional (PRODI)	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Carnes frescas	6	-	5	1	-	-	6	916	1.223	
Produtos à base de carne	1	-	1	-	-	-	1	260	347	
Queijos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Matérias gordas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	3	-	3	-	-	-	3	596	795	
Cervejas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolachas e biscoitos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros produtos alimentares	1	-	-	1	-	-	1	284	569	
TOTAL	11	0	9	2	0	0	11	2057	2933	
							Meta *	12	1.968	2.436
							% da Meta	92%	105%	120%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 165: Ação 1.4.2 – Distribuição dos apoios por regime de qualidade e categoria de produto (PA pagos)

Categoria do produto	Nº Pedidos aprovados	Nº Acções apoiadas						Despesas públicas (milhares de euros)		
		509/2006 (ETG)	510/2006 (DOP e IGP)	2092/91 (MPB)	1493/99 (Vinha)	Regime Nacional (PRODI)	TOTAL	FEADER	TOTAL	
Carnes frescas	6	-	5	1	-	-	6	799	980	
Produtos à base de carne	1	-	1	-	-	-	1	64	78	
Queijos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Matérias gordas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	3	-	3	-	-	-	3	453	538	
Cervejas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	-	-	-	-	-	-	-	8	11	
Outros produtos alimentares	1	-	-	1	-	-	1	295	411	
TOTAL	11	0	9	2	0	0	11	1619	2019	
							Meta *	12	1.968	2.436
							% da Meta	92%	82%	83%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quanto aos indicadores de resultado, os valores voltaram a ser revistos com base nos dados da execução dos projetos encerrados, nomeadamente os relativos ao valor de produção e ao acréscimo da produção, apresentando-se o primeiro destes indicadores superior à meta em 47%.

Quadro 166: Ação 1.4.2 – Indicador de resultado – valor da produção (por categoria de produto)

Un.: mil euros

Categoria do produto	Valor da Produção Contratada		Valor da Produção Paga	
	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM
Carnes frescas	13.752	-	13.752	-
Produtos à base de carne	4.800	-	4.800	-
Queijos	-	-	-	-
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-
Matérias gordas	-	-	-	-
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	55.179	-	55.179	-
Cervejas	-	-	-	-
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	-	-	-	-
Outros produtos alimentares	-	-	-	-
TOTAL	73.730	0	73.730	0
Meta	50.000		50.000	
% da Meta	147%		147%	

O indicador de resultado do acréscimo do valor de produção representa 22% da meta, dos PA contratados e pagos, o que é manifestamente inferior ao esperado.

Quadro 167: Ação 1.4.2 – Indicador de resultado – Acréscimo do valor da produção

Categoria do produto	Acréscimo produção Contratado (mil euros)		Acréscimo produção Pago (mil euros)	
	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM	Marca/ /norma europeia	Marca/ /norma EM
Carnes frescas	5.359	-	5.359	-
Produtos à base de carne	4.800	-	4.800	-
Queijos	-	-	-	-
Outros produtos de origem animal	-	-	-	-
Matérias gordas	-	-	-	-
Frutas, produtos hortícolas, cereais não-transformados ou transformados	16.331	-	16.331	-
Cervejas	-	-	-	-
Bebidas à base de extractos de plantas	-	-	-	-
Produtos de padaria, de pastelaria, de confeitaria ou da indústria de bolacha e biscoitos	-	-	-	-
Outros produtos alimentares	-	-	-	-
TOTAL	26.490	0	26.490	0
Meta (mil euros)	120.000		120.000	
% da Meta	22%		22%	

2.2.1.10 Medida 1.5 – Restabelecimento do potencial produtivo

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) vi) do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.6 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 126;
- Portaria nº 964/2009, de 25 de agosto com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto;
- Despacho nº 20635/2009 do Gabinete do Ministro, de 14 de setembro;
- Despacho nº 27915-E/2009 do Gabinete do Ministro, de 31 de dezembro;
- Despacho nº 6775/2010 do Gabinete do Ministro, de 16 de abril;
- Despacho nº 452/2013, do Gabinete do secretário de Estado da Agricultura, de 9 de janeiro;
- Despacho nº 3318/2013, do Gabinete do secretário de Estado da Agricultura, de 1 de março.

2. Objetivos da Medida

Manutenção das condições de produção afetadas por catástrofes ou calamidades naturais de elevado impacto.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2014 não se registaram ocorrências extraordinárias que levassem à abertura de candidaturas a esta Medida.

Durante o ano de 2014 verificou-se, ainda, uma ligeira diminuição de candidaturas válidas, face a 31 de dezembro de 2013, proveniente de desistências e rescisões entretanto ocorridas.

O total de candidaturas válidas entradas era, a 31 de dezembro de 2014, de 1.517 com um investimento total proposto de 64.281 mil euros.

Quadro 168: Medida 1.5 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR *	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Número de PA	Investimento total	Número de PA	Investimento total
Primeiro	29.158	3.000	0	0	15	99
Segundo (Oeste)		18.000	0	0	517	29.321
Terceiro		5.000	0	0	121	4.287
Quarto		1.000	0	0	18	1.545
Quinto		5.000	0	0	65	1.828
Sexto		15.000	0	0	781	27.201
TOTAL		47.000	0	0	1.517	64.281

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 procedeu-se à contratação de 5 PA dos concursos abertos no ano anterior. Em termos acumulados, a taxa de aprovação em 2014 era de 81%.

Quadro 169: Medida 1.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Esp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	15	99	15	99	12	70	3	29	3	29	22	16
Segundo (Oeste)	517	29.321	517	29.321	115	4.051	402	24.088	402	24.088	13.982	10.332
Terceiro	121	4.287	121	4.287	29	582	92	3.672	92	3.672	2.392	1.763
Quarto	18	1.545	18	1.545	0	0	18	1.545	18	1.545	809	607
Quinto	65	1.828	65	1.828	11	62	54	1.766	54	1.766	956	717
Sexto	781	27.201	781	27.201	118	1.728	663	25.428	659	25.328	12.815	9.480
TOTAL	1.517	64.281	1.517	64.281	285	6.494	1.232	56.529	1.228	56.429	30.974	22.915

Em termos acumulados foram contratados 1.228 PA, num total de 30.974 mil euros de despesa pública, representando 22.915 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 24.870 mil euros.

Analisando os PA contratados por rubricas de investimento verifica-se que a rubrica “*estufas ou outras estruturas de forçagem*” mantém o seu peso com 73% do total do investimento nesta Medida, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 170: Medida 1.5 – PA contratados por rubrica de investimento (acumulado)

Rubrica de investimento	Investimento (em % do investimento total contratado)
Estufas ou outras estruturas de forçagem	73%
Outras infraestruturas	6%
Instalações animais	5%
Edifícios e outras construções	5%
Plantações	5%
Máquinas e equipamentos	3%
Rede de rega	1%
Outros investimentos	0,9%
Eletrificação	0,2%
Investimentos ambientais e energias renováveis	0,1%
TOTAL	100%

c. Execução financeira

Em 2014 foi pago, nesta Medida, 5.811 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 4.939 mil euros.

O montante total dos pagamentos acumulados nesta Medida era, no final de 2014, de 25.404 mil euros de despesa pública e 20.136 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 86% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 81% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 171: Medida 1.5 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (ano)

Un.: mil euros

DRAP	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	128	1.063	904
Centro	1	114	70	52	148	1.631	1.386
LVT	0	0	0	0	86	1.199	1.019
Alentejo	2	13	7	5	73	1.140	969
Algarve	2	14	7	5	64	777	661
TOTAL	5	141	83	62	499	5.811	4.939

Quadro 172: Medida 1.5 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	205	4.210	2.213	1.659	198	1.903	1.569
Centro	226	9.481	4.717	3.538	212	3.370	2.800
LVT	576	31.542	18.275	13.390	559	15.937	12.274
Alentejo	124	6.359	2.964	2.223	117	1.949	1.653
Algarve	97	4.837	2.805	2.104	91	2.245	1.841
TOTAL	1.228	56.429	30.974	22.915	1.177	25.404	20.136

A execução desta Medida foi 97% em regiões de convergência.

d. Projetos encerrados

Até ao final de 2014 foram encerrados 1.002 PA do total de 1.228 PA contratados. O encerramento destes PA libertou 1.308 mil euros de despesa pública. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos PA encerrados.

Quadro 173: Medida 1.5 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	205	4.210	2.213	172	1.618	1.332	20	17
Centro	226	9.481	4.717	147	2.404	1.978	55	46
LVT	576	31.542	18.275	520	14.937	11.428	1.047	890
Alentejo	124	6.359	2.964	102	1.640	1.391	20	17
Algarve	97	4.837	2.805	61	1.953	1.593	166	141
TOTAL	1.228	56.429	30.974	1.002	22.552	17.722	1.308	1.111

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta Medida (rácio entre o fundo contratado e o programado), passa para 102%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de acompanhamento, mantém-se a situação reportada em 2013 sobre o investimento médio apoiado por empresa agrícola, que se mantém inferior ao esperado, fruto do tipo de culturas e explorações que foram danificadas e apoiadas nos últimos concursos.

Quadro 174: Medida 1.5 – Indicadores de realização (contratado acumulado)

Un.: mil euros

	Total contratado				
	Nº PA	Investimento	Desp. pública	FEADER	Acréscimo de VAB
TOTAL	1.228	56.429	30.974	22.915	n.d.
Meta *	1.000	50.000	29.158	23.327	50.000
% da meta	123%	113%	106%	98%	N.D.

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 175: Medida 1.5 – Indicadores de realização (pago acumulado)

Un.: mil euros

	Total pago				
	Nº PA	Investimento	Desp. pública	FEADER	Acréscimo de VAB (executado)
TOTAL	1.177	54.649	25.404	20.136	5.318
Meta *	1.000	50.000	29.158	23.327	50.000
% da meta	118%	109%	87%	86%	11%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quanto às áreas apoiadas, no final de 2014, encontravam-se contratados 11.508 ha de superfície agrícola danificada, o que corresponde a 96% da meta prevista.

Quadro 176: Medida 1.5 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (contratado)

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Meta *	% da meta
Superfície de terras agrícolas danificadas objecto de apoio (ha)	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	11.404	0	0	0	11.404	12.000	96%
		Replantação	0	0	0	0	0	0		
		Outros	0	0	0	104	0	104		
	TOTAL		0	11.404	0	104	0	11.508		

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 177: Medida 1.5 – Superfície de terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (pago)

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Meta	% da meta
Superfície de terras agrícolas danificadas objecto de apoio (ha)	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	10.494	0	0	0	10.494	12.000	88%
		Replantação	0	0	0	0	0	0		
		Outros	0	0	0	104	0	104		
	TOTAL		0	10.494	0	104	0	10.598		

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 178: Medida 1.5 – Despesa pública relativa a terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (contratada)

Un.: mil euros

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL	Nº PA aprovados	
Despesa pública	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	30.953	0	0	0	30.953	1.225	
		Replantação	0	0	0	0	0	0	0	
		Outros	0	0	0	22	0	22	3	
	TOTAL		0	30.953	0	22	0	30.974	1.228	
* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM.								Meta *	29.158	1.000
								% da meta	106%	123%

Quadro 179: Medida 1.5 – Despesa pública relativa a terra agrícola danificada por tipo de ação e de dano (paga)

Un.: mil euros

	Tipo de ação	Subtipo ação	Cheias	Tempes- tades	Doenças	Incêndios	Outros	TOTAL ⁽¹⁾	Nº PA com pagamentos	
Despesa pública	Restabelecimento	Infra-estruturas	0	25.383	0	0	0	25.383	1.174	
		Replantação	0	0	0	0	0	0	0	
		Outros	0	0	0	22	0	22	3	
	TOTAL		0	25.383	0	22	0	25.404	1.177	
* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM.								Meta *	29.158	1.000
(1) Não inclui valores em recuperação, por desistência de P.A.								% da meta	87%	118%

2.2.1.11 Ação 1.6.1 – Desenvolvimento do regadio

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos das medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 125;
- Portaria nº 964/2008, de 28 de agosto, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação nº 66/2008, de 27 de outubro, alterada pela Portaria nº 1141/2009, de 1 de outubro e com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Disponibilizar água aos prédios rústicos, privilegiadamente através da retenção de recursos hídricos superficiais, da implementação de sistemas de captação, de transporte e de distribuição mais eficientes e de métodos de rega mais adequados de forma integrada com outras infraestruturas;
- Promover melhores acessibilidades através da construção e requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas nas áreas de regadio;
- Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as outras infraestruturas;
- Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras Ações, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram decididas, ao abrigo do referido Regulamento, candidaturas entradas que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

No ano de 2014 em termos de candidaturas válidas para esta Ação a situação mantém-se face aos Relatórios anteriores.

Quadro 180: Ação 1.6.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR *	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de Candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	105.305	63.228	0	0	1	74.481
Segundo		34.103	0	0	2	40.198
Terceiro		21.485	0	0	1	24.944
Quarto		6.389	0	0	4	82.124
TOTAL		125.205	0	0	8	221.746

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2014, foram decididas favoravelmente 2 candidaturas do 4º concurso.

Quadro 181: Ação 1.6.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total Candidaturas entradas		Total Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	1	74.481	1	74.481	0	0	1	64.077	1	64.078	52.576	39.430
Segundo	2	40.198	2	40.198	1	243	1	39.954	1	39.954	34.103	25.577
Terceiro	1	24.944	1	24.944	0	0	1	24.944	1	24.944	21.485	16.113
Quarto	4	82.124	4	82.124	1	100	3	63.804	2	33.339	27.340	19.228
TOTAL	8	221.746	8	221.746	2	343	6	192.780	5	162.315	135.503	100.349

Em termos acumulados, encontram-se contratados 5 PA, num total de 135.503 mil euros de despesa pública, representando 100.349 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 111.077 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 132%.

c. Execução financeira

A execução acumulada desta Ação, no final de 2014, era de 87.226 mil euros de despesa pública e 70.041 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 182: Ação 1.6.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte					0	0	0
Centro	2	104.032	86.679	65.008	2	67.203	53.567
LVT	2	33.339	27.340	19.228	1	4.098	3.483
Alentejo	1	24.944	21.485	16.113	1	15.925	12.991
Algarve					0	0	0
TOTAL	5	162.315	135.503	100.349	4	87.226	70.041

**Quadro 183: Ação 1.6.1 - Distribuição regional dos PA contratados e pagos
(no ano)**

Região	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte							
Centro					2	5.946	5.054
LVT	1	27.078	22.231	16.673	1	4.098	3.483
Alentejo					1	3.599	3.059
Algarve							
TOTAL	1	27.078	22.231	16.673	4	13.643	11.596

A taxa de execução desta Ação subiu para 83% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e é de 63% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

Nesta acção, fruto da dimensão dos projetos, ainda não se encontra nenhum PA encerrado.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em 2014 verifica-se um novo aumento no cumprimento das metas previstas para a Ação, no que se refere aos PA contratados, pois atingiu-se 129% (vs. 96% em 2013) da meta para a despesa pública e 119% para o FEADER e 135% da meta do volume total de investimento em "terras agrícolas" (vs. 119% e 113%, respetivamente, em 2013).

Quadro 184: Ação 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (contratado acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)		
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	5	5	N.A.	5	100.349	135.503	162.315	N.A.	162.315
TOTAL	5	5	0	5	100.349	135.503	162.315	0	162.315
				Metas	5	84.345	105.305	120.000	120.000
				% da meta	100%	119%	129%	135%	135%

Quadro 185: Ação 1.6.1 – Indicadores de realização por tipo de operação apoiada (pago acumulado)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas			Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)		
		Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	Terras florestais	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	3	3	N.A.	3	70.041	87.226	128.977	N.A.	128.977
TOTAL	3	3	0	3	70.041	87.226	128.977	0	128.977
				Metas	5	100.350	135.502	120.000	0
				% da meta	60%	70%	64%	107%	107%

Quanto aos indicadores específicos de realização, mantem-se a informação prestada em Relatórios anteriores para os PA contratados, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 186: Ação 1.6.1 – Indicadores específicos de realização (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Número de prédios servidos por acessibilidades		Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas		Área do perímetro com reestruturação predial	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Primeiro concurso (Cova da Beira)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Segundo concurso (Baixo Mondego)	100%	100%	67%	67%	100%	100%
Terceiro concurso (Veiros)	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Quarto concurso (Lezíria - Bloco 4)	100%		100%		0%	
Total Ponderado	100%	100%	85%	84%	46%	48%
Metas	100%	100%	100%	100%	25%	25%
% da meta	=	=	85%	84%	184%	191%

O mesmo se passa quanto aos indicadores de resultado, onde continua a verificar-se uma ultrapassagem das metas, com exceção da redução do número de prédios por proprietário. Para calcular a taxa de execução da meta, relativamente ao VAB, utilizou-se a metodologia de multiplicar o valor do VAB anual (19.282 e 17.580, respetivamente, para os PA contratados e pagos) pela vida útil média dos projetos em causa (30 anos), já que a meta foi estabelecida, tendo em atenção o benefício total do projeto e não o benefício anual.

Quadro 187: Ação 1.6.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

Concursos	Aumento anual do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Redução do número de prédios por proprietário		Consumo de água (m ³ /ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
Primeiro (Cova da Beira)	12.264	12.264	5.662	5.662	0%	0%	3.545	3.545
Segundo (Baixo Mondego)	4.567	4.567	1.320	1.320	40%	40%	11.434	11.434
Terceiro (Veiros)	749	749	1.114	1.114	0%	0%	3.472	3.472
Quarto concurso (Lezíria - Bloco 4)	1.702		1.011		0%		7.229	
TOTAL	19.282	17.580	9.106	8.096	6%	7%	5.088	4.821
Metas	350.000	350.000	8.000	8.000	20%	20%	≤ 6.600	≤ 6.600
% da meta	165%	151%	114%	101%	29%	33%	130%	137%

2.2.1.12 Ação 1.6.2 – Regadio de Alqueva

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 125;
- Portaria nº 820/2008, de 8 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Disponibilizar água aos prédios rústicos incluídos nos blocos de rega do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, através de sistemas de adução, transporte e de distribuição eficientes e de métodos de rega adequados, de forma integrada com outras infraestruturas;
- Promover melhores acessibilidades, através da construção e Requalificação de caminhos agrícolas nas áreas beneficiadas pelo regadio;
- Dotar de energia elétrica as infraestruturas coletivas de regadio;
- Melhorar a estrutura fundiária, reduzindo a dispersão e fragmentação da propriedade rústica, de forma integrada com as outras infraestruturas, nos blocos que apresentem deficiências deste âmbito;
- Incentivar as novas tecnologias e promover a adaptação dos sistemas de produção ao ambiente.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Nesta Ação não se verificou entrada de candidaturas no ano de 2014. Desta forma, em termos acumulados, o número de candidaturas válidas manteve-se face ao registado em anos anteriores.

Quadro 188: Ação 1.6.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR *	Candidaturas entradas no ano		Total de Candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Em Contínuo	277.350	0	0	12	322.662
TOTAL		0	0	12	322.662

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

b. Análise e decisão das candidaturas

No final de 2014 mantinham-se contratados 12 PA mas com uma despesa pública inferior por força de libertação de verbas no encerramento de alguns PA. Assim, encontra-se contratado um total de 286.100 mil euros de despesa pública, representando 214.575 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 229.120 mil euros

Quadro 189: Ação 1.6.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Em Contínuo	12	322.662	12	322.662	0	0	12	287.189	12	287.189	286.100	214.575
TOTAL	12	322.662	12	322.662	0	0	12	287.189	12	287.189	286.100	214.575

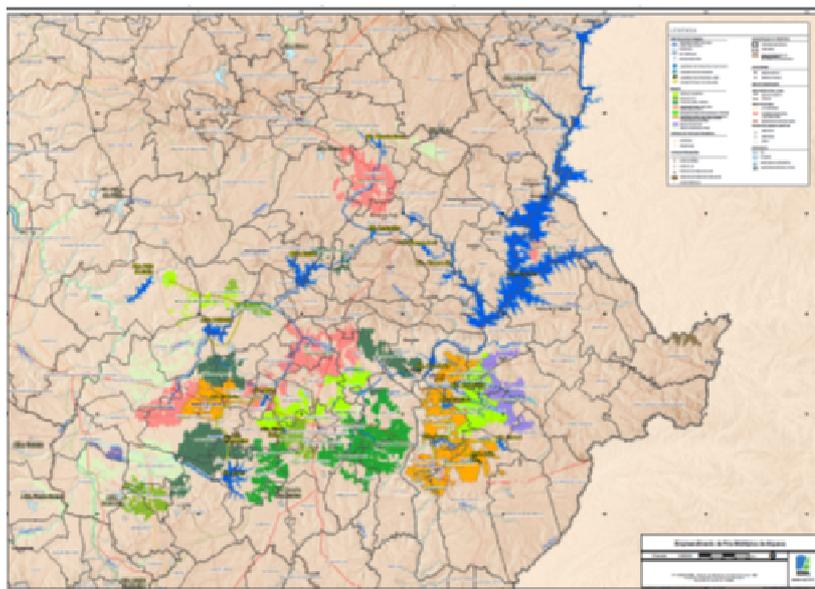
Dos investimentos previstos para execução na zona do EFMA – Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, já foram concluídos os seguintes aproveitamentos hidroagrícolas: subsistema de Alqueva: Alfundão; Loureiro-Alvito; Ferreira-Figueirinha e Valbom; Ervidel. No subsistema do Ardila: Brinches; Brinches-Enxoé; Orada-Amoreira; Serpa.

A encerrar em 2015 (investimento já realizado mas com PP em análise): subsistema de Alqueva: Aljustrel; no subsistema de Pedrógão: Pedrógão-Margem Direita;

A concluir em 2015: subsistema de Alqueva: 5 Reis e Trindade; No subsistema de Pedrógão: São Pedro-Baleizão-Quintos.

No mapa que representa as áreas abrangidas pelo EFMA, pode verificar-se a localização de cada um dos aproveitamentos nos respetivos subsistemas, bem como a distribuição das áreas beneficiadas em cada um deles: subsistema de Alqueva 25.112 ha; no subsistema do Ardila: 17.462 ha; e no subsistema de Pedrógão: 17.411 ha.

Figura 4: Ação 1.6.2 – Progresso das obras do Alqueva



c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados, no final de 2014, nesta Ação era de 259.169 mil euros de despesa pública e 206.229 mil euros de comparticipação FEADER. Deste montante, foram pagos, em 2014, 50.518 mil euros de despesa pública e 44.254 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 190: Ação 1.6.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Em Contínuo	12	287.189	286.100	214.575	12	259.169	206.229
TOTAL	12	287.189	286.100	214.575	12	259.169	206.229

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 94% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 90% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014 encontravam-se encerrados 8 PA dos 12 contratados. O encerramento destes PA libertou 7% do valor contratado, conforme se constata no quadro seguinte.

Quadro 191: Ação 1.6.2 - PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Períodos de candidatura	Total contratado			Total Encerrado			Total Libertado	
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Em Contínuo	12	287.189	214.575	8	145.240	111.514	10.563	8.979
TOTAL	12	287.189	214.575	8	145.240	111.514	10.563	8.979

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado), passou para 100%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuídos aos 12 PA contratados correspondem a 96% e 103% respectivamente do programado para esta Ação.

Quadro 192: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização (contratados por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	12	12	12	214.575	286.100	287.189	287.189
TOTAL	12	12	12	214.575	286.100	287.189	287.189
			Metas *	220.150	277.350	300.000	
			% da meta	97%	103%	96%	

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 193: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização (pagos por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	12	12	12	206.229	259.169	287.189	287.189
TOTAL	12	12	12	206.229	259.169	287.189	287.189
			Metas *	220.150	277.350	300.000	
			% da meta	94%	93%	96%	

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Mantém-se a análise efetuada aos indicadores específicos de realização, apresentada em anos anteriores:

- A percentagem de prédios que serão servidos por acessibilidades é superior à meta prevista;
- Será cumprida a meta relativamente ao número de prédios servidos por infraestruturas coletivas eletrificadas;
- Nos PA contratados não será feita qualquer reestruturação predial.

Quadro 194: Ação 1.6.2 - Indicadores de realização

	Número de prédios servidos por acessibilidades		Número de prédios servidos por infra-estruturas colectivas electrificadas		Área do perímetro com reestruturação predial	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	100%	100%	100%	100%	0%	0%
Metas	80%	80%	100%	100%	30%	30%
% da meta	++	=	=	=	--	--

Relativamente ao aumento de VAB, manteve-se o método de cálculo utilizado anteriormente (VAB anual x vida útil média dos projetos). Este indicador atingiu 163% da meta estabelecida no Programa.

Quadro 195: Ação 1.6.2 - Indicadores de resultado

	Aumento do VAB (mil euros)		Aumento da área regada (ha)		Redução do número de prédios por proprietário		Consumo de água (m3/ha)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	76.065	76.065	59.985	59.985	0%	0%	4.144	4.144
TOTAL	76.065	76.065	59.985	59.985	0%	0%	4.144	4.144
Metas *	1.400.000	1.400.000	60.000	60.000	20%	20%	Redução de 5%	Redução de 5%
% da meta	163%	163%	100%	100%	0%	0%	++ (-51%)	++ (-51%)

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

2.2.1.13 Ação 1.6.3 – Sustentabilidade dos regadios públicos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 125;
- Portaria nº 1137-A/2008, de 9 de outubro, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Melhorar a gestão dos aproveitamentos hidroagrícolas;
- Modernizar infraestruturas primárias;
- Melhorar a segurança das infraestruturas;
- Incentivar a introdução de novas tecnologias;
- Estender as infraestruturas hidroagrícolas a áreas adjacentes com solos com melhor aptidão ao regadio.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Como não foram abertos novos concursos nesta Ação apresenta-se um quadro equivalente ao apresentado no Relatório de 2013.

Quadro 196: Ação 1.6.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	40.402	25.377	25	25.420
Segundo		1.433	4	2.436
Terceiro		10.018	41	42.196
Quarto		21.320	35	23.992
Quinto		19.936	11	64.321
TOTAL		78.084	116	158.365

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 não se efetuaram análises ou decisões para esta Ação. No 3º concurso foi revisto, em baixa, o valor contratado de um PA que no encerramento libertou verbas.

Quadro 197: Ação 1.6.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	25	25.420	25	25.420	0	0	25	17.772	25	17.772	14.717	11.038
Segundo	4	2.436	4	2.436	1	124	3	2.862	3	2.862	2.364	1.773
Terceiro	41	42.196	41	42.196	11	11.023	30	24.597	30	24.597	23.512	17.545
Quarto	35	23.992	35	23.992	20	9.532	15	11.501	15	11.501	9.851	7.388
Quinto	11	64.321	11	64.321	5	17.936	6	30.049	6	30.049	27.949	20.842
TOTAL	116	158.365	116	158.365	37	38.615	79	86.781	79	86.781	78.393	58.586

[1] No terceiro, quarto e quinto concursos encontram-se incluídos 25 PA sem dotação orçamental no montante de 30.531 mil euros de investimento

Em termos acumulados, encontram-se contratados 79 PA, num total de 78.393 mil euros de despesa pública, representando 58.586 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 66.488 mil euros.

A distribuição regional dos PA contratados mantém-se sem alterações face a 2013, com a região do Alentejo como a mais representativa quer em termos de PA contratados, 58%, quer em termos da despesa pública, 62%.

Quadro 198: Ação 1.6.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	PA contratados			
	Nº PA	Invest.	Desp. Pública	FEADER
Norte	10	6.447	5.393	4.045
Centro	9	5.785	5.613	4.210
LVT	8	11.055	8.908	6.472
Alentejo	46	52.324	48.282	36.212
Algarve	6	11.170	10.196	7.647
TOTAL	79	86.781	78.393	58.586

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação é de 39.194 mil euros de despesa pública e 33.169 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 199: Ação 1.6.3 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	10	5.393	4.045	10	2.703	2.242
Centro	9	5.613	4.210	2	3.365	2.860
LVT	8	8.908	6.472	7	8.272	6.940
Alentejo	46	48.282	36.212	28	22.573	19.189
Algarve	6	10.196	7.647	3	2.280	1.938
TOTAL	79	78.393	58.586	50	39.194	33.169

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 97% (vs. 28% em 2013) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 50% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 29 PA desta Ação, que permitiram a libertação de 6.107 mil euros de despesa pública.

Quadro 200: Ação 1.6.3 – PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	10	5.393	4.045	4	52	41	747	635
Centro	9	5.613	4.210	3	799	679	1.014	862
LVT	8	8.908	6.472	2	654	556	181	154
Alentejo	46	48.282	36.212	17	3.135	2.660	3.472	2.951
Algarve	6	10.196	7.647	3	307	261	693	589
TOTAL	79	78.393	58.586	29	4.948	4.197	6.107	5.191

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado), passou para 179%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuída aos PA contratados até 2014 correspondem a 114% e a 194%, respetivamente, do programado para esta Ação.

Quadro 201: Ação 1.6.3 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	79	79	79	58.586	78.393	86.781	86.781
TOTAL	79	79	79	58.586	78.393	86.781	86.781
				Metas *	34.154	40.402	76.000
				% da meta	172%	194%	114%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 202: Ação 1.6.3 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesa pública (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	50	50	50	33.169	39.194	50.551	50.551
TOTAL	50	50	50	33.169	39.194	50.551	50.551

Metas *	34.154	40.402	76.000
% da meta	97%	97%	67%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quanto ao aumento da área beneficiada, verifica-se que os PA contratados representam intervenções numa área de cerca de 112 mil ha.

Quadro 203: Ação 1.6.3 – Distribuição Regional da Área beneficiada⁸

DRAP	Aproveitamento Hidroagrícola	Área contratada (ha)	Área paga (ha)
Norte	Vale da Vilarça	2.064	2.064
	Armamar	420	420
	Alfandega da Fé	331	331
	Vale de Madeiro	300	300
	Gostei	280	280
	Curalha	110	110
	Mairos	100	100
Centro	Idanha a Nova	8.193	8.193
	Vale do Lis	2.145	0
LVT	Vila Franca de Xira	13.420	13.420
	Alvorninha	125	125
Alentejo/LVT	Vale do Sorraia	15.364	15.364
	Vale do Sado	9.614	9.614
Alentejo	Odivelas	12.361	12.361
	Mira	12.000	12.000
	Caia	7.271	7.271
	Roxo	5.041	5.041
	Campilhas e Alto Sado	5.954	5.954
	Xévorá	1.764	1.764
	Vigia	1.500	1.500
	Luçefecit	1.179	1.179
Algarve	Sotavento	8.261	8.261
	Silves, Lagoa, Portimão	2.405	2.405
	Alvor	1.747	1.747
Total		111.949	109.804

⁸ A área total não é igual ao somatório das áreas dos diferentes concursos porque há duplicação de áreas.

Quanto aos indicadores específicos de realização, regista-se o seguinte:

- A percentagem de prédios que serão servidos por acessibilidades é superior à meta prevista;
- Será cumprida a meta relativamente ao número de prédios servidos por infraestruturas coletivas eletrificadas;
- Nos PA contratados não será feita qualquer reestruturação predial.

Quadro 204: Ação 1.6.3 – Indicadores de realização (PA encerrados)

Operação	Nº de prédios do perímetro servidos por acessibilidades (em % do total de prédios)	Nº de prédios do perímetro servidos por infra-estruturas coletivas eletrificadas (em % do total de prédios)	Área do perímetro com reestruturação prediais (em % do total de prédios)
Indicadores de realização	100%	100%	0%
Metas *	80%	100%	10%
% da meta	125%	100%	0%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

2.2.1.14 Ação 1.6.4 – Modernização dos regadios coletivos tradicionais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 125;
- Portaria nº 842/2009 de 4 de agosto, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Promover a recuperação física dos sistemas de captação, transporte e distribuição de água;
- Incentivar a adoção de tecnologias mais eficientes;
- Promover a extensão dos sistemas de rega a áreas adjacentes e o aproveitamento do potencial existente.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2014 não foram abertos concursos para esta Ação, pelo que se mantém a situação descrita nos Relatórios anteriores.

Quadro 205: Ação 1.6.4 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total
Primeiro	8.227	76	11.217
Total	8.227	76	11.217

b. Análise e decisão das candidaturas

No que se refere a contratações mantém-se a situação já reportada no final de 2013, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 206: Ação 1.6.4 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	76	11.217	76	11.217	14	2.755	62	8.337	62	8.337	7.916	5.937
Total	76	11.217	76	11.217	14	2.755	62	8.337	62	8.337	7.916	5.937

Em termos acumulados, encontram-se contratados 62 PA, num total de 7.916 mil euros de despesa pública, representando 5.937 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 6.666 mil euros.

Todos os PA contratados localizam-se em região de convergência.

A distribuição regional dos PA contratados mantém-se semelhante à apresentada em Relatórios anteriores.

Quadro 207: Ação 1.6.4 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Acumulado 2007-2011			
	Nº PA	%	Despesa pública	FEADER
Norte	55	89%	6.788	5.091
Centro	6	10%	1.085	814
LVT	0	0%	0	0
Alentejo	1	2%	43	33
Algarve	0	0%	0	0
TOTAL	62	100%	7.916	5.937

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação era, no final de 2014, de 7.134 mil euros de despesa pública e 6.001 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 208: Ação 1.6.4 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	55	6.788	5.091	55	6.220	5.235
Centro	6	1.085	814	5	871	731
LVT	0	0	0	0	0	0
Alentejo	1	43	33	1	43	35
Algarve	0	0	0	0	0	0
TOTAL	62	7.916	5.937	61	7.134	6.001

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 87% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 90% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

A percentagem de PA encerrados nesta acção é elevada, representando 97% do total contratado. Os 60 PA encerrados permitiram uma libertação de verbas que totalizou 645 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 209: Ação 1.6.4 – PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	55	6.788	5.091	54	6.097	5.130	479	407
Centro	6	1.085	814	5	868	729	166	141
LVT	0	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	1	43	33	1	43	35	0	0
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	62	7.916	5.937	60	7.008	5.894	645	548

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado), passou para 88%.

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

O investimento e a despesa pública atribuída aos PA que se encontravam contratados (não considerando a libertação de verbas dos projetos concluídos) correspondem a 93% e a 96%, respetivamente, do programado para esta Ação.

Quadro 210: Ação 1.6.4 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	62	62	62	5.937	7.916	8.337	8.337
TOTAL	62	62	62	5.937	7.916	8.337	8.337
				Metas	6.930	8.227	9.000
				% da meta	86%	96%	93%

Quadro 211: Ação 1.6.4 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Gestão dos recursos hídricos	61	61	61	6.001	7.134	8.284	8.284
TOTAL	61	61	61	6.001	7.134	8.284	8.284
			Metas	6.930	8.227	9.000	
			% da meta	87%	87%	92%	

Quanto aos indicadores de resultado mantem-se o já reportado no Relatório de 2013.

Quadro 212: Ação 1.6.4 – Indicadores de resultado

	Aumento da área regada (ha)		Consumo de água (m3/ha)
	Contratado	Pago	Executado
	2.002	1.995	+24%
TOTAL	2.002	1.995	+24%
Metas			Redução de 5%
% da meta			-

2.2.1.15 Ação 1.6.5 – Projetos estruturantes

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) v) e artigo 30º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.2.5 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 125;
- Portaria nº1037/2009, de 11 de setembro, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Contribuir para a melhoria da competitividade dos territórios;
- Melhorar a acessibilidade viária e a rede elétrica necessárias à concretização de uma estratégia de desenvolvimento rural integrado de um território;
- Contribuir para a Requalificação ambiental, através do apoio a soluções coletivas mais adequadas para a transferência, Valorização e tratamento de efluentes agropecuários e agroindustriais fora do âmbito da exploração/unidade industrial.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras Ações, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do referido Regulamento, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 28 candidaturas válidas, em 2014, com 30.062 mil euros de investimento.

No quadro seguinte apresentam-se as candidaturas consideradas válidas até 31 de dezembro de 2014.

Quadro 213: Ação 1.6.5 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos		Orçamento ProDeR *	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	Caminhos	25.074	0	0	1.168	653.417
	Electrificação		0	0	65	9.745
Segundo	Requalificação ambiental		0	0	1	16.749
Terceiro	Electrificação - em contínuo 2012		0	0	13	798
Terceiro	Electrificação - em contínuo 2013		0	0	6	1.595
Terceiro	Electrificação - em contínuo 2014		27	9.703	27	9.703
Quarto	Requalificação ambiental - 2014		1	20.359	1	20.359
TOTAL		25.074	28	30.062	1.281	712.367

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

A distribuição regional dos PA entrados por item mantém-se face ao já relatado em Relatórios anteriores com, no caso dos "caminhos agrícolas", uma concentração dos PA apresentados nas regiões Norte e Centro (38% e 48% do total, respetivamente) e uma concentração do investimento na região LVT (62%).

Quadro 214: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA entrados para o item "caminhos agrícolas" (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Caminhos	Norte	440	38%	83.873	13%
	Centro	566	48%	136.212	21%
	LVT	55	5%	405.462	62%
	Alentejo	43	4%	18.687	3%
	Algarve	64	5%	9.183	1%
	TOTAL	1.168	100%	653.417	100%

Quanto às candidaturas para a “*eletrificação rural*”, a distribuição regional mantém a tendência já verificada em anos anteriores, embora a região do Norte tenha diminuído o seu peso (29% vs. 35% em 2013) a favor da região do Alentejo que continua a reforçar a sua posição (15% vs. 13% em 2013).

Quadro 215: Ação 1.6.5 – Distribuição regional dos PA entrados para o item “eletrificação rural” (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Electrificação	Norte	32	29%	3.837	18%
	Centro	57	51%	2.688	12%
	LVT	1	1%	11	0%
	Alentejo	17	15%	14.466	66%
	Algarve	4	4%	839	4%
	TOTAL	111	100%	21.841	100%

Por fim, no que se refere à “*requalificação ambiental*”, foi recepcionada uma candidatura da região Centro, mantendo-se a já existente na região Alentejo, a qual teve um parecer desfavorável.

Quadro 216: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA entrados para o item “requalificação ambiental” (acumulado)

	Região	PA		Invest. proposto	
		Número	%	Mil euros	%
Requalificação ambiental	Norte	0	0%	0	0%
	Centro	1	50%	20.359	55%
	LVT	0	0%	0	0%
	Alentejo	1	50%	16.749	45%
	Algarve	0	0%	0	0%
	TOTAL	2	100%	37.109	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2014 foram analisados e decididos 28 PA representando 30.062 mil euros de investimento. Destes PA, 79% foram aprovados e contratados.

Quadro 217: Ação 1.6.5 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos		Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	Caminhos	1.168	653.417	1.168	653.417	1.117	633.617	51	19.567	51	19.567	17.964	13.294
	Electrificação	65	9.745	65	9.745	24	1.700	41	8.028	41	8.028	7.643	5.730
Segundo	Segundo	1	16.749	1	16.749	1	16.749	0	0	0	0	0	0
Terceiro	Electrificação - em contínuo 2012	13	798	13	798	2	16	11	661	11	661	661	496
	Electrificação - em contínuo 2013	6	1.595	6	1.595	0	0	6	1.544	6	1.544	1.483	1.112
	Electrificação - em contínuo 2014	27	9.703	27	9.703	6	6.200	21	3.319	21	3.319	2.372	1.779
Quarto	Requalificação ambiental	1	20.359	1	20.359	0	0	1	20.360	1	20.360	9.162	6.871
TOTAL		1.281	712.367	1.281	712.367	1.150	658.282	131	53.479	131	53.479	39.284	29.281

[1] No concurso dos caminhos encontram-se incluídos 173 PA sem dotação orçamental no montante de 41.623 mil euros de investimento

Em termos acumulados, encontram-se contratados 131 PA, num total de 39.284 mil euros de despesa pública, representando 29.281 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 32.827 mil euros.

A distribuição regional dos PA contratados mantém-se à já relatada em Relatórios anteriores, com 84% dos PA contratados, na tipologia "caminhos agrícolas", da região Norte e Centro.

Quadro 218: Ação 1.6.5 - Distribuição regional dos PA contratados ("caminhos agrícolas")

Un.:mil euros

	Região	Total contratado			
		Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER
Caminhos	Norte	18	3.106	2.965	2.224
	Centro	25	13.294	11.879	8.909
	LVT	3	1.625	1.579	1.006
	Alentejo	2	1.177	1.177	883
	Algarve	3	365	364	273
TOTAL		51	19.567	17.964	13.294

Também na tipologia "electrificação rural" a região Centro continua a ser a região dominante, em termos de PA contratados, com 61% do total. Em

termos de investimento, o Alentejo mantém a sua liderança, com 59% do investimento total.

Quadro 219: Ação 1.6.5 – Distribuição regional dos PA contratados (“eletrificação rural”)

Un.: mil euros

	Região	Total contratado			
		Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER
Electrificação	Norte	14	2.998	2.162	1.621
	Centro	48	1.800	1.538	1.153
	LVT	1	11	11	5
	Alentejo	12	7.964	7.669	5.751
	Algarve	4	780	780	585
	TOTAL	79	13.552	12.158	9.116

A tipologia “requalificação ambiental” passou a ter um PA contratado na região Centro.

Quadro 220: Ação 1.6.5 – Distribuição regional dos PA contratados (“requalificação ambiental”)

Un.: mil euros

	Região	Total contratado			
		Nº PA	Invest.	Desp. pública	FEADER
Requalificação ambiental	Norte	0	0	0	0
	Centro	1	20.359	9.162	6.871
	LVT	0	0	0	0
	Alentejo	0	0	0	0
	Algarve	0	0	0	0
	TOTAL	1	20.359	9.162	6.871

c. Execução financeira

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação era de 20.214 mil euros de despesa pública e 16.617 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 221: Ação 1.6.5 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	32	5.127	3.845	29	3.061	2.477
Centro	74	22.578	16.933	58	10.334	8.461
LVT	4	1.589	1.011	4	1.038	854
Alentejo	14	8.846	6.634	11	4.726	3.940
Algarve	7	1.143	858	7	1.055	885
TOTAL	131	39.284	29.281	109	20.214	16.617

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 80% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 51% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014 encontravam-se encerrados 86 PA. Estes PA libertaram um total de 2.719 mil euros de despesa pública, ou seja 21% do valor contratado.

Quadro 222: Ação 1.6.5 – PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	32	5.127	3.845	25	2.110	1.702	362	308
Centro	74	22.577	16.933	48	6.107	4.990	942	801
LVT	4	1.589	1.011	4	738	600	852	724
Alentejo	14	8.846	6.634	5	1.126	907	535	455
Algarve	7	1.143	858	4	385	318	28	24
TOTAL	131	39.283	29.281	86	10.465	8.518	2.719	2.312

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado) passou para 147%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

O investimento e a despesa pública atribuída aos 131 PA contratados até 2014 correspondem a 153% e a 157%, respetivamente, do programado para esta Ação.

Quadro 223: Ação 1.6.5 – Indicadores de realização (contratado por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Acesso	51	51	51	13.294	12.158	19.567	19.567
Fornecimento de energia	79	79	79	9.116	17.964	13.552	13.552
Requalificação ambiental	1	1	1	6.871	9.162	20.359	20.359
TOTAL	131	131	131	29.281	39.284	53.478	53.478
				Metas *	20.713	25.074	35.000
				% da meta	141%	157%	153%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 224: Ação 1.6.5 – Indicadores de realização (pago por tipo de operação)

Operação	Número de pedidos aprovados	Número de operações apoiadas		Despesas públicas (mil euros)		Volume total de investimento (mil euros)	
		Terras agrícolas	TOTAL	FEADER	TOTAL	Terras agrícolas	TOTAL
Acesso	51	51	51	11.091	13.624	19.567	19.567
Fornecimento de energia	58	58	58	5.525	6.589	9.247	9.247
TOTAL	109	109	109	16.617	20.214	28.814	28.814
				Metas *	20.713	25.074	35.000
				% da meta	80%	81%	82%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

2.2.1.16 Medida 1.7 – Cumprimento de novas normas obrigatórias

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea c) i) e artigo 31º do Reg. (CE) nº 1698/2005;
- Anexo II ponto 5.3.1.3.1 do Reg. (CE) nº 1974/2006;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 131;
- Portaria 811/2010, de 26 de agosto.

2. Objetivos da Medida

Promover a rápida implementação de normas exigentes baseadas na legislação comunitária nos domínios do ambiente, da saúde pública, da sanidade animal e fitossanidade, do bem-estar dos animais e da segurança no trabalho.

3. Implementação da Medida

Tal como já referido em Relatórios anteriores esta Ação cuja candidatura está integrada no Pedido Único (PU) tem, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP. Por esta razão, este ponto do Relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria nº 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2014, tal como em 2013, não decorreu nenhum período de apresentação de candidaturas.

Os beneficiários desta Ação são agricultores, a título individual ou coletivo, detentores de ovinos e caprinos, devidamente registados no Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA). O apoio a atribuir reveste a forma de um subsídio anual, de carácter degressivo, por um período três anos, atribuído por cada animal identificado eletronicamente de acordo com as normas previstas na regulamentação comunitária e nacional em vigor (a contar da data em que o cumprimento da norma se

tornou obrigatório de acordo com a legislação comunitária - 1 de Janeiro de 2010).

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

No final do ano de 2014, a informação permanece igual à já reportada em Relatórios anteriores, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 225: Ação 1.7 – Candidaturas e identificações comunicadas (acumulado)

Un.:mil euros

Ano	Total de candidaturas entradas		Total de Identificações Comunicadas		
	Nº PA	Custo total estimado	Nº PA	Despesa pública	FEADER
2010	24.115	312	6.781	312	240
2011	3.881	19	848	19	16
2012	24.334	86	3.730	86	73
2013	0	0	0	0	0
TOTAL	52.330	416	11.359	416	329
TOTAL Beneficiários	30.158		9.472		

Considerando o universo das identificações comunicadas, a região Centro mantém-se como a mais representativa em termos de número de candidaturas e a região do Alentejo como a mais representativa em termos de despesa pública, com 56% do total.

Quadro 226: Ação 1.7 – Distribuição regional das identificações comunicadas (acumulado)

unidade: mil euros

DRAP	Identificações Comunicadas		
	N.º PA	Desp. Pública	FEADER
Norte	2.850	97	75
Centro	4.056	55	43
LVT	952	23	18
Alentejo	3.307	230	184
Algarve	194	9	7
TOTAL	11.359	413	326

Tal como já referido no Relatório anterior, relativamente ao número de animais identificados o Alentejo apresenta 62% do total de ovinos identificados enquanto o Norte é o mais representativo no que se refere a caprinos (46% do total).

Quadro 227: Ação 1.7 – Distribuição regional dos animais identificados (acumulado)

DRAP	N.º Animais				
	Ovinos	%	Caprinos	%	Total
Norte	52.079	18%	24.303	46%	76.382
Centro	37.718	13%	7.484	14%	45.202
LVT	12.792	5%	6.263	12%	19.055
Alentejo	176.984	62%	11.864	22%	188.848
Algarve	3.773	1%	3.429	6%	7.202
TOTAL	283.346	100%	53.343	100%	336.689

b. Execução financeira

No ano de 2014 não se registaram pagamentos nesta Ação pelo que o montante total dos pagamentos acumulados continua a ser de 413 mil euros de despesa pública e 326 mil euros de participação FEADER, com distribuição anual que se apresenta em seguida.

Quadro 228: Ação 1.7 – PA pagos (acumulado)

unid: mil euros

Ano	PA Pagos		
	N.º	Desp. Pública	FEADER
2010	6.754	311	241
2011	845	17	14
2012	3.679	85	72
2013	0	0	0
2014	0	0	0
TOTAL	11.278	413	326

Quadro 229: Ação 1.7 – Distribuição regional PA pagos (acumulado)

unid: mil euros

DRAP	PA Pagos		
	N.º	Desp. Pública	FEADER
Norte	2.830	97	75
Centro	4.024	55	43
LVT	944	23	18
Alentejo	3.287	230	184
Algarve	193	9	7
TOTAL	11.278	413	326
TOTAL Beneficiários	9.416		

Quadro 230: Ação 1.7 – Distribuição regional dos animais apoiados (acumulado)

DRAP	N.º Animais				
	Ovinos	%	Caprinos	%	Total
Norte	51.955	18%	24.207	46%	76.162
Centro	37.625	13%	7.434	14%	45.059
LVT	12.749	5%	6.254	12%	19.003
Alentejo	176.364	62%	11.618	22%	187.982
Algarve	3.773	1%	3.407	6%	7.180
TOTAL	282.466	100%	52.920	100%	335.386

Em termos globais, a Ação apresenta uma taxa de execução de 69% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 100% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Os indicadores financeiros e de realização sofreram alterações por força da reprogramação efectuada ao Programa, conforme quadros que se apresentam de seguida.

Quadro 231: Ação 1.7 – Indicadores financeiros

Unid: mil euros

Tipo de Norma	N.º Animais Identificados	Contratado		Pago	
		Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
Combinação (Sanidade animal/saúde pública)	335.386	413	326	413	326
TOTAL	335.386	413	326	413	326
Metas *	1.000.000	582	470	582	470
% da meta	34%	71%	69%	71%	69%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 232: Ação 1.7 – Indicadores de realização

	Identificações Comunicadas		Pagos	
	Número Beneficiários	Número CN	Número Beneficiários	Número CN
	9.472	50.503	9.416	50.308
Meta *	10.000	150.000	10.000	150.000
% da Meta	95%	34%	94%	34%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

2.2.2 Subprograma 4 – Promoção do conhecimento e desenvolvimento de competências

2.2.2.1 Medida 4.1 – Cooperação para a Inovação

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea b) iv) e Artigo 29º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 20º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.2.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 124;
- Portaria número 596/2009 de 3 de junho, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Declaração de Retificação nº 32-A/2010 de 26 de outubro, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Medida

- Promover o desenvolvimento da inovação através de práticas de cooperação entre os diversos agentes das fileiras para obtenção de novos produtos, processos ou tecnologias;
- Aumentar a interligação entre o conhecimento científico e tecnológico e as atividades produtivas, adequando-o eficazmente às necessidades do setor, à melhoria do desempenho das empresas e incorporando os resultados nos produtos a oferecer ao consumidor;
- Incentivar a incorporação da inovação pelos agentes económicos nos processos produtivos, potencializando e otimizando os apoios em áreas complementares como a modernização produtiva, a qualificação ou os serviços prestados.

3. Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras acções, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) Nº1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do referido Regulamento, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 235 candidaturas válidas em 2014, conforme quadro que se apresenta.

Quadro 233: Medida 4.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR *	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	12.100	10.000	0	0	78	16.936
Segundo		15.000	0	0	92	18.834
Terceiro - em contínuo 2012		0	0	9	1.769	
Terceiro - em contínuo 2013		0	0	124	15.204	
Terceiro - em contínuo 2014		235	34.074	235	34.074	
TOTAL		12.100	25.000	235	34.074	538

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 foram analisadas e decididas as 235 candidaturas. Foram contratados, no ano, 152 PA que representam 9.042 mil euros de despesa pública com 6.473 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 234: Medida 4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (ano)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	3	310	203	152
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	6	2.697	892	586
Terceiro - em contínuo 2012	0	0	0	0	0	0	0	0	1	262	143	107
Terceiro - em contínuo 2013	0	0	0	0	0	0	0	0	28	3.209	1.384	997
Terceiro - em contínuo 2014	235	34.074	235	34.074	57	8.838	179	25.132	114	15.291	6.421	4.631
TOTAL	235	34.074	235	34.074	57	8.838	179	25.132	152	21.769	9.042	6.473

Quadro 235: Medida 4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	78	16.936	78	16.936	33	6.926	45	9.045	45	9.045	4.644	3.391
Segundo	92	18.834	92	18.834	37	7.216	55	11.618	55	11.618	5.274	3.713
Terceiro - em contínuo 2012	9	1.769	9	1.769	0	0	9	1.769	9	1.769	1.041	759
Terceiro - em contínuo 2013	124	15.204	124	15.204	7	660	117	14.508	117	14.508	6.067	4.241
Terceiro - em contínuo 2014	235	34.074	235	34.074	57	8.838	178	25.131	114	15.291	6.421	4.632
TOTAL	538	86.817	538	86.817	134	23.640	404	62.071	340	52.230	23.447	16.736

Em termos acumulados encontram-se contratados 340 PA num total de 23.447 mil euros de despesa pública e 16.736 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER deve ser ajustado para 19.797 mil euros.

Analisando os PA contratados por tipo de atividade da empresa, por setor e por rubricas de investimento, verifica-se:

- Os PA que envolvem apenas empresas de produção agrícola continuam a ser responsáveis pela maioria (59%) do investimento total contratado;
- Considerando a produção agrícola e a indústria agroalimentar, os sectores mais representativos continuam a ser o dos “frutos” e o da “pecuária” com 21% e 16%, respetivamente, logo seguidos dos sectores dos “cereais oleaginosas e proteaginosas” e das “flores” com 12% e 9%, respetivamente;

- Na indústria agroalimentar, o setor do “olival” continua a diminuir a sua representação passando a representar 7% (vs. 8% em 2013) no total desta indústria. O apoio a este setor teve como objetivo a Valorização dos bagaços e a sua utilização como fertilizante;
- A rubrica de “recursos humanos” continua a reforçar a sua predominância em termos de investimento (56% vs. 52% em 2013), seguida do “material de pesquisa” e dos “equipamentos”, com 14% e 12%, respectivamente. Os “equipamentos” continuam a diminuir o seu peso relativo, tendo passado de 15% em 2013 para 12%.

Quadro 236: Investimento contratado (por rubricas)

Un.: mil euros

Tipo de Empresa	Sector	Rubricas de investimento									TOTAL
		Construções ou adaptação de edifícios	Demonstração e de divulgação	Deslocações e estadas	Despesas gerais	Equipamentos	Material de pesquisa	Programas informáticos	Recursos humanos	Não elegíveis	
Agrícola	Cereais oleaginosos e proteaginosos	70	29	200	166	1.115	1.361	0	2.543	-	5.483
	Flores	791	163	192	155	844	644	35	1.641	-	4.465
	Frutos	58	29	527	308	452	723	48	4.233	2	6.380
	Hortícolas	-	13	12	14	32	107	-	255	-	433
	Vinha	-	113	244	123	266	839	-	1.940	4	3.529
	Outras culturas agrícolas	406	269	406	191	222	755	18	3.773	23	6.064
	Pecuária	567	30	162	117	774	610	20	1.305	-	3.586
	Olival	-	33	53	63	81	75	-	711	0	1.015
Misto	Cereais oleaginosos e proteaginosos	-	18	33	8	72	43	-	181	-	354
	Frutos	6	24	41	68	123	70	30	860	7	1.228
	Hortícolas	-	14	56	34	25	28	-	312	-	469
	Pecuária	3	2	24	9	29	79	2	345	-	492
	Vinha	-	18	17	21	-	54	-	308	-	417
	Não elegíveis	-	16	187	67	51	246	0	1.892	-	2.460
Indústria agroalimentar	Frutos	224	135	76	192	1.102	289	2	2.490	30	4.540
	Cereais oleaginosos e proteaginosos	-	8	15	28	98	56	9	406	30	651
	Outras culturas agrícolas	4	182	216	186	429	500	6	1.980	2	3.506
	Vinha	-	9	62	52	11	167	-	443	-	744
	Olival	-	10	57	54	83	149	35	617	-	1.004
	Pecuária	-	387	334	300	589	397	3	2.737	-	4.747
Silvicultura	Produtos florestais	20	7	25	29	79	36	10	290	-	495
	Outras culturas agrícolas	-	-	2	13	46	15	-	89	-	166
TOTAL		2.148	1.508	2.942	2.197	6.524	7.243	220	29.350	98	52.230

c. Execução financeira

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 10.408 mil euros de despesa pública e 8.714 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 237: Medida 4.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	91	7.145	5.354	70	3.071	2.580
Centro	38	3.270	2.442	21	1.326	1.108
LVT	115	6.846	4.340	100	3.866	3.220
Alentejo	90	5.888	4.382	60	2.065	1.738
Algarve	6	298	219	3	81	69
TOTAL	340	23.447	16.736	254	10.408	8.714

Em termos globais, a medida alcançou uma taxa de execução de 86% (vs. 39% em 2013) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 44% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 28 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizaram 510 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 238: Medida 4.1 – PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	91	7.145	5.354	18	491	391	475	404
Centro	38	3.270	2.442					
LVT	115	6.846	4.340	6	134	111	18	15
Alentejo	90	5.888	4.382	4	22	19	16	14
Algarve	6	298	219					
TOTAL	340	23.447	16.736	28	648	521	510	433

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado) passou para 191%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores específicos de realização, verifica-se:

- O investimento atribuído aos 340 PA, contratados até 2014, corresponde a 149% da meta prevista para esta medida;
- Confirma-se que, comparativamente com o número de iniciativas de cooperação apoiadas, o número de projetos com estrutura de I&D foi superior ao previsto.

Quadro 239: Medida 4.1 - Indicadores específicos de realização

	Montante total do investimento (mil euros)		Nº empresas				Nº iniciativas de cooperação apoiadas	
			Projectos com estrutura de I&D		Nº médio de empresas beneficiadas por iniciativas de cooperação			
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	52.230	42.497	401	320	114	156	96	69
Metas *	35.000	35.000	200	200	50	50	75	75
% da meta	149%	121%	201%	160%	229%	313%	128%	92%

Quanto às iniciativas de cooperação contratadas verifica-se que foi atingido 128% (vs. 43% em 2013) da meta estabelecida para o Programa.

Analisando o número de iniciativas de cooperação contratadas, por setor e tipo de iniciativa, o setor com maior representatividade continua a ser o setor da agricultura, com 56% das iniciativas.

Quadro 240: Medida 4.1 - Indicadores de realização (contratado)

Tipo de iniciativas de cooperação	Número de iniciativas de cooperação apoiadas					Despesa pública (mil euros)	
	Agricultura	Agro-indústria	Silvi-cultura	Misto	Total	Total	FEADER
Desenvolvimento de novos produtos	19	25	1	7	52	12.574	8.859
Desenvolvimento de novas técnicas	34	4	1	4	43	10.874	7.877
TOTAL	53	29	2	11	95	23.447	16.736
Metas *					75	12.100	10.150
% da meta					127%	194%	165%

Quadro 241: Medida 4.1 - Indicadores de realização (pago)

Tipo de iniciativas de cooperação	Número de iniciativas de cooperação apoiadas					Despesa pública (mil euros)		
	Agricul-tura	Agro-indústria	Silvi-cultura	Misto	Total	Total	FEADER	
Desenvolvimento de novos produtos	12	19	0	3	34	5.207	4.331	
Desenvolvimento de novas técnicas	27	3	1	4	35	5.201	4.383	
TOTAL	39	22	1	7	69	10.408	8.714	
					Metas *	75	12.100	10.150
					% da meta	92%	86%	86%

Relativamente aos indicadores de resultado, o número de explorações contratadas, que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas, apresenta uma percentagem de 135% (vs. 44% em 2013) da meta.

Quadro 242: Medida 4.1 - Indicadores de resultado

	Nº de explorações								Aumento de VAB nas explorações/empresas apoiadas (milhões de euros)
	Novos prod/proc/técnicas		Novos produtos		Novos processos		Novas tecnologias		
	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Contratados	Pagos	Encerrados
	101	72	56	37	8	6	37	29	2,3
Metas *	75	75	-	-	-	-	-	-	60
% da meta	135%	96%	-	-	-	-	-	-	4%

2.2.2.2 Ação 4.2.1 – Formação especializada

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i) e Artigo 21º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.1.1 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 111;
- Portaria número 596-D/2008, de 8 de julho, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.
- Despacho normativo número.4-A/2008 de 24 de janeiro com a última redação dada pelo Despacho normativo número.12/2012 de 21 de maio.

2. Objetivos da Ação

- Promover a formação de jovens agricultores, ativos dos setores da agricultura, silvicultura e indústria alimentar, conferindo-lhes competências específicas para o desenvolvimento das suas atividades;
- Aumentar a articulação entre o processo de formação e os objetivos associados aos investimentos apoiados noutras medidas do Programa.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No caso desta Ação e por força da sua baixa execução não se consideraram novas candidaturas no ano de 2014.

Tal como noutras Ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

Quadro 243: Ação 4.2.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	11.783	3.003	0	0	59	7.659
Segundo		10.484	0	0	56	13.866
Terceiro			0	0	28	8.476
TOTAL	11.783	13.487	0	0	143	30.001

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2014 já se encontravam analisados todos os PA considerados válidos para esta Ação, conforme quadro seguinte.

Em 2014 apenas há a registar a desistência de um PA que representava 63 mil euros de despesa pública.

Quadro 244: Ação 4.2.1 - PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas *		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	59	7.659	59	7.659	35	3.610	24	3.001	24	3.001	3.001	2.212
Segundo	56	13.866	56	13.866	2	465	54	12.961	54	12.961	9.563	7.127
Terceiro	28	8.476	28	8.476	1	54	27	8.380	27	8.380	7.722	5.717
TOTAL	143	30.001	143	30.001	38	4.130	105	24.342	105	24.342	20.286	15.056

[*] Estão a considerar-se 26 candidaturas do 1º concurso aprovadas mas sem dotação orçamental.

A distribuição regional dos PA contratados mantém-se com a região Norte e o Centro como as mais representativas.

Quadro 245: Ação 4.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Regiões	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	34	8.265	7.265	5.422
Centro	35	9.449	7.625	5.719
LVT	15	2.813	2.617	1.843
Alentejo	14	1.606	1.298	961
Algarve	7	2.210	1.481	1.111
TOTAL	105	24.342	20.286	15.056

As “entidades de natureza pública ou privada sem fins lucrativos” mantêm-se como a tipologia, de promotor, mais representativa nos PA contratados.

Quadro 246: Ação 4.2.1 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipologias de promotores	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Entidades de natureza pública ou privada, c/fins lucrativos	45	10.913	9.062	6.677
Entidades de natureza pública ou privada, s/fins lucrativos	60	13.429	11.224	8.379
TOTAL	105	24.342	20.286	15.056

No final de 2014 encontravam-se contratados 105 PA num total de 20.286 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 15.056 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 17.230 mil euros.

c. Execução financeira

A execução acumulada em 2014 era de 11.595 mil euros de despesa pública e 9.843 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 247: Ação 4.2.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Regiões	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	34	7.265	5.422	34	5.193	4.405
Centro	35	7.625	5.719	35	3.441	2.921
LVT	15	2.617	1.843	15	1.356	1.152
Alentejo	14	1.298	961	14	833	708
Algarve	7	1.481	1.111	7	772	656
TOTAL	105	20.286	15.056	105	11.595	9.843

Em termos globais, a Ação voltou a registar um forte aumento na sua execução (37 p.p) ao alcançar uma taxa de execução 98% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e 57% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 76 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizou 2.843 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 248: Ação 4.2.1 – PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	34	7.265	5.422	25	4.406	3.736	991	842
Centro	35	7.625	5.719	23	2.608	2.214	1.001	851
LVT	15	2.617	1.843	11	923	784	373	317
Alentejo	14	1.298	961	13	830	705	407	346
Algarve	7	1.481	1.111	4	276	235	70	60
TOTAL	105	20.286	15.056	76	9.043	7.674	2.843	2.416

Por força desta libertação de verbas, a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado) passou para 148%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores de realização, e após a análise dos Relatórios de encerramento que levaram a uma correcção dos valores em baixa, verifica-se que o número de dias de formação recebidos (315% da meta) e o número de participantes nas Ações de formação (113% da meta), que ainda se encontra acima do esperado, particularmente se analisado em conjunto com a despesa pública paga que apenas representa 98% da meta.

Quadro 249: Ação 4.2.1 – Indicadores de realização (acumulado)

Número de participantes em ações de formação			Número de participantes	Número de dias de formação recebidos	Despesa pública contratadas (mil euros)		Despesa pública pagas (mil euros)	
Agricultura	Indústria alimentar	Silvicultura			Total	FEADER	Total	FEADER
16.093	-	-	16.093	346.393	20.286	15.056	11.595	9.843
		Meta	17.000	250.000	11.783	10.000	11.783	10.000
		% da Meta	95%	139%	172%	151%	98%	98%

O conteúdo das Ações contratadas centrou-se sobretudo nos temas: "manutenção e melhoria da paisagem e proteção ao ambiente" (17.699 participantes); "gestão, administração e marketing" (17.938 participantes) e "novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora" (1.660 participantes).

Quadro 250: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e pagas por conteúdos (acumulado)

Un.: mil euros

Conteúdo das ações de formação	Contratadas		Pagas	
	Nº participantes	Dias de formação	Nº participantes	Dias de formação
Gestão, administração e marketing	17.938	68.679	9.374	40.588
Manutenção e melhoria da paisagem e proteção do ambiente	17.699	95.488	11.179	87.918
Novos padrões	1.452	12.788	1.452	12.788
Novos processos tecnológicos e práticas ou maquinaria inovadora	1.660	9.250	1.660	9.250
Outros	26.129	149.314	13.565	80.930
Qualidade do produto	358	8.089	358	3.358
Tecnologias de informação e comunicação (ICT)	880	2.786	880	2.786
TOTAL	66.116	346.393	38.468	237.617
TOTAL participantes	16.093		14.159	

Nota: Um participante pode fazer mais do que um conteúdo de formação.

Nos quadros seguintes apresenta-se a execução física das ações de formação, que se candidataram ao 1º concurso e ao 3º concurso – formação para jovens agricultores, por região.

No 1º concurso, na região Norte e LVT foram executadas todas as ações aprovadas. A região Centro e Alentejo apresentam uma taxa de execução de 98% logo seguida da região do Algarve, com 86%. É de assinalar que se registaram em 2014 pedidos de alteração a estes PA no sentido de aumentar as ações a realizar. Considerando todo o Continente constata-se que a taxa de execução física destas ações é, no final de 2014, de 99%.

Quadro 251: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e executadas por região (1.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Regiões	Contratadas		Executadas		Taxa de execução
	Nº Ações	%	Nº Ações	%	
Norte	261	53%	261	54%	100%
Centro	86	17%	84	17%	98%
LVT	78	16%	78	16%	100%
Alentejo	45	9%	44	9%	98%
Algarve	22	4%	19	4%	86%
TOTAL	492	100%	486	100%	99%

Quadro 252: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e executadas por região (3.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Regiões	Contratadas		Executadas		Taxa de execução
	Nº Ações	%	Nº Ações	%	
Norte	689	39%	444	48%	64%
Centro	714	40%	310	34%	43%
LVT	220	12%	103	11%	47%
Alentejo	83	5%	37	4%	45%
Algarve	61	3%	30	3%	49%
TOTAL	1.767	100%	924	100%	52%

As ações de formação de frequência obrigatória para a instalação de novos jovens agricultores resumem-se a quatro grandes áreas formativas: formação básica de agricultura; formação específica para a orientação

produtiva da Instalação; formação de gestão da empresa agrícola e componente prática em contexto empresarial (estágio).

Considerando que a formação é de frequência obrigatória em função do perfil do jovem agricultor, nomeadamente, habilitações académicas, experiência em agricultura e experiência na orientação produtiva da exploração, a distribuição das ações de formação executadas por áreas formativas e região apresentada no quadro seguinte, permite concluir que:

- a maioria dos jovens agricultores que se instalaram com necessidades de formação demonstraram já ter tido experiência nos sectores agrícola, silvícola ou agroalimentar no geral;
- a orientação produtiva onde se instalaram era uma área nova face à experiência demonstrada;
- a maioria não possuía competências de gestão;
- os estágios foram realizados por jovens agricultores que nunca tiveram qualquer contacto com o sector.

Quadro 253: Ação 4.2.1 – Ações de formação executadas por área formativa e por região (1.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Formação geral de agricultura		Orientação produtiva da exploração		Gestão agrícola		Componente prática (estágio)		TOTAL	
	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%
Norte	47	59%	80	53%	91	53%	43	52%	261	54%
Centro	13	16%	26	17%	31	18%	14	17%	84	17%
LVT	9	11%	26	17%	27	16%	16	20%	78	16%
Alentejo	9	11%	13	9%	16	9%	6	7%	44	9%
Algarve	2	3%	6	4%	8	5%	3	4%	19	4%
TOTAL	80	100%	151	100%	173	100%	82	100%	486	100%

Quadro 254: Ação 4.2.1 – Formandos que concluíram a formação por área formativa e por região (1.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Formação geral de agricultura		Orientação produtiva da exploração		Gestão agrícola		Componente prática (estágio)		TOTAL	
	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%
Norte	709	58%	1.272	54%	1.484	53%	626	51%	4.091	54%
Centro	196	16%	393	17%	487	18%	231	19%	1.307	17%
LVT	140	12%	380	16%	417	15%	243	20%	1.180	16%
Alentejo	139	11%	208	9%	264	10%	88	7%	699	9%
Algarve	29	2%	92	4%	126	5%	45	4%	292	4%
TOTAL	1.213	100%	2.345	100%	2.778	100%	1.233	100%	7.569	100%

Quadro 255: Ação 4.2.1 – Ações de formação executadas por área formativa e por região (3.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Formação geral de agricultura		Orientação produtiva da exploração		Gestão agrícola		Componente prática (estágio)		TOTAL	
	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%	Nº ações	%
Norte	85	49%	113	46%	123	47%	123	50%	444	48%
Centro	56	32%	86	35%	81	31%	87	35%	310	34%
LVT	24	14%	25	10%	35	14%	19	8%	103	11%
Alentejo	4	2%	11	5%	9	3%	13	5%	37	4%
Algarve	4	2%	9	4%	11	4%	6	2%	30	3%
TOTAL	173	100%	244	100%	259	100%	248	100%	924	100%

Quadro 256: Ação 4.2.1 – Formandos que concluíram a formação por área formativa e por região (3.º concurso – Formação de Jovens Agricultores)

Região	Formação geral de agricultura		Orientação produtiva da exploração		Gestão agrícola		Componente prática (estágio)		TOTAL	
	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%	Nº Participantes	%
Norte	1.141	49%	1.530	48%	1.776	48%	1.047	47%	5.494	48%
Centro	775	33%	1.038	33%	1.159	31%	789	36%	3.761	33%
LVT	314	13%	339	11%	483	13%	241	11%	1.377	12%
Alentejo	55	2%	129	4%	132	4%	84	4%	400	4%
Algarve	46	2%	123	4%	162	4%	52	2%	383	3%
TOTAL	2.331	100%	3.159	100%	3.712	100%	2.213	100%	11.415	100%

Relativamente ao segundo concurso – formação de ativos, a taxa de execução física é de 63% (vs. 51% em 2013), mantendo-se a região LVT como a que mais contribui para essa execução.

Quadro 257: Ação 4.2.1 – Ações de formação contratadas e executadas por região (2.º concurso – Formação de ativos)

Regiões	Contratadas		Executadas		Taxa de execução
	Nº Ações	%	Nº Ações	%	
Norte	608	45%	364	43%	60%
Centro	482	36%	311	37%	65%
LVT	86	6%	67	8%	78%
Alentejo	124	9%	79	9%	64%
Algarve	48	4%	25	3%	52%
TOTAL	1.348	100%	846	100%	63%

2.2.2.3 Ação 4.2.2 – Redes temáticas de informação e divulgação

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) i) e Artigo 21º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.1.1.1 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 111;
- Portaria nº 745/2009, de 13 de julho, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Criar redes de tratamento e difusão da informação técnica e científica no âmbito das atividades dos setores agrícola, florestal e agroalimentar, promovendo a articulação e adequação entre a produção de conhecimento e os seus potenciais utilizadores;
- Melhorar o tratamento e o acesso à informação necessária para o desenvolvimento da competitividade das empresas e dos territórios e promover a cooperação e a organização sectorial, favorecendo a emergência de estratégias sectoriais de desenvolvimento e reforço dos “clusters” nacionais.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras acções, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do referido Regulamento, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 28 candidaturas válidas em 2014, conforme quadro que se apresenta. Em 2014 registou-se, ainda, 1 desistência, no primeiro concurso, que representava 38 mil euros de investimento.

Quadro 258: Ação 4.2.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	8.339	0	0	126	18.740
Segundo		0	0	20	3.288
Segundo - 2014		28	1.808	28	1.808
TOTAL	8.339	28	1.808	174	23.836

b. Análise e decisão das candidaturas

Todas as candidaturas entradas em 2014 foram analisadas, decididas e contratadas no ano.

Quadro 259: Ação 4.2.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	126	18.740	126	18.740	12	3.497	114	15.193	114	15.193	9.280	6.291
Segundo	20	3.288	20	3.288	0	0	20	3.285	20	3.285	1.941	1.192
Segundo - 2014	28	1.808	28	1.808	6	293	22	1.515	22	1.515	749	520
TOTAL	174	23.836	174	23.836	18	3.790	156	19.994	156	19.994	11.969	8.003

No final de 2014, encontravam-se contratados 156 PA com 11.968 mil euros de despesa pública com uma participação FEADER de 8.003 mil

euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 9.837 mil euros.

c. Execução financeira

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação era de 7.789 mil euros de despesa pública e 6.285 mil euros de participação FEADER.

Quadro 260: Ação 4.2.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	36	7.133	4.365	3.274	28	2.300	1.901
Centro	10	659	422	315	8	294	238
LVT	63	8.683	5.241	2.960	51	3.918	3.091
Alentejo	41	3.345	1.824	1.367	28	1.203	993
Algarve	6	174	116	87	5	74	61
TOTAL	156	19.994	11.969	8.003	120	7.789	6.285

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 93% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 64% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 65 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizou 987 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 261: Ação 4.2.2 – PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	36	4.365	3.274	18	1.460	1.166	196	167
Centro	10	422	315	5	68	57	30	25
LVT	63	5.241	2.960	25	1.468	1.115	558	475
Alentejo	41	1.824	1.367	12	513	417	156	132
Algarve	6	116	87	5	61	48	46	40
TOTAL	156	11.969	8.003	65	3.570	2.802	987	839

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado) passou para 134%.

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

No final do ano de 2014, encontravam-se contratadas 30 redes temáticas (vs. 24 em 2013), ultrapassando, assim, a meta prevista para o período de programação.

Em termos de investimento e despesa pública contratada alcançou-se 105% e 144%, respetivamente, das metas previstas para o período 2007-2013.

Quadro 262: Ação 4.2.2 – Indicadores de realização (contratados e pagos)

	Nº redes temáticas criadas		Investimento contratado (mil euros)		Despesa pública (mil euros)		FEADER (mil euros)	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	30	28	19.994	19.072	11.969	7.789	8.003	6.285
Meta *	19	19	19.000	19.000	8.339	8.339	6.723	6.723
% Meta	158%	147%	105%	100%	144%	93%	119%	93%

Quanto ao investimento pago verifica-se um aumento de 15 p.p. face a 2013.

Quadro 263: Ação 4.2.2 – Investimento em redes temáticas por setor e produtos

Un: mil euros

Tipo de empresa	Sector	Produtos	Nº redes		Investimento	
			Contratado	Pago	Contratado	Pago
Agrícola	Cereais	Milho	1	1	326	326
	Frutas, flores e hortícola	Frutas, flores e hortícola	5	5	3.581	3.581
		Produtos de qualidade	1	1	450	450
	Olival	Azeite	1	1	1.679	1.679
	Pecuária		2	1	827	761
		Produtos de qualidade	1	1	203	203
	Vinha	Vinho	2	2	990	990
Outro sector		4	3	2.320	1.678	
Agroalimentar	Olival	Azeite	1	1	1.958	1.958
	Pecuária		2	2	1.520	1.396
	Produtos florestais	Sobreiro	1	1	432	432
Misto	Frutas, flores e hortícola	Frutas, flores e hortícola	3	3	1.627	1.627
	Outro sector	Outro sector	2	2	1.351	1.275
Florestal	Produtos florestais	Pinheiro	2	2	886	886
			1	1	140	126
		Produtos de qualidade	1	1	1.706	1.706
TOTAL			30	28	19.995	19.072
Metas			19	19	19.000	19.000
% da meta			158%	147%	105%	100%

O número de produtores, abrangidos pelas 30 redes temáticas contratadas, foi corrigido em baixa embora continue superior ao esperado, uma vez que era expectável abranger apenas 40% dos produtores agrícolas ativos e atingiu-se 65%.

Quadro 264: Ação 4.2.2 – Indicador específico de resultado

	Nº produtores abrangidos por redes temáticas	
	Contratado	Pago
	79.487	79.487
Explorações agrícolas, recenseamento de 2009	304.000	304.000
% Activos do sector	26%	26%
Meta	40%	40%
% Meta	65%	65%

Nota: Para cálculo deste indicador de resultados considerou-se o valor mais elevado obtido nos diferentes grupos. Existe uma Rede Temática cujo grupo tem um público-alvo extremamente elevado.

Houve uma correção do número de produtores, com base nos indicadores de resultado o que levou à sua diminuição.

2.2.2.4 Ação 4.3.1 – Serviços de aconselhamento agrícola/ Subações 4.3.1.1 e 4.3.1.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) iv) e v); Artigo 24º e Artigo 25º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigos 13º a 16º do Regulamento (CE) nº 1782/2003, de 29 de setembro;
- Artigo 15º e Artigo 16º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.1.4 e 5.3.1.1.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 114 e 115;
- Portaria número 481/2009 de 6 de maio, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 1170/2010 de 10 de novembro e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento;
- Incentivar a utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas.

Esta Ação encontra-se dividida em duas subações:

- Subação 4.3.1.1 "Desenvolvimento de serviços de aconselhamento" – destinada a desenvolver a oferta de serviços de aconselhamento agrícola no contexto das obrigações comunitárias.
- Subação 4.3.1.2 "Aquisição e serviços de aconselhamento" – destinada a incentivar a utilização de serviços de aconselhamento por parte das explorações agrícolas.

3. Implementação da Ação

A gestão da Ação 4.3.1.2 "Aquisição de serviços de aconselhamento" é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do Relatório foi

elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Subação 4.3.1.1:

Tal como já referido noutras ações, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma, em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do referido Regulamento, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 22 candidaturas válidas, em 2014 com um investimento total de 1.965 mil euros.

Quadro 265: Subação 4.3.1.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR *	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	8.768	0	0	89	15.423
Segundo - em contínuo 2012		0	0	10	2.157
Segundo - em contínuo 2013		0	0	29	4.786
Segundo - em contínuo 2014		22	1.965	22	1.965
TOTAL	8.768	22	1.965	150	24.330

Subação 4.3.1.2:

Relativamente à Subação 4.3.1.2, manteve-se aberto o período de candidaturas em contínuo iniciado em 2011 (1 de fevereiro) através da plataforma *i-Digital* do IFAP.

Em seguida apresenta-se o ponto de situação das candidaturas entradas no ano e acumuladas.

Quadro 266: Subação 4.3.1.2 – Candidaturas válidas apresentadas

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Desp. pública	Nº PA	Desp. pública
Em contínuo	5.593	230	276	3.236	4.854
TOTAL	5.593	230	276	3.236	4.854

b. Análise e decisão das candidaturas

Subação 4.3.1.1:

Todas as candidaturas consideradas válidas, em 2014, foram analisadas e decididas no ano, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 267: Subação 4.3.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	89	15.423	89	15.423	2	316	87	14.723	87	14.723	7.351	5.472
Segundo - em contínuo 2012	10	2.157	10	2.157	1	259	9	1.897	9	1.897	942	706
Segundo - em contínuo 2013	29	4.786	29	4.786	3	179	26	4.607	26	4.607	1.704	1.278
Segundo - em contínuo 2014	22	1.965	22	1.965	2	114	20	1.851	19	1.809	580	435
TOTAL	150	24.330	150	24.330	8	868	142	23.078	141	23.036	10.575	7.891

No final de 2014, encontram-se contratados 10.575 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 7.891 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 8.567 mil euros.

Subação 4.3.1.2:

Todas as candidaturas entradas, da Subação 4.3.1.2, foram analisadas, e decididas.

Quadro 268: Subação 4.3.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	3.236	4.854	3.236	4.854	0	0	3.236	4.854	3.220	3.863	2.887
TOTAL	3.236	4.854	3.236	4.854	0	0	3.236	4.854	3.220	3.863	2.887

Encontram-se contratados 3.863 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 2.887 mil euros. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 3.280 mil euros.

c. Execução financeira

Subação 4.3.1.1:

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Subação era de 8.229 mil euros de despesa pública e 6.573 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 269: Subação 4.3.1.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	83	13.637	5.769	4.327	62	4.626	3.719
Centro	24	2.635	1.275	956	19	828	666
LVT	10	965	422	275	7	269	199
Alentejo	24	5.800	3.110	2.333	17	2.507	1.989
Algarve	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	141	23.036	10.575	7.891	105	8.229	6.573

Em termos globais, a Subação alcançou uma taxa de execução de 94% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de cerca de 77% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Subação 4.3.1.2:

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Subação era de 1.209 mil euros de despesa pública e 1.024 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 270: Subação 4.3.1.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	2.458	2.949	2.212	1.274	999	846
Centro	392	470	353	142	101	86
LVT	34	41	20	17	4	4
Alentejo	304	365	274	157	98	82
Algarve	32	38	29	12	7	6
TOTAL	3.220	3.863	2.887	1.602	1.209	1.024
Meta	7.500	5.593	4.750	7.500	5.593	4.750
% Meta	43%	69%	61%	21%	22%	22%

Em termos globais, a Subação alcançou uma taxa de execução de 22% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de cerca de 31% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. **Projetos encerrados**

Subação 4.3.1.1:

No final de 2014, encontravam-se encerrados 85 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizou 988 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 271: Subação 4.3.1.1 – PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	83	5.769	4.327	47	3.368	2.640	397	338
Centro	24	1.275	956	17	756	573	246	209
LVT	10	422	275	6	256	187	75	64
Alentejo	24	3.110	2.333	15	2.053	1.602	270	230
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	141	10.575	7.891	85	6.434	5.003	988	840

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado), é de 110%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Subação 4.3.1.1:

Tal como já tinha sido referido em Relatórios anteriores, o total de candidaturas contratadas ultrapassa a meta prevista para o período de Programação, continuando a verificar-se, que os serviços são de menor dimensão do que o previsto.

Quadro 272: Subação 4.3.1.1 – Indicadores de realização

	Nº serviços de aconselhamento		Despesa pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	141	105	10.575	8.229	7.891	6.573
Meta *	110	110	8.768	8.768	6.997	6.997
% da meta	128%	95%	121%	94%	113%	94%

Quanto aos indicadores de resultado para esta Subação, em 2014 foi possível calcular o indicador do aumento do VAB nas explorações cuja operação foi encerrada, através dos Relatórios de fecho de cada operação. Este indicador ainda se encontra abaixo da meta para o Programa.

O apoio às 141 entidades que prestam serviços de aconselhamento pressupõe o apoio a 3.220 explorações passou a traduzir um número ligeiramente acima do esperado.

Quadro 273: Subação 4.3.1.1 – Indicadores específicos de resultado

	Nº de empresas abrangidas pelos serviços agro-rurais		Aumento do VAB nas explorações/empresas apoiadas (milhões de euros)
	Contratado	Executado	Executado
	3.220	2.124	0,8
Explorações agrícolas, recenseamento 2009	304.000	304.000	
% de explorações	1%	1%	
Meta *	10%	10%	32,0
% da meta	11%	7%	3%

Subação 4.3.1.2:

Nesta Subação o indicador do número de candidaturas contratadas aumentou 4 pontos percentuais, representando, no final de 2014, 43% da meta prevista para o período de Programação, enquanto o apoio contratado já representa 69% do apoio previsto.

Quadro 274: Subação 4.3.1.2 – Indicadores de realização

	Nº de Agricultores apoiados nos serviços de aconselhamento		Despesa pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	3.220	1.602	3.863	1.209	2.887	1.024
Meta	3.000	3.000	5.593	5.593	4.750	4.750
% da meta	107%	53%	69%	22%	61%	22%

Quanto aos indicadores de resultado para esta Subação apenas existe o indicador do aumento do VAB nas explorações apoiadas, cujo valor só pode ser obtido nos Relatórios de fecho de cada operação.

2.2.2.5 Ação 4.3.2 – Serviços de apoio às empresas

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 20º alínea a) v) e Artigo 25º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 16º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.1.1.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 115;
- Portaria nº 813/2009 de 28 de julho, com a nova redação dada pela Declaração de Rectificação nº 67/2009 de 11 de Setembro, pela Portaria nº 814/2010 de 27 de Agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Promover a oferta de serviços com o objetivo de melhorar o desempenho das empresas;
- Melhorar a integração vertical e horizontal das empresas promovendo uma maior orientação das atividades produtivas para o mercado.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Nesta Ação não foram abertos concursos em 2014. O número de PA manteve-se face a 2013.

Quadro 275: Ação 4.3.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	10.793	0	0	113	29.139
Segundo		0	0	91	19.737
TOTAL	10.793	0	0	204	48.876

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 todas as candidaturas já se encontravam analisadas, decididas e contratadas.

Quadro 276: Ação 4.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	113	29.139	113	29.139	33	7.428	80	21.532	80	21.532	7.145	5.230
Segundo	91	19.737	91	19.737	27	6.527	64	13.033	64	13.033	4.634	3.376
TOTAL	204	48.876	204	48.876	60	13.955	144	34.565	144	34.565	11.778	8.606

A tipologia de promotor "*Organização sectorial*" representa 74% dos PA contratados nesta Ação e 70% do investimento contratado.

Quadro 277: Ação 4.3.2 – PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipologias dos promotores	Acumulado			
	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Organizações sectoriais	107	24.351	8.184	5.994
Pessoas colectivas de natureza privada	37	10.214	3.595	2.612
TOTAL	144	34.565	11.778	8.606

Em termos acumulados, encontram-se contratados 144 PA, num total de 11.778 mil euros de despesa pública, representando 8.606 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 9.766 mil euros.

c. Execução financeira

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação era de 9.585 mil euros de despesa pública e 7.902 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 278: Ação 4.3.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	47	11.511	3.369	2.526	47	2.887	2.428
Centro	39	8.486	2.755	2.067	39	2.267	1.860
LVT	32	8.777	3.296	2.244	32	2.572	2.086
Alentejo	22	4.909	2.036	1.527	22	1.601	1.317
Algarve	4	883	323	242	4	259	212
TOTAL	144	34.565	11.778	8.606	144	9.585	7.902

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 89% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de 81% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 83 PA, do universo de 144 PA, que permitiram uma libertação de verbas que totalizou 957 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 279: Ação 4.3.2 – PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	47	3.369	2.526	30	2.004	1.620	245	208
Centro	39	2.755	2.067	21	1.140	928	276	235
LVT	32	3.296	2.244	18	1.548	1.239	295	250
Alentejo	22	2.036	1.527	12	921	737	99	85
Algarve	4	323	242	2	123	100	42	36
TOTAL	144	11.778	8.606	83	5.735	4.625	957	814

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado), é de 101%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Os PA apoiados correspondem à criação de 37 "Serviços de gestão", 139 "Serviços de aconselhamento técnico" e 4 "Serviços de substituição".

O número de serviços de gestão representa 74% da meta prevista para o período de Programação.

Em termos de despesa pública contratada, esta representa 109% da meta do Programa, o que continua a traduzir um apoio médio superior ao esperado tal como já se verificava em anos anteriores.

Quadro 280: Ação 4.3.2 – Indicadores de realização

Un: mil euros

	Nº serviços de gestão		Despesa pública		FEADER	
	Contratado	Pago	Contratado	Pago	Contratado	Pago
	37	37	11.778	9.585	8.606	7.902
Meta *	50	50	10.793	10.793	8.847	8.847
% da meta	74%	74%	109%	89%	97%	89%

Quanto à percentagem de empresas abrangidas por serviços agrorurais verificou-se que com 74% da meta do número de "Serviços de gestão" contratados se atinge 48% da meta do número de empresas abrangidas por esse serviço.

Quadro 281: Ação 4.3.2 – Indicadores específicos de resultado

Un: mil euros

	Nº de empresas abrangidas pelos serviços agrorurais	
	Contratado	Pago
	14.696	14.696
Explorações agrícolas, Recenseamento 2009	304.000	304.000
% de explorações	5%	5%
Meta	10%	10%
% da meta	48%	48%

2.2.3 Subprograma 2 – Gestão sustentável do espaço rural

A gestão das medidas/Ações 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, 2.2.1 “Alteração dos modos de produção agrícola”, 2.2.2 “Proteção da biodiversidade doméstica”, 2.2.4 “Conservação do solo” e 2.4 “intervenções territoriais integradas – Pagamentos agro e silvo ambientais” são da responsabilidade do IFAP.

Por esta razão, estes pontos do Relatório foram elaborados tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

2.2.3.1 Medida 2.1 – Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas

A medida de apoio à manutenção da atividade agrícola envolve duas situações distintas, a de “zonas de montanha” e a de “outras zonas desfavorecidas”, correspondendo, respetivamente, aos códigos de medida da Comissão 211 e 212.

Estas medidas comunitárias correspondem à medida ProDeR 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, que compreende as Ações 2.1.1 “Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura” e 2.1.2 “Manutenção da atividade agrícola em Rede Natura”. Assim, cada uma das medidas da COM engloba as duas Ações ProDeR.

A medida ProDeR 2.1 está associada ao Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC)⁹ sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas pelo IFAP¹⁰.

⁹ Estabelecido nos termos do Regulamento (CE) n.º 796/2004, da Comissão, de 21 de abril e de acordo com o determinado pelo Regulamento (CE) número 1975/2006, da Comissão, de 7 de dezembro, que estabelece o regime de execução do FEADER.

¹⁰ Nos termos do protocolo, e de acordo com a articulação funcional estabelecida por via desse documento, cabe ao IFAP: a receção dos PA, sua análise, controlo, proposta de decisão e execução (com exceção das autorizações de despesa). Cumpre à AG a decisão e a autorização de despesa, bem como a divulgação de normas técnicas relativas às Ações, elaboração de normas de procedimentos para aplicação às atividades do seu âmbito e a monitorização dos indicadores do Quadro Comum de Acompanhamento e outros.

1. *Enquadramento regulamentar*

- Artigo 36º alínea a) i), ii); Artigo 37º e Artigo 50º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.2.1.1 e 5.3.2.1.2 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 211 e 212;
- Portaria nº 229-A/2008, de 6 de março, com a nova redação dada pela Portaria nº 1479/2008 de 18 de setembro e pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria nº 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria nº 370/2012 de 9 de novembro.

2. *Objetivos da Medida*

A presente medida, através das 2 Ações que a compõem, tem por objetivo assegurar a manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas, através da atribuição de uma compensação aos agricultores pelas desvantagens inerentes à produção agrícola nas zonas de montanha e restantes zonas desfavorecidas.

3. *Implementação da Medida*

A gestão da medida 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas” é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do Relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. *Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio*

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU é da competência do Conselho Diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria nº 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2014 decorreu entre 02 de Fevereiro e 15 de Maio de 2014.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição do número e áreas das candidaturas com pedidos de pagamento determinados para apoio no PU 2014, por tipo de zona desfavorecida.

Em 2014, foram determinadas para apoio 109.456 candidaturas ou seja menos 3.287 candidaturas do que em 2013. Relativamente à área candidata, a maioria (62%) continuou a situar-se em zona de montanha.

Quadro 282: Medida 2.1 – Candidaturas determinadas para apoio no PU 2014 (por Ação)

Medida 2.1 - Manutenção da actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
Nº candidaturas	76.677	15.240	13.672	3.867	109.456
	70%	14%	12%	4%	100%
Área candidatada (ha)	418.597	238.920	101.710	74.456	833.682
	50%	29%	12%	9%	100%
Apoio previsto (mil euros)	78.932	12.293	17.177	3.519	111.921
	71%	11%	15%	3%	100%

Em termos de número de candidaturas, áreas candidatas e montantes envolvidos, verifica-se uma relativa estabilidade nas candidaturas apresentadas nos diferentes períodos, conforme se pode constatar no quadro seguinte.

Quadro 283: Medida 2.1 – Candidaturas determinadas para apoio (por Ação e ano candidatura)

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	79.180	15.035	11.457	3.721	109.393
2008	75.760	14.872	11.682	3.874	106.188
2009	79.580	14.273	12.087	3.643	109.583
2010	76.221	14.691	13.885	4.167	108.964
2011	82.228	16.026	10.192	3.787	112.233
2012	82.765	16.080	10.631	4.147	113.623
2013	79.057	15.737	13.935	4.014	112.743
2014	76.677	15.240	13.672	3.867	109.456
Média	78.934	15.244	12.193	3.903	110.273

Quadro 284: Medida 2.1 – Áreas determinadas para apoio (por Ação e ano de candidatura)

Un.: ha

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	422.274	209.597	76.237	58.819	766.927
2008	387.211	219.580	74.295	67.771	748.857
2009	415.807	196.144	81.737	60.242	753.930
2010	399.181	220.901	102.217	67.842	790.141
2011	426.424	227.819	68.762	64.196	787.201
2012	439.644	240.810	70.201	73.312	823.966
2013	414.112	229.795	100.744	72.176	816.828
2014	418.597	238.920	101.710	74.456	833.682
Média	415.406	222.946	84.488	67.352	790.191

Quadro 285: Medida 2.1 – Montante do apoio (por Ação e ano de candidatura)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Acção 2.1.1		Acção 2.1.2		TOTAL
	Zona montanha fora RN	Outras zonas desf. fora RN	Zona montanha em RN	Outras zonas desf. em RN	
2007	77.319	11.458	13.488	3.515	105.780
2008	76.647	11.478	13.559	3.553	105.237
2009	78.304	11.361	18.322	3.733	111.720
2010	76.932	11.410	17.956	3.785	110.083
2011	82.359	12.129	12.134	3.229	109.851
2012	83.818	12.459	12.443	3.571	112.291
2013	79.631	12.202	17.269	3.508	112.610
2014	78.932	12.293	17.177	3.519	111.921
Média	79.243	11.849	15.294	3.552	109.937

b. Execução financeira

Estas duas Ações: a Ação 2.1.1 “Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura” e a Ação 2.1.2 “Manutenção da atividade agrícola em Rede Natura” não tiveram execução em 2014, tendo apenas sido registadas algumas recuperações.

Em termos acumulados, a medida 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas”, totaliza 768.038 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 649.197 mil euros, o que corresponde a 99% da meta financeira prevista para o período de Programação.

Quadro 286: Medida 2.1 – Distribuição regional dos pagamentos (acumulado)

Un: mil euros

Acção ProDeR	Tipo de apoio	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Continente
2.1.1 Manutenção da Actividade Agrícola fora da Rede Natura	Zona de Montanha	411.534	126.920	454	3.260	15.570	557.737
	Restantes Zonas Desfavorecidas	12	20.150	3.171	58.672	26	82.030
	Total da Acção 2.1.1.	411.546	147.070	3.625	61.932	15.595	639.768
2.1.2 Manutenção da Actividade Agrícola em Rede Natura	Zona de Montanha em ITI	39.283	8.753	-	260	1.871	50.167
	Restantes Zonas Desfavorecidas em ITI	-	847	74	10.286	226	11.432
	Zona de Montanha não ITI	26.560	13.050	6	150	4.567	44.334
	Restantes Zonas Desfavorecidas não ITI	-	1.079	127	10.957	-	12.163
	Total da Acção 2.1.2.	65.843	23.729	207	21.653	6.663	118.095
Total da Medida 2.1		477.389	170.799	3.832	83.585	22.258	757.863

Por força da delimitação das zonas desfavorecidas e das regiões de convergência, mantém-se a concentração da execução em regiões de convergência.

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação dos indicadores de realização e de resultado da medida, onde se constata a ultrapassagem das metas estabelecidas no Programa.

Quadro 287: Medida 2.1 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Acção	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações apoiadas em zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	109.284	60.000	182%
	2.1.2 - Em RN	22.931	15.000	153%
Área agrícola apoiada em zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	582.842	350.000	167%
	2.1.2 - Em RN	206.437	150.000	138%
Número de explorações apoiadas em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	24.460	11.000	222%
	2.1.2 - Em RN	9.250	4.000	231%
Área agrícola apoiada em zonas com desvantagens naturais que não as zonas de montanha	2.1.1 - Fora RN	408.823	230.000	178%
	2.1.2 - Em RN	183.210	70.000	262%

Quadro 288: Medida 2.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Ação	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	2.1.2 - Em RN	362.260	220.000	165%
Qualidade da água	2.1.1 - Fora RN	989.534	580.000	171%
	2.1.2 - Em RN	362.260	220.000	165%
Combate às alterações climáticas	2.1.1 - Fora RN	989.534	580.000	171%
	2.1.2 - Em RN	362.260	220.000	165%
Qualidade dos solos	2.1.1 - Fora RN	989.534	580.000	171%
	2.1.2 - Em RN	362.260	220.000	165%
Combate à marginalização e ao abandono da terra	2.1.1 - Fora RN	989.534	580.000	171%
	2.1.2 - Em RN	362.260	220.000	165%

2.2.3.2 Medida 2.2 – Valorização de modos de produção

Esta medida corresponde ao código de medida comunitária CE 214 e engloba as seguintes Ações:

- 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola
- 2.2.2 – Proteção da biodiversidade doméstica
- 2.2.3 – Conservação e melhoramento dos recursos genéticos
- 2.2.4 – Conservação do solo

As Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 encontram-se implementadas no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a gestão e execução destas Ações asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento das Ações em apreço são apresentados no âmbito do Pedido de Apoio agro e silvo ambiental (PAS) e do Pedido Único (PU), respetivamente. A partir da campanha de 2011, inclusivé, a apresentação dos pedidos de apoio passou a ser formalizada conjuntamente com a apresentação do 1º pedido de pagamento no formulário do pedido único.

Com exceção da Ação 2.2.3 os apoios são atribuídos por um período de cinco anos de compromissos devendo ser confirmados anualmente.

Tal como acontece na medida 2.1 “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas” a gestão das Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 é da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do Relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

2.2.3.2.1 Ação 2.2.1 – Alteração de modos de produção agrícola

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) iv) e Artigo 39 do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 214;
- Portaria nº 229-B/2008, de 6 de março (Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4) com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, Portaria número 47/2013 de 4 de fevereiro e Portaria número 137/2013 de 1 de Abril;
- Portaria nº104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria nº 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

A Ação 2.2.1 “Alteração de modos de produção agrícola”, visa a promoção da adoção de formas de exploração das terras agrícolas compatíveis com a proteção e a melhoria do ambiente, da paisagem e dos recursos naturais, bem como a produção de bens agrícolas reconhecidos pela qualidade associada aos serviços ambientais que incorporam - o Modo de Produção Integrada (MPRODI) e o Modo de Produção Biológico (MPB).

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU é da competência do Conselho Diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria nº 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2014 decorreu entre 1 de Fevereiro e 15 de Maio de 2014. No decorrer daquele período verificou-se a apresentação dos seguintes pedidos de pagamento:

- 7º Pedido de pagamento (PP) das candidaturas do período especial de 2007 (PES 2008) com opção de assinalar prolongamento de compromisso para 2014;
- 6º PP das candidaturas efetuadas em 2008 (PAS 2009);
- 5º PP das candidaturas efetuadas em 2009 (PAS 2010);
- 4º PP das candidaturas efetuadas em 2010 (PAS 2011).

Como aconteceu desde o PU 2011, a apresentação de novas candidaturas manteve-se suspensa, tendo sido permitido apenas a apresentação de aumentos de área inferiores a 20 ha de beneficiários já aderentes à Ação.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional do número e áreas das candidaturas com pedidos de pagamento determinados para apoio no PU 2014, por modos de produção.

Quadro 289: Ação 2.2.1 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento determinados para apoio (por modo de produção) - PU 2014

Regiões	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Norte	3.130	40.252	560	10.285	3.690	50.536
Centro	937	20.430	374	14.253	1.311	34.683
LVT	776	27.614	39	4.268	815	31.882
Alentejo	1.191	153.343	397	42.006	1.588	195.349
Algarve	216	3.674	11	365	227	4.039
TOTAL	6.250	245.313	1.381	71.176	7.631	316.489

Analisando os valores do quadro acima, verifica-se uma estabilização na distribuição regional quer ao nível dos pedidos de apoio quer ao nível da área alvo de apoio. Tal como em anos anteriores, confirma-se que a região Norte apresenta o maior número de explorações, com maior expressão no MPRODI (50% do total contra 41% no MPB), contudo a maioria da área alvo de apoio a esta Ação, concentra-se no Alentejo, acumulando, esta região, 63% da área determinada para apoio em produção integrada e 59% em agricultura biológica.

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição, por modos de produção, das candidaturas e áreas com pedidos de pagamento

apresentados no PU 2014 e determinados para apoio, por ano de início de compromisso (2008, 2009, 2010 ou 2011).

Quadro 290: Ação 2.2.1 – Pedidos de pagamento determinados para apoio (por modo de produção e ano de início de apoio) - PU 2014

Ano de início de apoio	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
2008	2.437	52.491	569	26.750	3.006	79.241
2009	1.789	63.912	369	20.478	2.158	84.390
2010	1.121	70.872	190	12.347	1.311	83.218
2011	903	58.038	253	11.601	1.156	69.640
TOTAL	6.250	245.313	1.381	71.176	7.631	316.489

Verifica-se da análise do quadro anterior, que as candidaturas dos sucessivos períodos de candidatura foram reduzindo de número, fruto do natural decréscimo de apresentação de pedidos de apoio/pedidos de pagamento ao longo do tempo. Esta situação conduziu a uma redução de pedidos de pagamento determinados para apoio e respetiva área, tendo-se constatado, no entanto, que a dimensão média da área sob compromisso foi crescendo.

No quadro seguinte, apresenta-se o valor da área média, por candidatura determinada para apoio.

Quadro 291: Ação 2.2.1 – Área média determinada para apoio - ha/candidatura (por região e modo de produção) - PU 2014

Modos de produção	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
MPRODI	12,9	21,8	35,6	128,8	17,0	39,3
MPB	18,4	38,1	109,4	105,8	33,1	51,5
TOTAL	13,7	26,5	39,1	123,0	17,8	41,5
Comparação MPB/ MPRODI	1,4	1,7	3,1	0,8	1,95	1,3

Unid: ha

No que respeita à área média de candidatura por modo de produção, verifica-se à exceção do Alentejo, a mesma continua sempre superior no MPB relativamente ao MPRODI.

A área média sofreu um ligeiro acréscimo, de 2 p.p., face a 2013 (39,6 ha em 2013).

Quadro 292: Ação 2.2.1 – Área determinadas para apoio em 2014 (por grupo de cultura e modo de produção) - PU 2014

Culturas	MPRODÍ		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Culturas Permanentes	93.976	38%	16.990	24%	110.967	35%
Arroz	17.485	7%	1	0%	17.486	6%
Culturas temporárias de regadio	9.914	4%	1.094	2%	11.008	3%
Culturas temporárias de sequeiro	11.162	5%	3.150	4%	14.312	5%
Culturas forrageiras	4.841	2%	1.284	2%	6.124	2%
Culturas hortícolas	1.416	0,6%	365	0,5%	1.782	0,6%
Pastagem permanente	64.581	26%	23.507	33%	88.088	28%
Pastagem permanente biodiversa	41.938	17%	24.784	35%	66.723	21%
TOTAL	245.313	100%	71.176	100%	316.489	100%

A distribuição das áreas apoiadas, por tipo de culturas, mantém-se em 2014 semelhante ao já verificado em anos anteriores, com as “*pastagens permanentes*” e as “*pastagens permanentes biodiversas*” a totalizarem 154.811 ha (vs 156.980 ha em 2013) e 49% da área apoiada. Nas “*culturas permanentes*”, verificou-se novamente um decréscimo em valores absolutos, tendo totalizado 110.967 ha (vs 114.099 ha em 2013), mantendo, no entanto, o seu peso no total das culturas, 35% do total. No MPB, embora com uma ligeira diminuição face a 2013 mantém-se um peso das “*pastagens*” e das “*culturas forrageiras*” superior ao verificado em MPRODÍ (70% no MPB e 45% no MPRODÍ).

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição das culturas, dentro do grupo de “*culturas permanentes*”. No ano de 2014 a “*vinha*” continua a surgir em primeiro lugar com os mesmos 32% do total da área apoiada e os “*frutos secos e olival de sequeiro*”, mantêm-se como a segunda cultura mais importante deste grupo, com sensivelmente o mesmo peso, 30% (33.335 ha) do total da área apoiada.

Quadro 293: Ação 2.2.1 – Área determinada para apoio em 2014 (por tipo de cultura permanente e modo de produção) - PU 2014

Culturas Permanentes	MPRODI		MPB		TOTAL	
	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área	Área (ha)	% Área
Frutos frescos de regadio	15.762	17%	413	2%	16.175	15%
Frutos frescos de sequeiro	1.279	1%	388	2%	1.668	2%
Frutos secos e olival de regadio	21.653	23%	2.412	14%	24.064	22%
Frutos secos e olival de sequeiro	21.018	22%	12.317	72%	33.335	30%
Vinha	34.264	36%	1.460	9%	35.724	32%
TOTAL	93.976	100%	16.990	100%	110.967	100%

Da análise entre os dois modos de produção verifica-se a existência do mesmo cenário que em anos anteriores, ou seja, dentro das culturas permanentes em MPRODI, a “vinha” mantém-se como predominante, mantendo-se a quase totalidade da restante área distribuída de forma equilibrada entre “*frutos frescos de regadio*”, “frutos secos e olival de regadio” e “frutos secos e olival de sequeiro”. O MPB mantém uma distribuição muito diferente da distribuição global do MPRODI com um domínio total dos “frutos secos e olival de sequeiro” (72% contra 22% no MPRODI) seguindo-se os “frutos secos e olival de regadio” (14%).

Os quadros seguintes ilustram a evolução da área e número de candidaturas determinadas para apoio (PU 2008 a PU 2014).

Quadro 294: Ação 2.2.1 – Candidaturas apoiadas (por ano de apoio e modo de produção)

Ano de apoio	Indicador	MPRODI	MPB	TOTAL
Candidaturas apoiadas em 2008	Nº candidaturas apoiadas	3.867	1.005	4.872
	Área total apoiada (ha)	80.413	44.461	124.874
	Área média apoiada (ha)	21	44	26
	Apoio total (Mil euros) ⁽¹⁾	13.815	7.761	21.576
	Apoio médio (Euros)	3.142	6.792	4.429
Candidaturas apoiadas em 2009	Nº candidaturas apoiadas	5.500	1.128	6.628
	Área total apoiada (ha)	141.124	53.208	194.332
	Área média apoiada (ha)	26	47	29
	Apoio total (Mil euros) ⁽¹⁾	24.372	11.293	35.665
	Apoio médio (Euros)	2.921	6.600	5.381
Candidaturas apoiadas em 2010	Nº candidaturas apoiadas	7.007	1.481	8.488
	Área total apoiada (ha)	279.134	113.955	393.089
	Área média apoiada (ha)	40	77	46
	Apoio total (Mil euros) ⁽¹⁾	31.914	13.058	44.971
	Apoio médio (Euros)	4.532	8.774	5.272
Candidaturas apoiadas em 2011	Nº candidaturas apoiadas	6.908	1.653	8.561
	Área total apoiada (ha)	251.341	81.718	333.059
	Área média apoiada (ha)	36	49	39
	Apoio total (Mil euros) ⁽¹⁾	37.350	15.025	52.375
	Apoio médio (Euros)	5.407	9.090	6.118
Candidaturas apoiadas em 2012	Nº candidaturas apoiadas	6.331	1.369	7.700
	Área total apoiada (ha)	239.290	74.790	314.080
	Área média apoiada (ha)	38	55	92
	Apoio total (Mil euros)	32.463	12.062	44.525
	Apoio médio (Euros)	5.128	8.811	5.783
Candidaturas apoiadas em 2013	Nº candidaturas apoiadas	6.692	1.495	8.187
	Área total apoiada (ha)	248.595	76.003	324.598
	Área média apoiada (ha)	37	51	88
	Apoio total (Mil euros)	34.702	12.619	47.322
	Apoio médio (Euros)	5.186	8.441	5.780
Candidaturas apoiadas em 2014	Nº candidaturas apoiadas	6.250	1.381	7.631
	Área total apoiada (ha)	245.313	71.176	316.489
	Área média apoiada (ha)	39	52	91
	Apoio total (Mil euros)	33.699	11.821	45.521
	Apoio médio (Euros)	5.392	8.560	5.965

⁽¹⁾ Valor corrigido

b. Execução financeira

O valor de apoios pagos em 2014 teve a distribuição regional que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 295: Ação 2.2.1 – Valores pagos (por região e modo de produção)

Unid: mil euros

Modos de produção	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
MPRODI	8.056	4.173	6.396	14.350	1.349	34.325
MPB	2.775	2.643	541	6.036	76	12.071
TOTAL	10.831	6.817	6.937	20.386	1.426	46.396

O quadro seguinte mostra a evolução anual dos pagamentos desta Ação.

Quadro 296: Ação 2.2.1 – Valores pagos acumulados (por ano e por região)

Unid: mil euros

Ano de pagamento	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
2008	6.180	3.924	2.393	6.143	337	18.977
2009	6.383	4.407	3.089	8.859	773	23.512
2010	9.873	7.116	6.051	16.862	1.354	41.257
2011	11.476	8.132	6.211	20.278	1.558	47.655
2012	11.404	8.165	7.011	20.869	1.506	48.955
2013	13.478	8.649	7.749	24.395	1.726	55.997
2014	10.831	6.817	6.937	20.386	1.426	46.396
TOTAL	69.627	47.211	39.440	117.791	8.681	282.748

No quadro seguinte, apresenta-se o valor médio pago por candidatura.

Quadro 297: Ação 2.2.1 – Valores médios pagos por candidatura

	Regiões					TOTAL
	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	
Valor médio (euros)	1.222	2.047	3.645	5.389	2.768	2.522
Número de candidaturas	8.867	3.330	1.903	3.783	515	18.398

Em termos financeiros globais, esta Ação teve uma execução acumulada de 282.748 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 238.081 mil euros, correspondendo a 132% da meta global estabelecida para o Programa.

Refira-se, ainda, que a execução desta Ação verifica-se essencialmente em região de convergência, correspondendo os apoios a candidaturas nestas regiões a 97%.

Sendo uma Ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos importa estimar o valor total dos compromissos assumidos. Isso é efetuado no Anexo I para o conjunto dos pagamentos agro e silvoambientais.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No MPB foram apoiados 2.353 agricultores, o que significa que foi executada, até 2014, 98% da meta prevista para o Programa. Em termos de área, a adesão foi de 293.260 ha, representando este valor 82% da meta estabelecida, e revista na reprogramação que aguarda decisão da COM, para o período de programação.

O MPRODI teve uma adesão de 9.654 agricultores, o que corresponde a 71% da meta revista para o período de 2007-2013. Relativamente à área, a adesão foi de 644.390 ha, representando 121% da meta revista. Face à meta estabelecida para o período de programação verifica-se que a dimensão média das explorações é quase o dobro no MPRODI enquanto no MPB é inferior ao esperado. Esta situação decorre da natural evolução da dimensão das explorações agrícolas bem como ao facto de, no atual período de Programação, existir a obrigatoriedade de submeter toda a superfície cultivada com plantas da mesma espécie e, assim como toda a superfície de pastagem permanente numa mesma parcela, ao modo de produção candidato, o que poderá ter conduzido à declaração de um maior número de hectares para apoio.

Quadro 298: Ação 2.2.1 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	MPRODI	9.654	13.600	71%
	MPB	2.353	2.400	98%
	Total 2.2.1	12.007	16.000	75%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	MPRODI	644.390	534.000	121%
	MPB	293.260	356.000	82%
	Total 2.2.1	937.650	890.000	105%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental	MPRODI	647.342	534.000	121%
	MPB	293.921	356.000	83%
	Total 2.2.1	941.262	890.000	106%
Número total de contratos	MPRODI	9.654	13.600	71%
	MPB	2.353	2.400	98%
	Total 2.2.1	12.007	16.300	74%

Quadro 299: Ação 2.2.1 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	MPRODI	644.390	534.000	121%
	MPB	293.260	356.000	82%
	Total 2.2.1	937.650	890.000	105%
Qualidade da água	MPRODI	644.390	534.000	121%
	MPB	293.260	356.000	82%
	Total 2.2.1	937.650	890.000	105%
Combate às alterações climáticas	MPRODI	7.153	97.000	7%
	MPB	293.260	388.000	76%
	Total 2.2.1	300.413	485.000	62%
Qualidade dos solos	MPRODI	644.390	558.000	115%
	MPB	293.260	372.000	79%
	Total 2.2.1	937.650	930.000	101%

2.2.3.2.2 Ação 2.2.2 – Proteção da biodiversidade doméstica

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea a) iv) e Artigo 39º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 214;
- Portaria nº 229-B/2008, de 6 de março (Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4) com a nova redação dada pelas Portarias nº 814/2010 de 27 de agosto, Portaria número 47/2013 de 4 de fevereiro e Portaria número 137/2013 de 1 de Abril;
- Portaria nº 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria nº 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

A Ação 2.2.2 “Proteção da biodiversidade doméstica”, visa garantir a utilização sustentada dos recursos genéticos assegurando, nomeadamente, a Conservação *in situ* das raças ameaçadas e promovendo a sua utilização de forma a minimizar as perdas de variabilidade genética por acumulação de consanguinidade. Pretende também assegurar o fornecimento de material genético aos Bancos Portugueses de Germoplasma Animal, enquanto instrumento essencial dos Programas de Conservação *ex situ*.

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do Conselho Diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria nº 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2014 decorreu entre 1 de Fevereiro e 15 de Maio de 2014.

No decorrer daquele período verificou-se a apresentação dos seguintes pedidos de pagamento:

- 7º Pedido de pagamento (PP) das candidaturas do período especial de 2007 (PES 2008), com opção de assinalar prolongamento de compromisso para 2014;
- 6º PP das candidaturas efetuadas em 2008 (PAS 2009);
- 5º PP das candidaturas efetuadas em 2009 (PAS 2010);
- 4º PP das candidaturas efetuadas em 2010 (PAS 2011).

Como aconteceu desde o PU 2011, a apresentação de novas candidaturas manteve-se suspensa, tendo sido permitido apenas a apresentação de aumentos no número de animais candidatos de beneficiários já aderentes à Ação.

Tal como se pode constatar no quadro seguinte, mantém-se em 2014 a existência de um predomínio de pedidos de pagamento na região Norte, representando 83% (2.802 pedidos determinados para apoio) de um total de 3.379. Em termos de cabeças normais (CN) apoiadas, mantém-se um claro domínio da mesma região, representando 64% de um total de 34.697 CN, continuando a apresentar um peso significativo a região do Alentejo (22%).

Este resultado decorre, tal como já referido em Relatórios anteriores, de uma grande parte das raças autóctones ameaçadas de extinção e respetivos efetivos, se localizarem essencialmente na região Norte.

Quadro 300: Ação 2.2.2 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento determinados para apoio (candidaturas e CN) – PU 2014

Região	Pedidos determinados para Apoio (1)		CN determinadas para apoio	
	Número	%	Número	%
Norte	2.802	83%	22.248	64%
Centro	326	10%	3.276	9%
LVT	29	1%	617	2%
Alentejo	181	5%	7.759	22%
Algarve	41	1%	797	2%
TOTAL	3.379	100%	34.697	100%
Total de explorações apoiadas	3.066			

(1) Contabilização efectuada por raça

As diferenças regionais existentes ao nível da dimensão das explorações agrícolas e pecuárias refletem-se na dimensão média dos efetivos das explorações apoiadas, conforme se evidencia no quadro seguinte, verificando-se claramente que é na região do Alentejo que os efetivos médios são largamente superiores à média nacional.

Quadro 301: Ação 2.2.2 – Número médio de CN determinadas para apoio (por exploração apoiada e região) – PU 2014

Indicador	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL por exploração
Número médio de CN por candidatura apoiada	7,94	10,05	21,28	42,87	19,45	10,27

Analisando a distribuição dos apoios, por espécie ameaçada, verifica-se que o peso dos “bovinos” voltou a diminuir ligeiramente (63% vs 64% em 2013), no que se refere a CN apoiadas e no que se refere igualmente ao número de pedidos determinados para apoio (72% vs. 73% em 2013). Dentro da espécie dos bovinos a raça “barrosã” continuou a ser a mais representativa com cerca de 21% das CN apoiadas, logo seguida da raça “cachena” com cerca de 20%.

Quadro 302: Ação 2.2.2 – Apoios por espécie – PU 2014

Espécie	Pedidos determinados para apoio (1)		CN determinadas para apoio	
	Número	%	Número	%
Bovinos	2.441	72%	21.758	63%
Ovinos	384	11%	7.958	23%
Caprinos	122	4%	2.005	6%
Suínos	49	1%	1.114	3%
Equídeos	348	10%	1.853	5%
Galinhas	35	1%	9	0%
TOTAL	3.379	100%	34.697	100%
Total de explorações apoiadas	3.066			

(1) Contabilização efectuada por raça

Apresenta-se de seguida a distribuição dos PA e CN determinadas para apoio do PU 2014, por raça ameaçada e segundo o ano de apresentação do PA.

Dos pedidos de pagamento apresentados em 2014, 56% são referentes a confirmações de pedidos de apoio com início no primeiro ano da operacionalização da Ação, ou seja da campanha de 2008, 24% no 2º ano (2009), 14% no 3º ano (2010) e apenas 7% no 4.º ano (2011).

Quadro 303: Ação 2.2.2 – Distribuição dos pedidos de pagamento determinados para apoio (por espécie e raça e por ano de PA) - PU 2014

Espécie/Raça	Pedidos de Pagamento determinados					CN determinadas para apoio					
	Relativos a candidaturas PES 2008	Relativos a candidaturas PAS 2009	Relativos a candidaturas PAS 2010	Relativos a candidaturas PAS 2011	Total de pedidos em 2014	Relativas a candidaturas PES 2008	Relativas a candidaturas PAS 2009	Relativas a candidaturas PAS 2010	Relativas a candidaturas PAS 2011	Total de pedidos em 2014	
Bovinos	Algarvia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Garvonesa/Chamusca	3	1	1	1	6	146	98	31	17	291
	Jarmelista	5	3	1	1	10	66	25	4	5	100
	Cachena	132	43	29	36	240	2.171	694	768	675	4.308
	Marinhosa	78	23	8	10	119	337	120	38	54	549
	Arouquesa	282	89	63	18	452	1.427	564	274	119	2.383
	Maronesa	278	62	36	12	388	1.681	663	259	111	2.713
	Mirandesa	89	39	22	5	155	1.776	779	222	43	2.820
	Preta	6	9	3	1	19	451	658	247	38	1.394
	Minhota	264	206	82	35	587	1.312	889	362	105	2.669
	Barrosã	322	83	41	19	465	3.447	674	304	105	4.530
	Subtotal	1.459	558	286	138	2.441	12.814	5.164	2.508	1.272	21.758
	Ovinos	Churra Algarvia	10	3	3	0	16	198	43	38	0
Churra Badana		7	4	5	2	18	146	71	85	60	362
Churra do Campo		1	0	0	1	2	8	0	0	6	15
Churra do Minho		18	7	3	5	33	183	45	43	185	456
Mondegueira		8	2	6	0	16	173	29	77	0	279
Bordaleira Entre Douro		44	41	25	4	114	206	224	138	17	585
Campaniça		7	3	2	0	12	586	202	47	0	834
Churra Galega Mirandes		14	14	5	3	36	295	254	91	32	672
Merina da Beira Baixa		12	6	4	1	23	466	112	68	2	649
Saloia		2	2	2	0	6	166	112	46	0	323
Churra Galega Bragança		35	16	4	2	57	783	301	67	17	1.169
Merina Branca		2	2	14	1	19	38	110	731	146	1.025
Merino Preto		13	9	6	4	32	585	417	124	184	1.309
Subtotal	173	109	79	23	384	3.833	1.921	1.555	649	7.958	
Caprinos	Algarvia	16	2	5	3	26	238	35	56	17	346
	Serpentina	6	4	1	3	14	210	130	21	71	432
	Charnequeira	9	6	2	1	18	161	103	31	5	300
	Bravia	46	5	1	2	54	729	95	12	21	857
	Preta de Montesinho	4	1	4	1	10	39	1	16	13	69
	Subtotal	81	18	13	10	122	1.378	365	137	126	2.005
Suínos	Malhado de Alcobça	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
	Bisara	3	7	7	6	23	24	155	202	103	483
	Alentejana	9	5	6	6	26	380	71	71	109	631
	Subtotal	12	12	13	12	49	404	226	273	211	1.114
Equídeos	Sorraia	0	1	1	0	2	0	1	60	0	61
	Burro de Miranda	57	50	37	17	161	140	169	57	28	394
	Garrana	90	34	17	17	158	760	191	76	50	1.077
	Lusitana	9	10	5	3	27	102	137	20	62	321
	Subtotal	156	95	60	37	348	1.002	498	213	140	1.853
Galinhas	Amarela	10	2	2	0	14	2	0	0	0	3
	Pedrês Portuguesa	6	3	2	2	13	1	0	0	3	5
	Preta Lusitânica	5	1	2	0	8	0	0	0	0	1
	Subtotal	21	6	6	2	35	4	1	1	3	9
Total Pedidos Pagamento/CN		1.902	798	457	222	3.379	19.434	8.174	4.687	2.401	34.697
Total de Explorações						3.066					

b. Execução financeira

O valor dos apoios pagos, em 2014, foi de 4.978 mil euros de despesa pública com 4.231 mil euros de comparticipação FEADER. Em termos acumulados já foram pagos 30.400 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 25.713 mil euros de FEADER, o que corresponde a 107% da meta global estabelecida para o Programa.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos pagamentos desta Ação.

Quadro 304: Ação 2.2.2 – Distribuição regional dos pagamentos

Un.: mil euros

Regiões	Pago no ano		Total Pago	
	Desp.Publica	FEADER	Desp.Publica	%
Norte	3.396	2.886	19.837	65%
Centro	439	372	3.314	11%
LVT	50	44	547	2%
Alentejo	917	779	5.740	19%
Algarve	177	151	962	3%
TOTAL	4.978	4.231	30.401	100%

Sendo uma Ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos estimou-se o valor desses compromissos o que é apresentado no Anexo I.

Refira-se, ainda, que a execução desta Ação se verifica, essencialmente, em região de convergência, correspondendo os apoios a candidaturas nestas regiões a 97%.

4. *Indicadores de acompanhamento do Programa*

Nos quadros seguintes apresenta-se a situação relativa aos indicadores de realização e de resultado.

Quadro 305: Ação 2.2.2 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	7.272	8.750	83%
CN sob apoio agro-ambiental	46.116	45.000	102%
Número total de contratos	7.272	8.750	83%

Quadro 306: Ação 2.2.2 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) ou CN em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Execução acumulada	Meta CN	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	46.116	40.000	115%

Assim, em termos de número de candidaturas já se atingiu 83% da meta estabelecida para o ProDeR e 102% em termos de efetivo pecuário apoiado.

Continua a verificar-se que o efetivo pecuário médio das explorações apoiadas é substancialmente superior ao que se estimava (com base no que sucedeu no quadro de referência anterior) quando se estabeleceram as metas do ProDeR, o que parece indicar uma tendência para a concentração destas raças num número mais reduzido de explorações.

2.2.3.2.3 Ação 2.2.3 Conservação e melhoramento de recursos genéticos / Subações 2.2.3.1 e 2.2.3.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36.º, alínea a) iv); Artigo 39 (5) º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 28º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 214;
- Portaria nº 1268/2009 de 16 de outubro, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto e com a Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto (Subação 2.2.3.1);
- Portaria nº 618/2008, de 14 de julho, Declaração de Retificação nº 43/2008 e Portaria nº 1305/2008, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 1049/2010, de 11 de outubro (Subação 2.2.3.2), pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto (Subação 2.2.3.1).

2. Objetivos das Subações

Subação 2.2.3.1:

- Conservar a variabilidade genética, com valor, atual ou futuro, para a agricultura;
- Sempre que possível promover a evolução para a utilização económica de variedades locais;
- Valorizar os conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos vegetais.

Subação 2.2.3.2:

- Assegurar a continuidade do melhoramento dos recursos genéticos animais (Raças Autóctones, Exóticas e da Raça Bovina Frísia),

permitindo a seleção, e disponibilização aos criadores, dos melhores animais reprodutores;

- Promover o funcionamento regular dos Livros Genealógicos e Registos Zootécnicos;
- Assegurar os trabalhos de caracterização das raças abrangidas;
- Promover a avaliação genética como objetivo final dos Programas de melhoramento.

3. Implementação da Ação

No âmbito desta Ação será apresentada a análise das subações 2.2.3.1 "Componente vegetal" e 2.2.3.2 "Componente animal".

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Subação 2.2.3.1:

A Subação 2.2.3.1 "Componente vegetal", teve um único concurso aberto em 2010, pelo que se mantém a informação divulgada em Relatórios anteriores, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 307: Subação 2.2.3.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	5.318	0	0	31	5.944
TOTAL	5.318	-	-	31	5.944

Subação 2.2.3.2:

As regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem

integralmente comprometidas desde fevereiro de 2013, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Foram assim, consideradas 56 candidaturas válidas, em 2014.

Quadro 308: Subação 2.2.3.2 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.:mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	44.796	0	0	51	34.016
Segundo		0	0	2	860
Terceiro		0	0	51	23.690
Quarto		56	12.848	56	12.848
TOTAL	44.796	56	12.848	160	71.415

b. Análise e decisão das candidaturas

Subação 2.2.3.1:

No ano de 2014 não se registaram alterações face ao já relatado em 2013.

Quadro 309: Subação 2.2.3.1 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	31	5.944	31	5.944	11	2.235	20	3.652	20	3.652	2.549	1.971
TOTAL	31	5.944	31	5.944	11	2.235	20	3.652	20	3.652	2.549	1.971

Em termos acumulados, mantêm-se contratados 20 PA, num total de 2.549 mil euros de despesa pública e com 1.971 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 2.126 mil euros.

A distribuição regional dos PA contratados mantêm-se igual à já reportada em Relatório anterior e é a que se apresenta em seguida.

Quadro 310: Subação 2.2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	4	745	493	393
Centro	3	296	162	123
LVT	5	907	639	464
Alentejo	7	1.484	1.102	868
Algarve	1	220	153	122
TOTAL	20	3.652	2.549	1.971

Subação 2.2.3.2:

Nesta Subação foram também apresentados pedidos de alteração ao investimento que conduziram à libertação de cerca de 188 mil euros, conforme se poderá constatar no quadro seguinte:

Quadro 311: Subação 2.2.3.2 – PA entrados, analisados e contratados (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	51	34.016	51	34.016	0	0	51	33.129	51	33.129	26.622	20.706
Segundo	2	860	2	860	0	0	2	860	2	860	783	509
Terceiro	51	23.690	51	23.690	0	0	51	23.465	51	23.465	19.029	14.942
Quarto	56	12.848	56	12.848	0	0	56	12.848	54	12.611	10.230	8.151
TOTAL	160	71.415	160	71.415	0	0	160	70.301	158	70.064	56.664	44.308

A distribuição regional dos PA contratados é a que se apresenta no quadro seguinte, onde se mantém a distribuição já apresentada anteriormente.

Quadro 312: Subação 2.2.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Regiões	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	63	33.864	27.637	22.110
Centro	24	11.632	8.688	6.951
LVT	29	11.510	8.336	5.646
Alentejo	36	12.077	11.022	8.818
Algarve	6	980	980	784
TOTAL	158	70.064	56.664	44.308

Em termos acumulados, encontram-se contratados 158 PA num total de 56.664 mil euros de despesa pública, representando 44.308 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 47.332 mil euros.

c. Execução financeira

Subação 2.2.3.1:

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados era de 1.295 mil euros de despesa pública e 1.061 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 313: Subação 2.2.3.1 – Distribuição regional dos montantes pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Regiões	Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	4	272	226
Centro	3	45	36
LVT	5	255	201
Alentejo	7	627	518
Algarve	1	96	80
TOTAL	20	1.295	1.061

Em termos globais, a Subação alcançou uma taxa de execução de 24% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de 54% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Subação 2.2.3.2:

Nesta Subação, no ano de 2014, foi pago o montante de 5.088 mil euros de despesa pública com 4.325 mil euros de participação FEADER. No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos pagamentos efetuados em cada ano.

Quadro 314: Subação 2.2.3.2 – Distribuição anual dos montantes pagos (acumulados)

Un.: mil euros

Período de pagamento	Total pago	
	Desp. pública	FEADER
2008	8.976	8.976
2009	6.557	5.009
2010	5.872	4.514
2011	6.589	5.140
2012	6.081	5.170
2013	6.024	5.120
2014	5.088	4.325
TOTAL	45.187	38.254

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Subação era de 45.187 mil euros de despesa pública e 38.294 mil euros de participação FEADER.

Quadro 315: Subação 2.2.3.2 – Distribuição regional dos montantes pagos (acumulados)

Un.: mil euros

Regiões	Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	42	22.494	19.468
Centro	17	7.292	6.262
LVT	18	6.759	5.116
Alentejo	22	7.828	6.727
Algarve	5	815	681
TOTAL	104	45.187	38.254

Em termos globais, a Subação alcançou uma taxa de execução de 101% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de 86% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. **Projetos encerrados**

Subação 2.2.3.1:

Nesta Subação não se registaram encerramentos de PA.

Subação 2.2.3.2:

No final de 2014, encontravam-se encerrados 104 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizou 4.058 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 316: Subação 2.2.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	63	27.637	22.110	42	21.044	17.200	1.652	1.404
Centro	24	8.688	6.951	17	6.485	5.289	378	321
LVT	29	8.336	5.646	18	6.552	4.689	909	773
Alentejo	36	11.022	8.818	22	7.539	6.180	1.012	861
Algarve	6	980	784	5	756	620	108	91
TOTAL	158	56.664	44.308	104	42.376	33.978	4.058	3.450

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado), é de 110%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Esta Ação atingiu 63% da meta de número de candidaturas com um apoio contratado que representa 109% da meta. O apoio pago na Ação 2.2.3, até ao final de 2014, permitiu atingir 93% da meta para o Programa.

Quadro 317: Ação 2.2.3 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

	Contratado					Pago				
	Nº de cabeças normais	Nº de candidaturas	Nº de explor. ou outras formas de gestão apoiadas	Valor do apoio (mil euros)	Valor do fundo (mil euros)	Nº de cabeças normais	Nº de candidaturas	Nº de explor. ou outras formas de gestão apoiadas	Valor do apoio (mil euros)	Valor do fundo (mil euros)
	194.979	158	47	59.213	46.277	194.979	104	45	46.482	39.315
Metas	240.000	250	50	50.114	42.400	240.000	250	50	50.114	42.400
% da meta	81%	63%	94%	118%	109%	81%	42%	90%	93%	93%

2.2.3.2.4 Ação 2.2.4 – Conservação do solo

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) iv) e Artigo 39 do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.1.4;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 214;
- Portaria nº 229-B/2008, de 6 de março (Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4) com a nova redação dada pelas Portarias nº 814/2010 de 27 de agosto, Portaria número 47/2013 de 4 de fevereiro e Portaria número 137/2013 de 1 de Abril;
- Portaria nº 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria nº 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

A Ação 2.2.4 - Conservação do Solo, visa apoiar as práticas de sementeira direta e mobilização na linha, em áreas de rotação da unidade de produção, reconhecida pelo seu contributo para a Conservação do solo.

3. Implementação da Ação

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

A decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria nº 86/2011, de 25 de Fevereiro. Em 2014 decorreu entre 1 de Fevereiro e 15 de Maio de 2014.

A Ação 2.2.4 – “Conservação do Solo”, resultou da autonomização do «compromisso complementar da sementeira direta ou mobilização da linha» da Ação 2.2.1 – Alteração dos Modos de Produção Agrícola. Esta autonomização foi decidida por se considerar que existia um número

considerável de potenciais beneficiários interessados na realização da sementeira direta ou mobilização da linha mas que considerariam excessivas as exigências inerentes aos modos de produção.

Os beneficiários, do “compromisso complementar da sementeira direta ou mobilização da linha” da Ação 2.2.1, que se candidataram no PES e no PAS 2009 e que receberam apoios em 2008 e 2009 transitaram automaticamente para a Ação 2.2.4 tendo sido dada a possibilidade de reiniciarem a contagem do período de 5 anos de compromisso a partir do pedido de pagamento de 2010.

Como aconteceu desde o PU 2011, a apresentação de novas candidaturas manteve-se suspensa, tendo sido permitido apenas a apresentação de aumentos de área inferior a 20 ha alvo de apoio de beneficiários já aderentes à Ação.

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição regional do número e da área dos pedidos de pagamentos determinados para apoio. Relativamente a 2014, mantem-se o número de pedidos de pagamento determinados de apoio (142), acompanhado de uma ligeira diminuição de área apoiada (10.915 ha vs. 11.739 ha em 2013). Em termos de número de pedidos de pagamento, verifica-se uma concentração na região do Alentejo, representando 89% com um total de 142 pedidos. Em termos de área determinada para apoio, esta região representa 90% num total de 9.817 ha. As regiões do Algarve e do Centro não apresentaram pedidos de pagamento em 2014.

Quadro 318: Ação 2.2.4 – Distribuição regional dos pedidos de pagamento e áreas determinadas para apoio – PU 2014

Regiões	Pedidos determinados para Apoio		Áreas determinadas para apoio	
	Número	%	Área (ha)	%
Norte	1	1%	30	0,28%
Centro	-	-	-	-
Lisboa	15	11%	1.068	10%
Alentejo	126	89%	9.817	90%
Algarve	-	-	-	-
TOTAL	142	100%	10.915	100%

Analisando o tipo de culturas determinadas para apoio, em 2014, continuam a predominar as “culturas temporárias de sequeiro” que mantiveram a sua posição representando 71% do total da área, com 7.714 ha, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 319: Ação 2.2.4 – Áreas determinadas para apoio em 2014 (por grupo de cultura) - PU 2014

Culturas	TOTAL	
	Área (ha)	% Área
Culturas temporárias de regadio	3.200	29%
Culturas temporárias de sequeiro	7.714	71%
TOTAL	10.915	100%

b. Execução financeira

O valor acumulado de despesa pública paga nesta Ação é de 3.424 mil euros a que corresponde uma comparticipação FEADER de 2.850 mil euros.

Considerando a execução financeira do compromisso complementar “sementeira direta ou mobilização na linha” que está incluído na execução financeira global da Ação 2.2.1, para os anos de 2008 e 2009, podemos analisar a distribuição por ano de execução no quadro seguinte.

Quadro 320: Ação 2.2.4 – Montantes pagos (por ano)

Ano de Pagamento	Despesa Pública (mil euros)
2008 *	122
2009 *	340
2010	475
2011	644
2012	863
2013	791
2014	652
TOTAL	3.886

* Incluído na ação 2.2.1

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 55% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Sendo uma Ação plurianual com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos estimou-se o valor desses compromissos, o que é apresentado no Anexo I.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores de realização verifica-se que, após a revisão das metas, as áreas apoiadas atingiram 97% da meta para um número de explorações apoiadas de 100%.

Quadro 321: Ação 2.2.4 – Indicadores de realização

Indicador de realização	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	199	200	100%
Área física (ha) sob apoio agro-ambiental	24.267	25.000	97%
Número total de contratos	199	200	100%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Nota: Os valores do Quadro 0.214(1) na linha 6. Ações para Conservação dos solos inclui não só a ação 2.2.4 mas também o apoio à Sementeira Directa no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas, que incluem 31 explorações e 1 556 hectares apoiados

Quadro 322: Ação 2.2.4 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado	Execução acumulada (ha)	Meta	% de cumprimento da meta
Combate às alterações climáticas	24.267	40.000	61%
Qualidade dos solos	24.267	40.000	61%

2.2.3.3 Ação 2.3.1 – Minimização de riscos / Subações 2.3.1.1 e 2.3.1.2

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) vi) e Artigo 48º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 30º e Artigo 33º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.6;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 226;
- Portaria nº 1137-C/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

Melhorar e contribuir para a estabilidade da floresta e sua resistência aos agentes abióticos e bióticos nocivos.

3. Implementação da Ação

À semelhança dos Relatórios anteriores, no âmbito desta Ação será apresentada a análise das subações 2.3.1.1 “Defesa da floresta contra incêndios” e 2.3.1.2 “Minimização de riscos bióticos após incêndios”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras ações, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do Regulamento (EU) Nº 1310/2013, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 139 candidaturas válidas da Subação 2.3.1.1, em 2014. Tal como noutras Ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

Quadro 323: Ação 2.3.1 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso por Subação (no ano e acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Subação	Orçamento ProDeR	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.3.1.1	36.471	0	0	123	11.767
Segundo			0	0	165	13.598
Em contínuo-2011			0	0	38	11.608
Em contínuo-2012			0	0	203	25.962
Em contínuo-2013			0	0	60	4.325
Em contínuo-2014			139	15.168	139	15.168
Primeiro	2.3.1.2		0	0	5	303
Segundo			0	0	3	330
TOTAL			139	15.168	736	83.061

A distribuição regional dos PA manteve-se face ao já verificado anteriormente, com um reforço da predominância da região Centro na Subação 2.3.1.1, com 62% das candidaturas e 60% do investimento previsto, e da região Norte e Centro na Subação 2.3.1.2.

Quadro 324: Ação 2.3.1 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Regiões	Subação 2.3.1.1				Subação 2.3.1.2			
	PA		Invest. proposto		PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
Norte	148	20%	15.104	18%	3	38%	225	35%
Centro	454	62%	49.818	60%	3	38%	124	20%
LVT	67	9%	10.523	13%	1	13%	185	29%
Alentejo	26	4%	3.405	4%	1	13%	100	16%
Algarve	33	5%	3.577	4%	0	0%	0	0%
TOTAL	728	100%	82.427	100%	8	100%	634	100%

Em termos de tipologia dos beneficiários, confirma-se a tendência já indicada desde 2011 em que, na Subação 2.3.1.1, cerca de metade são "organismos de administração local" tendo ainda um peso significativo as "entidades gestoras de baldios" e as "entidades gestoras de ZIF". Na Subação 2.3.1.2 também se mantém a tipologia de "Organismos da administração local" como a mais representativa, com 38% dos PA entrados e 57% do total do investimento.

Quadro 325: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA por tipo de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	PA entrados							
	Subação 2.3.1.1				Subação 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investimento	% do total	Nº	% do total	Investimento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	126	17%	36.003	44%	0	0%	0	0%
Entidade gestoras de baldio	145	20%	10.004	12%	2	25%	146	23%
Associação produtores florestais	6	1%	712	1%	0	0%	0	0%
Cooperativa produtores florestais	1	0,1%	169	0%	0	0%	0	0%
Organismos da administração central	26	4%	3.575	4%	2	25%	72	11%
Organismos da administração local	388	53%	29.664	36%	3	38%	364	57%
Produtor florestal	36	5%	2.300	3%	1	13%	52	8%
TOTAL	728	100%	82.427	100%	8	100%	634	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 foram analisadas e decididas 139 candidaturas e contratados 93 PA. Em termos acumulados, já foram objeto de contratação 564 PA, conforme quadros que se apresentam em seguida.

Quadro 326: Ação 2.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Esp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.1.1	0	0	0	0	0	0	0	0	5	154	115	92
Segundo		0	0	0	0	0	0	0	0	3	213	178	110
Em contínuo-2011		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em contínuo-2012		0	0	0	0	0	0	0	0	2	355	269	215
Em contínuo-2013		0	0	0	0	0	0	0	0	1	174	47	38
Em contínuo-2014	139	15.168	139	15.168	36	4.018	103	11.150	82	7.842	6.527	5.221	
Primeiro	2.3.1.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		139	15.168	139	15.168	36	4.018	103	11.150	93	8.738	7.136	5.676

Quadro 327: Ação 2.3.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.1.1	123	11.767	123	11.767	53	4.675	70	6.814	70	6.814	4.637	3.709
Segundo		165	13.598	165	13.598	38	3.201	127	9.955	127	9.955	7.661	6.091
Em contínuo-2011		38	11.608	38	11.608	8	1.240	30	10.343	30	10.343	8.499	6.789
Em contínuo-2012		203	25.962	203	25.962	10	1.543	193	24.375	193	24.375	20.523	16.289
Em contínuo-2013		60	4.325	60	4.325	2	105	58	4.220	58	4.220	3.563	2.850
Em contínuo-2014		139	15.168	139	15.168	36	4.018	103	11.150	82	7.842	6.527	5.221
Primeiro	2.3.1.2	5	303	5	303	4	203	1	96	1	96	63	50
Segundo		3	330	3	330	0	0	3	251	3	251	204	144
TOTAL		736	83.061	736	83.061	151	14.986	585	67.203	564	63.895	51.676	41.146

Na distribuição regional dos PA contratados, a região Centro, no caso da Subação 2.3.1.1, reforçou novamente a sua predominância com 61% dos PA contratados e com 59% do investimento (vs. 58% em 2013). Apresentam-se de seguida os quadros com a distribuição regional acumulada, por Subação.

Quadro 328: Ação 2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Regiões	Subação 2.3.1.1				Subação 2.3.1.2			
	Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	104	10.257	7.407	5.925	2	143	129	103
Centro	341	37.742	32.022	25.615	0	0	0	0
LVT	64	10.238	8.023	6.245	1	107	75	41
Alentejo	23	2.250	1.638	1.310	1	96	63	50
Algarve	28	3.062	2.320	1.856	0	0	0	0
TOTAL	560	63.549	51.410	40.951	4	346	266	194

Quanto à tipologia dos beneficiários e em termos de PA contratados reforçou-se o predomínio, na Subação 2.3.1.1, da tipologia "organismos de administração local" (58%) mas em termos de investimento, as "entidades gestoras de ZIF" mantêm o seu peso, com 46% do investimento total. Na outra Subação continuam 4 PA contratados, dos quais 2 são da tipologia

“entidades gestoras de baldios” e 2 da tipologia “organismos da administração local”.

Quadro 329: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA contratados por tipo de beneficiário (acumulado)

Un.: mil euros

Beneficiários	PA contratados							
	Subação 2.3.1.1				Subação 2.3.1.2			
	Nº	% do total	Investimento	% do total	Nº	% do total	Investimento	% do total
Entidades gestoras de ZIF	92	16%	29.217	46%				
Entidade gestoras de baldio	97	17%	5.938	9%	2	50%	143	41%
Associações de produtores florestais	2	0%	158	0,2%				
Organismos da Administração Central	23	4%	3.052	5%				
Organismos da Administração Local	325	58%	24.409	38%	2	50%	203	59%
Produtores florestais	21	4%	775	1%				
TOTAL	560	100%	63.549	100%	4	100%	346	100%

Analisando os PA contratados pela tipologia de investimentos, verifica-se que, no caso da Subação 2.3.1.1, a tipologia “mosaicos de parcelas de gestão combustível” mantém o seu predomínio com 47% (do total de investimento). Ainda nesta Subação a tipologia “rede primária de faixas de gestão combustível” que continua a representar o maior número de PA aumentou o seu peso em termos de investimento (40% vs. 38% em 2013). Na Subação 2.3.1.2 mantém-se uma única tipologia de investimento, “controlo de invasoras lenhosas”, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 330: Ação 2.3.1 – Distribuição dos PA contratados por tipo de investimento (acumulado)

Tipologias de investimento	Subação 2.3.1.1			Subação 2.3.1.2		
	Nº PA	Investimento		Nº PA	Investimento	
		Mil euros	% do total		Mil euros	% do total
Mosaicos de parcelas de gestão combustível	135	29.840	47%			
Rede primária de faixas de gestão combustível	275	25.319	40%			
Construção de pontos de água	100	4.743	7%			
Beneficiação de pontos de água	24	880	1%			
Rede secundária de faixas de gestão combustível	26	2.767	4%			
Controlo de invasoras lenhosas				4	346	100%
TOTAL	560	63.549	100%	4	346	100%

Em termos acumulados, nas duas subações, foram contratados 564 PA, num total de 51.676 mil euros de despesa pública, representando 41.146 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 43.798 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o Programado) de 142%.

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados era, no final de 2014, de 31.598 mil euros de despesa pública e 26.732 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a que se apresenta no quadro seguinte:

Quadro 331: Ação 2.3.1 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	106	10.400	7.535	6.028	58	4.506	3.804
Centro	341	37.742	32.022	25.615	253	19.557	16.580
LVT	65	10.345	8.098	6.286	50	4.601	3.880
Alentejo	24	2.346	1.701	1.360	19	1.080	910
Algarve	28	3.062	2.320	1.856	25	1.854	1.558
TOTAL	564	63.895	51.676	41.146	405	31.598	26.732

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 87% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado), mais 30 pontos percentuais do que em 2013, e de 61% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 306 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizou 970 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 332: Ação 2.3.1 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	106	7.535	6.028	56	2.381	2.006	135	115
Centro	341	32.021	25.617	178	8.816	7.452	489	416
LVT	65	8.098	6.286	33	1.516	1.267	139	118
Alentejo	24	1.701	1.360	18	536	450	32	27
Algarve	28	2.320	1.856	21	1.340	1.123	174	148
TOTAL	564	51.675	41.148	306	14.590	12.299	970	824

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado) passou para 139%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

A área florestal apoiada passou a ser superior à prevista (179% da meta face a 142% do apoio contratado). Quanto ao tipo de intervenção, a maioria dos PA contratados, para a Subação 2.3.1.1, até ao final de 2014 diziam respeito a "infraestruturas". Relativamente ao tipo de Ação, os PA contratados referem-se, maioritariamente ao tipo "prevenção de incêndios" (99%).

Quadro 333: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de intervenção (contratado)

Tipos de intervenções	Tipos de proprietários	Nº PA	Área floresta beneficiada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa pública (mil euros)
Infraestruturas	Municípios	377	61.796	27.836	22.030
	Outros	134	45.534	33.470	27.759
	Proprietários privados	49	5.305	2.243	1.621
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios	2	62	203	138
	Outros	1	49	43	39
	Proprietários privados	1	61	100	90
TOTAL		564	112.808	63.895	51.676
	Meta	500	75.000	50.000	36.471
	% da meta	113%	150%	128%	142%

Quadro 334: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de intervenção (pago)

Tipos de intervenções	Tipos de proprietários	Nº PA	Área floresta beneficiada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa pública ⁽¹⁾ (mil euros)
Infraestruturas	Municípios	266	49.471	18.558	9.965
	Outros	101	29.148	25.572	10.133
	Proprietários privados	34	1.222	1.249	684
Outros reinvestimentos em espaços florestais	Municípios	2	62	203	120
	Outros	1	49	43	39
	Proprietários privados	1	61	100	44
TOTAL		405	80.014	45.725	20.985
	Meta	500	75.000	50.000	36.471
	% da meta	81%	107%	91%	58%

(1) Não inclui valores em recuperação, por desistência de PA

Quadro 335: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de Ação (contratado)

Tipos de ações	Tipos de proprietários	Nº PA	Área floresta beneficiada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa pública (mil euros)
Prevenção-incêndios	Municípios	377	61.796	27.836	22.030
	Outros	134	45.534	33.470	27.759
	Proprietários privados	49	5.305	2.243	1.621
Prevenção-catástrofes naturais	Municípios	2	62	203	138
	Outros	1	49	43	39
	Proprietários privados	1	61	100	90
TOTAL		564	112.808	63.895	51.676

Quadro 336: Ação 2.3.1 – Indicadores de realização por tipo de Ação (pago)

Tipos de ações	Tipos de proprietários	Nº PA	Área floresta beneficiada (ha)	Investimento proposto (mil euros)	Despesa pública ⁽¹⁾ (mil euros)
Prevenção-incêndios	Municípios	266	49.471	18.558	9.965
	Outros	101	29.148	25.572	10.133
	Proprietários privados	34	1.222	1.249	684
Prevenção-catástrofes naturais	Municípios	2	62	203	120
	Outros	1	49	43	39
	Proprietários privados	1	61	100	44
TOTAL		405	80.014	45.725	20.985

(1) Não inclui valores em recuperação, por desistência de PA

Quanto à área apoiada, que contribui para a qualidade da água, para o combate às alterações climáticas e para a qualidade dos solos, verifica-se que se atingiu 162% da meta para o Programa com 142% da despesa pública prevista.

Quadro 337: Ação 2.3.1 – Indicadores de resultado

Indicadores de resultado	Área apoiada (ha)		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade	112.808	80.014	+	(cumprido)	(cumprido)
Qualidade da água	112.808	80.014	75.000	150%	107%
Combate às alterações climáticas	112.808	80.014	75.000	150%	107%
Qualidade dos solos	112.808	80.014	75.000	150%	107%
Combate à marginalização das terras	112.808	80.014	+	(cumprido)	(cumprido)

2.2.3.4 Ação 2.3.2 – Ordenamento e recuperação de povoamentos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) i), ii), iii), vi); Artigo 43º; Artigo 44º; Artigo 45º e Artigo 48º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 30º; Artigo 31º; Artigo 32º e Artigo 33º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.1, 5.3.2.2.2, 5.3.2.2.3 e 5.3.2.2.6;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 221, 222, 223 e 226;
- Portaria nº 1137-B/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria nº 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos da Ação

- Restabelecer o potencial de produção silvícola, das áreas afetadas pela ocorrência de incêndios e de agentes bióticos nocivos, incluindo a recuperação e reabilitação dos povoamentos, dos ecossistemas e das comunidades/habitats, e ainda a Conservação do solo e da água (reabilitação imediata pós-incêndio);
- Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- Aumentar e diversificar a oferta de produtos florestais de qualidade: madeiras nobres, cortiça e outros produtos não lenhosos;
- Reordenar, reconverter e relocalizar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade;
- Introduzir adequadas medidas de prevenção associadas aos povoamentos, ao nível da rede de infraestruturas a recuperar ou a instalar.

3. Implementação da Ação

A Ação 2.3.2 compreende duas subações: a Subação 2.3.2.1 – “Recuperação do potencial produtivo” e a Subação 2.3.2.2 – “Instalação de sistemas florestais e agroflorestais”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras acções, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) nº 1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do Regulamento (EU) nº 1310/2013, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de “PA sem dotação” pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de overbooking.

Foram assim, consideradas 137 candidaturas válidas, em 2014. Tal como noutras Ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

Quadro 338: Ação 2.3.2 - Candidaturas válidas apresentadas a concurso (por Subação)

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas		
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	
Primeiro	2.3.2.1	30.528	10.000	0	0	24	3.033	
Segundo			7.000	0	0	23	3.134	
Terceiro (Estabilização de emergência)			600	0	0	10	154	
Quarto (Estabilização de emergência)			6.000	0	0	38	5.066	
Quinto (em contínuo, 2011)				0	0	9	1.490	
Quinto (em contínuo, 2012)				0	0	31	3.368	
Quinto (em contínuo, 2013)				0	0	16	5.960	
Quinto (em contínuo, 2013)				17	3.919	17	3.919	
Sétimo (Estabilização de emergência)				4.000	0	0	21	5.148
Oitavo (Estabilização de emergência)					0	0	29	3.230
Nono (Estabilização de emergência)					0	0	29	4.589
Primeiro	2.3.2.2		9.000	0	0	118	8.468	
Segundo			6.000	0	0	112	6.999	
Sexto (em contínuo, 2011)				0	0	68	30.528	
Sexto (em contínuo, 2012)				0	0	226	10.079	
Sexto (em contínuo, 2013)				0	0	85	2.640	
Sexto (em contínuo, 2014)				120	7.228	120	7.228	
TOTAL				137	11.146	976	105.036	

Nota: Nos 1º e 2º concursos existem 8 PA com investimento em simultâneo nas duas Subações.

A distribuição regional dos PA mantém-se com a região do Centro a ser a predominante, em termos de investimento, seguida da região do Algarve, facto que se deve ao âmbito regional dos concursos desta Ação. Na Subação 2.3.2.2 a região do Alentejo continua a ocupar o primeiro lugar com mais de metade do investimento total.

Apresenta-se de seguida o quadro com a distribuição regional dos PA.

Quadro 339: Ação 2.3.2 – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Regiões	Subação 2.3.2.1				Subação 2.3.2.2			
	PA		Investimento proposto		PA		Investimento proposto	
	Nº	%	Mil euros	%	Nº	%	Mil euros	%
Norte	75	30%	8.182	21%	152	21%	13.555	21%
Centro	79	32%	11.521	29%	189	26%	12.512	19%
LVT	33	13%	3.102	8%	78	11%	1.831	3%
Alentejo	25	10%	6.238	16%	278	38%	36.755	56%
Algarve	35	14%	10.049	26%	32	4%	1.290	2%
TOTAL	247	100%	39.092	100%	729	100%	65.943	100%

Quanto à tipologia de promotor verificou-se que os “*Produtores florestais*” passaram a ser os mais representativos com 34% do total de PA da Subação 2.3.2.1, quando em 2013 os mais representativos eram os “*organismos da administração local*”, que agora se encontram como a segunda tipologia mais importante. As “*entidades gestoras de baldio*” são a terceira tipologia mais representativa.

Quadro 340: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA da Subação 2.3.2.1 (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	PA		Investimento	
	Nº	% do total	Mil euros	% do total
Entidades gestoras de ZIF	33	13%	5.318	14%
Entidades gestoras de baldio	48	19%	6.183	16%
Organismos da Administração Central	5	2%	1.855	5%
Organismos da Administração Local	76	31%	9.732	25%
Cooperativas de produtores florestais	0	0%	0	0%
Associações de produtores florestais	1	0,4%	18	0,05%
Produtores florestais	84	34%	15.986	41%
TOTAL	247	100%	39.092	100%

Na Subação 2.3.2.2 a tipologia de “*produtores florestais*” continua a ser a mais representativa, com 83% e 81%, respetivamente de número de PA e de investimento apresentado.

Quadro 341: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA Subação 2.3.2.2 (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	PA		Investimento	
	Nº	% do total	Mil euros	% do total
Entidades gestoras de ZIF	76	10%	6.210	9%
Entidades gestoras de baldio	37	5%	5.256	8%
Organismos da Administração Local	8	1%	715	1%
Cooperativas de produtores florestais	2	0,3%	74	0,1%
Associações de produtores florestais	1	0,1%	4	0,01%
Produtores florestais	605	83%	53.684	81%
TOTAL	729	100%	65.943	100%

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 foram analisadas 167 candidaturas, das quais 87% foram aprovadas. Cerca de 18% do total de candidaturas contratadas foram objeto de contratação no ano de 2014, representando 13.022 mil euros de despesa pública com uma participação FEADER de 10.408 mil euros.

Quadro 342: Ação 2.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un.: mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.2.2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Segundo	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.2.2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Terceiro (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quarto (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quinto (em contínuo, 2011)	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quinto (em contínuo, 2012)	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quinto (em contínuo, 2013)	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quinto (em contínuo, 2014)	2.3.2.1	17	3.919	17	3.919	3	349	14	3.569	13	2.192	1.407	1.116
Sexto (em contínuo, 2011)	2.3.2.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sexto (em contínuo, 2012)	2.3.2.2	0	0	1	13	0	0	1	13	2	51	195	156
Sexto (em contínuo, 2013)	2.3.2.2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	8	10	8
Sexto (em contínuo, 2014)	2.3.2.2	120	7.228	120	7.228	15	2.654	105	4.138	96	3.971	8.948	7.158
Sétimo (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oitavo (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nono (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	0	0	29	4.589	4	258	25	4.332	24	4.122	2.461	1.969
TOTAL		137	11.146	167	15.748	22	3.261	145	12.052	139	10.342	13.022	10.408

Nota: Nos 1º e 2º concursos existem PA com investimento em simultâneo nas duas Subações.

Em termos acumulados encontram-se contratadas 790 candidaturas, *i.e.*, 99% das candidaturas aprovadas, conforme se vê no quadro seguinte.

Quadro 343: Ação 2.3.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.2.1	24	3.033	24	3.033	2	577	22	2.104	22	2.104	1.323	1.045
	2.3.2.2	118	8.468	118	8.468	73	5.909	45	2.526	45	2.526	3.779	2.726
Segundo	2.3.2.1	23	3.134	23	3.134	9	820	14	2.287	14	2.287	1.280	1.021
	2.3.2.2	112	6.999	112	6.999	35	2.303	77	4.654	77	4.654	6.054	4.576
Terceiro (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	10	154	10	154	0	0	10	154	10	154	59	47
Quarto (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	38	5.066	38	5.066	3	17	35	4.921	35	4.921	2.710	2.168
Quinto (em contínuo, 2011)	2.3.2.1	9	1.490	9	1.490	1	198	8	1.292	8	1.292	1.066	853
Quinto (em contínuo, 2012)	2.3.2.1	31	3.368	31	3.368	1	52	30	3.512	30	3.512	2.596	2.077
Quinto (em contínuo, 2013)	2.3.2.1	16	5.960	16	5.960	0	0	16	5.975	16	5.975	3.929	3.143
Quinto (em contínuo, 2014)	2.3.2.1	17	3.919	17	3.919	3	349	14	3.569	13	2.192	1.407	1.116
Sexto (em contínuo, 2011)	2.3.2.2	68	30.528	68	30.528	8	10.763	60	2.693	60	2.693	6.216	4.414
Sexto (em contínuo, 2012)	2.3.2.2	226	10.079	226	10.079	12	701	214	8.793	214	8.793	20.374	15.213
Sexto (em contínuo, 2013)	2.3.2.2	85	2.640	85	2.640	5	186	80	2.390	80	2.390	5.860	4.571
Sexto (em contínuo, 2014)	2.3.2.2	120	7.228	120	7.228	15	2.654	105	4.138	96	3.971	8.948	7.158
Sétimo (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	21	5.148	21	5.148	4	24	17	5.130	17	5.130	1.930	1.544
Oitavo (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	29	3.230	29	3.230	0	0	29	3.230	29	3.230	1.571	1.256
Nono (Estabilização de emergência)	2.3.2.1	29	4.589	29	4.589	4	258	25	4.332	24	4.122	2.461	1.969
TOTAL		976	105.036	976	105.036	175	24.811	801	61.700	790	59.945	71.566	54.898

Nota: Nos 1º e 2º concursos existem PA com investimento em simultâneo nas duas Subações.

Em termos acumulados, foram contratados 790 PA, num total de 71.566 mil euros de despesa pública, com 54.898 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 60.739 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o Programado) de 235%.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados por Subação, verifica-se:

- Relativamente à Subação 2.3.2.1 “Recuperação do potencial produtivo” - os PA contratados concentram-se na região do Norte e do Centro, representando ambas cerca de 61% do total de PA. Em termos de investimento, o Centro continua a destacar-se, representando 30% do investimento imediatamente seguido pelo Algarve que representa 29% do total de investimento.
- Relativamente à Subação 2.3.2.2 “Instalação de sistemas florestais e agroflorestais” – o Alentejo mantém-se como região predominante, com 44% dos PA e 52% do investimento.

Quadro 344: Ação 2.3.2 - Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Regiões	Subação 2.3.2.1				Subação 2.3.2.2			
	Total contratado				Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	61	6.928	4.554	3.641	132	4.492	6.246	4.116
Centro	72	10.453	5.737	4.589	93	5.348	10.892	8.081
LVT	33	2.754	1.939	1.528	72	1.402	3.469	2.440
Alentejo	21	4.738	3.474	2.780	250	12.914	29.675	23.316
Algarve	31	10.045	4.629	3.703	25	871	951	704
TOTAL	218	34.918	20.333	16.241	572	25.027	51.232	38.657

Nota: Existem PA com investimento em simultâneo nas duas Subações.

Analisando, em termos acumulados, na tipologia de promotores não se verificam alterações significativas, em termos de percentagens, relativamente a 2013. A tipologia mais representativa em 2014, em termos de número de PA, para a Subação 2.3.2.1 é a de “produtores florestais” quer em termos de número de PA, com 31% dos PA, quer em termos de investimento, com 38%. A tipologia “organismos da administração local” surge em segundo lugar, em termos de investimento, com 26% do investimento.

Na Subação 2.3.2.2 “Instalação de sistemas florestais e agroflorestais” os “produtores florestais” continuam a ser a tipologia mais representativa em termos de PA e de investimento, representando 92% dos PA e 86% do investimento.

Quadro 345: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA contratados (por tipologia de beneficiário)

Beneficiários	Subação 2.3.2.1				Subação 2.3.2.2			
	PA		Investimento		PA		Investimento	
	Nº	% do total	Mil euros	% do total	Nº	% do total	Mil euros	% do total
Entidades gestoras de ZIF	33	15%	5.280	15%	8	1%	408	2%
Entidades gestoras de baldio	43	20%	5.474	16%	31	5%	2.916	12%
Organismos da Administração Central	5	2%	1.855	5%	0	0%	0	0%
Organismos da Administração Local	69	32%	8.978	26%	5	1%	223	1%
Cooperativas de produtores florestais	0	0%	0	0%	1	0,2%	40	0,2%
Associação de produtores florestais	1	0,5%	18	0,1%	0	0%	0	0%
Produtores florestais	67	31%	13.312	38%	527	92%	21.439	86%
TOTAL	218	100%	34.918	100%	572	100%	25.027	100%

Se analisarmos os PA contratados, por tipologia de investimentos, verifica-se, na Subação 2.3.2.1 a tipologia predominante continua a ser a “estabilização de emergência após incêndio” com 52% e 50% do número de PA e do investimento, respetivamente, enquanto, na Subação 2.3.2.2, mantém-se a tipologia “florestação de terras agrícolas” a mais representativa.

Quadro 346: Ação 2.3.2 - Distribuição dos PA contratados (por Subação e tipologia de investimento)

Un.:mil euros

Tipologias de investimento	Subação 2.3.2.1			Subação 2.3.2.2		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Estabilização de emergência após incêndio	115	17.556	8.731			
Reflorestação	46	4.319	2.825			
Reabilitação de habitats florestais	31	9.221	6.607			
Reabilitação de povoamentos	31	3.822	2.171			
Instalação sistemas agroflorestais				4	248	123
Florestação de terras agrícolas abandonadas				63	1.455	1.956
Florestação de terras agrícolas				413	16.714	44.061
Florestação de espaços florestais				92	6.610	5.092
TOTAL	223	34.918	20.333	572	25.027	51.232

Nota: Existem PA com investimento em simultâneo nas duas Subações.

Em termos de espécies previstas nos PA contratados na Subação 2.3.2.1, verifica-se que o “Sobreiro” é a espécie mais representativa com 30% da área total contratada. O “pinheiro bravo” continua a ser a segunda espécie mais representativa, com 24% da área total contratada.

Em termos regionais, o Norte continua a ser a região dominante seguida do Alentejo, representando ambas 60% da área total.

Quadro 347: Ação 2.3.2 - Distribuição das áreas contratadas à Subação 2.3.2.1 (por espécie e DRAP)

Espécies	Regiões (em ha)					TOTAL
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
Azinhreira	0	79	0	13	0	92
Carvalho-negral	56	742	0	33	0	830
Castanha	3	18	8	7	0	36
Cupressus	0	86	59	0	0	144
Medronheiro	2	0	0	28	29	59
Outras folhosas	27	46	5	7	75	160
Outras quercíneas	80	12	19	0	0	110
Outras resinosas	21	171	0	0	0	192
Pinheiro bravo	2.609	181	231	326	0	3.347
Pinheiro manso	0	18	341	525	52	936
Sobreiro	12	76	1.127	1.784	1.473	4.472
Outras espécies	2.776	1.060	93	145	12	4.086
TOTAL	5.586	2.488	1.882	2.868	1.641	14.465

Efetuada a mesma análise para os PA contratados na Subação 2.3.2.2, verifica-se que o “sobreiro” continua a ser a espécie mais representativa (43%) e a região do Alentejo a que tem mais área apoiada (54%).

Quadro 348: Ação 2.3.2 - Distribuição das áreas contratadas à Subação 2.3.2.2 (por espécie e DRAP)

Espécies	Regiões (em ha)					TOTAL
	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	
Alfarrobeira	0	0	0	43	12	55
Azinhreira	0	178	0	774	0	952
Bétula	40	11	0	0	0	51
Carvalho-negral	116	78	0	11	0	205
Castanha	395	61	0	1	0	458
Freixo	37	42	5	70	0	155
Nogueira	34	0	8	25	0	67
Outras folhosas	50	10	10	5	0	75
Outras quercíneas	398	141	19	0	0	559
Outras resinosas	91	66	11	0	0	168
Pinheiro bravo	1.189	295	26	263	0	1.773
Pinheiro manso	54	50	779	3.128	320	4.331
Pseudotsuga	147	32	0	0	0	180
Sobreiro	335	1.950	376	4.291	115	7.066
Outras espécies	3	5	26	146	21	200
TOTAL	2.890	2.919	1.262	8.756	468	16.295

No que se refere ao tipo de apoio contratado, mantém-se o predomínio da “prevenção de catástrofes naturais/restabelecimento” (Ação 2321), em termos de investimento, com 58% do investimento total e 49% da despesa pública com exclusão de prémios.

Apresenta-se, em seguida, a distribuição dos PA contratados pelas medidas COM a que dizem respeito.

Quadro 349: Ação 2.3.2 – PA contratados por tipo de apoio (acumulado)

Tipos de apoios	PA		Investimento		Despesa pública (excluindo prémios)		Despesa pública (prémios)		FEADER	
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%	Mil euros	%
<u>Med. COM 221</u> Primeira florestação em terra agrícola	415	52%	16.714	28%	14.600	35%	29.461	98%	33.021	60%
<u>Med. COM 222</u> Sistemas agro-florestais em terra agrícola	5	1%	248	0,4%	123	0%	0	0%	98	0,2%
<u>Med. COM 223</u> Primeira florestação em terra não agrícola	156	20%	8.065	13%	6.397	15%	651	2%	5.538	10%
<u>Med. COM 226</u> Prevenção catástrofes naturais/restabelecimento	217	27%	34.918	58%	20.333	49%	0	0%	16.241	30%
TOTAL	793	100%	59.945	100%	41.453	100%	30.113	100%	54.898	100%

c. Execução financeira

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados era de 29.202 mil euros de despesa pública e 24.729 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 350: Ação 2.3.2 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	193	11.420	10.800	7.757	153	6.882	5.840
Centro	165	15.800	16.629	12.670	125	6.910	5.845
LVT	98	4.156	5.408	3.968	88	2.435	2.056
Alentejo	270	17.652	33.150	26.096	223	9.968	8.437
Algarve	56	10.916	5.580	4.407	46	3.007	2.551
TOTAL	782	59.945	71.566	54.898	634	29.202	24.729

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 96% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de 41% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 469 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizou 968 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 351: Ação 2.3.2 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	193	10.800	7.757	109	4.482	3.801	95	81
Centro	165	16.629	12.670	99	5.420	4.580	484	411
LVT	98	5.408	3.968	70	1.919	1.620	290	247
Alentejo	270	33.150	26.096	167	6.816	5.758	51	43
Algarve	56	5.580	4.407	24	536	451	48	41
TOTAL	782	71.566	54.898	469	19.173	16.210	968	823

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado), é de 232%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores financeiros e de realização desta Ação verifica-se que para a componente da primeira florestação de terras agrícolas (Med.221 da COM) e da primeira florestação de terras não agrícolas (Med.223 da COM) o apoio por ha de terra florestada e por beneficiário continua a ser superior ao previsto.

Quadro 352: Ação 2.3.2 – Indicadores Financeiros

Med. COM	Despesa publica		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratada	Paga		Contratada	Paga
221	44.192	11.541	16.428	269%	70%
222	123	121	145	85%	84%
223	7.048	4.694	3.309	213%	142%
226	20.333	12.846	10.647	191%	121%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 353: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (beneficiários)

Med. COM	Nº beneficiários apoiados		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratados	Pagos		Contratados	Pagos
221	365	310	320	114%	97%
222	4	5	5	84%	104%
223	128	106	110	116%	96%
226	136	108	-	-	-

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 354: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (ha)

Med. COM	Área apoiada (ha)		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratada	Paga		Contratada	Paga
221	11.601	9.596	10.000	116%	96%
222	221	221	200	111%	111%
223	4.494	3.977	5.000	90%	80%
226	19.614	9.235	-	-	-

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 355: Ação 2.3.2 – Indicadores de realização (investimento)

Med. COM	Investimento		Meta	% de cumprimento da meta	
	Contratado	Pago		Contratado	Pago
226	34.918	25.548	35.000	100%	73%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Em termos de indicadores de resultado, verifica-se que o valor máximo da taxa de cumprimento, para o “combate às alterações climáticas” e à “qualidade dos solos”, no que diz respeito à área contratada, é de 116%, na medida 221 da Comissão.

Quadro 356: Ação 2.3.2 – Indicadores de resultado

Indicadores de resultado	Med COM	Área apoiada (ha)		Meta *	% de cumprimento da meta	
		Contratada	Paga		Contratada	Paga
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas de elevado valor natural	221	11.601	9.596	+	Cumprido	Cumprido
	222	221	221	+	Cumprido	Cumprido
	223	4.494	3.977	+	Cumprido	Cumprido
	226	19.614	9.235	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade da água	221	11.601	9.596	10.000	116%	96%
	222	221	221	200	111%	111%
	223	4.494	3.977	5.000	90%	80%
	226	19.614	9.235	+	Cumprido	Cumprido
Combate às alterações climáticas	221	11.601	9.596	10.000	116%	96%
	222	221	221	200	111%	111%
	223	4.494	3.977	5.000	90%	80%
	226	19.614	9.235	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade dos solos	221	11.601	9.596	10.000	116%	96%
	222	221	221	200	111%	111%
	223	4.494	3.977	5.000	90%	80%
	226	19.614	9.235	+	Cumprido	Cumprido
Combate à marginalização das terras	222	221	221	+	Cumprido	Cumprido
	223	4.494	3.977	+	Cumprido	Cumprido
	226	19.614	9.235	+	Cumprido	Cumprido

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

2.2.3.5 Ação 2.3.3 – Valorização ambiental dos espaços florestais

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 36º alínea b) vii) e Artigo 49º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 29º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.2.2.7;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 227;
- Portaria nº 1137-D/2008, de 9 de outubro com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2. Objetivos da Ação

- Aumentar o caráter público das florestas, promovendo a oferta de bens e serviços, sem retorno económico, proporcionados pelos ecossistemas florestais, maximizando quer as suas funções ambientais, protetoras do solo e da água e contributivas para a biodiversidade, quer as suas funções sociais, de lazer e de fruição pelas populações;
- Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas, melhorar a biodiversidade, minimizar os efeitos da erosão dos solos e proteger os recursos hídricos;
- Reordenar, reconverter e relocalizar espécies das sub-fileiras florestais, visando o aumento da sua produtividade.

3. Implementação da Ação

À semelhança dos Relatórios anteriores, no âmbito desta Ação será apresentada a análise das subações 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”; 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais” e 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos”.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras acções, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) Nº1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do Regulamento (UE) nº 1310/2013, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 424 candidaturas válidas, em 2014. Tal como noutras Ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

Em termos acumulados foram rececionadas 1.934 candidaturas válidas. Em alguns concursos verificou-se uma diminuição do número de candidaturas válidas devido a desistências e validações de candidaturas.

Quadro 357: Ação 2.3.3 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso por Subação

Un.:mil euros

Concursos	Subação	Orçamento ProDeR *	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas				
				Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total			
Primeiro	2.3.3.1	94.186	6.000	0	0	59	3.716			
	2.3.3.2		6.000	0	0	7	807			
	2.3.3.3		7.000	0	0	33	5.869			
Segundo	2.3.3.1		4.000	0	0	126	6.831			
	2.3.3.2		2.000	0	0	13	1.222			
	2.3.3.3		10.000	0	0	91	14.351			
Terceiro	2.3.3.1		94.186	Em contínuo	0	0	127	6.080		
	2.3.3.2				0	0	4	1.149		
	2.3.3.3				0	0	113	24.444		
Quarto	2.3.3.1				Em contínuo	0	0	277	14.669	
	2.3.3.2					0	0	8	1.129	
	2.3.3.3					0	0	440	86.478	
	Em contínuo 2013					2.3.3.1	0	0	103	6.453
						2.3.3.2	0	0	1	31
						2.3.3.3	0	0	108	20.376
	Em contínuo 2014	2.3.3.1				205	12.803	205	12.803	
		2.3.3.2				3	179	3	179	
		2.3.3.3				216	32.944	216	32.944	
TOTAL					35.000	424	45.926	1.934	239.530	

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Nos quadros seguintes apresenta-se a distribuição geográfica de cada uma das subações. A distribuição regional dos PA da Ação 2.3.3 – “Valorização ambiental dos espaços florestais” é muito distinta de Subação para Subação.

Na Subação 2.3.3.1 “Promoção do valor ambiental dos espaços florestais”, os PA e o investimento continuam a concentrar-se, tendo mesmo reforçado o seu peso face a 2013, na região Centro.

Quadro 358: Ação 2.3.3 - Distribuição regional dos PA da Subação 2.3.3.1

Regiões	PA		Investimento		Invest. médio
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros
Norte	164	18%	8.906	18%	54
Centro	548	61%	33.318	66%	61
LVT	99	11%	4.274	8%	43
Alentejo	76	8%	3.441	7%	45
Algarve	10	1%	613	1%	61
TOTAL	897	100%	50.552	100%	56

Na Subação 2.3.3.2 “Reconversão de povoamentos com fins ambientais”, a situação não sofreu alterações significativas, face a Relatórios de anos anteriores, continuando o Norte a ter o maior investimento médio (240 mil euros), o Centro o maior número de PA (31%) e o Alentejo maior percentagem de investimento (44%).

Quadro 359: Ação 2.3.3 – Distribuição regional dos PA da Subação 2.3.3.2

Regiões	PA		Investimento		Invest. médio
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros
Norte	2	6%	273	6%	137
Centro	11	31%	742	16%	67
LVT	9	25%	1.339	30%	149
Alentejo	11	31%	1.996	44%	181
Algarve	3	8%	166	4%	55
TOTAL	36	100%	4.516	100%	125

Quanto à Subação 2.3.3.3 “Proteção contra agentes bióticos nocivos”, a região do Alentejo continua a reforçar a sua posição de liderança apresentando agora 74% dos PA entrados e 70% do investimento. Em termos de investimento médio, a região Centro, apesar de ter diminuído, mantém-se destacada das restantes com 335 mil euros (vs. 434 mil euros em 2013).

Quadro 360: Ação 2.3.3 – Distribuição regional dos PA da Subação 2.3.3.3

Regiões	PA		Investimento		Invest. médio
	Nº	%	Mil euros	%	Mil euros
Norte	33	3%	4.533	2%	137
Centro	69	7%	23.148	13%	335
LVT	144	14%	24.486	13%	170
Alentejo	741	74%	129.339	70%	175
Algarve	14	1%	2.957	2%	211
TOTAL	1.001	100%	184.462	100%	184

No quadro seguinte, apresenta-se a distribuição por tipologia de beneficiário e por Subação.

Quadro 361: Ação 2.3.3 – Distribuição dos PA entrados por tipologia de beneficiário (acumulado)

Beneficiários	Subação 2.3.3.1		Subação 2.3.3.2		Subação 2.3.3.3	
	Nº PA	% do total	Nº PA	% do total	Nº PA	% do total
Associação de produtores florestais	6	1%	0	0%	18	2%
Entidade gestoras de baldio	37	4%	0	0%	11	1%
Entidades gestoras de ZIF	18	2%	6	17%	64	6%
Entidades participadas pelo Estado	1	0%	1	3%	3	0,3%
Organismos da Administração Central	25	3%	1	3%	11	1%
Organismos da Administração Local	529	59%	4	11%	12	1%
Produtores florestais	279	31%	24	67%	880	88%
Cooperativa de produtores florestais	2	0,2%	0	0%	2	0,2%
TOTAL	897	100%	36	100%	1001	100%

Na Subação 2.3.3.1 "Promoção do valor ambiental dos espaços florestais", a tipologia, de beneficiários, "*organismos da administração local*" reforçou a sua posição de liderança passando a representar 59% dos PA apresentados (vs. 54% em 2013) e 63% do investimento apresentado (vs. 56% em 2013), seguindo-se "*produtores florestais*" com 31% e 24% respetivamente, do número de PA e do investimento apresentado. Estas duas tipologias representam, no seu conjunto, a quase totalidade dos PA e do investimento entrado nesta Subação, cerca 90% do total de PA e 87% do total de investimento. Em termos do investimento médio, o valor mais elevado mantém-se na tipologia "*entidades gestoras de ZIF*", com 123 mil euros.

Na Subação 2.3.3.2 "Reconversão de povoamentos com fins ambientais" mantém-se uma adesão muito baixa, sendo a tipologia dominante a do "*produtor florestal*", com 67% do total de PA, 62% do investimento total. Em 2014, o maior valor médio de investimento, 650 mil euros mantém-se na tipologia de "*entidades participadas pelo Estado*".

Na Subação 2.3.3.3 "Proteção contra agentes bióticos nocivos", os "*produtores florestais*" também correspondem à tipologia, de beneficiários, mais representativa, com 88% dos PA apresentados e 78% do investimento, seguindo-se as "*entidades gestoras de ZIF*" e as "*Associações de produtores florestais*".

Quadro 362: Ação 2.3.3 – Distribuição do investimento por tipologia de beneficiário (acumulado)

Un.:mil euros

Beneficiários	Subação 2.3.3.1			Subação 2.3.3.2			Subação 2.3.3.3		
	Investi-mento	% do total	Invest. Médio	Investi-mento	% do total	Invest. Médio	Investi-mento	% do total	Invest. Médio
Associação de produtores florestais	517	1%	86	0	0%	0	3.627	2%	202
Entidade gestoras de baldio	2.474	5%	67	0	0%	0	2.403	1%	218
Entidades gestoras de ZIF	2.206	4%	123	324	7%	54	29.796	16%	466
Entidades participadas pelo Estado	58	0%	0	650	14%	650	1.369	1%	456
Organismos da Administração Central	1.414	3%	57	287	6%	287	1.540	1%	140
Organismos da Administração Local	31.819	63%	60	469	10%	117	1.331	1%	111
Produtores florestais	11.970	24%	43	2.786	62%	116	144.250	78%	164
Cooperativa de produtores florestais	93	0,2%	47	0	0%	0	146	0,1%	73
TOTAL	50.552	100%	56	4.516	100%	125	184.462	100%	184

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 foram analisadas 424 candidaturas, das quais 386 (91%) foram aprovadas. Do universo das aprovadas, 354 foram objeto de contratação, conforme quadro seguinte.

Quadro 363: Ação 2.3.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un.:mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.3.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	2.3.3.1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	248	210	168
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceiro	2.3.3.1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	118	118	95
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quarto (Em contínuo 2012)	2.3.3.1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	34	34	27
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2.3.3.3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	320	223	179
Quarto (Em contínuo 2013)	2.3.3.1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	117	60	48
	2.3.3.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Quarto (Em contínuo 2014)	2.3.3.1	205	12.803	205	12.803	27	1.256	178	11.547	156	9.931	7.540	6.002
	2.3.3.2	3	179	3	179	0	0	3	179	3	179	95	76
TOTAL	2.3.3.3	216	32.944	216	6.999	11	2.852	205	30.092	178	25.651	16.758	13.372
	TOTAL	424	45.926	424	19.981	38	4.108	386	41.818	354	37.529	25.961	20.703

Quadro 364: Ação 2.3.3 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Subação	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
		Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
						Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2.3.3.1	59	3.716	59	3.716	29	2.020	30	1.624	30	1.624	1.343	1.053
	2.3.3.2	7	807	7	807	5	624	2	155	2	155	77	61
	2.3.3.3	33	5.869	33	5.869	12	2.072	21	3.714	21	3.714	2.666	2.051
Segundo	2.3.3.1	126	6.831	126	6.831	36	1.909	90	4.481	90	4.481	4.134	3.307
	2.3.3.2	13	1.222	13	1.222	7	329	6	888	6	888	466	372
	2.3.3.3	91	14.351	91	14.351	13	2.417	78	11.833	78	11.833	8.836	7.062
Terceiro	2.3.3.1	127	6.080	127	6.080	70	3.468	57	2.612	57	2.612	2.365	1.888
	2.3.3.2	4	1.149	4	1.149	0	0	4	1.041	4	1.041	704	469
	2.3.3.3	113	24.444	113	24.444	2	2.902	111	21.115	111	21.115	14.649	11.550
Quarto (em contínuo 2012)	2.3.3.1	277	14.669	277	14.669	26	998	251	13.574	250	13.550	11.421	9.099
	2.3.3.2	8	1.129	8	1.129	1	75	7	1.053	7	1.053	593	474
	2.3.3.3	440	86.478	440	86.478	13	886	427	85.486	427	85.487	56.974	44.966
Quarto (em contínuo 2013)	2.3.3.1	103	6.453	103	6.453	5	537	98	5.925	98	5.925	4.954	3.960
	2.3.3.2	1	31	1	31	0	0	1	31	1	31	12	10
	2.3.3.3	108	20.376	108	20.376	2	189	106	20.188	106	20.188	14.387	11.490
Quarto (em contínuo 2014)	2.3.3.1	205	12.803	205	12.803	27	1.256	178	11.547	156	9.931	7.540	6.002
	2.3.3.2	3	179	3	179	0	0	3	179	3	179	95	76
	2.3.3.3	216	32.944	216	32.944	11	2.852	205	30.092	178	25.651	16.758	13.372
TOTAL	TOTAL	1.934	239.530	1.934	239.530	259	22.534	1.675	215.538	1.625	209.457	147.973	117.262

A distribuição regional dos PA contratados por Subação mantém-se idêntica à relatada em Relatórios anteriores, com a predominância da região Centro na Subação 2.3.3.1 e da região Alentejo nas Subações 2.3.3.2 e 2.3.3.3, conforme se pode verificar no quadro que se segue.

Quadro 365: Ação 2.3.3 - Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Regiões	Total contratado											
	Subação 2.3.3.1				Subação 2.3.3.2				Subação 2.3.3.3			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	46	2.672	1.886	1.509	0	0	0	0	22	1.895	1.149	920
Centro	491	29.234	24.823	19.858	3	122	70	56	55	20.965	16.435	13.141
LVT	90	3.886	3.405	2.627	6	1.063	664	437	138	23.798	18.017	13.499
Alentejo	47	1.948	1.287	1.029	11	1.996	1.139	911	694	118.772	77.337	61.866
Algarve	7	383	356	285	3	165	74	60	12	2.558	1.331	1.065
TOTAL	681	38.122	31.757	25.309	23	3.347	1.946	1.463	921	167.988	114.269	90.490

Na distribuição por tipologia de investimento contratado da Subação 2.3.3.1 o domínio das "galerias ripícolas" aumentou, com 87% do total do investimento.

Quadro 366: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados na Subação 2.3.3.1 (por tipologia de investimento)

Tipologias de investimento	Subação 2.3.3.1		
	Nº PA	Investimento proposto	
		Mil euros	% do total
Processos de erosão	5	481	1%
Corredores ecológicos	49	1.720	5%
Galerias ripícolas	607	33.330	87%
Mont. azinho notáveis em RN	1	21	0,1%
Paisagens notáveis	19	2.571	7%
TOTAL	681	38.123	100%

Na Subação 2.3.3.3 "Proteção contra agentes bióticos nocivos", a tipologia de investimento "recuperação de montados em declínio" mantém o predomínio, com 86% do investimento total contratado, continuando a ser os "montados de sobreiro" os mais representativos com 57% do investimento total contratado. A tipologia "controlo do nemátodo da

madeira do pinheiro” viu diminuído o seu peso, face a 2013, representando agora 11% (vs 14% em 2013) do investimento contratado.

Quadro 367: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados na Subação 2.3.3.3 (por tipologia de investimento)

Tipologias de investimento	Subação 2.3.3.3			
	Nº PA	Investimento proposto		
		Mil euros	% do total	
Controlo do nemátodo da madeira do pinheiro	54	19.176	11%	
Recuperação de montados em declínio	Sobreiro	486	95.998	57%
	Azinheira	155	19.817	12%
	Mistos	186	28.335	17%
Cont. esp. inv. /problemas estabilidade ecológica	18	2.886	2%	
Cont. esp. inv. /outras áreas	7	602	0,4%	
Recuperação de povoamentos de castanheiro	15	1.172	1%	
TOTAL	921	167.987	100%	

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos PA contratados por tipologia de beneficiário.

Quadro 368: Ação 2.3.3 - Distribuição dos PA contratados (por Subação e por tipologia de promotor)

Beneficiários	Subação 2.3.3.1		Subação 2.3.3.2		Subação 2.3.3.3	
	Nº PA	Investi-mento	Nº PA	Investi-mento	Nº PA	Investi-mento
Associação de produtores florestais	5	442	0	0	12	2.071
Entidade gestoras de baldio	16	1.178	0	0	4	600
Entidades gestoras de ZIF	14	1.979	1	23	55	25.945
Organismos da Administração Central	18	1.001	1	287	10	1.506
Organismos da Administração Local	464	26.631	2	90	9	1.106
Produtores florestais	163	6.843	18	2.404	827	135.315
Entidades participadas pelo Estado	1	49	1	542	3	1.369
Cooperativa de produtores florestais	0	0	0	0	1	75
TOTAL	681	38.122	23	3.347	921	167.987

Relativamente à tipologia de promotores não se verificaram alterações face ao já verificado em anos anteriores.

Em termos acumulados, foram contratados 1625 PA, num total de 147.972 mil euros de despesa pública, representando 117.262 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 125.185 mil euros.

c. Execução financeira

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados era de 89.176 mil euros de despesa pública e 75.492 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos de distribuição regional a situação é a seguinte:

Quadro 369: Ação 2.3.3 – PA contratados e pagos (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado				Total Pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	68	4.567	3.035	2.428	24	1.975	1.670
Centro	549	50.322	41.327	33.056	353	22.494	18.992
LVT	234	28.747	22.086	16.563	150	15.430	13.052
Alentejo	752	122.716	79.762	63.806	434	48.300	40.953
Algarve	22	3.105	1.762	1.409	11	976	825
Total	1.625	209.457	147.973	117.262	972	89.176	75.492

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 95% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 60% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 674 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizou 1.920 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 370: Ação 2.3.3 – PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	68	3.035	2.428	20	927	779	11	10
Centro	549	41.327	33.056	274	13.023	10.945	948	806
LVT	234	22.086	16.563	119	8.507	7.177	475	404
Alentejo	752	79.762	63.806	252	16.235	13.713	451	384
Algarve	22	1.762	1.409	9	403	339	34	29
TOTAL	1.625	147.973	117.262	674	39.095	32.952	1.920	1.632

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o Programado) passou para 155%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de áreas contratadas e pagas, verifica-se que a região do Alentejo mantém-se como a região predominante, representando agora 45% da área total contratada.

Quadro 371: Ação 2.3.3 – Distribuição regional das áreas contratadas e pagas (acumulado)

Un: ha

Regiões Subações	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	TOTAL
Contratadas						
2.3.3.1	1.124	8.316	966	140	15.183	25.730
2.3.3.2	0	58	419	1.288	76	1.842
2.3.3.3	1.841	19.842	94.976	117.199	998	234.856
Total	2.965	28.215	96.361	118.628	16.257	262.427
Pagas						
2.3.3.1	449	5.852	1.479	276	123	8.179
2.3.3.2	0	8	360	1.063	7	1.438
2.3.3.3	719	10.237	91.961	75.856	856	179.628
Total	1.168	16.097	93.800	77.195	986	189.245

Analisando os indicadores de realização continua a verificar-se que o apoio médio por proprietário florestal é superior ao previsto inicialmente, uma

vez que 273% do investimento contratado se refere apenas a 51% dos proprietários florestais previstos.

Quadro 372: Ação 2.3.3 – Indicadores de realização

Indicadores de realização	Contratado	Pago	Meta	% de cumprimento da meta	
				Contratado	Pago
Volume total de investimento (mil euros)	209.457	133.804	200.000	105%	67%
Nº proprietários florestais apoiados	1.277	754	1.500	85%	50%

Quadro 373: Ação 2.3.3 – Indicadores de resultado

Indicadores de resultado	Med COM	Área apoiada (ha)		Meta	Cumprimento da meta	
		Contratado	Pago		Contratado	Pago
Biodiversidade	227	262.427	189.245	+	Cumprido	Cumprido
Combate às alterações climáticas	227	262.427	189.245	+	Cumprido	Cumprido
Qualidade dos solos	227	262.427	189.245	+	Cumprido	Cumprido
Combate à marginalização das terras	227	262.427	189.245	+	Cumprido	Cumprido

2.2.3.6 Ação 2.4.1 – Apoio à gestão das ITI

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 52º alínea b), iii) e Artigo 57º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.3.2.3 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 323;
- Portaria número 596-B/2008, de 8 de julho com as alterações introduzidas pelas Portarias nº 1229-B/2008, de 27 de outubro, pela Portaria nº 1327/2010, de 10 de dezembro e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Elaboração e implementação dos regulamentos de proteção e gestão dos sistemas agrícolas e florestais relacionados com os sítios “Natura 2000” e outros locais de elevado valor natural no quadro de ITI;
- Sensibilização da população alvo para as ITI e acompanhamento técnico aos seus beneficiários no âmbito dos compromissos agros e silvo ambientais contratados.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

O ano de 2014 mantém-se idêntico ao já reportado em 2013, no que se refere a candidaturas apresentadas, uma vez que voltaram a não ser abertos concursos/períodos de candidaturas, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida

Quadro 374: Ação 2.4.1 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total
Primeiro	3.609	362	8	322
Segundo		487	8	437
Terceiro		434	8	554
Quarto		150	3	150
TOTAL	3.609	1.433	27	1.464

b. Análise e decisão das candidaturas

Também no que se refere à análise de candidaturas a situação mantém-se igual ao já reportado em Relatórios anteriores.

Quadro 375: Ação 2.4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	8	322	8	322	0	0	8	302	8	302	302	226
Segundo	8	437	8	437	0	0	8	373	8	373	373	280
Terceiro	8	554	8	554	0	0	8	526	8	526	406	306
Quarto	3	150	3	150	0	0	3	241	3	241	241	181
TOTAL	27	1.464	27	1.464	0	0	27	1.442	27	1.442	1.322	993

Em termos acumulados, encontram-se contratados 27 PA num total de 1.322 mil euros de despesa pública, representando 993 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento, o valor FEADER foi ajustado para 1.079 mil euros.

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação é agora de 623 mil euros de despesa pública e 492 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 376: Ação 2.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	12	669	549	412	12	402	321
Centro	7	350	350	263	7	63	48
LVT							
Alentejo	4	263	263	198	4	94	72
Algarve	4	160	160	120	4	65	50
TOTAL	27	1.442	1.322	993	27	623	492

A distribuição regional dos PA contratados, e conforme já referido nos Relatórios de execução dos anos anteriores, revela o predomínio, em termos de acumulado, da região Norte, fruto da DRAPN assumir a presidência de 4 ELA.

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 16% face ao Programado (rácio entre o fundo pago e o Programado) e de 50% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 4 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizou 112 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 377: Ação 2.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	12	549	412					
Centro	7	350	263	2	28	21	72	61
LVT								
Alentejo	4	263	198					
Algarve	4	160	120	2	40	30	40	34
TOTAL	27	1.322	993	4	68	52	112	96

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado) passou para 29%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Ação (3.987 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a cerca de 36%.

Quadro 378: Ação 2.4.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

Nº PA	Total contratado			Total pago	
	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
27	1.442	1.322	993	623	492
Meta	3.987	3.609	3.022	3.609	3.022
% da meta	36%	37%	33%	17%	16%

2.2.3.7 Ação 2.4.2 – Instrumentos de Programação e gestão para ITI

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 52º alínea b), iii) e Artigo 57º a) do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II ponto 5.3.3.2.3 do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 323;
- Portaria número 1245/2010, de 14 de Dezembro com as alterações introduzidas pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2. Objetivos da Ação

- Conservação do património natural relativo à biodiversidade visada nos objetivos da Rede Natura 2000, através da criação de condições para uma adequada gestão de sistemas agrícolas e florestais relevantes;
- Aumento da atratividade das zonas rurais através da Conservação do seu património natural.

3. Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2014 não se registaram alterações, em termos de candidaturas, face ao já reportado em 2013.

Quadro 379: Ação 2.4.2 – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.406	2	282
TOTAL	2.406	2	282

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2014 não se registaram análises, decisões ou contratações nesta Ação.

Quadro 380: Ação 2.4.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2	282	2	282	0	0	2	282	2	282	282	212
TOTAL	2	282	2	282	0	0	2	282	2	282	282	212

Em termos acumulados, encontram-se contratados 2 PA num total de 282 mil euros de despesa pública, representando 212 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o Programado) cifrou-se nos 10%.

c. Execução financeira

A execução financeira desta Ação até final de 2014 era a seguinte:

Quadro 381: Ação 2.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados e pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Regiões	Total contratado				Total pago		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Centro	1	132	132	99	1	66	56
LVT	0	0	0	0	0	0	0
Alentejo	0	0	0	0	0	0	0
Algarve	1	150	150	113	1	75	64
TOTAL	2	282	282	212	2	141	120

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 6% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 57% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos Encerrados

Nesta Ação ainda não se encerraram os 2 projetos apoiados.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Ação (2.700 mil euros), verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a cerca de 10%.

Quadro 382: Ação 2.4.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

Total contratado				Total pago	
Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
2	282	282	212	141	120
Meta	2.700	2.406	2.045	2.406	2.045
% da meta	10%	12%	10%	6%	6%

2.2.3.8 Ações 2.4.3 a 2.4.13 – ITI - Pagamentos agro e silvo ambientais

Cada uma destas Ações compreende, além dos pagamentos às componentes agro e silvo ambientais, também as candidaturas correspondentes à componente dos investimentos não produtivos que pela sua especificidade será analisada no seu conjunto noutro ponto deste Relatório.

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a), iv), alínea b), v); Artigo 39º; Artigo 47º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 27º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.2.1.4; 5.3.2.2.5;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 214, 225;
- Portaria nº 232-A/2008 de 11 de março, com a nova redação dada pela Portaria nº 1234/2010 de 10 de dezembro, pela Portaria nº 49/2013 de 4 de fevereiro e pela Portaria nº 137/2013 de 1 de abril;
- Portaria nº 104/2012 de 17 de abril, alterada pela Portaria nº 370/2012 de 9 de novembro.

2. Objetivos das Ações

Conservar a estrutura ecológica dos sistemas agroflorestais e florestais que contribuem significativamente para os valores naturais existentes no território e respetiva paisagem.

3. Implementação das Ações

Os apoios agroambientais e silvo ambientais atribuídos no âmbito das Intervenções Territoriais Integradas (ITI), ou seja, na medida 2.4 (exceto a componente dos Investimentos não produtivos) estão incorporados no SIGC - Sistema Integrado de Gestão e de Controlo sendo, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a sua gestão e execução asseguradas por este último.

Os pedidos de apoio (PA) e os pedidos de pagamento (PP) das Ações em apreço passaram a ser apresentados, a partir de 2011, em simultâneo no Pedido Único (PU).

Tal como acontece nas medidas/Ações 2.1, 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, a gestão da medida 2.4 “ITI – Pagamentos agro e silvo ambientais” é também da responsabilidade do IFAP. Por esta razão, este ponto do Relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

a. Apreciação dos Pedidos de Pagamento e Pedido de Apoio

Tal como já referido para as Ações 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4, a decisão anual sobre o período de apresentação do PU passou a ser da competência do conselho diretivo do IFAP, com divulgação no respetivo sítio, em www.ifap.pt, conforme estabelecido pela Portaria nº 86/2011, de 25 de fevereiro. Em 2014 decorreu entre 1 de fevereiro e 15 de maio.

No decorrer daquele período verificou-se a apresentação dos seguintes pedidos de pagamento:

- ✓ 7º Pedido de pagamento (PP) das candidaturas do período especial de 2007 (PES 2008), para quem optasse pelo prolongamento do compromisso para 2014;
- ✓ 6º PP das candidaturas efetuadas em 2008 (PAS 2009), para quem optasse pelo prolongamento do compromisso para 2014;
- ✓ 5º PP das candidaturas efetuadas em 2009 (PAS 2010);
- ✓ 4º PP das candidaturas efetuadas em 2010 (PAS 2011);
- ✓ 3º PP das candidaturas com compromissos iniciados em 2011 (candidatura efetuada no PU2012);
- ✓ 2º PP das candidaturas com compromissos iniciados em 2012 (candidatura efetuada PU2013).

À semelhança da Ação 2.2.1 – “alteração de modos de produção”, em 2014 não foi possível a apresentação de novas candidaturas, tendo sido permitido apenas a apresentação de aumentos de área inferiores a 20 ha de beneficiários já aderentes.

A distribuição geográfica dos PA destas Ações está, naturalmente, condicionada pela localização das ITI atualmente existentes e pela sua respetiva dimensão física.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição regional dos pagamentos agros e silvo ambientais determinados para apoio. Tal como nos anos anteriores mantém-se o predomínio da região Norte, em número de candidaturas, área para apoio e apoio determinado, onde se localizam quatro das onze ITI existentes no Continente.

Quadro 383: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Distribuição regional dos PP agro e silvo ambientais determinados para apoio

Regiões	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Norte	7.094	84%	72.139	62%	9.733	71%
Centro	912	11%	12.611	11%	1.426	10%
LVT	30	0,4%	523	0,4%	52	0,4%
Alentejo	250	3%	30.729	26%	2.329	17%
Algarve	112	1%	1.131	1%	140	1%
TOTAL	8.398	100%	117.132	100%	13.681	100%

A ITI Douro Vinhateiro (a única que não se enquadra em rede natura e cujo objetivo é a preservação da paisagem) mantém a sua predominância quer no valor do apoio determinado, quer em número de candidaturas (41% e 53%, respetivamente). A ITI Peneda-Gerês mantém-se como a mais representativa no que se refere às áreas determinadas para apoio, com 39% da área total, sendo esta situação resultado das candidaturas em áreas de baldios.

A ITI de Castro Verde continua a destacar-se, porque, tal como já foi referido em anos anteriores, apesar de possuir apenas 2% das candidaturas determinadas para apoio, detém o segundo lugar em termos de área o terceiro lugar em termos de montante alvo de apoio, com o valor de 22% e 14%, respetivamente.

Quadro 384: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento determinados para apoio (por ITI)

Tipologia		Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
		Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Douro Vinhateiro		4.418	53%	12.286	10%	5.656	41%
Rede Natura	Douro Internacional	1.771	21%	11.509	10%	1.419	10%
	Peneda Gerês	834	10%	45.407	39%	2.243	16%
	Montesinho-Nogueira	444	5%	5.124	4%	729	5%
	Serra Estrela	336	4%	5.100	4%	626	5%
	Castro Verde	154	2%	25.443	22%	1.926	14%
	Tejo Internacional	197	2%	5.258	4%	476	3%
	Costa Sudoeste	54	1%	2.845	2%	242	2%
	RN Alentejo	51	1%	3.171	3%	200	1%
	Monchique e Caldeirão	100	1%	339	0,3%	94	1%
	Serra de Aires e Candeeiros	39	0,5%	649	0,6%	71	1%
TOTAL		8.398	100%	117.132	100%	13.681	100%

O balanço entre as componentes, agro e silvoambiental, feito no quadro seguinte, permite confirmar novamente a reduzida expressão que a componente silvo ambiental continua a assumir.

Quadro 385: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de pagamento determinados para apoio (por tipologia de natureza de apoio)

Tipologia	Candidaturas determinadas		Áreas determinadas		Apoios determinados	
	Número	%	ha	%	(mil euros)	%
Agro-ambientais	8.122	97%	105.545	90%	12.745	93%
Silvo-ambientais	276	3%	11.587	10%	936	7%
TOTAL	8.398	100%	117.132	100%	13.681	100%

Os quadros que se seguem, apresentam a informação dos PP, área e montantes determinados para apoio, do PU 2014, distribuídos segundo o ano de apresentação dos PA.

Quadro 386: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento determinados para apoio por ITI

Número de candidaturas determinadas para apoio em 2013 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (N.º)											TOTAL	Total de explorações
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Meças e Vale do Cão	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Cambeses	Castro Verde	Costa Subeite	Monchique e Caldeirão	RN Alentejo		
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	345	131	9	264	6	2	4	8	1	0	0	770	768
	Relativas a candidaturas PAS 2009	680	65	100	207	14	3	1	16	1	0	0	1.087	1.086
	Relativas a candidaturas PAS 2010	376	89	39	146	55	10	7	22	3	0	0	747	747
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	1.014	113	130	279	55	44	11	20	8	11	10	1.695	1.695
	Relativas a candidaturas PU 2012	540	83	83	383	59	24	6	23	17	39	11	1.268	1.264
	Relativas a candidaturas PU 2013	1.463	309	54	491	100	24	8	64	5	25	12	2.555	2.550
Total de apoios em 2014		4.418	790	415	1.770	289	107	37	153	35	75	33	8.122	8.110
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Relativas a candidaturas PAS 2009	1	2	0	0	4	0	0	1	2	0	0	10	10
	Relativas a candidaturas PAS 2010	2	3	1	10	10	0	0	7	0	0	0	33	33
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	0	9	0	18	25	0	0	7	5	4	6	68	68
	Relativas a candidaturas PU 2012	3	10	0	10	20	1	0	2	7	12	6	65	65
	Relativas a candidaturas PU 2013	38	5	0	9	31	1	0	1	13	2	100	100	100
Total de apoios em 2014		44	29	1	47	90	2	1	19	25	18	276	276	
TOTAL		4.418	834	444	1.771	336	197	39	154	54	100	51	8.398	8.386

Quadro 387: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Área apoiada por ITI

Áreas determinadas para apoio em 2013 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (ha)											TOTAL
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Meças e Vale do Cão	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Cambeses	Castro Verde	Costa Subeite	Monchique e Caldeirão	RN Alentejo	
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	1.096	608	73	1.820	49	38	11	2.080	9	0	0	5.785
	Relativas a candidaturas PAS 2009	1.686	186	796	2.130	170	11	2	2.783	5	0	0	7.770
	Relativas a candidaturas PAS 2010	964	1.753	357	1.018	365	42	79	3.413	95	0	0	8.086
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	3.077	525	1.297	1.685	402	156	95	3.782	403	19	728	12.169
	Relativas a candidaturas PU 2012	1.439	2.605	748	1.851	295	174	31	3.910	1.563	61	1.114	13.792
	Relativas a candidaturas PU 2013	4.024	36.598	463	2.900	2.857	207	227	9.462	297	46	862	57.943
Total de apoios em 2014		12.286	42.275	3.734	11.405	4.138	629	446	25.429	2.372	126	2.704	105.545
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Relativas a candidaturas PAS 2009	58	19	0	0	167	0	14	18	0	0	0	277
	Relativas a candidaturas PAS 2010	146	131	104	152	380	0	0	121	0	0	0	1.035
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	0	376	0	646	2.209	0	0	184	52	33	3.500	
	Relativas a candidaturas PU 2012	5	467	0	45	388	5	0	117	90	403	1.520	
	Relativas a candidaturas PU 2013	2.922	398	0	120	1.484	198	0	32	72	31	5.255	
Total de apoios em 2014		3.131	1.390	104	963	4.629	203	14	473	213	467	11.587	
TOTAL		12.286	45.407	5.124	11.509	5.100	5.258	649	25.443	2.845	339	3.171	117.132

Quadro 388: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Despesa pública por ITI

Apoio determinado em 2013 segundo o ano de início do compromisso		Intervenções Territoriais Integradas (mil euros)											TOTAL
		Douro Vinhateiro	Peneda-Gerês	Montesinho-Nogueira	ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa	Serra da Estrela	Tejo Internacional	Serras de Aires e Candeeiros	Castro Verde	Costa Subeste	Monchique e Caldeirão	RN Alentejo	
Agro-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008	545	105	12	216	9	8	3	138	1	0	0	1.036
	Relativas a candidaturas PAS 2009	913	36	143	258	29	3	1	234	1	0	0	1.618
	Relativas a candidaturas PAS 2010	491	104	63	129	74	12	11	265	10	0	0	1.160
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011	1.278	77	213	212	77	46	16	227	36	9	43	2.235
	Relativas a candidaturas PU 2012	572	123	124	240	65	48	6	320	122	31	65	1.716
	Relativas a candidaturas PU 2013	1.858	1.521	75	355	261	38	23	739	23	24	65	4.980
Total de apoios em 2014		5.656	1.965	632	1.410	514	155	59	1.924	192	64	173	12.745
Silvo-ambientais	Relativas a candidaturas PES 2008		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Relativas a candidaturas PAS 2009		6	3	0	0	16	0	2	3	0	0	29
	Relativas a candidaturas PAS 2010		13	13	9	18	37	0	0	15	0	0	105
	Relativas a candidaturas PAS/PU 2011		0	35	0	68	110	0	0	18	6	2	240
	Relativas a candidaturas PU 2012		1	26	0	9	42	1	0	11	12	21	122
	Relativas a candidaturas PU 2013		258	21	0	16	115	11	0	3	13	3	440
Total de apoios em 2014			278	97	9	111	321	12	2	50	30	26	936
TOTAL		5.656	2.243	729	1.419	626	476	71	1.926	242	94	200	13.681

Tendo em atenção que, em 2014, os promotores que iniciaram os seus contratos em 2008 e 2009 podiam terminar os seus compromissos ou em alternativa renová-los por mais um ano, os resultados expressos nos quadros anteriores permitem concluir pela continuidade da existência de um interesse pelas ITI.

A execução física e financeira mantém-se concentrada em quatro ITI:

- ITI Douro Vinhateiro, que continua a destacar-se no número de PP (53% do total) e apoio determinado (41%);
- ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa, que mantém o seu peso face a 2013, apresentando 21% dos PP, 10% da área e 10% dos apoios determinados;
- ITI Peneda-Gerês, apresenta 10% dos PP, 39% da área e 16% dos apoios determinados;
- ITI Castro Verde, que diminuiu o seu peso em termos de área, com 22%, e manteve os 14% de apoios determinados e os 2% dos PP.

Estas quatro ITI, no seu conjunto, representam mais de 81% dos PP, da área e dos apoios determinados, o que face a 2013, constitui um acréscimo percentual relativamente às restantes ITI, as quais tiveram um decréscimo no peso relativo nestas três vertentes, embora apresentem níveis de

execução bastante baixos, sendo esta situação particularmente evidente nos apoios silvoambientais.

A distribuição dos diferentes tipos de apoio agroambiental e silvo ambiental constam dos quadros seguintes.

Quadro 389: Ações 2.4.3 a 2.4.13 - Pedidos de pagamento determinados para apoio (por tipo de apoio agroambiental)

Tipo de apoio agro-ambiental	Candidaturas, áreas e apoios determinados para apoio AgroAmbientais		
	N.º	Superfície (ha)	Apoio (mil euros)
Gestão do pastoreio em áreas de baldio	38	41.293	1.556
Ajuda à conservação da estrutura ecológica de base	3.310	14.774	2.226
Manutenção de socalcos	4.647	12.460	5.693
Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio	403	30.304	2.393
Manutenção de pastagens permanentes com alto valor natural	930	3.966	551
Manutenção de pastagens permanentes de sequeiro naturais ou melhoradas	30	1.590	110
Gestão do pastoreio em formações arbustivas mediterrânicas	8	227	19
Conservação dos sotos notáveis da Terra Fria	219	328	181
Gestão de pastagem permanente extensiva	5	496	12
Extensificação do pastoreio	1	106	4
TOTAL	9.591	105.545	12.745

Nota: A mesma exploração pode ter mais do que um tipo de apoio

Da análise do quadro anterior, constata-se que a “manutenção de socalcos” continua a ser o apoio com maior número de candidaturas (48%) e apoio determinado (45%) para apenas 12% da área alvo de apoio. Embora este apoio se encontre previsto na ITI da Serra da Estrela e na ITI Peneda Gerês, é a ITI do Douro Vinhateiro que assume a maior expressão com cerca de 95% das candidaturas a este apoio nesta ITI.

Verifica-se, ainda, que em termos de área a “gestão do pastoreio em área de baldios”, continua a liderar com 39% da área alvo de apoio apesar de representar apenas 0,4% das candidaturas (33 candidaturas na ITI Peneda Gerês e apenas 5 na ITI da Serra da Estrela) e 12% do apoio determinado.

O segundo lugar em termos de apresentação de candidaturas continua a ser detido pelo apoio à “ajuda à Conservação da estrutura ecológica de base”, com 35% das candidaturas determinadas, encontrando-se a maior parte localizadas na ITI do Douro Internacional Sabor, Maças e Vale do

Côa (54%, o que constitui um acréscimo de 1 ponto percentual face a 2013).

Relativamente à área candidata, o segundo lugar (29% vs. 30% face a 2013) continua a ser ocupado pela “manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio”, cuja ITI de Castro verde detém 84% da área apoiada (25.429 ha), seguida pelas ITI da Rede Natura Alentejo, ITI Douro Internacional Sabor, Maças e Vale do Côa com 7% (2.102 ha) e 5% (1.360 ha), respetivamente, sendo que nas restantes ITI, as áreas candidatas são área residuais entre 782 e 151 ha. Este apoio ocupa igualmente o segundo lugar com 19% dos apoios determinados, detendo a ITI de Castro Verde 80% dos apoios.

Relativamente aos apoios silvo ambientais destacam-se novamente os apoios à “manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis” e “Conservação da rede de corredores ecológicos”, que no seu conjunto representam 56% das candidaturas determinadas, 60% da área e 58% dos apoios determinados. É, ainda, de continuar a realçar a “Conservação da rede de corredores ecológicos” pelo seu contributo na área determinada para apoio que é de 36% (vs.52% em 2013) face ao total de 11.587 ha de área líquida apoiada.

A ITI com maior expressão nesta componente, é a ITI do Tejo Internacional, detendo nestes dois apoios 52% do número total de candidaturas, 64% da área (4.509 ha) e 57% (308 mil euros) do montante total determinado para apoio.

Quadro 390: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Pedidos de pagamento (por tipo de apoio silvo ambiental)

Tipo de apoio Silvo-ambiental	Candidaturas, áreas e apoios determinados para apoio SilvoAmbientais		
	N.º	Superfície (ha)	Apoio (mil euros)
Renaturalização de manchas florestais	29	1.386	95
Renaturalização de montados de azinho	1	14	2
Conservação e recuperação da diversidade inter-específica nos povoamentos florestais	65	1.727	159
Requalificação de matagais estremes de baixo valor de conservação	24	688	64
Manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis	126	2.836	283
Manutenção de galerias ripícolas	15	107	16
Conservação da rede de corredores ecológicos	104	4.159	261
Manutenção dos habitats/Renovação de povoamentos de Quercus spp. E Catanea Sativa	29	424	37
Manutenção de matagais	11	146	7
Fomento das populações de água de Bonelli/grandes águias	5	45	7
Biodiversidade florestal - S. Mamede	2	34	3
Manutenção e beneficiação da floresta autóctone	1	21	2
TOTAL	412	11.587	936

Seguidamente apresenta-se alguma informação adicional relativa a cada uma das ITI.

Ação 2.4.3 - ITI Douro Vinhateiro

A ITI Douro Vinhateiro, que prevê apenas o apoio agroambiental à manutenção de socalcos, é a principal região, em termos do número de candidaturas apoiadas, com 4.418 candidaturas (diminuição de 308 explorações face a 2013), as quais representam 54% das candidaturas agroambientais e 53%.

Em termos da superfície total apoiada, os 12.286 ha (ligeiro aumento de 77 ha face a 2013) correspondem a 11% da superfície agroambiental apoiada, passando a ser a terceira ITI com maior área apoiada, suplantando a ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa. Relativamente à despesa pública, com 5.656 mil euros de apoio, representa 44% do montante de apoio às agroambientais nas ITI e 41 % do montante total pago às ITI.

Ação 2.4.4 – ITI Peneda-Gerês

A ITI Peneda-Gerês é a principal região, em termos de área apoiada, com 42 mil ha, correspondente a 40% da superfície determinada para apoio agroambiental. Nesta ITI foram apoiados 790 beneficiários, correspondendo a 10% (o mesmo peso que em 2013) do total de

candidaturas agroambientais. O montante de apoio determinado corresponde a 15% do montante de apoio determinado para as agroambientais nas ITI. O principal tipo de apoio agroambiental é a *"gestão de pastoreio em áreas de baldio"*, com 93% da área e 73% do apoio desta ITI. Em termos do número de candidaturas, é a *"ajuda à Conservação da estrutura ecológica de base"*, com 51% das candidaturas nesta ITI.

Relativamente aos apoios silvoambientais, a Peneda-Gerês continua a ser uma das ITI mais importantes, tendo o seu peso relativo diminuído, com 16% do número de beneficiários (vs 19% em 2013), com 27% da área (3.131 ha vs. 1.564 ha em 2013) e cerca de 30% do apoio total (278 mil euros). Foram apoiados 44 beneficiários (vs 49 em 2013), o que corresponde a 16% de todas as candidaturas em silvo ambientais. O principal tipo de apoio silvo ambiental é a *"Conservação e recuperação da diversidade interespecífica nos povoamentos florestais"*, com cerca de 1/2 das candidaturas, área e apoios determinados.

Ação 2.4.5 – ITI Montesinho-Nogueira

A ITI Montesinho-Nogueira representa, em termos agroambientais, 5% do número de beneficiários (415 vs 446 em 2013), 4% da área (3.774 ha vs 2.774 ha em 2013) e 5% do apoio determinado (632 mil euros vs 660 mil euros). O principal tipo de apoio agroambiental é a *"ajuda à Conservação da estrutura ecológica de base"*, com 38% das candidaturas, 48% da área e 37% do apoio para esta ITI.

Quanto aos apoios silvo ambientais, esta ITI representa 11% dos beneficiários (29 vs 31 em 2013), 12% da área (1.390 ha vs 1.243 ha em 2012) e 10% do apoio (97 mil euros vs 108 mil euros em 2013). Os apoios silvoambientais mais importantes são a *"renaturalização de manchas florestais"*, a *"manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis"* e a *"Conservação da rede de corredores ecológicos"* que, no seu conjunto, representam mais de 80% das candidaturas, da área e dos apoios determinados.

Em termos totais esta ITI mantém 5% das candidaturas, 4% da área determinada e diminuiu ligeiramente o seu peso relativo, de 6% para 5%, relativamente aos apoios atribuídos.

Ação 2.4.6 - ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa

Na área de intervenção da ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa, houve 1.770 candidaturas determinadas (vs 1.902 face a 2013) para apoio na componente agroambiental equivalendo a 21% do total das ITI e 22% dos apoios agroambientais, continuando a ser, assim, a segunda ITI com mais beneficiários após a ITI Douro Vinhateiro.

Em termos de área determinada, são apoiados 11.405 ha de superfície total, correspondente a 10% do total das ITI e a 11% dos apoios agroambientais, mantendo-se como a quarta ITI com mais área determinada para apoio, após a ITI Peneda-Gerês, a ITI Castro Verde e o Douro Vinhateiro.

Em termos de montantes de despesa pública determinada em 2014, esta foi de 1.410 mil euros (vs 1.517 mil euros em 2013), o que corresponde a 11% do total de apoios agroambientais e a 10% do total pago a todas as ITI.

No que se refere aos apoios silvoambientais, foi determinado um beneficiário, com 104 ha de área e 9 mil euros de apoio determinado, referente a "manutenção de galerias ripícolas", "manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis" e "Conservação da rede de corredores ecológicos" (sendo que estes dois últimos que representam 66% das candidaturas, 95% da área e 89% do apoio).

Ação 2.4.7 - ITI Serra da Estrela

No ano de 2014, esta ITI apresentou 289 beneficiários determinados nas agroambientais. A estes beneficiários foram determinados pagamentos no valor de 514 mil euros (vs 502 mil euros face a 2013), referentes a 4.138 ha de superfície apoiada (vs 3.330 ha face a 2013), representando assim esta ITI cerca de 4% do valor total de beneficiários, área e apoio determinado da componente agroambiental. Os principais tipos de apoios agroambientais são a "ajuda à Conservação da estrutura ecológica de base", com 80% das candidaturas, 35% da área total e 61% do apoio e,

ainda, em termos de área, a *"gestão do pastoreio em áreas de baldio"*, com 49% do total da área.

Quanto aos apoios silvo ambientais, esta ITI continua a ser a terceira ITI mais importante em termos de número de beneficiários (17% do total das ITI vs 14% face a 2013) e representando 8% da área (963 ha) e 12% do apoio (111 mil euros) total a esta componente. Os apoios silvoambientais mais importantes são a *"Conservação e recuperação da diversidade interespecífica nos povoamentos florestais"*, a *"Requalificação de matagais estremes de baixo valor de Conservação"* e a *"manutenção de maciços, bosquetes ou núcleos de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones e de exemplares e formações reliquiais ou notáveis"* que, no seu conjunto, representam mais de 81% das candidaturas, da área e dos apoios determinados.

Em termos globais, esta ITI assume 4% das candidaturas e da área determinada e 5% do apoio determinado.

Ação 2.4.8 - ITI Tejo Internacional

Como em anos anteriores, verifica-se que nesta ITI existe um predomínio da componente silvo ambiental em termos de área e de apoio determinado, com mais de 30% dos beneficiários (90) e do apoio (321 mil euros) e 40% da área (4.629 ha) determinada. O principal apoio silvo ambiental é a *"Conservação da rede de corredores ecológicos"*, com mais de 60% do número de candidaturas, área e apoios determinados.

Quanto às agroambientais, esta ITI representa cerca de 1% dos beneficiários (107), da área (629 ha) e do apoio (155 mil euros).

Em termos globais esta ITI, assume 2% das candidaturas e 4% da área e 3% do apoio determinado.

Ação 2.4.9 - ITI Serras de Aire e Candeeiros

Esta ITI mantém a sua pequena expressão, tanto na componente agroambiental como na componente silvoambiental, representando 1% do total de todas as ITI, a nível dos beneficiários, área e apoio total.

Esta ITI é a que tem menor adesão, juntamente com a ITI Monchique e Caldeirão.

Ação 2.4.10 – ITI Castro Verde

Esta ITI continua a ser, sobretudo, representativa ao nível da área determinada para apoio na componente agroambiental, segunda ITI mais importante, embora tenha diminuído o seu peso representando agora 24% da área total (25.429 ha vs 27.576 ha em 2013) e 15% nível do apoio total desta componente (1.924 mil euros). Foram determinados para apoio 153 beneficiários (vs 168 face a 2013) na componente agroambiental desta ITI, representando 2% do total de beneficiários. Nesta ITI, em termos agroambientais, apoia-se apenas a *“manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio”*.

Quanto aos apoios silvo ambientais esta ITI continua a ter pequena expressão, tendo mantido apenas 1 beneficiário determinado com 14 ha de *“renaturalização de montados de azinho”* e 2 mil euros de apoio total.

Ação 2.4.11 - ITI Costa Sudoeste

Esta ITI apresenta uma adesão reduzida, ao nível das agroambientais, com 35 beneficiários determinados para apoio, o que representa menos de 1% do valor total determinado nesta componente, com uma área determinada de 2.372 ha (vs 2.079 ha em 2013) e um apoio determinado de 192 mil euros, ou seja menos de 2% dos valores totais da componente agroambiental..

Quanto aos apoios silvo ambientais esta ITI representa entre 4% (473 ha) e 7% (19 beneficiários) dos valores totais. Foram determinados para esta ITI 50 mil euros de apoio (vs 54 mil euros em 2013), ou seja cerca de 5% do apoio total da componente silvo ambiental. O principal apoio silvo ambiental é a *“Conservação da rede de corredores ecológicos”*, com cerca de 50% do número de candidaturas, área e apoios determinados.

Globalmente esta ITI apresenta apenas 0,7 % dos beneficiários e 2 % de área e apoio determinados.

Ação 2.4.12 - ITI Monchique e Caldeirão

Em 2014, na componente agroambiental, foram determinados 75 candidaturas, correspondendo a uma área determinada de 126 ha (vs 131 ha face a 2013) e a um apoio de 64 mil euros (vs 69 mil euros em 2013).

Na componente silvoambiental a área determinada é de 213 ha (vs 215 ha em 2013) e o apoio determinado mantem-se nos 30 mil euros.

Em termos globais, esta ITI representa menos de 1%, da área e dos apoios determinados.

2.4.13 – ITI das Zonas de Rede Natura do Alentejo

Na componente agroambiental, no PU 2014, foram determinados para apoio 33 beneficiários (vs. 35 em 2013), com uma área determinada de 2.704 ha (vs. 3.037 em 2013) e um apoio previsto de 173 mil euros (vs 190 mil euros em 2013). O principal tipo de apoio agroambiental é a “*manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio*” que representa 82% das candidaturas, 78% da área e 91% dos apoios determinados nesta ITI.

Na componente silvoambiental foram determinados 18 beneficiários, com uma área determinada de 467 ha e um apoio previsto de 26 mil euros. O principal apoio silvo ambiental é a “*manutenção dos habitats/Renovação de povoamentos de Quercus spp. e Catanea Sativa*”, com cerca de 50% do número de candidaturas, área e apoios determinados.

No total das ITI, esta nova ITI assume 0,6% dos beneficiários, 3% da área e 1% do apoio determinados para pagamento.

b. Execução financeira

Componente agroambiental

Em termos acumulados o valor da despesa pública (63.954 mil euros) corresponde a 42% da meta prevista de 153.120 mil euros para o período de Programação. Esta componente continua, assim, bastante longe das metas previstas, embora se tenha verificado um aumento significativo de 8 pontos percentuais relativamente a 2013.

Quadro 391: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Execução da componente agroambiental (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Pagamentos - Despesa Pública (mil euros)	
	No ano	Acumulado
ITI Douro Vinhateiro	5.340	29.196
ITI Peneda-Gerês	1.853	11.208
ITI Montesinho-Nogueira	577	2.609
ITI Douro Internacional	1.247	6.799
ITI Serra da Estrela	459	1.825
ITI Tejo Internacional	128	770
ITI Serras de Aires e Candeeiros	59	218
ITI Castro Verde	1.998	10.041
ITI Costa Sudoeste	184	575
ITI Monchique e Caldeirão	61	185
ITI Natura Alentejo	168	526
Total	12.074	63.954
	Meta	153.120
	% da meta	42%

Componente silvoambiental

A execução financeira em 2014 foi de apenas 997 mil euros de despesa pública com um valor de comparticipação FEADER de 847mil euros. Em termos acumulados apenas se executou 3.957 mil euros de despesa pública, atingindo-se 22% da meta 2007-2013.

Quadro 392: Ações 2.4.4 a 2.4.13 – Execução da componente silvo ambiental (por ITI)

Intervenções Territoriais Integradas	Pagamentos - Despesa Pública (mil euros)	
	No ano	Acumulado
ITI Douro Vinhateiro	0	0
ITI Peneda-Gerês	289	1.531
ITI Montesinho-Nogueira	107	378
ITI Douro Internacional	9	45
ITI Serra da Estrela	121	374
ITI Tejo Internacional	351	1.217
ITI Serras de Aires e Candeeiros	12	22
ITI Castro Verde	1	14
ITI Costa Sudoeste	50	231
ITI Monchique e Caldeirão	30	74
ITI Natura Alentejo	28	71
Total	998	3.957
	Meta	18.285
	% da meta	22%

A execução ao nível da região convergência corresponde exatamente à execução total do ProDeR pois todas as ITI estão inseridas em região convergência.

Sendo Ações plurianuais com compromissos assumidos por um período mínimo de cinco anos pode estimar-se o valor desses compromissos o que é realizado no Anexo I para o conjunto dos pagamentos agro e silvoambientais.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

No total contabilizaram-se 11.905 beneficiários com apoios agroambientais no âmbito das ITI, o que corresponde a uma execução, em 2014, de 65% da meta prevista no ProDeR (18.240 beneficiários).

Relativamente às metas de realização, destacam-se as Ações agroambientais com uma taxa de cumprimento de 105% (vs. 85% em 2013), em termos de áreas físicas e de 65% em termos de número de explorações apoiadas.

As Ações silvoambientais apresentam taxas de cumprimento de 44% quanto a produtores florestais apoiados (vs. 42% em 2013) e de 111% de área florestal beneficiada, face às metas estabelecidas.

Quadro 393: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Indicadores de realização (output)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Agro-ambientais	11.905	18.240	65%
Área física (ha) ou CN sob apoio agro-ambiental		164.737	157.000	105%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental		165.699	167.000	99%
Número total de contratos		11.931	21.890	55%
Número de explorações florestais apoiadas	Silvo-ambientais	332	750	44%
Área florestal beneficiária do apoio silvo-ambiental (ha)		22.199	20.000	111%
Número de contratos		412	1.375	30%
Número produtores florestais apoiados		332	750	44%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Em termos gerais, estes valores indicam por um lado que a área média foi superior ao esperado mas o apoio por hectare, pelo contrário, foi muito inferior ao previsto.

Quanto aos indicadores de resultado, mais uma vez se destacam as Ações agroambientais com um cumprimento das metas a rondar os 98% nos setores para os quais contribui em termos de gestão do espaço rural sendo de destacar a qualidade dos solos onde se atingiu 304% da meta, o que corresponde a um aumento de 53 p.p. face a 2013.

Excetua-se o setor do "combate às alterações climáticas" que teve, em 2014, uma taxa de cumprimento igual a 2012 e 2013, ou seja de 22%.

Para as Ações silvoambientais e em todos os indicadores alcançou-se um valor na ordem dos 150% o que representa um aumento de 14% face a 2013.

Quadro 394: Ações 2.4.3 a 2.4.13 – Indicadores de resultado

Indicador de resultado superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	Agro-ambientais	156.817	160.000	98%
	Silvo-ambientais	20.945	14.000	150%
Qualidade da água	Agro-ambientais	165.699	160.000	104%
	Silvo-ambientais	20.945	14.000	150%
Combate às alterações climáticas	Agro-ambientais	1.556	7.000	22%
	Silvo-ambientais	20.945	14.000	150%
Qualidade dos solos	Agro-ambientais	151.779	50.000	304%
	Silvo-ambientais	20.945	14.000	150%
Combate à marginalização e abandono das terras	Agro-ambientais	156.817	160.000	98%
	Silvo-ambientais	20.945	14.000	150%

Notas: A acção 2.4.3. - ITI Douro Vinhateiro só contribui para a meta agro-ambiental de "Qualidade do Solo"

2.2.3.9 Ações 2.4.3 a 2.4.13 – ITI - Investimentos não produtivos

1. Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigos: 36º alínea a) vi), alínea b), vii); Artigo 41º e Artigo 49º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 29º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.2.1.6; 5.3.2.2.7;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 216, 227;
- Portaria número 596-C/2008 de 8 de julho, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 814/2010 de 27 de Agosto, com a nova redação dada pela Portaria nº 1048/2010, de 11 de outubro, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 236/2012 de 8 de agosto.

2. Objetivos das Ações

- Conservar a estrutura ecológica dos sistemas agroflorestais e florestais que contribuem significativamente para os valores naturais existentes no território e respetiva paisagem;
- Complementarmente às componentes, agro e silvo ambiental, importa assegurar o apoio a investimentos não produtivos que contribuem para os objetivos da intervenção e, no essencial, associados aos compromissos estabelecidos.

3. Implementação das Ações

À semelhança dos Relatórios anteriores, no âmbito da medida 2.4 será apresentada em conjunto a análise dos apoios aos investimentos não produtivos (INP) em cada ITI correspondentes às seguintes Ações:

- 2.4.3 "ITI Douro Vinhateiro"
- 2.4.4 "ITI Peneda-Gerês"
- 2.4.5 "ITI Montesinho-Nogueira"
- 2.4.6 "ITI Douro Internacional, Sabor, Maçãs e Vale do Côa"

- 2.4.7 "ITI Serra da Estrela"
- 2.4.8 "ITI Tejo Internacional"
- 2.4.9 "ITI Serras de Aires e Candeeiros"
- 2.4.10 "ITI Castro Verde"
- 2.4.11 "ITI Costa Sudoeste"
- 2.4.12 "ITI Monchique e Caldeirão"
- 2.4.13 "ITI Zonas de Rede Natura do Alentejo"

a. Concursos / Candidaturas apresentadas

Tal como já referido noutras acções, as regras comunitárias relativas às disposições transitórias entre o ProDeR e o PDR 2020, Regulamento (UE) N°1310/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, vieram permitir que, apesar de as dotações financeiras do período 2007-2013 se encontrassem integralmente comprometidas, fosse possível continuar a submeter, analisar e decidir pedidos de apoio ainda com base nas regras do ProDeR.

Desta forma em 2014, foram analisadas e decididas, ao abrigo do Regulamento (UE) n° 1310/2013, candidaturas entradas desde fevereiro de 2013, que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 458 candidaturas válidas com um investimento total de 14.214 mil euros, em 2014. Tal como noutras Ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

Quadro 395: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Candidaturas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
			Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	41.465	4.489	0	0	307	6.144
Segundo		12.422	0	0	661	23.382
Terceiro (em contínuo 2012)		0	0	1.151	37.581	
Terceiro (em contínuo 2013)		0	0	124	3.382	
Terceiro (em contínuo 2014)		458	14.214	458	14.214	
TOTAL	41.465	16.911	458	14.214	2.701	84.703

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

A concentração das candidaturas dos INP na DRAP Norte mantem-se (95% de PA e 97% do investimento) por força do domínio das ITI Douro Vinhateiro, conforme o quadro seguinte.

Quadro 396: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA entrados (acumulado)

Regiões	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Norte	2570	95%	81.864	97%
Centro	70	3%	1.589	2%
LVT	4	0%	91	0%
Alentejo	31	1%	623	1%
Algarve	26	1%	536	1%
TOTAL	2.701	100%	84.703	100%

Tal como já referido em Relatórios anteriores, esta análise tem em atenção o seguinte: a ITI Douro Vinhateiro e a ITI Douro Internacional, Sabor, Maças e Vale do Côa, da DRAP Norte, têm parte do território na DRAP Centro, a ITI Serras de Aire e Candeeiros distribui-se territorialmente pela região de LVT e pelo Centro, a ITI Monchique e Caldeirão distribui-se pela região territorial da DRAP Alentejo e da DRAP Algarve.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 foram analisadas e decididas 458 candidaturas das quais 83% (379 candidaturas) aprovadas. Das candidaturas aprovadas, 77% foram objeto de contratação no ano de 2014, conforme quadro seguinte.

Quadro 397: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (ano)

Un: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Segundo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceiro (em contínuo 2012)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceiro (em contínuo 2013)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terceiro (em contínuo 2014)	458	14.214	458	14.214	79	2.413	379	11.801	291	9.060	7.538	6.030
TOTAL	458	14.214	458	14.214	79	2.413	379	11.801	291	9.060	7.538	6.030

Quadro 398: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	307	6.144	307	6.106	53	1.246	254	4.859	254	4.859	4.202	3.362
Segundo	661	23.382	661	23.352	201	6.354	460	16.998	460	16.998	12.569	10.055
Terceiro (em contínuo 2012)	1.151	37.581	1.151	37.556	62	1.587	1.089	35.968	1.089	35.968	31.140	24.911
Terceiro (em contínuo 2013)	124	3.382	124	3.382	13	345	111	3.036	111	3.036	2.729	2.183
Terceiro (em contínuo 2014)	458	14.214	458	14.214	79	2.413	379	11.801	291	9.060	7.538	6.030
TOTAL	2.701	84.703	2.701	84.609	408	11.945	2.293	72.663	2.205	69.922	58.177	46.541

Analisando a distribuição regional dos PA contratados para estas Ações mantém-se a situação já reportada anteriormente, com a região Norte a representar 95% dos PA contratados, com grande relevância na ITI Douro Vinhateiro, seguida da ITI Peneda-Gerês, conforme quadros que se apresentam em seguida.

Quadro 399: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	2.105	67.669	56.356	45.084
Centro	46	1.115	920	736
LVT	3	69	56	45
Alentejo	27	540	408	327
Algarve	24	529	438	350
TOTAL	2.205	69.922	58.177	46.541

A distribuição regional dos PA por ITI manteve-se face ao já verificado em Relatórios anteriores, confirmando-se de novo o domínio da região Norte, situação esta justificada pela extensão da sua área de atuação a 4 das ITI com maior relevância no âmbito dos apoios agro e silvoambientais.

Quadro 400: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados, por ITI (acumulado)

Un: mil euros

Nome da ITI	Total contratado			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Douro Vinhateiro	1.805	57.690	50.752	40.600
Peneda-Gerês	182	7.419	4.096	3.277
Montesinho-Nogueira	13	344	167	134
Douro Int., Sabor, Maçãs e Vale do Côa	133	2.927	1.905	1.524
Serra da Estrela	13	244	232	186
Tejo Internacional	4	137	99	79
Serras de Aires e Candeeiros	4	93	80	64
Rede Natura Alentejo	8	180	147	118
Castro Verde	16	321	240	192
Costa Sudoeste	7	179	136	109
Monchique e Caldeirão	20	388	323	258
TOTAL	2.205	69.922	58.177	46.541

O peso dos investimentos não produtivos silvoambientais manteve-se face a 2013, com 1% do número de PA e 2% do investimento total.

Quadro 401: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados por tipo de INP (acumulado)

Componentes	PA		Invest. proposto	
	Nº	%	Mil euros	%
Silvoambientais	29	1%	1.174	2%
Agroambientais	2177	99%	68.748	98%
TOTAL	2.206	100%	69.922	100%

Nota: Existem PA com investimento em simultâneo nas componentes agro e silvoambientais.

Analisando os PA contratados por ITI, verifica-se ligeiras alterações face aos anos anteriores.

Na componente agroambiental, a ITI Douro Vinhateiro mantém-se como a principal ITI embora tendo reduzido ligeiramente o seu peso, no que se refere ao número de PA e investimento proposto, com 82% e 83% (vs. 83% e 84% respetivamente, em 2013).

A ITI da Peneda Gerês mantém-se na posição cimeira relativamente à área alvo de apoio, com cerca de 77% da área contratada, cuja justificação está relacionada com o tipo de promotor candidato a esta ITI

Também na componente silvoambiental surge novamente em 2014, a ITI Peneda Gerês como a mais representativa quanto ao investimento contratado, embora com um peso menos significativo (54% vs. 64% em 2013), o que se deve igualmente às candidaturas dos baldios. A ITI Montesinho-Nogueira ocupa a segunda posição no que se refere ao investimento contratado nesta componente, com 20% (vs. 19% em 2013) do total do investimento e a ITI Tejo internacional continua a manter o primeiro lugar relativamente à área contratada (38% do total da área contratada na componente silvoambiental).

Quadro 402: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA contratados por ITI (acumulado)

ITI	Componentes	PA		Invest. contratado		Área	
		Nº	%	Mil euros	%	ha	%
Douro Vinhateiro	Agroambiental	1805	82%	57.690	83%	7.003	11%
Peneda-Gerês	Agroambiental	173	8%	6.791	10%	51.067	77%
	Silvoambiental	9	0%	628	1%	580	1%
Montesinho-Nogueira	Agroambiental	8	0%	104	0%	82	0%
	Silvoambiental	5	0%	239	0%	506	1%
Douro Internacional	Agroambiental	133	6%	2.922	4%	1.076	2%
	Silvoambiental	1	0%	5	0%	2	0%
Serra da Estrela	Agroambiental	11	0%	204	0%	173	0%
	Silvoambiental	2	0%	40	0%	17	0%
Tejo Internacional	Agroambiental	1	0%	25	0%	10	0%
	Silvoambiental	3	0%	111	0%	830	1%
Serras de Aires e Candeeiros	Agroambiental	4	0%	93	0%	174	0%
	Silvoambiental	0	0%	-	0%	-	0%
Rede Natura Alentejo	Agroambiental	5	0%	95	0%	537	1%
	Silvoambiental	3	0%	85	0%	103	0%
Castro Verde	Agroambiental	16	1%	321	0%	3.898	6%
	Silvoambiental	0	0%	-	0%	-	0%
Monchique e Caldeirão	Agroambiental	17	1%	376	1%	74	0%
	Silvoambiental	3	0%	13	0%	12	0%
Costa Sudoeste	Agroambiental	4	0%	127	0%	225	0%
	Silvoambiental	3	0%	52	0%	151	0%
TOTAL		2.206	100%	69.922	100%	66.519	100%

Nota: Existe 1 PA com investimento em simultâneo nas componentes agro e silvoambientais.

Em termos acumulados, foram contratados 2.205 PA, dos quais 291 no ano de 2014, num total de 58.177 mil euros de despesa pública, representando 46.541 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 49.305 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 140%.

c. Execução financeira

No final de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação foi de 41.727 mil euros de despesa pública e 35.323 mil euros de participação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta em seguida.

Quadro 403: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Regiões	Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	1.344	40.361	34.171
Centro	30	670	561
LVT	1	52	44
Alentejo	11	343	291
Algarve	14	301	256
TOTAL	1.400	41.727	35.323

Quadro 404: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA pagos, por ITI (acumulado)

Un: mil euros

Nome da ITI	Total pago ⁽¹⁾		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Douro Vinhateiro	1.172	36.704	31.063
Peneda-Gerês	85	2.374	2.018
Montesinho-Nogueira	5	137	117
Douro Int., Sabor, Maçãs e Vale do Côa	104	1.553	1.312
Serra da Estrela	6	170	145
Tejo Internacional	2	67	56
Serras de Aires e Candeeiros	1	76	65
Rede Natura Alentejo	2	131	111
Castro Verde	8	195	165
Costa Sudoeste	5	131	112
Monchique e Caldeirão	10	187	159
TOTAL	1.400	41.727	35.323

(1) Não inclui valores em recuperação, por desistência de PA

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 101% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 72% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontravam-se encerrados 1.568 PA que permitiram uma libertação de verbas que totalizou 2.248 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 405: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Distribuição dos PA pagos, por ITI (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	2.105	56.356	45.084	1.493	33.018	27.930	2.162	1.838
Centro	46	920	736	33	567	473	29	24
LVT	3	56	45	2	36	30	0	0
Alentejo	27	408	327	25	334	283	43	36
Algarve	24	438	350	15	211	179	14	12
TOTAL	2.205	58.177	46.541	1.568	34.166	28.896	2.248	1.911

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado), é de 135%.

4. Indicadores de acompanhamento do Programa

Analisando os indicadores reforça-se, o já verificado anteriormente, que o apoio médio, na componente agroambiental, foi superior ao previsto inicialmente uma vez que com 140% da despesa pública contratada e 168% do investimento apoiou-se 112% do número de explorações previstas. Tal como já referido anteriormente, esta situação encontra-se relacionada com o facto de se ter aumentado o valor do apoio na ITI Douro Vinhateiro de 30 mil para 70 mil euros e de 100 mil euros para 200 mil euros nos baldios, a partir do segundo concurso.

Quadro 406: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores financeiros

Indicadores financeiros	Modos	Valor contratado	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta	
					Contratado	Pago
Despesa pública (em mil euros)	Agroambientais	57.461	41.337	40.994	140%	101%
FEADER (em mil euros)		45.969	34.993	34.700	132%	101%
Despesa pública (em mil euros)	Silvoambientais	687	389	472	146%	82%
FEADER (em mil euros)		550	330	400	137%	82%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 407: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores de realização

Indicadores de realização	Modos	Valor contratado	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta	
					Contratado	Pago
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Agroambientais	2.177	1933	1.950	112%	99%
Volume total de investimento (mil euros)		68.777	60.648	40.994	168%	148%
Número produtores florestais apoiados	Silvoambientais	29	12	50	58%	24%
Volume total de investimento (mil euros)		1.174	703	472	249%	149%

Quadro 408: Ações 2.4.3 a 2.4.11 INP – Indicadores de resultado

Indicadores de resultado Superfície (ha) em que a gestão do espaço rural é praticada com êxito, contribuindo para:	Modos	Valor contratado	Execução acumulada	Meta	% de cumprimento da meta	
					Contratado	Pago
Biodiversidade e preservação de sistemas agrícolas/silvícolas de elevado valor natural	Agroambientais	59.516	26.926	NR	NR	NR
	Silvoambientais	2.200	620	+	Cumprido	Não cumprido
Qualidade da água	Agroambientais	59.516	26.926	NR	NR	NR
	Silvoambientais	2.200	620	+	Cumprido	Não cumprido
Combate às alterações climáticas	Agroambientais	59.516	26.926	NR	NR	NR
	Silvoambientais	2.200	620	+	Cumprido	Não cumprido
Qualidade dos solos	Agroambientais	66.519	31.528	NR	NR	NR
	Silvoambientais	2.200	620	+	Cumprido	Não cumprido
Combate à marginalização e abandono das terras	Agroambientais	59.516	26.926	NR	NR	NR
	Silvoambientais	2.200	620	+	Cumprido	Não cumprido

Nota: A Ação 2.4.3 - ITI Douro Vinhateiro só contribui para a meta agroambiental "Qualidade dos solos".

2.2.4 Subprograma 3 – Abordagem LEADER

A abordagem LEADER insere-se nos Eixos 3 e 4 e abrange medidas/Ações do subprograma 3:

Medida 3.1 – Diversificação da economia e criação de emprego

Ação 3.1.1 – Diversificação de atividades na exploração agrícola

Ação 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas

Ação 3.1.3 – Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer

Medida 3.2 – Melhoria da qualidade de vida

Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do património rural

Ação 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

Ação 3.4.1 – Cooperação interterritorial

Ação 3.4.2 – Cooperação transnacional

Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, Aquisição de competências e animação

2.2.4.1 Ação 3.1.1 – Diversificação de atividades na exploração agrícola

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); Artigo 53º; Artigo 54º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.1;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro: 311;
- Portaria nº 520/2009, de 14 de maio – medida 3.1 – Diversidade da economia e criação de emprego com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho, pela Portaria nº 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Ação

Estimular o desenvolvimento de atividades não agrícolas na exploração criando novas fontes de rendimento e de emprego, contribuindo diretamente para a manutenção/melhoria do rendimento do agregado familiar, assim como para a fixação da população, a ocupação do território e o reforço da economia rural.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2014, encontravam-se abertos dois concursos no âmbito desta Ação, abrangendo 2 GAL. A estes concursos candidataram-se 8 PA representando um investimento total de 665 mil euros.

O número de candidaturas diminuiu fruto de desistências entretanto ocorridas.

Quadro 409: Ação 3.1.1 – Candidaturas apresentadas a concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	47	33.389	14.475	117	20.660
Segundo	47		21.640	179	34.760
Terceiro	38		13.662	163	26.420
Quarto	17		3.889	66	9.580
Quinto	1		178	6	174
TOTAL	150	33.389	53.845	531	91.595

Na distribuição regional, a região Norte mantém-se como a mais representativa, com 39% dos PA apresentados a concurso e 41% do investimento total, conforme se pode verificar no quadro apresentado em seguida.

Quadro 410: Ação 3.1.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	205	37.328
Centro	102	10.493
LVT	85	15.269
Alentejo	111	22.502
Algarve	28	6.002
TOTAL	531	91.595

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2014 encontravam-se analisadas e decididas todas as candidaturas entradas. Em termos globais foram aprovados 77% dos PA analisados.

Em termos acumulados, foram contratados 404 PA, num total de 34.677 mil euros de despesa pública, representando 27.496 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 29.857 mil euros

que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 104%.

Quadro 411: Ação 3.1.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	117	20.660	117	20.660	37	6.720	80	13.940	80	13.940	7.060	5.603
Segundo	179	34.760	179	34.760	44	8.875	135	25.885	135	25.885	12.812	10.186
Terceiro	163	26.420	163	26.420	29	4.311	134	22.109	133	21.949	11.362	8.951
Quarto	66	9.580	66	9.580	10	1.696	56	7.884	50	6.999	3.374	2.699
Quinto	6	174	6	174	0	0	6	174	6	174	70	56
TOTAL	531	91.595	531	91.595	120	21.602	411	69.993	404	68.948	34.677	27.496

A distribuição regional dos PA contratados para esta Ação segue a tendência já registada nas candidaturas entradas, com o maior número de PA e de investimento a situar-se na região Norte (37% e 38%, respetivamente). Em termos de investimento médio, continua a destacar-se a região do Alentejo com cerca de 212 mil euros por projeto enquanto as regiões do Norte e do Centro, apesar de concentrarem mais de metade dos PA e do investimento contratado são as regiões com mais baixo valor de investimento médio por projeto (175 e 96 mil euros, respetivamente).

Quadro 412: Ação 3.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	151	26.449	12.778	10.222
Centro	80	7.670	3.843	3.074
LVT	67	12.449	6.378	4.856
Alentejo	87	18.450	9.697	7.757
Algarve	19	3.930	1.982	1.585
TOTAL	404	68.948	34.677	27.496

Na tipologia de promotor dos PA contratados, mantém-se o predomínio da tipologia "outras entidades empresariais privadas - agrícola" (com 55% dos PA e 64% do investimento).

Quadro 413: Ação 3.1.1 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Outras entidades empresariais privadas - Agrícola	224	43.968	22.601	17.916
Empresários em nome individual - Agricultor	156	19.915	9.547	7.585
Membro do agregado familiar do agricultor	10	2.423	1.288	1.031
Cooperativas	2	282	141	84
Outras	12	2.359	1.100	880
TOTAL	404	68.948	34.677	27.496

Quanto aos domínios de intervenção, mantem-se a situação já reportada em Relatórios anteriores em que a larga maioria (72% do investimento e 56% dos PA) foram "investimentos nas explorações agrícolas em empreendimentos de agroturismo". O domínio "investimentos nas explorações agrícolas - energias renováveis" continua a representar, em 2014, 17% no número de PA contratados e 6% do investimento, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 414: Ação 3.1.1 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Investimentos nas explorações agrícolas - Empreendimentos de agro-turismo	227	49.934	25.256	20.053
Investimentos nas explorações agrícolas - Transformação de produtos do Anexo I do Tratado	21	494	219	175
Investimentos nas explorações agrícolas - Serviços de recreação e lazer	22	3.542	1.776	1.370
Investimentos nas explorações agrícolas - Produção de bens resultantes de actividades de transformação	9	848	406	325
Investimentos nas explorações agrícolas - Actividades pedagógicas	9	1.663	897	674
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	4	684	367	294
Alojamento turístico - Casas de campo	17	3.413	1.829	1.463
Investimentos nas explorações agrícolas - Comercialização de produtos do Anexo I do Tratado	3	75	30	24
Investimentos nas explorações agrícolas - Energias renováveis	68	4.421	1.859	1.487
Outros	24	3.872	2.038	1.631
TOTAL	404	68.948	34.677	27.496



c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação é de 27.202 mil euros de despesa pública e 22.971 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta em seguida.

Quadro 415: Ação 3.1.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	105	13.412	9.895	8.343
Centro	41	3.306	2.873	2.436
LVT	58	5.782	5.378	4.534
Alentejo	60	6.960	7.842	6.633
Algarve	14	1.121	1.214	1.026
TOTAL	277	30.582	27.202	22.971

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 81% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 78% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado). A taxa de execução apresenta um crescimento de 34 pontos percentuais face a 2013.

d. Projetos encerrados

Dos 404 PA contratados até ao final de 2014, 235 PA encontram-se encerrados, com uma libertação de 133 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 416: Ação 3.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	151	12.778	10.222	87	7.110	5.979	82	69
Centro	80	3.843	3.074	57	1.369	1.157	9	8
LVT	67	6.378	4.856	36	2.645	2.216	102	87
Alentejo	87	9.697	7.757	47	4.375	3.686	59	51
Algarve	19	1.982	1.585	8	665	559	12	10
TOTAL	404	34.677	27.496	235	16.164	13.596	264	224

Com a conclusão destes PA e respetiva libertação de verbas, a taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) passou para 103%.

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Ação, verifica-se que o volume total de investimento contratado corresponde a 114%, enquanto o número de beneficiários atingiu os 109% da meta programada, resultado de uma dimensão média de investimento ligeiramente superior à programada.

Quadro 417: Ação 3.1.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	404	68.948	34.677	27.496	277	30.582	27.202	22.971
Meta	370	60.459	33.389	28.217	370	60.459	33.389	28.217
% da meta	109%	114%	104%	97%	75%	51%	81%	81%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que a criação de postos de trabalho corresponde a 114% da meta, considerando o universo dos PA contratados.

Quadro 418: Ação 3.1.1 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola (Contratado, em milhões de euros)
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	626	97	239	476	89	217	9,4
Meta	550	110	330	550	110	330	22,5
% da meta	114%	88%	72%	87%	81%	66%	42%

2.2.4.2 Ação 3.1.2 – Criação e desenvolvimento de microempresas

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); Artigo 54º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.2;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro: 312;
- Portaria nº 520/2009, de 14 de maio – medida 3.1 – “Diversidade da economia e criação de emprego” com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho, pela Portaria nº 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Ação

Incentivar a criação e desenvolvimento de empresas nas zonas rurais tendo em vista a densificação do tecido económico e a criação de emprego, contribuindo para a revitalização económica e social destas zonas.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Em 2014, encontravam-se abertos dois concursos no âmbito desta Ação, abrangendo 2 GAL. A estes concursos candidataram-se 43 PA representando um investimento total de 3.208 mil euros.

A diminuição de candidaturas dos primeiros concursos, face ao apresentado no Relatório de 2013 deve-se a situações de desistência.

Quadro 419: Ação 3.1.2 – Candidaturas apresentadas a concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	47	103.508	37.843	546	79.128
Segundo	47		36.138	697	91.438
Terceiro	44		30.410	627	74.025
Quarto	23		8.282	325	38.347
TOTAL	161	103.508	112.672	2.195	282.938

Mantém-se o predomínio da região Norte e Centro que, representam 69% dos PA e 68% do investimento total apresentado a concurso, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 420: Ação 3.1.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	771	99.529
Centro	757	92.745
LVT	237	37.313
Alentejo	325	42.365
Algarve	105	10.986
TOTAL	2.195	282.938

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2014 encontravam-se analisadas e decididas todas as candidaturas, em todos os GAL. Destas foram aprovadas 1.620 candidaturas, conforme quadro que se apresenta.

Quadro 421: Ação 3.1.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas [1]		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	546	79.128	546	79.128	148	20.929	398	58.199	398	58.199	28.897	22.985
Segundo	697	91.438	697	91.438	263	37.166	434	54.272	433	54.037	28.109	22.474
Terceiro	627	74.025	627	74.025	105	12.953	522	61.072	520	60.484	32.169	25.571
Quarto	325	38.347	325	38.347	59	8.511	266	29.835	258	28.809	14.988	11.990
TOTAL	2.195	282.938	2.195	282.938	575	79.560	1.620	203.378	1.609	201.530	104.164	83.021

[1] No 3º concurso encontram-se incluídos 2 PA sem dotação orçamental no montante de 309 mil euros de investimento

Em termos acumulados, foram contratados 1.609 PA, num total de 104.164 mil euros de despesa pública, representando 83.021 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 87.504 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 101%.

Em termos regionais a região Centro mantém o seu peso, representando, agora, 36% dos PA contratados e 34% do investimento.

Quadro 422: Ação 3.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	510	62.764	32.632	26.106
Centro	584	69.167	34.580	27.664
LVT	176	27.401	14.293	11.125
Alentejo	257	33.646	18.089	14.471
Algarve	82	8.551	4.570	3.656
TOTAL	1.609	201.530	104.164	83.021

A tipologia de promotor “empresas” continua a ser a mais contratada com 77% dos PA e 83% do total do investimento contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 423: Ação 3.1.2 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresas	1243	166.929	86.939	69.311
Empresários em nome individual	317	30.020	14.811	11.817
Cooperativas	28	2.190	1.129	903
Associações e fundações privadas	9	982	503	376
Outras	12	1.409	783	615
TOTAL	1.609	201.530	104.164	83.021

Quanto ao domínio de intervenção os “serviços de apoio às empresas” e a “restauração e similares” mantêm-se como os domínios mais importantes representando, em conjunto, 44% dos PA e 46% do investimento contratado.

Quadro 424: Ação 3.1.2 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Serviços de apoio às empresas	415	48.948	25.202	20.112
Restauração e Similares	289	43.979	22.761	18.164
Indústrias transformadoras	228	33.741	18.171	14.466
Comércio a retalho	228	20.873	10.125	8.065
Comércio por grosso	65	10.313	5.237	4.189
Agro-industria	86	4.558	2.273	1.811
Serviços de apoio à população	125	18.124	9.379	7.491
Construção e atividades imobiliárias	33	3.790	1.895	1.516
Energias renováveis	17	2.382	1.359	1.084
Atividades de diversão e recreativas	35	5.454	2.898	2.274
Tecnologias de informação e comunicação	21	2.218	1.140	912
Atividades de informação e comunicação	21	2.596	1.461	1.150
Artesanato	17	1.884	911	728
Outros	29	2.670	1.351	1.060
TOTAL	1.609	201.530	104.164	83.021

c. Execução financeira

O montante total dos pagamentos acumulados nesta Ação é de 80.872 mil euros de despesa pública e 67.706 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 425: Ação 3.1.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	300	28.417	25.521	21.396
Centro	326	31.866	25.550	21.448
LVT	152	14.889	12.072	9.971
Alentejo	174	16.456	14.479	12.146
Algarve	44	3.198	3.250	2.746
TOTAL	995	94.827	80.872	67.706

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 78% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 77% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

Dos 1.609 PA contratados até ao final de 2014, encontram-se encerrados 992 PA num total de 60.187 mil euros de despesa pública executada, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 426: Ação 3.1.2 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	510	32.632	26.106	321	20.750	17.353	279	237
Centro	584	34.580	27.664	364	20.095	16.842	539	458
LVT	176	14.293	11.125	89	6.459	5.274	335	285
Alentejo	257	18.089	14.471	177	11.119	9.301	252	214
Algarve	82	4.570	3.656	41	1.765	1.488	57	48
TOTAL	1.609	104.164	83.021	992	60.187	50.258	1.461	1.242

Com a conclusão destes PA, foram libertados 1.461 mil euros de despesa pública. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) passou, assim, de 101% para 99%.

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Ação (4.000 microempresas criadas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2014, corresponde a 40%, (mais 9 p.p. do que em 2013) da meta do Programa. Assim, conclui-se que a dimensão do investimento contratado foi superior ao esperado, uma vez que em termos de despesa pública contratada já se atingiu 101% da meta.

Quadro 427: Ação 3.1.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	1.609	201.530	104.164	83.021	995	94.827	80.872	67.706
Meta	4.000	-	103.508	86.932	4.000	-	103.508	86.932
% da meta	40%	-	101%	96%	25%	-	78%	78%

Com os PA contratados prevêem-se criar 2.982 postos de trabalho, o que representa 99% (vs. 80% em 2013) da meta prevista para este indicador.

Quadro 428: Ação 3.1.2 – Indicadores de resultado (contratado)

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola (Contratado, em milhões de euros)
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	2.982	637	1.082	2.750	610	1.029	39
Meta	3.000	600	1800	3.000	600	1800	80
% da meta	99%	106%	60%	92%	102%	57%	49%

2.2.4.3 Ação 3.1.3 – Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer

1 *Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)*

- Artigo 52º alínea a) i), ii) e iii); artigo 55º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 35º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II pontos 5.3.3.1.3;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro: 313;
- Portaria nº 520/2009, de 14 de maio – medida 3.1 – “Diversidade da economia e criação de emprego” com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho, pela Portaria nº 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2 *Objetivos da Ação*

Desenvolvimento do turismo e de outras atividades de lazer como forma de potenciar a Valorização dos recursos endógenos dos territórios rurais, nomeadamente ao nível da Valorização dos produtos locais e do património cultural e natural, contribuindo para o crescimento económico e criação de emprego.

3 *Implementação da Ação*

a. *Concursos / candidaturas apresentadas*

Em 2014, encontravam-se abertos 2 concursos no âmbito desta Ação, abrangendo 2 GAL. A estes concursos candidataram-se 12 PA representando um investimento total de 1.997 mil euros.

A diminuição de candidaturas dos primeiros concursos, face ao apresentado no Relatório de 2013 deve-se a situações de desistência.

Quadro 429: Ação 3.1.3 – Candidaturas apresentadas a concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	47	70.119	30.723	334	68.140
Segundo	47		32.714	429	89.181
Terceiro	38		20.572	328	59.001
Quarto	16		4.440	94	15.196
TOTAL	148	70.119	88.449	1.185	231.516

Analisando a distribuição regional das candidaturas entradas, verifica-se que se mantém uma predominância das regiões Norte e Centro, que no seu conjunto, representam cerca de 68% e 67%, respetivamente dos PA e do investimento total apresentado a concurso, conforme se pode verificar no quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 430: Ação 3.1.3 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	492	96.809
Centro	316	57.577
LVT	129	30.542
Alentejo	163	29.659
Algarve	85	16.929
TOTAL	1.185	231.516

b. Análise e decisão das candidaturas

No final de 2014 encontravam-se analisadas e decididas a totalidade das candidaturas entradas válidas, das quais 67% foram aprovadas.

Das 788 candidaturas aprovadas, foram contratados, até final de 2014, 781 PA (99% das decididas). Existem 9 candidaturas ainda não contratadas devido ao não cumprimento de condições pré-contratuais e a

controles de qualidade à contratação ainda não concluídos, realizados pelo IFAP, IP.

Quadro 431: Ação 3.1.3 – PA entrados, analisados e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	334	68.140	334	68.140	120	24.958	214	43.181	214	43.181	21.423	17.134
Segundo	429	89.181	429	89.181	193	40.685	236	48.496	234	48.114	23.791	18.799
Terceiro	328	59.001	328	59.001	70	12.657	258	46.343	257	46.053	23.762	18.461
Quarto	94	15.196	94	15.196	14	2.329	80	12.867	76	11.947	5.998	4.799
TOTAL	1.185	231.516	1.185	231.516	397	80.629	788	150.887	781	149.295	74.975	59.193

Em termos acumulados, foram contratados 781 PA, num total de 74.975 mil euros de despesa pública, representando 59.193 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 63.140 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 107%.

A distribuição regional dos PA contratados, que se apresenta no quadro seguinte, segue a mesma tendência já referida para as candidaturas entradas.

Quadro 432: Ação 3.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	296	56.470	27.462	21.970
Centro	204	36.596	18.198	14.559
LVT	89	20.266	10.527	7.634
Alentejo	133	24.311	12.869	10.295
Algarve	59	11.651	5.919	4.735
TOTAL	781	149.295	74.975	59.193

Em 2014, a tipologia de promotor “*outras entidades empresariais privadas*” diminuiu um pouco o seu peso embora continue a ser a mais representativa, representando agora 43% dos PA contratados e 44% do

investimento, logo seguida dos “empresários em nome individual” e das “empresas”.

Quadro 433: Ação 3.1.3 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Empresas	159	35.073	17.664	13.729
Empresários em nome individual	209	37.396	17.936	14.349
Outras entidades empresariais privadas	339	65.405	33.911	26.747
Associações e fundações privadas	16	1.682	800	638
Privados	16	2.383	1.062	850
Outras entidades empresariais privadas - Agrícolas	5	1.228	625	500
Cooperativas	6	1.000	468	375
Outras	31	5.128	2.508	2.006
TOTAL	781	149.295	74.975	59.193

Quanto ao domínio de intervenção, os PA associados a esta Ação, mantêm-se maioritariamente associados ao “alojamento turístico”, nas suas diferentes tipologias, com um forte predomínio das “casas de campo”, com cerca de 63% dos PA e 66% do investimento contratado.

Quadro 434: Ação 3.1.3 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Alojamento turístico - Casas de campo	495	97.954	48.387	38.598
Alojamento turístico - Turismo de habitação	109	23.681	12.090	9.620
Animação Turística	85	11.365	5.903	4.437
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	38	7.385	3.958	2.917
Alojamento turístico - Parques de campismo e caravanismo	28	5.436	2.952	2.273
Rotas/precursos	9	728	379	303
Produtos turísticos-Actividades de diversão e recreativas	3	898	461	369
Outros	14	1.847	846	676
TOTAL	781	149.295	74.975	59.193

c. Execução financeira

Esta Ação apresentava no final de 2014 um montante total de pagamentos acumulados de 57.508 mil euros de despesa pública e 48.293 mil euros de comparticipação FEADER.

Analisando a distribuição regional dos pagamentos verifica-se que a região Norte se destaca com mais de 40% do número de PA e 43% do investimento.

Quadro 435: Ação 3.1.3 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	204	31.697	22.185	18.622
Centro	110	16.412	12.712	10.687
LVT	64	9.947	7.533	6.295
Alentejo	94	10.815	10.749	9.037
Algarve	37	4.338	4.329	3.653
TOTAL	508	73.210	57.508	48.293

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 82% (mais 31 p.p. do que 2013) face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 76% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

Dos 781 PA contratados até ao final de 2014, encontram-se encerrados 402 PA num total de 36.863 mil euros de despesa pública executada, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 436: Ação 3.1.3 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	296	27.462	21.970	172	16.497	13.796	127.166	108.091
Centro	204	18.198	14.559	92	7.658	6.432	105.068	89.308
LVT	89	10.527	7.634	39	3.949	3.268	17.190	14.611
Alentejo	133	12.869	10.295	75	6.845	5.726	217.456	184.838
Algarve	59	5.919	4.735	24	1.913	1.601	82.669	70.269
TOTAL	781	74.975	59.193	402	36.863	30.823	549.549	467.117

Com a conclusão destes PA, foram libertados 550 mil euros de despesa pública. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) passa para 106%.

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Ação (900 Ações turísticas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2014, corresponde a 87% da meta do Programa. Quanto ao investimento e apoio contratado mantém-se superior ao esperado uma vez que representou 117% e 107%, respetivamente, o que denota uma dimensão média de investimento superior ao programado.

Quadro 437: Ação 3.1.3 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	781	149.295	74.975	59.193	508	73.210	57.508	48.293
Meta	900	127.347	70.119	58.999	900	127.347	70.119	58.999
% da meta	87%	117%	107%	100%	56%	57%	82%	82%

Quanto aos indicadores de resultado verifica-se que, relativamente à criação de postos de trabalho contratados, já se atingiu 91% da meta.

Quadro 438: Ação 3.1.3 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados (Contratado)			N.º Bruto de Empregos Criados (Pago)			Acréscimo de VAB não agrícola (Contratado, em milhões de euros)
	Total	Jovens	Feminino	Total	Jovens	Feminino	
	1.135	196	498	1.090	179	466	16,6
Meta	1.250	500	750	1.250	500	750	28
% da meta	91%	39%	66%	87%	36%	62%	59%

2.2.4.4 Ação 3.2.1 – Conservação e Valorização do património rural

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea b) i) e iii); artigo 57º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.3.2.3 Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 323;
- Portaria nº 521/2009 de 14 de maio – medida 3.2 – “Melhoria da qualidade de vida”, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho, pela Portaria nº 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Ação

Valorizar o património rural na ótica do interesse coletivo, enquanto fator de identidade e de atratividade do território, tornando-o acessível à comunidade, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento local.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2014 não foram abertos períodos de candidaturas. Nos primeiros concursos registaram-se desistências razão pela qual o número de candidaturas diminuiu.

Quadro 439: Ação 3.2.1 – Candidaturas apresentadas a concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	47	60.101	24.097	353	34.960
Segundo	47		33.858	520	51.964
Terceiro	42		19.438	434	37.023
Quarto	18		5.845	194	13.368
TOTAL	154	60.101	83.238	1.501	137.313

Na distribuição regional, mantém-se o predomínio da região Norte, com 44% e 43%, respetivamente dos PA e do investimento total proposto.

Quadro 440: Ação 3.2.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	658	59.638
Centro	436	40.057
LVT	153	14.241
Alentejo	199	17.765
Algarve	55	5.612
TOTAL	1501	137.313

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2014 encontram-se analisadas todas as candidaturas das quais 79% foram aprovadas.

Quadro 441: Ação 3.2.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
					Não Aprovadas		Aprovadas					
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
Primeiro	353	34.960	353	34.960	118	12.089	235	22.870	235	22.870	11.950	9.501
Segundo	520	51.964	520	51.964	83	10.933	437	41.031	437	41.031	21.282	16.934
Terceiro	434	37.023	434	37.023	84	7.001	350	30.021	344	29.630	16.179	12.854
Quarto	194	13.368	193	13.368	33	2.562	160	10.806	155	10.492	5.504	4.404
TOTAL	1.501	137.313	1.500	137.313	318	32.586	1.182	104.727	1.171	104.023	54.917	43.693

Das 1.182 candidaturas aprovadas, foram contratados 1.171 PA (99% dos aprovados).

Em termos acumulados, foram contratados 1.171 PA, num total de 54.917 mil euros de despesa pública, representando 43.693 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de

cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 46.381 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 91%.

A distribuição regional dos PA contratados mantém a mesma estrutura já identificada em Relatórios anteriores, com um predomínio das regiões Norte e Centro, que no seu conjunto representam mais de 70% das candidaturas e do investimento contratado.

Quadro 442: Ação 3.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	474	41.525	21.776	17.421
Centro	346	31.827	16.529	13.223
LVT	137	12.484	6.762	5.169
Alentejo	171	14.421	7.845	6.276
Algarve	43	3.766	2.004	1.604
TOTAL	1.171	104.023	54.917	43.693

Nesta Ação, a tipologia de promotores mais significativa continua a ser a "administração local" com 396 candidaturas no valor de 39.099 mil euros de investimento. Esta tipologia, juntamente com as "Associações e fundações privadas" e o "setor público (não administração local)" continuam a ter um grande peso, representando 73% das candidaturas e 78% do investimento total.

Quadro 443: Ação 3.2.1 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Administração Local	396	39.099	20.532	16.364
Associações e fundações privadas	260	21.199	11.319	9.055
Sector Público (não administração local)	202	20.348	10.457	8.327
Privados	63	3.515	1.807	1.445
IPSS	40	3.771	2.085	1.642
Empresas	11	1.408	774	590
Empresários em nome individual	13	1.074	568	447
Cooperativas	14	1.445	821	628
Outros	172	12.165	6.552	5.194
TOTAL	1.171	104.023	54.917	43.693

Os PA contratados, na Ação 3.2.1, como já referido anteriormente, continuam a centrar-se sobretudo no domínio de intervenção “*património rural construído*” na “*preservação e recuperação de práticas e tradições culturais*” e na “*refuncionalização de edifícios de traça tradicional*”, tendo passado a representar, 91% das candidaturas e do investimento contratado (mais 2 p.p. do que em 2013).

Quadro 444: Ação 3.2.1 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Património Rural construído	516	44.241	23.472	18.696
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	257	19.868	10.372	8.205
Refuncionalização de edifícios de traça tradicional	288	30.239	15.983	12.731
Rotas/precursos	49	3.560	1.807	1.446
Criação ou desenvolvimento de produtos turísticos	15	1.264	681	545
Centros de observação da paisagem/natureza	16	1.783	985	778
Serviços de animação cultural e recreativa de base local	12	1.210	681	545
Animação Turística	6	817	368	295
Outros	12	1.040	567	453
TOTAL	1.171	104.023	54.917	43.693

c. Execução financeira

À semelhança das outras Ações deste subprograma, a execução desta Ação iniciou-se em 2010. Em 2014, apresenta um montante de pagamentos acumulados de 41.466 mil euros de despesa pública e 34.948 mil euros de comparticipação FEADER.

Quadro 445: Ação 3.2.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	306	18.561	16.973	14.325
Centro	196	15.123	11.321	9.568
LVT	121	6.315	5.302	4.424
Alentejo	132	5.699	6.008	5.073
Algarve	36	2.396	1.862	1.558
TOTAL	790	48.094	41.466	34.948

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 69% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 75% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

Dos 1.171 PA contratados até ao final de 2014, encontram-se encerrados 711 PA (61%), com uma libertação de 540 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 446: Ação 3.2.1 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	474	21.776	17.421	320	12.832	10.806	241	205
Centro	346	16.529	13.223	189	7.801	6.587	141	120
LVT	137	6.762	5.169	68	2.924	2.411	82	70
Alentejo	171	7.845	6.276	106	4.069	3.426	56	48
Algarve	43	2.004	1.604	28	1.166	966	19	16
TOTAL	1.171	54.917	43.693	711	28.792	24.196	540	459

Com a conclusão destes PA, a taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) passa para 90%.

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Ação (1.000 Ações relativas ao património rural), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2014, corresponde a 117% da meta do Programa.

Quadro 447: Ação 3.2.1 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	1171	104.023	54.917	43.693	1104	48.094	41.466	34.948
Meta	1.000	110.121	60.101	50.773	1.000	110.121	60.101	50.773
% da meta	117%	94%	91%	86%	110%	44%	69%	69%

Quadro 448: Ação 3.2.1 – Indicadores de resultado (acumulado)

	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Contratado)	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Pago)
	1.506.065	914.950
Meta	112.037	112.037
% da meta	1344%	817%

2.2.4.5 Ação 3.2.2 – Serviços básicos para a população rural

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52º alínea b) i) e IMI); Artigo 56º do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Anexo II pontos 5.3.3.2.1 Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas do Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006:321;
- Portaria nº 521/2009 de 14 de maio – medida 3.2 – “Melhoria da qualidade de vida”, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Ação

Aumento da acessibilidade a serviços básicos que constituem um elemento essencial na equiparação dos níveis de vida e na integração social das populações.

3 Implementação da Ação

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2014, foram encerrados períodos de candidaturas abertos em 2013. No final do ano encontravam-se válidos 1.557 PA num total de 208.100 mil euros de investimento.

Quadro 449: Ação 3.2.2 – Candidaturas apresentadas a concurso (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Nº GAL	Orçamento ProDeR	Dotação orçamental	Total de candidaturas entradas	
				Nº PA	Invest. total
Primeiro	47	66.779	30.197	410	57.669
Segundo	46		36.114	577	81.005
Terceiro	34		19.770	444	55.929
Quarto	12		4.103	126	13.498
TOTAL	139	66.779	90.184	1.557	208.100

As candidaturas a esta Ação, embora com uma ligeira redução, mantêm uma forte representatividade, quer no Norte, quer no Centro, com 66% do total de candidaturas no conjunto das duas regiões, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 450: Ação 3.2.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	450	74.617
Centro	585	77.124
LVT	163	19.792
Alentejo	292	30.203
Algarve	67	6.364
TOTAL	1.557	208.100

b. Análise e decisão das candidaturas

No final do ano de 2014, encontravam-se analisadas a totalidade das candidaturas entradas consideradas válidas, em todos os GAL e destas foram aprovadas 1.231 (79%).

Quadro 451: Ação 3.2.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	410	57.669	410	57.669	104	17.503	306	40.166	306	40.166	23.753	18.905
Segundo	577	81.005	577	81.005	144	22.585	433	58.420	433	58.420	31.317	25.023
Terceiro	444	55.929	444	55.929	61	10.617	383	45.311	382	44.813	26.328	20.873
Quarto	126	13.498	126	13.498	17	1.552	109	11.946	99	9.401	5.904	4.723
TOTAL	1.557	208.100	1.557	208.100	326	52.257	1.231	155.843	1.220	152.800	87.301	69.524

Das 1.231 candidaturas aprovadas foram contratados 1.220 PA, num total de 87.301 mil euros de despesa pública, representando 69.524 mil euros de comparticipação FEADER. Por força da alteração da taxa de

cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 73.547 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 131%.

A distribuição regional é semelhante à das candidaturas entradas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 452: Ação 3.2.2 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	336	52.834	28.169	22.535
Centro	420	52.680	29.496	23.596
LVT	148	16.152	10.064	7.734
Alentejo	259	25.665	16.358	13.086
Algarve	57	5.468	3.215	2.572
TOTAL	1220	152.800	87.301	69.524

Esta Ação tem um forte cariz social, continuando como tipologia de promotor dominante as "*instituições particulares de solidariedade social (IPSS)*", com mais de 72% das candidaturas e 75% do investimento contratado, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 453: Ação 3.2.2 – Distribuição dos PA contratados (por tipologia de promotor)

Un.: mil euros

Tipo de Promotor	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
IPSS	880	112.222	62.706	50.025
Associações e fundações privadas	193	21.910	13.659	10.827
Administração Local	39	5.235	2.573	2.000
Sector Público (não administração local)	31	2.742	1.697	1.358
Cooperativas	12	882	550	440
Outros	65	9.809	6.115	4.874
TOTAL	1220	152.800	87.301	69.524

Em termos de domínios de intervenção mantém-se o peso significativo do "*acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência*", com cerca de 22% dos PA e 18% do investimento contratado. Outros serviços

de cariz social, como o apoio à infância e os serviços itinerantes de apoio social tiveram, também, um peso significativo.

Quadro 454: Ação 3.2.2 – Distribuição dos PA contratados (por domínios de intervenção)

Un.: mil euros

Domínio de intervenção	Total contratados			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Acompanhamento domiciliário a idosos e pessoas com deficiência	273	27.623	15.896	12.657
Serviços de animação cultural e recreativa de base local	155	19.192	11.892	9.444
Serviços de apoio à infância	104	13.191	7.557	6.045
Serviços itinerantes de apoio social	98	11.412	5.998	4.764
Serviços de apoio à população	7	621	394	315
Preservação e recuperação de práticas e tradições culturais	7	435	283	226
Serviços de apoio a novos residentes	12	3.906	1.722	1.378
Outros serviços básicos	564	76.420	43.558	34.694
TOTAL	1.220	152.800	87.301	69.524

c. Execução financeira

O montante de pagamentos acumulados nesta Ação, em 2014, é de 71.030 mil euros de despesa pública e 59.716 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte, sendo o Norte e Centro as regiões mais importantes, representando ambas, no seu conjunto, 61% dos PA e 74% do investimento apoiado.

Quadro 455: Ação 3.2.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos			
	Nº PA	Investimento	Despesa Pública	FEADER
Norte	245	25.032	24.201	20.339
Centro	243	26.587	22.875	19.257
LVT	105	6.538	7.815	6.493
Alentejo	170	9.556	13.698	11.573
Algarve	31	1.905	2.441	2.054
TOTAL	793	69.618	71.030	59.716

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 106% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 81% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

Dos 1.220 PA contratados até ao final de 2014, encontram-se encerrados 826 PA (68%), com uma libertação de 740 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 456: Ação 3.2.2 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	336	28.169	22.535	248	18.152	15.213	89	75
Centro	420	29.496	23.596	287	19.192	16.143	372	316
LVT	148	10.064	7.734	82	5.419	4.466	89	75
Alentejo	259	16.358	13.086	173	9.890	8.337	162	138
Algarve	57	3.215	2.572	36	1.485	1.249	29	24
TOTAL	1.220	87.301	69.524	826	54.137	45.409	740	629

Com a conclusão destes PA, a taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) baixou para os 130%.

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Comparando com a meta estabelecida para a Ação (1.500 Ações apoiadas), verifica-se que o número de PA contratados, até final de 2014, corresponde a 81% da meta do Programa. Quanto ao investimento e apoio contratado continua a ser superior ao esperado uma vez que representou uma percentagem da meta superior (152% e 131% respetivamente) face à percentagem de PA contratados.

Quadro 457: Ação 3.2.2 – Indicadores financeiros e de realização (acumulado)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
	1220	152.800	87.301	69.524	793	69.618	71.030	59.716
Meta	1.500	100.736	66.779	56.086	1.500	100.736	66.779	56.086
% da meta	81%	152%	131%	124%	53%	69%	106%	106%

Quadro 458: Ação 3.2.2 – Indicadores de resultado (acumulado)

	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Contratado)	População das zonas rurais beneficiária de serviços melhorados (Pago)
	231.738	205.543
Meta	186.728	186728
% da meta	124%	110%

2.2.4.6 Medida 3.4 – Cooperação LEADER para o desenvolvimento

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 61º alínea f); Artigo 63º alínea b) e Artigo 65º do Reg. (CE) nº 1698/2005;
- Artigo 39º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro, e Anexo II ponto 5.3.4.2;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 421;
- Portaria nº 786/2009 de 27 de julho, medida 3.4 – “Cooperação LEADER para o desenvolvimento”, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto, pela Portaria nº 228/2011 de 9 de Junho, pela Portaria nº 108/2012 de 20 de abril e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Medida

Valorizar os territórios rurais e consolidar o seu tecido económico e social, através da cooperação, enquanto instrumento potenciador das complementaridades, diversidades e heterogeneidades dos territórios em cooperação.

Conjugar, através da cooperação, o saber-fazer e os recursos humanos e financeiros oriundos de diferentes territórios rurais, permitindo atingir massa crítica necessária à viabilização dos projetos de cooperação, otimizar e racionalizar os recursos e identificar complementaridades que permitem abrir novas oportunidades de mercado e de desenvolvimento dos territórios rurais.

3 Implementação da Medida

A implementação desta medida começa pela apresentação por parte dos GAL, em conjunto com a ELD, das áreas temáticas em que pretendem desenvolver projetos de cooperação, os objetivos a alcançar e a mais-valia para o território resultante da concretização da cooperação, através de um Plano de Cooperação. Este integra um diagnóstico das necessidades de

cooperação do território e a formulação da estratégia de cooperação, baseada num conjunto de ideias de cooperação, com um orçamento e calendário previsional, referente à assistência técnica preparatória dos projetos de cooperação.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta medida, tal como já referido, iniciou a sua operacionalização com a apresentação dos Planos de Cooperação por parte dos GAL, ainda em 2009. No ano de 2014 não entraram novos planos de cooperação.

Quadro 459: Medida 3.4 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Planos de cooperação	Total de candidaturas entradas	
	Nº Intenções	Investimento total
3.4.1	25	309
3.4.2	30	662
TOTAL	55	972

A distribuição regional dos planos de cooperação é a mesma que se apresentou em Relatórios anteriores.

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014 como não entraram novos PA não se registaram análises e/ou decisões.

Quadro 460: Medida 3.4 – Planos de Cooperação entrados, analisados, decididos e contratados por Ação (acumulado)

Un.:mil euros

Planos de cooperação	Total de intenções entradas		Intenções analisadas		Total de intenções Decididas				Total de intenções contratadas			
	Nº Intenções	Invest. total	Nº Intenções	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº Intenções	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº Intenções	Invest. total	Nº Intenções	Invest. total				
3.4.1	25	309	25	309	1	15	24	277	24	277	236	189
3.4.2	30	662	30	662	4	35	26	546	26	546	492	389
TOTAL	55	972	55	972	5	50	50	823	50	823	728	578

Existem, assim, 50 planos de cooperação contratados no final de 2014.

A distribuição regional dos planos de cooperação contratados é a mesma apresentada no Relatório de 2013.

Quadro 461: Medida 3.4 – Distribuição regional dos Planos de Cooperação contratados

Un.:mil euros

Região	Total contratados							
	Coop. interterritorial				Coop. Transnacional			
	Nº Intenções	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº Intenções	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	4	34	29	23	8	164	147	118
Centro	6	70	60	48	7	156	140	112
LVT	8	97	83	66	4	59	53	38
Alentejo	2	39	33	27	5	86	78	62
Algarve	3	36	31	25	3	81	73	59
TOTAL	23	277	236	189	27	546	492	389

Os 50 planos de cooperação contratados, correspondem a 34 PA contratados, 18 referem-se a intenções de cooperação relativas às Ações 3.4.1 e 3.4.2, 6 apenas à Ação 3.4.1 e 10 à Ação 3.4.2.

c. Execução financeira

O total dos pagamentos efetuados foi de 338 mil euros de despesa pública com 275 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional e por tipo de plano de cooperação é a que se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 462: Medida 3.4 – Distribuição regional dos Planos de Cooperação pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos					
	Coop. Interterritorial			Coop. Transnacional		
	Nº Intenções	Despesa Pública	FEADER	Nº Intenções	Despesa Pública	FEADER
Norte	3	12	10	8	105	87
Centro	3	39	32	6	95	79
LVT	8	51	42	4	52	39
Alentejo	2	8	7	5	38	32
Algarve	2	18	14	3	47	39
TOTAL	18	128	105	26	338	275

d. Projetos encerrados

Dos 50 planos de cooperação contratados até ao final de 2014, encontram-se encerrados 30 num total de 444 mil euros de despesa pública executada, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 463: Ação 3.4 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº Intenções	Despesa Pública	FEADER	Nº Intenções	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	12	176	141	7	103	85	56	47
Centro	13	200	160	7	144	119	56	48
LVT	12	136	104	8	86	66	9	8
Alentejo	7	111	89	5	47	38	65	55
Algarve	6	104	83	3	65	53	39	34
TOTAL	50	728	578	30	444	362	225	191

Com a conclusão destes PA, foram libertados 225 mil euros de despesa pública.

2.2.4.7 Ação 3.4.1 – Cooperação interterritorial

1 Objetivos da Medida

Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação entre territórios rurais, situados no espaço nacional com criação de mais valia para os territórios cooperantes.

2 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta Ação foi operacionalizada através de períodos de candidatura. Em 2014 não se abriram períodos de candidaturas para esta Ação. No final deste ano, existiam 142 candidaturas entradas válidas com um investimento total proposto de 9.544 mil euros.

Quadro 464: Ação 3.4.1 – Candidaturas apresentadas

Un.:mil euros

Concurso	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento total
Primeiro	10.479	63	5.410
Segundo		15	1.447
Terceiro		64	2.688
TOTAL	10.479	142	9.544

A distribuição regional das candidaturas, em termos acumulados e comparativamente com o ano 2013, manteve-se, tal como se verifica no quadro seguinte.

Quadro 465: Ação 3.4.1 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulada)

Un.:mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	51	3.051
Centro	33	2.279
LVT	31	2.691
Alentejo	20	1.062
Algarve	7	462
TOTAL	142	9.544

b. Análise e decisão das candidaturas

As candidaturas encontram-se todas analisadas, decididas e contratadas.

Quadro 466: Ação 3.4.1 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concurso	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	63	5.410	63	5.410	0	0	63	4.924	63	4.924	4.186	3.295
Segundo	15	1.447	15	1.447	0	0	15	1.384	15	1.384	1.145	916
Terceiro	64	2.688	64	2.688	4	379	60	2.019	60	2.019	1.716	1.367
TOTAL	142	9.544	142	9.544	4	379	138	8.328	138	8.328	7.047	5.578

Em termos acumulados, encontram-se contratados 138 PA, num total de 7.047 mil euros de despesa pública, representando 5.578 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 97% encontram-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 5.916 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 67%.

A análise da distribuição regional dos PA contratados mantém-se face aos anos anteriores, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 467: Ação 3.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	49	2.703	2.297	1.837
Centro	32	2.124	1.774	1.420
LVT	30	2.068	1.758	1.348
Alentejo	20	972	826	661
Algarve	7	460	391	313
TOTAL	138	8.328	7.047	5.578

Quanto à temática de cooperação mantém-se um grande peso das tipologias "turismo e promoção dos territórios" e "produtos locais" que

representam, quer em número de PA contratados, quer em investimento, mais de 80% do total contratado, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 468: Ação 3.4.1 – Distribuição por temática de cooperação dos PA contratados

Un.: mil euros

Temática da Cooperação ¹	Total contratados			
	Nº PA	Investi-mento	Despesa Pública	FEADER
Turismo e promoção dos territórios	85	3.924	3.304	2.614
Produtos locais	84	2.974	2.528	2.001
Meio ambiente e recursos naturais	9	835	710	568
Património histórico-cultural	6	295	250	192
Qualificação, participação e cidadania	5	245	208	166
Novas tecnologias	2	55	47	37
TOTAL	191	8.328	7.047	5.578

¹ Um PA pode ter mais de uma temática de cooperação

c. Execução financeira

A execução desta Ação apresenta um montante de pagamentos acumulados de 6.048 mil euros de despesa pública e 5.067 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 469: Ação 3.4.1 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	49	2.052	1.729
Centro	31	1.468	1.227
LVT	30	1.572	1.307
Alentejo	20	611	512
Algarve	7	346	291
TOTAL	137	6.048	5.067

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 58% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 86% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

Dos 138 PA contratados até ao final de 2014, encontram-se encerrados 132 PA num total de 5.739 mil euros de despesa pública executada, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 470: Ação 3.4.1 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	49	2.297	1.837	48	2.019	1.701	105	89
Centro	32	1.774	1.420	29	1.326	1.109	159	135
LVT	30	1.758	1.348	29	1.491	1.238	31	27
Alentejo	20	826	661	19	558	471	180	153
Algarve	7	391	313	7	346	291	22	19
TOTAL	138	7.047	5.578	132	5.739	4.810	497	422

Com a conclusão destes PA, foram libertados 497 mil euros de despesa pública. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) passa a ser 59%.

3 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os projectos de cooperação apoiados apresentaram um apoio médio superior ao esperado, uma vez que o número de projectos de cooperação atingiu apenas 13% da meta do Programa enquanto a despesa pública, a eles associada, representou 67% da meta. Verifica-se, ainda, que 72% de GAL estiveram envolvidos em ações de cooperação.

Quadro 471: Ação 3.4.1 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER	Projectos de Cooperação	N.º GAL Participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER
	19	45	7.047	5.578	19	44	6.048	5.067
Meta	150	<46	10.479	8.800	150	<46	10.479	8.800
% da Meta	13%	72%	67%	63%	13%	72%	58%	58%

2.2.4.8 Ação 3.4.2 – Cooperação transnacional

1 Objetivos da Medida

Promover o desenvolvimento de projetos de cooperação entre territórios rurais nacionais e de países terceiros, podendo estes não estar situados no espaço da UE

2 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Tal como na Ação 3.4.1, a operacionalização desta Ação foi efetuada por períodos de candidaturas, não tendo existido nenhum período em 2014. O número de candidaturas válidas diminuiu, face a 2013, por força de desistências entretanto ocorridas.

Quadro 472: Ação 3.4.2 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Concurso	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento total
Primeiro	1.423	11	875
Segundo		42	3.164
Terceiro		9	731
TOTAL	1.423	62	4.771

Em termos acumulados entraram 62 candidaturas válidas, com um total de 4.771 mil euros de investimento proposto.

Na distribuição regional das candidaturas entradas verifica-se uma pequena alteração, fruto não só da desistência registada num PA do Alentejo como da reclassificação efetuada num PA do Norte que passou para o Centro.

Quadro 473: Ação 3.4.2 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento
Norte	13	917
Centro	17	1.053
LVT	9	699
Alentejo	15	1.250
Algarve	8	852
TOTAL	62	4.771

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano de 2014, não se registaram contratações, registando-se apenas uma desistência.

Quadro 474: Ação 3.4.2 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concurso	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	11	875	11	875	0	0	11	859	11	859	773	618
Segundo	42	3.164	42	3.164	3	261	39	2.785	39	2.785	2.507	1.967
Terceiro	9	731	9	731	1	110	8	608	8	608	547	423
TOTAL	62	4.771	62	4.771	4	371	58	4.252	58	4.252	3.827	3.009

Em termos acumulados, encontram-se contratados 58 PA, num total de 3.827 mil euros de despesa pública, com 3.009 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 95% encontram-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER será ajustado para 3.247 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 271%.

Analisando a distribuição regional dos PA contratados mantém-se a mesma tendência já registada em anos anteriores com a região Centro como a mais representativa em termos de número de PA contratados e de investimento (com 29% e 25% respetivamente).

Quadro 475: Ação 3.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	11	761	685	548
Centro	17	1.046	941	753
LVT	9	648	583	414
Alentejo	13	998	898	719
Algarve	8	799	719	575
TOTAL	58	4.252	3.827	3.009

Analisando os PA contratados, segundo a temática de cooperação que apresentam, registou-se um ligeiro reforço no predomínio da temática “*qualificação, participação e cidadania*”, com 40% e 36%, respetivamente, dos PA e do investimento total.

Quadro 476: Ação 3.4.2 – Distribuição por temática de cooperação dos PA contratados

Un.: mil euros

Temática da Cooperação ¹	Total contratados			
	Nº PA	Investi-mento	Despesa Pública	FEADER
Qualificação, participação e cidadania	25	1.523	1.370	1.096
Produtos locais	15	1.066	960	738
Turismo e promoção dos territórios	13	975	877	679
Meio ambiente e recursos naturais	9	647	582	466
Património histórico-cultural	1	42	38	30
TOTAL	63	4.252	3.827	3.009

¹ Um PA pode ter mais de uma temática de cooperação

c. Execução financeira

A execução desta Ação apresenta um montante de pagamentos acumulados de 3.142 mil euros de despesa pública e 2.665 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional destes pagamentos é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 477: Ação 3.4.2 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	12	662	561
Centro	16	658	558
LVT	9	458	389
Alentejo	13	799	677
Algarve	8	565	480
TOTAL	58	3.142	2.665

Em termos globais, a Ação alcançou uma taxa de execução de 222% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 82% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

Dos 58 PA contratados até ao final de 2014, encontram-se encerrados 41 PA num total de 2.343 mil euros de despesa pública executada, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 478: Ação 3.4.2 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	11	685	548	9	502	425	41	35
Centro	17	941	753	14	636	539	140	119
LVT	9	583	414	3	152	130	59	50
Alentejo	13	898	719	12	789	668	73	62
Algarve	8	719	575	3	264	224	15	13
TOTAL	58	3.827	3.009	41	2.343	1.986	328	279

Com a conclusão destes PA, foram libertados 328 mil euros de despesa pública. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) passa a ser 216%.

3 Indicadores de acompanhamento do Programa

O número de projetos de cooperação contratados ultrapassou a meta em 25%, tendo também superado largamente, o valor da meta em termos de apoio (251%). Este diferencial é compensado na Ação 3.4.1.

Quadro 479: Ação 3.4.2 – Indicadores de realização e financeiros

Un.:mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)			
	Projectos de Cooperação *	Nº GAL participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER	Projectos de Cooperação *	Nº GAL participantes na cooperação	Desp. pública	FEADER
	25	36	3.827	3.009	25	36	3.142	2.665
Meta	20	<46	1.423	1.200	20	<46	1.423	1.200
% da Meta	125%	72%	269%	251%	125%	72%	221%	222%

* 1Projeto de Cooperação pode ter mais do que 1PA.

2.2.4.9 Medida 3.3 – Implementação de estratégias de desenvolvimento local

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 59º e Artigo 63º alínea a) do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 37º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.4.1;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 413;
- Portaria nº 392-A/2008 de 4 de junho, medida 3.3 – “Implementação de estratégias locais de desenvolvimento”, com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de agosto e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Dinamização Económica dos Territórios Rurais, nomeadamente através da Diversificação da Economia e Criação de Emprego e da Melhoria da Qualidade de Vida nas Zonas Rurais;
- Reforçar a Governança Local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Como já foi referido em Relatórios anteriores, o reconhecimento dos GAL e aprovação das Estratégias Locais de Desenvolvimento (ELD), iniciou-se no ano de 2008 com o reconhecimento de 44 GAL.

O processo de reconhecimento dos GAL, feito mediante um concurso público, permitiu que cada concorrente apresentasse uma ELD, que se adequasse às necessidades do território de intervenção definido, em particular uma estratégia que possibilitasse a concretização de objetivos, definidos pelo conjunto dos atores socioeconómicos desse mesmo território, essenciais para a revitalização das zonas rurais. Este processo ficou concluído apenas em janeiro de 2010 com o reconhecimento dos últimos 3 GAL e aprovação das respetivas estratégias.

As ELD incorporam as medidas 3.1 “Diversificação da economia e criação de emprego” e 3.2 “Melhoria da qualidade de vida”, cuja execução já foi apresentada anteriormente.

Neste ponto apresenta-se uma síntese da execução das ELD/medidas 3.1 e 3.2, em cada um dos GAL.

Quadro 480: Medida 3.3 – Execução das ELD (por GAL)

Grupos de Ação Local	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	9.566	7.653	20	12.287	274	29.146	215	20.306	10.462	8.369	197	7.485	6.237
ADAE	6.125	4.900	18	10.082	163	25.269	89	14.450	6.892	5.514	76	5.444	4.596
ADER-AL	8.814	7.051	20	12.243	233	28.759	152	17.655	9.669	7.735	146	8.081	6.835
ADERE	5.015	4.012	20	8.653	121	20.525	68	11.855	5.627	4.502	56	3.360	2.838
ADERES	4.850	3.296	17	6.002	123	14.262	76	8.875	4.273	3.419	61	2.869	2.438
ADER-SOUSA	8.850	7.080	12	10.262	187	34.026	88	17.466	9.241	7.392	80	7.109	5.989
ADIBER	6.289	5.031	15	7.027	182	17.567	134	11.606	6.875	5.500	122	5.239	4.379
ADICES	7.590	6.072	18	10.350	135	18.935	119	16.150	8.149	6.519	111	6.682	5.623
ADIRN	9.823	7.858	20	11.757	162	26.698	132	21.160	11.432	9.146	127	7.981	6.719
ADL	8.641	6.913	15	10.666	115	16.969	114	16.671	8.996	7.196	114	7.769	6.517
ADRAT	7.319	5.856	10	8.608	139	20.667	118	17.105	9.066	7.253	107	6.154	5.164
ADREPES	7.437	4.090	15	7.648	111	17.080	89	12.802	7.600	4.180	86	5.422	4.293
ADRIL	9.872	7.898	17	9.920	302	33.780	198	20.291	10.643	8.514	193	9.038	7.623
ADRIMAG	9.369	7.496	20	16.364	233	37.036	125	21.131	9.854	7.884	124	8.867	7.421
ADRIMINHO	7.514	6.011	14	7.769	194	28.998	126	17.010	8.735	6.988	121	6.853	5.776
ADRITEM	9.107	7.285	18	9.860	100	17.359	87	15.593	9.153	7.322	85	7.855	6.588
ADRUSE	5.592	4.474	13	7.143	79	10.574	74	10.229	5.042	4.033	71	4.221	3.553
APRODER	6.610	5.288	16	7.944	120	15.317	87	10.368	5.952	4.761	79	4.604	3.848
ATAHCA	6.633	5.306	12	7.432	195	22.849	147	18.467	9.633	7.707	140	8.213	6.865
BEIRA DOURO	6.427	5.142	13	8.142	97	17.223	85	13.810	7.609	6.088	84	6.025	5.082
BEIRA INTERIOR SUL	8.912	7.129	20	9.986	121	17.983	80	11.481	6.794	5.435	96	6.734	5.657
CASTELOS DO CÔA	5.763	4.611	15	6.923	111	17.397	71	12.230	5.878	4.702	72	5.101	4.328
CHARNECA	8.414	6.731	13	10.260	116	16.742	101	14.558	8.259	6.607	99	7.088	5.933
CORANE	8.699	6.959	17	10.049	245	33.501	160	20.352	9.276	7.421	139	6.533	5.493
DESTIQUE	7.927	6.341	15	10.482	194	24.504	155	19.191	9.356	7.485	143	7.123	6.002
DOLMEN	8.105	6.484	15	9.758	168	27.520	121	18.832	8.599	6.879	122	7.840	6.595
DOURO HISTÓRICO	6.619	5.295	14	10.449	105	17.241	82	12.120	6.241	4.993	80	5.538	4.663
DOURO SUPERIOR	5.303	4.242	10	6.618	127	12.365	113	10.855	5.501	4.401	104	4.800	4.009
ELOZ	5.315	4.252	16	6.724	105	10.056	94	9.123	4.963	3.971	92	4.029	3.387
GAL ADD	7.320	5.856	16	8.577	204	24.907	135	15.802	8.145	6.516	129	6.995	5.890
GAL ADDLAP	6.546	5.237	13	7.012	141	16.055	102	11.759	6.810	5.448	95	4.662	3.963
GAL AL SUD - ESDIME	8.593	6.875	15	9.425	142	17.858	132	15.806	9.535	7.628	133	8.229	6.923
GAL COVA DA BEIRA	6.532	4.642	17	11.104	142	17.601	117	13.541	6.982	5.586	97	4.712	3.999
GAL T B GUADIANA	6.386	5.109	13	7.194	116	13.629	98	10.951	5.830	4.664	101	4.970	4.162
INT ALGARVE CENTRAL	6.055	4.844	15	9.473	103	11.740	94	10.559	6.232	4.986	87	4.037	3.416
LEADER OESTE	9.597	7.677	14	7.101	155	28.677	113	18.417	8.974	7.180	97	5.862	4.866
LEADERSÓR	6.205	4.964	20	10.325	114	15.365	87	11.212	6.134	4.907	76	4.529	3.823
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	7.938	6.350	20	10.636	97	14.164	84	12.318	6.701	5.360	83	5.187	4.361
MONTE	12.484	9.988	20	14.562	209	25.656	187	23.185	12.447	9.958	182	10.198	8.564
PINHAL MAIOR	5.595	4.476	18	6.896	134	15.516	129	14.461	6.564	5.251	122	4.953	4.154
PROBASTO	5.011	4.009	14	5.663	145	13.318	100	8.467	4.747	3.798	81	3.247	2.732
PRÓ-RAIA	5.601	4.508	15	8.280	129	19.497	81	11.968	5.771	4.617	79	5.087	4.307
PRÓ-RURAL	5.635	4.508	15	7.137	107	13.682	85	10.499	5.909	4.727	80	3.760	3.195
SOL DO AVE	5.328	4.898	19	7.945	145	27.536	62	9.352	5.163	4.130	62	4.499	3.803
TAGUS	6.123	4.898	20	8.862	103	12.643	95	11.446	5.806	4.645	88	4.003	3.388
TERRAS DE SICÓ	7.938	6.351	15	9.338	153	23.233	118	15.962	9.044	7.235	83	4.893	4.091
TERRAS DENTRO	5.470	4.376	15	7.449	73	10.042	66	9.147	5.468	4.375	65	4.201	3.544
TOTAL	340.859	270.323	752	428.387	6.969	951.462	5.185	676.595	356.034	282.927	4.867	278.078	233.635

Quadro 481: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.1 (por GAL)

Grupos de Ação Local	Ação 3.1.1												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	356	376	5	1.217	40	1.476	35	888	343	275	34	339	288
ADAE	7	184	3	766	3	134	1	19	7	6	1	7	6
ADER-AL	1.234	987	4	1.567	27	4.534	13	2.026	1.099	879	12	1.010	857
ADERE	750	600	4	1.226	16	4.344	8	2.285	1.175	940	6	533	450
ADERES	513	371	4	602	4	635	4	635	306	245	4	282	240
ADER-SOUSA	314	263	2	603	7	1.526	2	319	181	145	2	64	54
ADIBER	338	270	3	338	4	363	3	345	196	157	2	156	132
ADICES	200	121	4	571	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADIRN	712	490	4	1.273	8	2.197	5	1.424	675	540	6	568	483
ADL	884	566	3	1.585	12	2.655	11	2.357	1.130	904	11	959	803
ADRAT	596	481	2	887	8	1.190	8	1.190	521	417	8	530	447
ADREPE	1.041	573	3	825	12	2.303	10	1.741	984	541	9	614	498
ADRIL	2.162	2.024	4	2.228	47	6.966	30	4.238	2.130	1.704	29	1.755	1.478
ADRMAG	689	609	4	1.920	8	1.720	6	1.335	588	471	6	452	384
ADRMINHO	899	989	2	941	13	2.811	9	1.730	899	719	9	775	657
ADRITEM	590	670	4	1.206	5	1.127	5	1.127	590	472	5	528	441
ADRUSE	396	450	2	723	4	766	4	766	378	302	4	342	291
APRODER	1.580	864	4	1.897	20	2.634	14	2.303	1.104	883	13	987	838
ATAHCA	844	531	3	849	12	2.027	10	1.720	844	675	10	783	653
BEIRA DOURO	825	657	3	962	12	2.990	7	1.642	824	659	7	674	570
BEIRA INTERIOR SUL	1.442	1.004	4	1.697	17	3.256	10	2.393	1.377	1.102	13	1.008	853
CASTELOS DO CÔA	151	201	3	783	6	1.082	2	446	151	121	2	151	128
CHARNECA	1.993	1.529	3	2.429	24	3.922	20	3.341	1.765	1.412	20	1.510	1.277
CORANE	1.655	1.250	3	1.743	22	3.861	18	3.295	1.553	1.242	15	1.028	871
DESTEQUE	1.543	1.421	3	1.920	28	3.700	28	3.700	1.802	1.441	27	1.390	1.176
DOLMEN	817	653	3	1.121	12	3.233	8	2.116	816	653	8	764	649
DOURO HISTÓRICO	1.135	794	3	1.375	13	3.365	10	2.640	1.311	1.049	10	1.061	895
DOURO SUPERIOR	355	424	2	537	9	1.247	6	680	355	284	5	290	238
ELOZ	54	213	2	300	1	136	1	136	54	43	1	54	44
GAL ADD	41	33	2	477	1	103	1	103	41	33	1	31	26
GAL ADDLAP	360	262	3	374	5	952	3	606	313	251	3	231	196
GAL AL SUD - ESDIME	1.740	1.302	3	1.740	15	4.297	15	4.297	2.450	1.960	15	1.988	1.673
GAL COVA DA BEIRA	1.088	870	4	2.456	7	1.143	6	885	484	387	4	188	160
GAL T B GUADIANA	589	471	3	1.395	9	1.314	8	1.301	607	486	9	531	449
INT ALGARVE CENTRAL	765	727	3	1.650	3	344	3	344	199	160	2	135	114
LEADER OESTE	1.528	1.222	3	782	13	3.110	11	2.686	1.327	1.062	11	809	682
LEADERSÖR	957	1.489	4	1.942	11	2.017	7	1.544	842	674	6	537	457
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.004	638	4	1.435	7	1.429	6	1.414	721	577	6	626	532
MONTE	1.192	1.093	4	1.482	15	2.218	14	2.064	930	744	14	743	630
PINHAL MAIOR	201	339	4	608	8	393	8	393	174	139	7	143	121
PROBASTO	251	200	2	341	5	417	2	162	85	68	2	85	72
PRÓ-RAIA	250	586	3	858	2	56	2	56	17	14	2	17	15
PRÓ-RURAL	1.114	586	3	1.312	15	3.631	13	3.052	1.558	1.246	12	991	842
SOL DO AVE	282	504	3	537	4	1.148	2	554	279	223	2	279	235
TAGUS	523	504	4	895	8	1.103	7	953	523	418	7	402	342
TERRAS DE SICÓ	238	191	2	286	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TERRAS DENTRO	875	588	3	1.185	9	1.721	8	1.696	968	774	8	852	724
TOTAL	37.073	31.171	150	53.845	531	91.595	404	68.948	34.677	27.496	390	27.202	22.971

Quadro 482: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.2 (por GAL)

Grupos de Acção Local	Acção 3.1.2												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	3.035	2.428	4	3.282	74	11.583	51	7.357	3.870	3.096	50	2.749	2.280
ADAE	2.899	1.995	4	3.235	78	12.117	47	6.894	3.371	2.696	40	2.486	2.093
ADER-AL	1.851	1.481	4	2.961	55	6.517	34	4.024	2.080	1.664	32	1.716	1.452
ADERE	500	400	4	1.480	32	2.899	16	1.610	716	573	15	457	387
ADERES	753	556	4	897	25	1.929	18	1.294	601	481	14	435	370
ADER-SOUSA	2.823	2.247	3	3.048	72	13.275	35	6.927	3.838	3.071	26	2.386	2.007
ADIBER	1.158	822	3	1.331	45	3.027	42	2.808	1.426	1.141	39	1.092	909
ADICES	3.424	2.247	4	4.507	68	9.145	60	7.915	3.787	3.030	56	3.142	2.633
ADIRN	2.978	2.462	4	3.539	40	7.383	33	6.165	3.140	2.512	31	2.182	1.824
ADL	1.460	1.168	3	1.953	21	2.385	21	2.385	1.255	1.004	21	1.146	958
ADRAT	2.796	2.330	2	2.858	52	9.693	36	7.214	3.868	3.095	28	2.659	2.208
ADREPES	1.562	859	3	1.799	33	3.991	22	2.235	1.239	682	22	1.054	759
ADRIL	2.334	1.558	4	2.601	75	6.689	59	5.140	2.876	2.301	58	2.510	2.109
ADRIMAG	2.177	1.612	4	4.762	59	9.915	26	5.214	2.748	2.199	26	2.531	2.145
ADRIMINHO	1.507	1.321	3	1.618	35	4.680	26	3.463	1.847	1.477	22	1.419	1.188
ADRITEM	2.859	1.953	4	2.904	35	6.673	22	4.906	2.824	2.260	22	2.385	2.010
ADRUSE	1.114	602	4	1.380	18	2.065	18	2.065	1.067	854	15	773	650
APRODER	1.735	1.764	3	2.453	28	4.134	19	3.132	1.717	1.374	18	1.302	1.081
ATAHCA	1.163	796	2	1.323	36	4.727	25	3.069	1.723	1.379	22	1.347	1.123
BEIRA DOURO	1.155	927	3	1.223	17	2.700	15	2.487	1.271	1.017	16	1.009	844
BEIRA INTERIOR SUL	2.108	2.034	4	2.874	31	4.502	24	3.612	2.098	1.679	25	1.852	1.559
CASTELOS DO CÔA	1.583	1.455	3	1.731	26	3.507	19	2.750	1.402	1.121	20	1.314	1.113
CHARNECA	3.431	2.718	3	3.496	52	7.753	43	6.571	3.615	2.892	42	2.978	2.485
CORANE	2.277	1.691	4	2.439	107	10.838	62	4.904	2.486	1.989	52	1.686	1.406
DESTIQUE	1.335	1.051	3	1.733	57	6.539	38	4.085	1.793	1.434	29	1.304	1.095
DOLMEN	2.095	1.676	3	2.259	48	7.511	39	5.620	2.565	2.052	39	2.420	2.031
DOURO HISTÓRICO	1.576	1.059	3	1.663	35	4.707	26	3.039	1.328	1.062	24	1.236	1.027
DOURO SUPERIOR	1.274	848	2	1.238	64	3.903	59	3.386	1.723	1.378	52	1.416	1.181
ELOZ	1.329	1.063	4	1.575	36	3.270	29	2.683	1.356	1.085	29	1.216	1.018
GAL ADD	3.227	2.417	4	3.480	93	12.285	58	7.515	3.587	2.870	57	3.134	2.621
GAL ADDLAP	1.834	1.309	3	1.694	45	4.736	34	3.656	2.010	1.608	30	1.271	1.080
GAL AL SUD - ESDIME	2.978	2.467	3	3.281	41	6.168	34	4.666	2.648	2.119	35	2.530	2.119
GAL COVA DA BEIRA	1.307	870	4	2.834	58	5.369	50	4.132	2.088	1.671	35	1.064	904
GAL T B GUADIANA	1.444	1.155	3	1.471	28	2.731	25	2.355	1.172	937	25	973	813
INT ALGARVE CENTRAL	1.375	969	3	1.988	45	5.356	41	4.586	2.682	2.146	36	1.810	1.538
LEADER OESTE	3.048	2.439	3	2.607	47	9.748	26	5.407	2.626	2.101	25	1.989	1.645
LEADERSÓR	1.041	1.117	4	2.223	36	3.806	24	2.374	1.215	972	19	781	653
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	3.342	2.067	4	2.975	43	6.703	34	5.501	3.045	2.436	35	2.667	2.236
MONTE	4.393	3.597	4	5.255	75	9.795	64	8.959	4.621	3.697	63	3.772	3.153
PINHAL MAIOR	1.939	1.280	4	2.326	58	6.289	55	5.595	2.112	1.690	55	1.828	1.530
PROBASTO	1.253	1.002	3	1.324	56	3.710	37	2.474	1.301	1.041	34	897	754
PRÓ-RAIA	2.250	1.319	3	2.458	59	6.289	41	5.102	2.636	2.109	39	2.442	2.066
PRÓ-RURAL	1.055	1.319	3	1.885	23	2.836	18	2.013	1.122	897	16	623	529
SOL DO AVE	494	1.280	4	1.463	23	3.969	5	838	441	353	5	441	375
TAGUS	2.104	1.280	4	2.114	37	4.304	33	3.892	1.955	1.564	32	1.342	1.136
TERRAS DE SICÓ	2.540	2.032	4	3.190	43	6.633	38	5.790	3.168	2.535	26	1.592	1.333
TERRAS DENTRO	1.938	1.176	3	1.941	31	4.155	28	3.723	2.103	1.683	27	1.515	1.275
TOTAL	93.855	72.217	161	112.672	2.195	282.938	1.609	201.530	104.164	83.021	1.479	80.872	67.706

Quadro 483: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.1.3 (por GAL)

Grupos de Acção Local	Acção 3.1.3												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas			Valores Pagos			
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.695	1.356	4	2.428	25	5.228	18	3.880	1.895	1.516	17	1.244	1.035
ADAE	223	405	3	1.420	11	1.978	2	499	203	162	2	183	155
ADER-AL	1.851	1.481	4	2.598	38	6.488	26	4.719	2.448	1.958	27	1.933	1.642
ADERE	1.710	1.208	4	2.012	41	8.456	23	4.760	2.244	1.795	20	1.361	1.154
ADERES	1.231	825	4	1.812	19	3.531	11	2.043	1.042	834	7	546	464
ADER-SOUSA	1.830	1.464	2	2.274	20	5.591	11	3.063	1.643	1.315	12	1.545	1.306
ADIBER	1.771	1.521	3	2.026	38	5.364	21	3.089	1.711	1.369	20	1.272	1.065
ADICES	1.100	789	4	1.539	15	3.042	12	2.288	1.157	925	12	941	797
ADIRN	2.383	1.907	4	2.867	28	6.223	21	4.821	2.516	2.013	22	1.583	1.337
ADL	3.233	2.587	3	3.589	34	6.517	34	6.517	3.439	2.751	34	3.026	2.531
ADRAT	1.109	764	2	1.238	14	3.421	13	3.121	1.797	1.438	12	963	807
ADREPES	2.603	1.432	3	2.676	29	6.603	24	5.386	3.148	1.732	23	2.097	1.754
ADRIL	2.833	2.309	3	2.276	62	10.043	37	6.076	2.824	2.259	37	2.414	2.033
ADRIMAG	1.896	1.588	4	2.803	44	9.155	18	3.923	1.829	1.463	18	1.702	1.409
ADRIMINHO	1.618	1.058	3	1.458	52	8.368	35	5.378	2.510	2.008	35	1.794	1.513
ADRITEM	1.360	1.259	4	1.941	8	2.044	8	2.044	1.181	945	8	1.001	842
ADRUSE	1.773	1.573	2	1.849	20	3.757	18	3.602	1.676	1.341	18	1.561	1.307
APRODER	970	902	3	1.417	17	3.383	9	1.516	860	688	9	769	639
ATAHCA	1.658	1.326	2	1.959	38	6.008	29	4.839	2.154	1.723	30	1.971	1.640
BEIRA DOURO	1.697	1.358	2	2.559	20	5.648	16	3.985	2.120	1.696	16	1.752	1.487
BEIRA INTERIOR SUL	1.747	1.115	4	2.022	23	3.361	17	2.398	1.313	1.050	19	1.268	1.064
CASTELOS DO CÔA	1.202	778	3	999	28	4.826	11	2.411	1.117	894	11	959	810
CHARNECA	1.004	804	2	1.688	10	2.100	8	1.680	943	755	7	868	717
CORANE	1.908	1.474	3	1.992	57	10.081	29	4.785	2.319	1.855	29	1.769	1.492
DESTEQUE	1.922	1.755	3	2.136	36	7.279	27	5.307	2.525	2.020	25	1.880	1.584
DOLMEN	1.546	1.236	2	1.646	26	6.509	16	3.851	1.448	1.158	16	1.354	1.134
DOURO HISTÓRICO	914	794	2	1.224	11	2.153	7	1.587	714	571	9	820	685
DOURO SUPERIOR	1.120	857	2	1.186	20	2.648	16	2.271	1.123	899	15	1.028	851
ELOZ	1.275	850	3	1.312	12	2.596	11	2.386	1.139	911	13	996	842
GAL ADD	688	715	3	1.050	13	2.257	9	1.607	842	674	8	617	525
GAL ADDLAP	1.079	1.047	3	1.671	17	2.983	11	1.662	856	685	9	495	421
GAL AL SUD - ESDIME	1.140	957	3	1.496	9	2.205	7	1.691	980	784	7	843	711
GAL COVA DA BEIRA	944	580	4	1.875	20	4.179	15	2.754	1.391	1.113	12	774	656
GAL T B GUADIANA	2.079	1.663	3	2.010	26	5.092	20	3.810	1.994	1.595	21	1.737	1.463
INT ALGARVE CENTRAL	1.052	727	3	1.892	18	3.381	16	3.081	1.681	1.345	12	1.032	867
LEADER OESTE	2.400	1.920	3	2.036	35	10.729	19	5.565	2.381	1.905	16	1.324	1.099
LEADERSÔR	1.104	1.117	4	2.184	13	2.369	11	1.950	1.002	801	10	807	679
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.393	1.264	4	1.927	13	2.515	11	1.934	1.065	852	11	712	591
MONTE	2.411	1.763	4	2.502	32	5.243	27	4.462	2.246	1.797	26	1.835	1.530
PINHAL MAIOR	966	866	4	1.219	17	2.074	17	2.074	974	779	16	750	628
PROBASTO	1.002	802	3	1.096	28	3.728	15	1.727	873	698	9	526	438
PRÓ-RAIA	1.000	1.026	3	1.638	25	4.799	13	2.068	780	624	13	641	539
PRÓ-RURAL	1.401	1.026	3	1.652	16	3.172	10	2.034	1.109	887	10	758	644
SOL DO AVE	2.421	984	4	2.623	56	14.134	19	4.513	2.403	1.922	19	2.130	1.795
TAGUS	832	984	4	1.731	10	1.504	8	1.299	678	542	7	587	489
TERRAS DE SICÓ	1.350	1.080	3	1.553	33	7.600	18	3.834	2.102	1.682	9	953	794
TERRAS DENTRO	827	588	3	1.350	8	1.149	7	1.005	580	464	7	388	328
TOTAL	71.269	55.885	148	88.449	1.185	231.516	781	149.295	74.975	59.193	745	57.508	48.293

Quadro 484: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.2.1 (por GAL)

Grupos de Acção Local	Acção 3.2.1												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	1.510	1.340	4	2.669	47	3.586	42	2.912	1.432	1.145	30	770	642
ADAE	739	768	4	2.017	23	3.105	8	1.321	620	496	9	573	485
ADER-AL	1.498	1.199	4	2.676	49	4.660	35	2.891	1.668	1.334	34	1.390	1.176
ADERE	1.191	1.033	4	2.145	11	1.776	6	776	373	298	5	317	267
ADERES	984	721	3	1.296	47	3.669	27	2.224	976	781	24	634	539
ADER-SOUSA	1.396	1.117	3	1.788	52	6.617	20	2.606	1.265	1.012	20	936	787
ADIBER	1.317	1.053	3	1.626	36	4.310	23	2.657	1.538	1.231	18	1.062	893
ADICES	890	789	3	1.334	18	1.774	18	1.774	881	705	17	753	640
ADIRN	1.662	1.317	4	1.965	39	4.478	32	3.669	1.981	1.585	31	1.401	1.189
ADL	1.031	825	3	1.410	15	1.577	15	1.577	887	709	16	730	615
ADRAT	2.726	2.202	3	3.526	61	6.238	57	5.455	2.787	2.230	55	1.925	1.636
ADREPES	1.116	614	3	1.392	18	1.824	16	1.654	961	528	15	712	555
ADRIL	1.056	842	4	1.169	81	4.768	51	2.035	1.202	961	48	916	778
ADRIMAG	2.087	1.670	4	3.383	73	7.431	43	4.026	1.999	1.599	43	1.833	1.535
ADRIMINHO	825	668	3	1.044	45	3.262	25	1.695	823	658	25	710	603
ADRITEM	1.865	1.580	4	1.580	30	3.607	30	3.607	2.070	1.656	29	1.755	1.475
ADRUSE	1.433	986	3	2.114	23	2.517	23	2.517	1.304	1.043	22	899	764
APRODER	1.139	781	3	975	27	2.269	23	1.821	1.089	871	20	658	552
ATAHCA	1.095	1.061	2	1.087	67	4.558	43	3.395	1.568	1.255	41	1.271	1.059
BEIRA DOURO	1.451	1.161	3	2.099	20	2.467	19	2.278	1.344	1.075	19	1.217	1.029
BEIRA INTERIOR SUL	1.510	1.293	4	1.323	25	1.926	18	1.532	899	719	21	786	666
CASTELOS DO CÔA	714	676	3	1.080	16	1.668	14	1.503	687	550	14	563	478
CHARNECA	517	467	2	1.179	11	849	11	849	485	388	11	485	406
CORANE	1.029	1.046	4	1.997	31	2.372	27	2.005	1.029	823	21	791	669
DESTEQUE	1.422	1.221	3	3.093	40	2.902	37	2.743	1.396	1.117	38	1.187	1.006
DOLMEN	1.672	1.337	4	2.687	47	4.690	33	3.449	1.788	1.430	34	1.567	1.320
DOURO HISTÓRICO	1.016	1.324	3	3.166	14	2.025	13	1.877	996	797	13	843	717
DOURO SUPERIOR	704	628	2	1.569	19	1.354	17	1.305	677	541	17	675	572
ELOZ	1.329	1.063	4	1.981	28	2.021	25	1.885	1.008	806	24	774	651
GAL ADD	661	765	3	737	36	2.851	26	1.923	1.027	821	23	743	625
GAL ADDLAP	1.351	1.571	2	1.358	34	3.007	28	2.671	1.532	1.226	28	1.193	1.014
GAL AL SUD - ESDIME	932	821	3	1.112	32	1.676	31	1.640	929	743	31	717	602
GAL COVA DA BEIRA	1.664	1.160	3	2.089	31	3.320	30	3.315	1.675	1.340	30	1.418	1.201
GAL T B GUADIANA	1.056	844	2	1.100	26	2.586	21	1.838	984	787	21	806	665
INT ALGARVE CENTRAL	1.350	1.211	3	1.508	18	1.250	16	1.152	647	518	20	469	396
LEADER OESTE	1.636	1.309	3	987	40	3.062	37	2.731	1.449	1.159	31	911	757
LEADERSÔR	1.373	559	4	1.782	28	3.454	23	2.402	1.292	1.033	20	844	714
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	746	1.233	4	2.439	11	1.229	10	1.180	631	504	10	331	280
MONTE	1.474	1.476	4	1.681	32	2.981	29	2.641	1.281	1.025	28	888	747
PINHAL MAIOR	720	820	3	974	23	1.555	23	1.555	815	652	23	684	580
PROBASTO	1.503	1.203	3	1.782	37	3.740	30	2.884	1.648	1.318	24	1.059	898
PRÓ-RAIA	400	789	3	1.299	7	592	4	419	206	165	4	157	134
PRÓ-RURAL	900	789	3	1.021	24	1.636	20	1.538	836	669	20	548	465
SOL DO AVE	1.263	1.152	4	1.732	41	3.608	29	2.166	1.186	949	29	1.020	864
TAGUS	866	1.152	4	2.396	18	1.759	18	1.759	798	639	17	600	509
TERRAS DE SICÓ	1.826	1.461	4	2.670	42	4.155	37	3.619	1.930	1.544	23	792	663
TERRAS DENTRO	453	1.214	3	1.204	8	551	8	551	323	258	8	152	128
TOTAL	57.102	50.313	154	83.238	1.501	137.313	1.171	###	54.917	43.693	1.104	41.466	34.948

Quadro 485: Medida 3.3 – Execução das ELD – Ação 3.2.2 (por GAL)

Grupos de Acção Local	Acção 3.2.2												
	Programação ELD		Concursos		Candidaturas Entradas		Candidaturas Contratadas				Valores Pagos		
	Despesa Pública	FEADER	N.º	Dotação (DP)	N.º PA	Invest. total	N.º PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	N.º PA	Despesa Pública	FEADER
AD ELO	2.970	2.153	3	2.690	88	7.274	69	5.269	2.922	2.337	66	2.382	1.992
ADAE	2.257	1.548	4	2.645	48	7.935	31	5.718	2.692	2.153	24	2.195	1.855
ADER-AL	2.380	1.904	4	2.441	64	6.561	44	3.996	2.375	1.900	41	2.032	1.707
ADERE	864	771	4	1.790	21	3.050	15	2.424	1.120	896	10	694	582
ADERES	1.367	823	2	1.395	28	4.498	16	2.678	1.348	1.078	12	972	825
ADER-SOUSA	2.486	1.989	2	2.550	36	7.017	20	4.552	2.313	1.851	20	2.177	1.834
ADIBER	1.706	1.365	3	1.706	59	4.503	45	2.706	2.003	1.602	43	1.657	1.381
ADICES	1.976	2.125	3	2.400	34	4.975	29	4.173	2.324	1.859	26	1.845	1.553
ADIRN	2.088	1.683	4	2.113	47	6.416	41	5.081	3.120	2.496	37	2.247	1.887
ADL	2.033	1.767	3	2.129	33	3.834	33	3.834	2.285	1.828	32	1.907	1.610
ADRAT	92	79	1	99	4	125	4	125	92	74	4	79	67
ADREPES	1.116	614	3	957	19	2.359	17	1.786	1.268	697	17	944	727
ADRIL	1.486	1.164	2	1.646	37	5.315	21	2.802	1.610	1.288	21	1.442	1.226
ADRIMAG	2.520	2.016	4	3.497	49	8.816	32	6.633	2.690	2.152	31	2.349	1.948
ADRIMINHO	2.666	1.975	3	2.708	49	9.877	31	4.744	2.657	2.126	30	2.154	1.815
ADRITEM	2.433	1.824	2	2.228	22	3.908	22	3.908	2.487	1.990	21	2.186	1.820
ADRUSE	877	862	2	1.077	14	1.468	11	1.279	617	493	12	646	542
APRODER	1.185	978	3	1.203	28	2.897	22	1.596	1.182	946	19	887	739
ATAHCA	1.873	1.592	3	2.214	42	5.528	40	5.444	3.344	2.675	37	2.840	2.389
BEIRA DOURO	1.299	1.039	2	1.299	28	3.418	28	3.418	2.050	1.640	26	1.373	1.151
BEIRA INTERIOR SUL	2.105	1.684	4	2.071	25	4.937	11	1.546	1.107	885	18	1.821	1.515
CASTELOS DO CÔA	2.114	1.501	3	2.330	35	6.314	25	5.120	2.521	2.017	25	2.115	1.798
CHARNECA	1.469	1.213	3	1.468	19	2.118	19	2.118	1.451	1.161	19	1.247	1.048
CORANE	1.830	1.499	3	1.878	28	6.349	24	5.363	1.890	1.512	22	1.259	1.056
DESTEQUE	1.705	893	3	1.599	33	4.084	25	3.356	1.841	1.473	24	1.363	1.142
DOLMEN	1.975	1.580	3	2.045	35	5.577	25	3.797	1.983	1.586	25	1.735	1.461
DOURO HISTÓRICO	1.978	1.324	3	3.021	32	4.991	26	2.977	1.893	1.514	24	1.578	1.338
DOURO SUPERIOR	1.849	1.485	2	2.087	15	3.213	15	3.213	1.624	1.299	15	1.390	1.167
ELOZ	1.329	1.063	3	1.557	28	2.033	28	2.033	1.406	1.125	25	988	831
GAL ADD	2.702	1.926	4	2.833	61	7.411	41	4.652	2.649	2.119	40	2.470	2.093
GAL ADDLAP	1.922	1.047	2	1.915	40	4.375	26	3.165	2.099	1.679	25	1.473	1.252
GAL AL SUD - ESDIME	1.803	1.328	3	1.796	45	3.512	45	3.512	2.527	2.021	45	2.151	1.818
GAL COVA DA BEIRA	1.529	1.160	2	1.850	26	3.590	16	2.456	1.345	1.076	16	1.268	1.078
GAL T B GUADIANA	1.218	975	2	1.219	27	1.905	24	1.647	1.073	859	25	923	772
INT ALGARVE CENTRAL	1.514	1.211	3	2.434	19	1.410	18	1.396	1.022	818	17	590	501
LEADER OESTE	984	787	2	689	20	2.029	20	2.029	1.191	953	14	829	682
LEADERSÓR	1.729	682	4	2.193	26	3.718	22	2.942	1.784	1.427	21	1.559	1.319
MARGEM ESQUERDA DO GUADIANA	1.453	1.148	4	1.859	23	2.289	23	2.289	1.239	991	21	851	723
MONTE	3.014	2.058	4	3.642	55	5.418	53	5.059	3.370	2.696	51	2.960	2.505
PINHAL MAIOR	1.768	1.171	3	1.768	28	5.205	26	4.843	2.488	1.991	21	1.548	1.295
PROBASTO	1.002	802	3	1.121	19	1.722	16	1.219	840	672	12	681	569
PRÓ-RAIA	1.700	789	3	2.027	36	7.761	21	4.323	2.132	1.705	21	1.829	1.553
PRÓ-RURAL	1.165	789	3	1.267	29	2.405	24	1.861	1.284	1.027	22	841	715
SOL DO AVE	868	978	4	1.591	21	4.677	7	1.283	854	683	7	629	535
TAGUS	1.797	978	4	1.727	30	3.973	29	3.544	1.852	1.481	25	1.073	912
TERRAS DE SICÓ	1.985	1.588	2	1.640	35	4.845	25	2.719	1.844	1.475	25	1.555	1.300
TERRAS DENTRO	1.378	810	3	1.769	17	2.466	15	2.172	1.494	1.195	15	1.294	1.089
TOTAL	81.560	60.737	139	90.184	1.557	208.100	1.220	152.800	87.301	69.524	1.149	71.030	59.716

Em complemento dos indicadores apresentados em cada uma das Ações, apresenta-se, ainda, os indicadores de realização e de resultado da medida 3.3.

Quadro 486: Medida 3.3 – Indicadores financeiros e de realização

	Total de candidaturas (contratado)					Total de candidaturas (pago)			
	N.º de GAL	Área Total das Zonas dos GAL (Km)	N.º Projectos financiados pelos GAL	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	N.º Projectos financiados pelos GAL	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (mil euros)	N.º de GAL
	47	80.473	5.185	356.034	282.927	4.867	278.078	233.635	47
Meta	46	76.828	9.900	333.898	281.007	9.900	333.898	281.007	46
% da meta	102%	105%	52%	107%	101%	49%	83%	83%	102%

Quadro 487: Medida 3.3 – Indicadores de resultado

	N.º Bruto de Empregos Criados	
	Contratado	Pago
	4.520	2.142
Meta	1.350	
% da meta	335%	159%

2.2.4.10 Medida 3.5 – Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 59º e Artigo 63º alínea c) do Reg. (CE) 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 38º do Reg. (CE) nº 1974/2006, de 15 de dezembro e Anexo II ponto 5.3.4.3;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 431;
- Portaria nº 392-A/2008 de 4 de junho, medida 3.3 – “Implementação de estratégias locais de desenvolvimento” e medida 3.5 – “Funcionamento dos Grupos de Ação Local, aquisição de competências e animação” com a nova redação dada pela Portaria nº 814/2010 de 27 de Agosto e pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho.

2 Objetivos da Medida

- Preparação e implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Local;
- Dotar os parceiros do GAL dos instrumentos e competências necessárias à Elaboração e Dinamização de Estratégias de Desenvolvimento Local;
- Divulgar a Estratégia de Desenvolvimento Local junto do público-alvo através de Ações de informação e animação local.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

Esta medida apresenta duas componentes: a componente 1 – “Funcionamento do GAL” e a componente 2 – “Aquisição de competências e animação”.

No caso da componente 2 - “Aquisição de competências e animação” e por força do Despacho da Gestora nº 7/2011, de 30 de dezembro, continuaram

a ser rececionados Pedidos de Alteração (PALTs) ao longo de 2014. O valor do investimento nesta componente passou, assim, a ser de 29.576 mil euros (vs. 25.058 mil euros em 2013).

No quadro seguinte apresenta-se o total de candidaturas válidas no âmbito das duas componentes.

Quadro 488: Medida 3.5 – Candidaturas apresentadas

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas					
		Componente 1		Componente 2		Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total	Nº PA	Investimento total
Primeiro	83.577	48	46.656	44	27.929	92	74.586
Segundo		4	3.067	3	1.647	7	4.714
TOTAL	83.577	52	49.724	47	29.576	99	79.300

A distribuição regional das candidaturas é a mesma que a apresentada em Relatórios anteriores.

Quadro 489: Medida 3.5 – Distribuição regional das candidaturas entradas (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total candidaturas entradas					
	Componente 1		Componente 2		Total de candidaturas entradas	
	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento	Nº PA	Investimento
Norte	15	15.263	15	9.872	30	25.135
Centro	20	17.201	15	8.744	35	25.945
LVT	6	6.172	6	3.975	12	10.147
Alentejo	8	8.626	8	5.380	16	14.007
Algarve	3	2.462	3	1.605	6	4.067
TOTAL	52	49.724	47	29.576	99	79.300

b. Análise e decisão das candidaturas

Todos os PA válidos, quer da componente 1 quer da componente 2, já tinham sido analisados, decididos e contratados em 2011.

Quadro 490: Medida 3.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso – componente 1 (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	48	46.656	48	46.656	4	3.114	44	43.532	44	43.532	43.522	34.588
Segundo	4	3.067	4	3.067	1	513	3	2.555	3	2.555	2.555	2.044
TOTAL	52	49.724	52	49.724	5	3.627	47	46.087	47	46.087	46.077	36.632

Quadro 491: Medida 3.5 – PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso – componente 2 (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Total de candidaturas Decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Despesa pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	44	27.929	44	27.929	0	0	44	27.929	44	27.929	27.929	22.146
Segundo	3	1.647	3	1.647	0	0	3	1.647	3	1.647	1.647	1.317
TOTAL	47	29.576	47	29.576	0	0	47	29.576	47	29.576	29.576	23.463

Quanto à distribuição regional das candidaturas contratadas, mantém-se a já apresentada no Relatório anterior.

Quadro 492: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	PA Contratados											
	Componente 1				Componente 2				Total contratados			
	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Invest. total	Despesa Pública	FEADER
Norte	15	15.265	15.255	12.204	15	9.872	9.872	7.867	30	25.137	25.127	20.071
Centro	15	13.574	13.574	10.859	15	8.744	8.744	6.976	30	22.318	22.318	17.835
LVT	6	6.172	6.172	4.708	6	3.975	3.975	3.033	12	10.147	10.147	7.741
Alentejo	8	8.614	8.614	6.891	8	5.380	5.380	4.304	16	13.995	13.994	11.196
Algarve	3	2.462	2.462	1.969	3	1.605	1.605	1.284	6	4.067	4.067	3.253
TOTAL	47	46.087	46.077	36.632	47	29.576	29.576	23.463	94	75.663	75.653	60.095

Em termos acumulados, encontram-se contratados 47 PA da componente 1 e 47 PA da componente 2, num total de 75.653 mil euros de despesa pública, com 60.095 mil euros de comparticipação FEADER. Destes PA contratados 98% encontram-se em região de convergência. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 61.014 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 88%.

c. Execução financeira

A execução desta medida foi, em 2014, de 12.814 mil euros de despesa pública e 10.896 mil euros de participação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos acumulados é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 493: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de pagamentos								
	Componente 1			Componente 2			Total pagos		
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER
Norte	15	11.029	9.089	15	11.473	9.601	30	22.502	18.690
Centro	15	8.306	6.803	15	10.145	8.515	30	18.452	15.318
LVT	6	3.802	3.038	6	4.812	3.957	12	8.614	6.995
Alentejo	8	5.357	4.407	8	5.052	4.241	16	10.409	8.648
Algarve	3	1.645	1.351	3	1.760	1.463	6	3.405	2.814
TOTAL	47	30.139	24.688	47	33.242	27.777	94	63.382	52.465

Em termos acumulados, a execução desta medida, foi de 63.382 mil euros de despesa pública, com 52.465 mil euros de participação FEADER.

A taxa de execução foi de 75% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 83% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

Dos 94 PA contratados até ao final de 2014, apenas dois se encontram encerrados, com uma libertação de 3 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 494: Medida 3.5 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	30	25.127	20.071	0	0	0	0	0
Centro	30	22.318	17.835	2	1.348	1.122	3	3
LVT	12	10.147	7.741	0	0	0	0	0
Alentejo	16	13.994	11.196	0	0	0	0	0
Algarve	6	4.067	3.253	0	0	0	0	0
TOTAL	94	75.653	60.095	2	1.348	1.122	3	3

Com a conclusão deste PA, foi libertado um valor residual de 3 mil euros de despesa pública. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) manteve-se nos 88%.

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira dos valores apoiados representam 91% e 86%, respetivamente, das metas do Programa para a Despesa Pública e Fundo. Quanto aos indicadores de realização verifica-se que o número de participantes nas Ações de aquisição de competências passou de um número de participantes muito inferior (69%) à meta para um número muito acima da mesma.

Quadro 495: Medida 3.5 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Total de candidaturas (contratado)				Total de candidaturas (pago)	
	N.º de participantes nas acções de aquisição de competências	N.º de acções apoiadas	Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
	12.942	7.156	75.653	60.095	63.382	52.465
Meta	1.500	3.500	83.577	69.600	83.577	69.600
% da meta	863%	204%	91%	86%	76%	75%

2.2.4.11 Medida 3.6 – Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52 alínea b) i); Artigo 56º do Reg. (CE) nº 1698/2005
- Anexo II ponto 5.3.3.2.1 do Reg. (CE) nº 1974/2006
- Anexo III do Reg. (CE) nº 1698/2005
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 321
- Portaria nº 829/2010 de 31 de Agosto com a alteração dada pela Portaria nº 228/2011 de 9 de junho e pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Medida

- Disponibilizar as redes de Banda Larga de Nova Geração à população e aos agentes económicos das zonas rurais;
- Disponibilizar o acesso aos serviços de Banda Larga de Nova Geração à população e aos agentes económicos rurais;
- Aumentar a competitividade das empresas e a geração de emprego nas zonas rurais, através da disponibilização de serviços inovadores, assentes nas redes de Banda Larga de Nova Geração;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais;
- Combate à infoexclusão.

3 Implementação da Medida

A apresentação da implementação bem como os indicadores de acompanhamento encontram-se desenvolvidos no ponto 2.2.6.3 “Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais” do presente Relatório.

2.2.4.12 Medida 3.7 – Centros educativos rurais do Algarve

1 Enquadramento regulamentar (comunitário e nacional)

- Artigo 52 alínea b) i); Artigo 56º do Reg. (CE) nº 1698/2005
- Anexo II ponto 5.3.3.2.1 do Reg. (CE) nº 1974/2006
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 321
- Portaria nº 231/2011 de 14 de junho com a alteração dada pela Portaria nº 253/2013 de 7 de agosto.

2 Objetivos da Medida

- Promover o reordenamento da rede escolar, através da Requalificação de equipamentos escolares já existentes ou da criação de Centros Educativos Comunitários;
- Promover a utilização multifuncional dos equipamentos educativos abertos à comunidade envolvente;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais através de equipamentos educativos que funcionem como polos de fixação ou atração para as comunidades rurais ou para novos residentes;
- Contrariar os processos de desertificação do mundo rural e combater a situação de desfavorecimento das comunidades educativas inseridas nas zonas rurais;
- Desenvolver o Programa Nacional de Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar.

3 Implementação da Medida

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2014 não foram abertos concursos para esta medida. O número de candidaturas válidas manteve-se, face a 2013, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 496: Medida 3.7 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total
Primeiro	2.235	4	3.206
TOTAL	2.235	4	3.206

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

b. Análise e decisão das candidaturas

Em 2014, tal como em 2013, não se registaram contratações nesta medida.

Quadro 497: Medida 3.7 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	4	3.206	4	3.206	0	0	4	3.206	4	3.206	2.755	2.066
TOTAL	4	3.206	4	3.206	0	0	4	3.206	4	3.206	2.755	2.066

Em termos acumulados, encontram-se contratados 4 PA que correspondem a um total de 2.755 mil euros de despesa pública, com 2.066 mil euros de participação FEADER. Por força da alteração da taxa de cofinanciamento o valor FEADER deve ser ajustado para 2.341 mil euros que corresponde a uma taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) de 123%.

c. Execução financeira

A execução desta medida foi, em 2014, de 477 mil euros de despesa pública e 405 mil euros de participação FEADER.

Quadro 498: Medida 3.7 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Algarve	4	3.206	2.755	2.066	4	1.969	1.673
TOTAL	4	3.206	2.755	2.066	4	1.969	1.673

Em termos acumulados, a execução desta medida, foi de 1.969 mil euros de despesa pública e 1.673 mil euros de comparticipação FEADER.

A taxa de execução foi de 88% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 71% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

d. Projetos encerrados

No final de 2014, encontrava-se encerrado 1 PA que permitiu uma libertação de verbas de 208 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 499: Medida 3.7 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Algarve	4	2.755	2.066	1	341	290	208	177
TOTAL	4	2.755	2.066	1	341	290	208	177

Por força desta libertação de verbas a taxa de contratação desta medida (rácio entre o fundo contratado e o programado), é de 114%.

4 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira dos valores apoiados representam 88% das metas do Programa para a despesa pública e fundo. Quanto aos indicadores de realização verifica-se que o número de Ações foi inferior ao esperado tendo sido ajustado com a última reprogramação.

Quadro 500: Medida 3.7 – Indicadores de realização e financeiros

Un.: mil euros

	Numero de ações apoiadas		Despesa pública				Volume total de investimento	
	Contratado	Pago	FEADER		TOTAL		Contratado	Pago
			Contratado	Pago	Contratado	Pago		
	4	4	2.066	1.673	2.755	1.969	3.206	3.206
Meta	4		1.900		2.235		2.507	
% Meta	100%	100%	109%	88%	123%	88%	128%	128%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

2.2.5 Medidas transitadas do quadro de programação anterior

Continuam a ter execução, um conjunto de medidas transitadas do Programa de Desenvolvimento Rural de 2000-2006, abreviadamente designado por RURIS e do Programa Operacional Agricultura e Desenvolvimento Rural, abreviadamente designado por PO AGRO.

As medidas transitadas “Indemnizações Compensatórias – IC” e “Medidas Agroambientais – MAA” estão inseridas no sistema integrado de gestão e de controlo (SIGC) sendo, a sua gestão e execução, nos termos de protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, asseguradas com base no sistema de informação do IFAP.

REFORMA ANTECIPADA (RA)

A medida “Reforma antecipada” não foi implementada no ProDeR pelo que não existem novos compromissos. A realização que se verifica resulta dos pedidos aprovados no quadro da programação anterior, no Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS.

Quadro 501: Medidas transitadas (RA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Beneficiários Apoiados	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
113	Reforma antecipada	370	1.117	950
TOTAL		370	1.117	950

No quadro seguinte apresenta-se a evolução da realização entre 2007 e 2014. Estes compromissos são de longa duração o que implica a manutenção de um nível de pagamentos que se reduz de forma gradual com o termo do período de atribuição do apoio.

Quadro 502: Medidas transitadas (RA) - Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Período de candidatura	Cod. COM 113 Reforma antecipada	
	Apoio total	FEADER
2007	4.570	4.570
2008	4.201	3.914
2009	3.438	2.571
2010	3.216	2.407
2011	2.759	2.064
2012	2.284	1.942
2013	1.551	1.319
2014	1.117	950
TOTAL	23.137	19.736

Em termos acumulados, a execução desta medida, é de 23.137 mil euros de despesa pública e 19.736 mil euros de comparticipação FEADER. Cerca de 99% do valor de apoio total foi dirigido à região de convergência.

A taxa de execução foi de 60% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (EA)

Em 2010, por força do encerramento do PO AGRO, passaram a ser financiados com dotações ProDeR alguns compromissos plurianuais da medida 1 do AGRO "Modernização, reconversão e Diversificação das explorações agrícolas" enquadrados na medida COM 121.

Os valores pagos no ano e acumulados apresentam-se no quadro seguinte.

Quadro 503: Medidas transitadas (EA) – Execução (no ano e acumulado)

Un.: mil euros

Cod. COM	Designação	Valores do ano			Valores acumulados		
		Nº Pedidos aprovados	Apoio total	FEADER	Nº Pedidos aprovados	Apoio total	FEADER
121	Modernização das explorações agrícolas	1	10	8	99	868	679
TOTAL		1	10	8	99	868	679

Em termos acumulados, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida, no final de 2014, era de 868 mil euros de despesa pública e 679 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 76% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Todos os pagamentos efetuados ocorreram em região de convergência.

PRIMEIRA FLORESTAÇÃO DE TERRAS AGRÍCOLAS (FTA)

O apoio à “Primeira florestação de terras agrícolas” está incluído na Ação 2.3.2., continuando, no entanto, a ser apoiados os beneficiários aprovados na intervenção do Programa de Desenvolvimento Rural – RURIS.

A medida transitada do RURIS (QCA III), com o código COM 221 “Primeira florestação de terras agrícolas”, teve a seguinte realização no ano de 2014:

Quadro 504: Medidas transitadas (FTA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	Nº Pedidos aprovados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
			Apoio total	FEADER
221	Primeira florestação de terras agrícolas	5.521	32.287	27.432
TOTAL		5.521	32.287	27.432

A área total apoiada nesta medida é de 192.977 ha, conforme quadro que se apresenta a seguir.

Quadro 505: Medidas transitadas (FTA) – Área apoiada (acumulado)

Ano de Pagamento	Área Apoiada (ha)
2007	124.731
2008	117.664
2009	126.640
2010	128.858
2011	126.851
2012	128.549
2013	138.500
2014	126.337
TOTAL	192.977

Em termos acumulados a execução é de 298.272 mil euros de despesa pública com uma comparticipação FEADER de 255.692 mil euros.

Quadro 506: Medidas transitadas (FTA) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

unid: mil euros

Ano de Pagamento	Cod. COM 121 Primeira florestação de terras agrícolas	
	Apoio total	FEADER
2007	34.079	34.079
2008	35.432	33.565
2009	43.770	34.962
2010	39.834	31.791
2011	39.069	31.160
2012	34.934	29.677
2013	38.867	33.026
2014	32.287	27.432
TOTAL	298.272	255.692

Em termos acumulados 99,6% do valor de apoio total foi pago em região de convergência.

PRIMEIRA FLORESTAÇÃO EM TERRAS NÃO AGRÍCOLAS (FTNA)

Também no caso desta medida transitada, medida 3 – “Desenvolvimento sustentável das florestas” do Programa AGRO e às Ações análogas da Ação Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior do PO Regional Centro (AIBT), estão em causa despesas de consolidação, nomeadamente operações associadas à instalação de povoamentos com espécies de rotações/revoluções superiores a 20 anos, concretizadas no período máximo de 5 anos a contar da instalação.

Durante o ano de 2014 foram efetuados pagamentos, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 507: Medidas transitadas (FTNA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	NºPedidos aprovados (no ano)	Hectares Apoiados (no ano)	Valores pagos (mil euros)	
				Apoio total	FEADER
223	Primeira florestação em terra não agrícola	60	3.431	685	582
TOTAL		60	3.431	685	582

Em termos acumulados, o montante total dos pagamentos nesta medida é de 9.172 mil euros de despesa pública e 7.590 mil euros de comparticipação FEADER, representando uma taxa de execução de 128% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

Quadro 508: Medidas transitadas (FTNA) - Execução (acumulado)

Unid: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 223 Primeira florestação em terra não agrícola	
	Apoio total	FEADER
2010	618	495
2011	3.428	2.739
2012	2.650	2.253
2013	1.790	1.521
2014	685	582
TOTAL	9.172	7.590

Os pagamentos efetuados em região de convergência representaram 99% do total.

INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (IC)

Com o início do ProDeR em 2007 passou a existir a medida “Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas” (MZD) em substituição das “Indemnizações compensatórias” (IC). No entanto, continuam a ser realizados pagamentos entre 2007 e 2013 resultantes de situações de controlos e outras que implicaram atrasos nos pagamentos dos apoios.

Quadro 509: Medidas transitadas (IC) – Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	NºPedidos aprovados (no ano)	Área Apoiada (ha no ano)	Valores pagos (mil euros)	
				Apoio total	FEADER
211	Pagamentos desvantagens naturais zonas de montanha	1.412	4.644	510	433
212	Pagamentos desvantagens naturais noutras zonas	384	3.293	190	162
TOTAL				700	594

Em termos acumulados, a execução desta medida transitada pode ser vista no quadro seguinte.

Quadro 510: Medidas transitadas (IC) – Apoio total e FEADER pagos (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 211 Pag.desvantagens naturais zonas montanha		Cod. COM 212 Pag.desvantagens naturais noutras zonas	
	Apoio total	FEADER	Apoio total	FEADER
2007	4.097	4.097	1.723	1.723
2008	5	5	0	0
2009	1.403	1.122	532	425
2010	200	160	63	51
2011	405	322	107	85
2012	357	303	102	87
2013	357	303	119	101
2014	510	433	190	162
TOTAL	7.334	6.746	2.837	2.634

A totalidade destes beneficiários estão em região de convergência.

MEDIDAS AGROAMBIENTAIS (MAA)

Na sequência do período especial de candidaturas, em 2007, as medidas agroambientais do ProDeR começaram a ser executadas em 2008. No entanto, continuaram a vigorar os compromissos das medidas agroambientais do RURIS até ao termo do período de 5 anos.

Embora aquele período de 5 anos já tenha, entretanto, terminado, tem havido alguns pagamentos resultantes de situações de controlo e outras que implicaram atraso na liquidação dos mesmos.

Quadro 511: Medidas transitadas (MAA) - Execução (no ano)

Cod. COM	Designação	NºPedidos aprovados (no ano)	Área Apoiada (ha no ano)	Animais Apoiados (CN no ano)	Valores pagos (mil euros)	
					Apoio total	FEADER
214	Pagamentos agro-ambientais	1.084	6.941	468	2.486	2.074
TOTAL		1.084	6.941	468	2.486	2.074

Em termos acumulados, a realização destas medidas transitadas pode ser vista no quadro seguinte. Os pagamentos que ainda se verificam são apenas acertos relativos aos compromissos cessados.

Quadro 512: Medidas transitadas (MAA) – Execução (acumulado)

Un.: mil euros

Período de candidatura	Cod. COM 214 Pagamentos	
	Apoio total	FEADER
2007	62.780	62.780
2008	40.485	40.485
2009	8.672	6.796
2010	6.526	5.146
2011	550	424
2012	926	767
2013	157	104
2014	2.486	2.074
TOTAL	122.581	118.577

A quase, totalidade destes beneficiários localiza-se em região de convergência.

2.2.6 Operações ligadas às prioridades “Health Check” e Pacote de Recuperação (número1 do art. 16º-A)

No quadro do “Health Check” da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) e na linha das orientações daí decorrentes, estabelecidas no PEN, a revisão do ProDeR contemplou, as seguintes prioridades/tipos de operação:

- Medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e melhorias na transformação e comercialização leiteiras com a adequação e reforço da Ação 1.1.1 “Modernização e capacitação das empresas” que corresponde às medidas da COM 121 “Modernização de explorações agrícolas” e 123 “Valor acrescentado dos produtos agrícolas e florestais”;
- Biodiversidade/ Produção integrada e biológica e atenuação e adaptação às alterações climáticas com a adequação e reforço da Ação 2.2.1 “ Alteração de modos de produção” que corresponde à medida da COM 214 “Pagamentos Agroambientais”;
- Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais/ criação de infraestruturas para a internet de banda larga e respetivo acesso, incluindo meios de transmissão (*backhaul*) e equipamento usado no solo (por exemplo, tecnologias de transmissão fixas, terrestres sem fios, por satélite ou uma combinação das mesmas), melhoria da infraestrutura de banda larga existente e instalação de infraestruturas de banda larga passivas como obras de engenharia civil, tais como condutas, e outros elementos da rede como fibra escura, em sinergia com outras infraestruturas (energia, transportes, água, redes de esgotos, etc.) com a criação da medida 3.6 “Implantação de Redes de Banda Larga de Nova Geração, em Zonas Rurais” que corresponde à medida da COM 321” Serviços básicos para a economia e população rural”.

2.2.6.1 Medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e Melhorias na transformação e comercialização leiteiras

1 Implementação das operações

No ano de 2014, ao abrigo do regime transitório, continuaram a ser apoiados PA da prioridade/tipo de operação: medidas de acompanhamento da reestruturação do setor leiteiro/apoio ao investimento relacionado com a produção leiteira e melhorias na transformação.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

À semelhança de outras Ações, no ano de 2013, a partir de fevereiro, pelo facto de nessa data o Programa se encontrar numa situação de *overbooking*, foi decidido que continuava a ser possível submeter candidaturas ao ProDeR, ficando a análise e decisão das mesmas dependente de futura libertação de verbas provenientes de projetos desistidos ou não executados integralmente, bem como da efetiva possibilidade de execução dos projetos no tempo de vida do Programa. Esses projectos foram analisados e decididos em 2014 ao abrigo do Regulamento (UE) nº 1310/2013.

Assim, no ano de 2014 manteve-se aberta a possibilidade de submissão de candidaturas até junho e foram consideradas válidas candidaturas entradas depois de fevereiro de 2013 que se encontravam na situação de "PA sem dotação" pelo facto de o Programa se encontrar, à data, numa situação de *overbooking*.

Foram assim, consideradas 104 candidaturas válidas, em 2014. Tal como noutras Ações o número de candidaturas válidas de concursos de anos anteriores diminuiu por força de desistências entretanto verificadas.

b. Análise e decisão das candidaturas

Dos PA analisados e decididos encontram-se contratados 369 num total de 148.854 mil euros de investimento proposto, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 513: Health Check (Ação 1.1.1 e 1.1.3) – PA entrados, analisados, decididos e contratados (acumulado)

Un.:mil euros

Concursos	Candidaturas entradas		Candidaturas analisadas		Candidaturas decididas				Candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não Aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Terceiro	22	64.546	22	64.546	3	53.156	19	11.239	19	11.239	3.910	3.519
Quarto - Leite	43	19.270	43	19.270	13	3.603	30	14.529	30	14.529	5.043	4.539
Sexto	105	79.496	105	79.496	44	45.372	61	33.863	61	33.863	10.401	9.072
Sétimo	151	63.389	151	63.389	19	5.559	132	57.924	121	53.963	22.373	19.936
Oitavo - Leite	21	20.007	21	20.007	6	14.150	15	5.810	13	5.200	1.831	1.608
Décimo - Jovens	30	6.531	30	6.531	7	1.338	23	5.219	23	5.219	2.565	2.196
Décimo primeiro - Jovens	142	34.283	142	34.283	28	6.922	114	27.362	102	24.842	11.542	10.325
TOTAL	514	287.522	514	287.522	120	130.100	394	155.946	369	148.854	57.665	51.195

A distribuição regional das candidaturas contratadas é a que se apresenta no quadro seguinte. Na componente 1 verifica-se que as principais regiões, em termos de investimento proposto, continuam a ser o Norte e o Centro enquanto na componente 2, a região Centro continua a destacar-se, tendo passado o seu peso no investimento total diminuído para 50% (vs. 52% em 2013) ou seja menos 2 p.p. do que em 2013.

Em termos acumulados, foram contratados 320 PA da componente 1 e 49 PA da componente 2, num total de 57.665 mil euros de despesa pública, com 51.195 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) cifrou-se nos 198%.

Quadro 514: Health Check – Distribuição regional dos PA contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratado							
	Componente 1				Componente 2			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
Norte	137	35.442	14.782	13.145	8	22.424	7.986	7.107
Centro	103	25.657	9.678	8.445	30	28.399	10.388	9.329
LVT	24	7.381	3.087	2.774	2	1.782	594	535
Alentejo	56	23.632	9.783	8.654	9	4.136	1.367	1.206
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	320	92.112	37.331	33.018	49	56.742	20.335	18.177

Analisando os PA contratados por rubrica de investimento verifica-se que na medida COM 121, se continua a registar a tendência do reforço no peso da tipologia de investimento "*máquinas e equipamentos*" que passou a representar 42% (vs. 41% em 2013) e a diminuição do peso da tipologia "*instalações animais*" que passou a representar 23% (vs. 24% em 2013).

Quadro 515: Health Check (Explorações Agrícolas) – Distribuição dos PA contratados (por rubrica de investimento)

Un.: mil euros

Região	Investimento contratado	
	valor	%
Instalações animais	21.510	23%
Máquinas e equipamentos	38.588	42%
Edifícios e outras construções	4.755	5%
Cumprimento de normas	8.556	9%
Melhoramentos fundiários	3.727	4%
Investimentos ambientais	1.077	1%
Cumprimento de novas normas	2.095	2%
Energias renováveis	2.670	3%
Outros	9.134	10%
TOTAL	92.112	100%

No que se refere às rubricas de investimento dos PA contratados, na componente de "transformação e comercialização", que integram a medida COM 123, verifica-se, à semelhança do já verificado em anos anteriores, que as rubricas "*máquinas e equipamentos*" e "*edifícios e*

outras construções" continuam a ter um peso muito significativo, representando, respetivamente, 63% e 19% do investimento total.

Quadro 516: Health Check (Transformação e comercialização) – Distribuição dos PA contratados (por rubrica de investimento)

Un.: mil euros

Região	Investimento contratado	
	valor	%
Máquinas e equipamentos	35.883	63%
Edifícios e outras construções	11.056	19%
Cumprimento de novas normas	915	2%
Melhoramentos fundiários	1.664	3%
Energias renováveis	2.146	4%
Outros investimentos imateriais	4.718	8%
Outros investimentos materiais	360	1%
TOTAL	56.742	100%

c. Execução financeira

A execução destes PA foi de 27.990 mil euros de despesa pública e 24.191 mil euros de comparticipação FEADER.

A distribuição regional dos pagamentos efetuados é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 517: Health Check – Distribuição dos PA pagos face aos contratados

Un.: mil euros

Região	Total contratado			Total pago		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Norte	145	22.768	20.252	124	9.205	8.285
Centro	133	20.066	17.774	118	9.200	8.280
LVT	26	3.681	3.309	22	2.079	1.871
Alentejo	65	11.150	9.860	52	7.506	6.756
Algarve	0	0	0	0	0	0
TOTAL	369	57.665	51.195	316	27.990	25.191

A taxa de execução foi de 98% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 49% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

No caso das explorações agrícolas (Med.121 COM) a taxa de execução foi de 101% e no caso da transformação e comercialização (Med.123 COM) a taxa de execução foi de 88%.

d. Projetos encerrados

Dos 369 PA contratados até ao final de 2014, 106 PA encontram-se encerrados, com uma libertação de 495 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 518: Health Check Ação 1.1.1 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un.:mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Norte	145	22.768	20.252	33	2.222	2.000	74	63
Centro	133	20.066	17.774	37	2.508	2.257	233	198
LVT	26	3.681	3.309	5	272	245	5	4
Alentejo	65	11.150	9.860	31	6.005	5.405	184	156
Algarve	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	369	57.665	51.195	106	11.008	9.907	495	421

Com a conclusão destes PA e respetiva libertação de verbas, a taxa de contratação, considerando as duas componentes (rácio entre o fundo contratado e o programado) mantem-se em 196%.

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira, associados ao Health Check, dos valores apoiados nas explorações agrícolas (Med.121 COM), em termos de PA contratados, representam 151% da meta relativa ao investimento e 185% da meta relativa ao apoio, com apenas 32% dos PA previstos.

Quadro 519: Health Check (Explorações Agrícolas) – Indicadores de execução financeira (Medida COM 121)

Un.:mil euros

	Total de candidaturas - contratado				Total de candidaturas - pago			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
	320	92.112	37.331	33.018	278	79.474	20.472	18.424
Metas da meta	1.000	60.900	20.193	18.174	1.000	60.900	20.193	18.174
	32%	151%	185%	182%	28%	130%	101%	101%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quanto aos indicadores de realização verifica-se que apenas 2 dos PA apoiados se encontra em modo de produção biológico.

Quadro 520: Health Check (Explorações agrícolas) – Indicadores de realização – Valores contratados (Medida COM 121)

Un.:mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	3	317	320	320	33.018	37.331	92.112
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		3	317	320	320	33.018	37.331	92.112

Quadro 521: Health Check (Explorações agrícolas) – Indicadores de realização – Valores pagos (Medida COM 121)

Un.:mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas pagas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Paga		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	2	276	278	278	18.424	20.472	79.474
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		2	276	278	278	18.424	20.472	79.474

No âmbito da transformação e comercialização (Med.123 COM) os indicadores de realização financeira dos PA contratados, no ano de 2014, registam 93% do investimento previsto para 2007-2013 e 239% do apoio.

Quadro 522: Health Check (Transformação e comercialização) – Indicadores de execução financeira (Medida COM 123)

Un.: mil euros

	Total de candidaturas - contratado				Total de candidaturas - pago			
	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Invest. Total	Desp. pública	FEADER
	49	56.742	20.335	18.177	38	34.183	7.519	6.767
Metas	40	60.900	8.508	7.657	40	60.900	8.508	7.657
% da meta	123%	93%	239%	237%	95%	56%	88%	88%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

Quadro 523: Health Check (Transformação e comercialização) – Indicadores de realização – valores contratados (Medida COM 123)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas aprovadas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública Contratada		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	49	49	49	18.177	20.335	56.742
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	49	49	49	18.177	20.335	56.742

Quadro 524: Health Check (Transformação e comercialização) – Indicadores de realização – valores pagos (Medida COM 123)

Un.: mil euros

Prioridade	Tipo de Operação	Número de candidaturas pagas			Nº de explorações apoiadas	Despesa pública paga		Volume de investimento total
		Produção biológica	Produção convencional	Total		FEADER	Total	
Medidas de acompanhamento da reestruturação do sector leiteiro	Investimento apoiado relacionado com o sector leiteiro	0	38	38	38	6.767	7.519	34.183
	Outros	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		0	38	38	38	6.767	7.519	34.183

2.2.6.2 Alteração dos modos de produção

1 Implementação das operações

A Ação 2.2.1 é implementada no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC) sendo, nos termos do protocolo estabelecido entre a AG do ProDeR e o IFAP, a gestão e execução assegurada com base no sistema de informação do IFAP, motivo pela qual este ponto do Relatório foi elaborado tendo por base exclusivamente a informação disponibilizada pelo IFAP.

O pedido de apoio e os pedidos de pagamento desta ação são apresentados no âmbito do Pedido de Apoio agro e silvo ambiental (PAS) e do Pedido Único (PU), respetivamente.

No ano de 2014 foram recuperados alguns apoios da prioridade/tipo de operação: biodiversidade/produção integrada biológica e atenuação e adaptação às alterações climáticas/melhoramento da eficiência da utilização de fertilizantes azotados.

a. Execução financeira

A execução destes PA foi de 29.666 mil euros de despesa pública e 26.699 mil euros de comparticipação FEADER.

A taxa de execução foi de 99% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado).

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Os indicadores de execução financeira, associados ao Health Check, dos valores apoiados na alteração dos modos de produção (Med.214 COM), representam 99% da meta relativa ao número de explorações ou de unidades com outras formas de gestão apoiadas, 121% da meta da área objeto de apoio e 99% da meta da meta relativa ao apoio.

Quadro 525: Health Check (Alteração dos modos de produção) – Indicadores de execução financeira e de realização (Medida COM 214)

Indicador de realização	Modos	Execução acumulada	Meta *	% de cumprimento da meta
Número de explorações ou de unidade com outras formas de gestão apoiadas	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	7.910	8.000	99%
	Biodiversidade	7.910	8.000	99%
Área física (ha) ou CN sob apoio agro-ambiental	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	233.078	250.000	93%
	Biodiversidade	233.078	250.000	93%
Área total (ha) objecto de apoio agro-ambiental	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	303.241	250.000	121%
	Biodiversidade	303.241	250.000	121%
Número total de contratos	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	7.910	10.900	73%
	Biodiversidade	7.910	10.900	73%
Despesa Pública paga (mil euros)	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	29.666	29.824	99%
	Biodiversidade			
FEADER pago (mil euros)	Adaptação às alterações climáticas e sua mitigação	26.699	26.842	99%
	Biodiversidade			

2.2.6.3 Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais

1 Implementação das operações

No ano de 2011 foram apoiados PA da prioridade/tipo de operação: Infraestruturas de banda larga nas zonas rurais.

a. Concursos / candidaturas apresentadas

No ano de 2014 mantêm-se rececionadas 2 candidaturas válidas, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 526: Medida 3.6 – Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Orçamento ProDeR	Total de candidaturas entradas	
		Nº PA	Invest. total
Primeiro	32.583	2	46.547
TOTAL	32.583	2	46.547

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

b. Análise e decisão das candidaturas

As candidaturas a esta medida já se encontram analisadas, decididas e contratadas desde 2012, pelo que se mantém a situação reportada nos Relatórios anteriores.

Quadro 527: Medida 3.6 - PA entrados, analisados, decididos e contratados por concurso (acumulado)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Não aprovadas		Aprovadas		Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
					Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total				
Primeiro	2	46.547	2	46.547	0	0	2	46.547	2	46.547	32.583	29.324
TOTAL	2	46.547	2	46.547	0	0	2	46.547	2	46.547	32.583	29.324

Em termos acumulados, encontram-se contratados 2 PA que correspondem a um total de 32.583 mil euros de despesa pública, com 29.324 mil euros de comparticipação FEADER. A taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o Programado) cifrou-se nos 100%.

A distribuição regional mantém-se face ao já reportado em Relatórios anteriores, tal como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 528: Medida 3.6 – Distribuição regional dos PA contratados (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas			
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER
Norte	0	0	0	0
Centro	1	13.038	9.126	8.214
LVT	0	0	0	0
Alentejo	1	33.509	23.456	21.110
Algarve	0	0	0	0
Total	2	46.547	32.583	29.324

c. Execução financeira

No final do ano de 2014, o montante total dos pagamentos acumulados nesta medida era de 30.529 mil euros de despesa pública e 27.476 mil euros de comparticipação FEADER.

Em termos globais, a medida alcançou uma taxa de execução de 94% face ao programado (rácio entre o fundo pago e o programado) e de 94% face ao contratado (rácio entre o fundo pago e o contratado).

Quadro 529: Medida 3.6 – Distribuição regional dos PA pagos (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total de candidaturas contratadas				Total de candidaturas pagas		
	Nº PA	Invest. total	Desp. pública	FEADER	Nº PA	Desp. pública	FEADER
Centro	1	13.038	9.126	8.214	1	7.301	6.571
Alentejo	1	33.509	23.456	21.110	1	23.228	20.905
Total	2	46.547	32.583	29.324	2	30.529	27.476

A execução acumulada em regiões de convergência foi de 100%.

d. Projetos encerrados

Dos 2 PA contratados até ao final de 2014, um já se encontra encerrado, tendo libertado 228 mil euros de despesa pública, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 530: Medida 3.6 – Distribuição regional dos PA contratados e encerrados (acumulado)

Un: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
Centro	1	9.126	8.214	0	0	0	0	0
Alentejo	1	23.456	21.110	1	23.228	20.905	228	194
TOTAL	2	32.583	29.324	1	23.228	20.905	228	194

Com a conclusão deste PA, a taxa de contratação (rácio entre o fundo contratado e o programado) passou, de 100% para 99%.

2 Indicadores de acompanhamento do Programa

Em termos de indicadores de execução financeira e de realização, mantém-se a situação já reportada desde 2011 em que com 67% da meta para o número de PA contratados já se atingiu 100% da despesa pública Programada e 100% do valor esperado de investimento.

Quadro 531: Medida 3.6 – Indicadores de realização

Un: mil euros

	Numero de ações apoiadas		Despesa pública				Volume total de investimento	
	Contratado	Pago	FEADER		TOTAL		Contratado	Pago
			Contratado	Pago	Contratado	Pago		
	2	2	29.324	27.476	32.583	30.529	46.547	46.547
Meta	3	3	29.325	29.325	32.583	32.583	46.548	46.548
% Meta	67%	67%	100%	94%	100%	94%	100%	100%

* Proposta de reprogramação a aguardar decisão da COM

3. EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA

3.1 Execução financeira por Medida e por região elegível ao abrigo do objetivo de convergência

A execução financeira do ProDeR em 2014 ascendeu a 694.529 mil euros de despesa pública total e 593.381 mil euros de comparticipação FEADER. Relativamente ao período 2007-2014, a execução financeira do Programa permitiu alcançar uma taxa de cerca de 93% do Fundo Programado (3.967.971 mil euros de despesa pública e 3.309.067 mil euros de FEADER), o que representa uma subida de 17 p.p. face a 2013.

Mais uma vez o Eixo 1 "Competitividade" foi o mais representativo do ano em termos de execução, com um volume de pagamentos de 328.077 mil euros FEADER, o que representa 55% do total de pagamentos em 2014. Em termos acumulados, este volume de pagamentos permitiu atingir uma taxa de execução de 92% em relação ao fundo Programado para o Eixo.

No Eixo 1 volta-se a realçar a contribuição da Ação 1.1.3 "Instalação de jovens agricultores" que representa 34% do total da execução deste Eixo. A Ação 1.1.1 "Modernização e capacitação das empresas", é a segunda mais representativa com uma execução de 28% do total do Fundo pago no Eixo em 2014. O conjunto de Ações que contribuem para a Medida COM 125 "Infraestruturas agrícolas e florestais", passou a representar no ano de 2014 cerca de 25% do total da execução do Eixo (vs. 7% em 2013).

O Eixo 2 "Melhoria do ambiente e da paisagem", apresentou um volume de pagamentos de 156.126 mil euros de FEADER que representou 26% do total de pagamentos em 2014 e uma taxa de execução acumulada de 98% em relação ao fundo programado para o Eixo.

Quanto ao Eixo 4 "LEADER", este apresentou em 2014 pagamentos FEADER no valor de 93.803 mil euros que representam 16% do total de pagamentos em 2014, alcançando uma taxa de execução acumulada de 82% face ao fundo programado para este Eixo.

As despesas com os compromissos transitados, em particular do Programa RURIS, representam apenas 5% do total de pagamentos do ano 2014.

A distribuição dos pagamentos por região de convergência e de não convergência continua a seguir a tendência dos anos anteriores, *i.e.*, os pagamentos acumulados a projetos localizados em regiões de convergência representam 98% do total dos pagamentos.

De seguida apresentam-se os quadros financeiros globais e repartidos por região de não convergência, região de convergência e fundos adicionais ao abrigo do nº 5a do artigo 69º do Reg. (CE) nº 1698/2005 (health check), com a execução relativa ao ano 2014 e a acumulada (2007-2014).

Apresenta-se, ainda, um quadro com a execução financeira do ProDeR distribuída por Subprograma, Medida e/ou Ação (programação financeira / contratos / pagamentos aos beneficiários).

Quadro 532: Execução financeira – Repartição do FEADER

Un.: euros

Regiões	Programado	Executado	
	2007-2013	2014	2007-2014
Regiões do objectivo não convergência	69.506.633	17.238.646	58.043.945
Regiões do objectivo convergência	3.102.272.745	554.563.437	2.857.949.242
Contribuição adicional para Portugal	320.000.000	-850.893	313.706.460
Fundos adicionais do n.º 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) nº 1698/2005 - Regiões do objectivo convergência	81.998.000	22.429.665	79.366.909
Total FEADER Continente	3.573.777.378	593.380.854	3.309.066.557

Quadro 533: Execução financeira – Plano financeiro por Eixo nas regiões de não convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2014	FEADER 2007-2014
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	46.584.855	12.779.238	40.922.498
(2) Eixo 2	19.092.180	2.110.756	11.512.099
(3) Eixo 3*	0	0	0
(4) Eixo 4*	3.829.598	2.348.652	5.609.349
(5) Assistência técnica	0	0	0
Total FEADER (1+2+3+5)	69.506.633	17.238.646	58.043.945

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 534: Execução financeira – Plano financeiro por Eixo nas regiões de convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2014	FEADER 2007-2014
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	1.444.121.397	304.856.565	1.320.930.072
(2) Eixo 2	1.230.794.068	146.895.282	1.212.454.819
(3) Eixo 3*	6.967.150	369.866	2.285.204
(4) Eixo 4*	356.776.902	91.454.161	288.601.624
(5) Assistência técnica**	63.613.228	10.987.563	33.677.523
Total FEADER (1+2+3+5)	3.102.272.745	554.563.437	2.857.949.242

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

** Artigo 40º do Reg. (CE) n.º 1974/2006 que estabelece as regras de execução do Reg. (CE) n.º 1698/2005 (taxa de contribuição do FEADER é a correspondente à região objectivo dominante do Programa).

Quadro 535: Execução financeira – Fundos adicionais do nº 5 a do artigo 69º do Reg. (CE) número 1698/2005 - Regiões do objetivo convergência

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2014	FEADER 2007-2014
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	25.831.400	10.441.628	25.191.334
(2) Eixo 2	26.841.600	7.971.266	26.699.356
(3) Eixo 3*	29.325.000	4.016.771	27.476.220
(4) Eixo 4*			
(5) Assistência técnica			
Total FEADER (1+2+3+5)	81.998.000	22.429.665	79.366.909

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 536: Execução financeira – Plano financeiro total

Un.: euros

Eixo	FEADER 2007-2013	FEADER 2014	FEADER 2007-2014
	Programado	Executado	
(1) Eixo 1	1.524.163.727	328.077.430	1.394.661.982
(2) Eixo 2	1.589.101.773	156.126.410	1.556.754.656
(3) Eixo 3*	36.292.150	4.386.637	29.761.424
(4) Eixo 4*	360.606.500	93.802.813	294.210.972
(5) Assistência técnica	63.613.228	10.987.563	33.677.523
Total FEADER (1+2+3+5)	3.573.777.378	593.380.854	3.309.066.557

*O Eixo 4 contribui na totalidade para o Eixo 3 aplicando-se a respectiva taxa.

Quadro 537: Execução financeira – Despesas declaradas – Global

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2014		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2014	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	383.204.606	328.077.430	1.719.940.619	1.394.661.982
111	Formação Profissional e Ações de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	6.143.014	5.222.497	19.938.368	16.579.835
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	34.199.217	29.098.178	249.955.765	202.151.535
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.117.176	949.786	23.137.241	19.735.466
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	232.222	197.388	1.209.364	1.023.946
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.651.981	1.412.961	17.814.053	14.475.694
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	172.307.021	147.101.695	571.962.077	468.818.637
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	9.858	8.379	867.931	678.524
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	14.614.060	12.423.540	61.370.809	50.734.818
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	48.275.314	41.358.604	309.608.989	248.086.274
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	3.324.065	2.827.187	10.407.899	8.713.667
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	94.961.275	82.062.316	412.936.927	332.056.006
126	Prevenção de Catástrofes Naturais/Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.810.786	4.939.169	25.404.428	20.136.029
131	Cumprimento de Normas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006			412.911	326.245
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006			13.763.226	10.204.857
133	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	568.474	484.108	2.018.561	1.618.972
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	183.199.978	156.126.410	1.821.019.825	1.556.754.656
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	198.654	165.140	659.593.040	557.485.377
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	509.632	432.554	7.313.992	6.726.201
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	62.004	48.761	108.442.153	91.711.593
214	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	190.273	161.733	2.837.807	2.633.478
214	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	71.670.272	61.345.442	549.881.122	478.677.767
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.485.518	2.073.553	122.873.364	118.811.542
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	17.931.668	15.241.942	41.337.456	34.992.865
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	37.114.087	31.534.380	309.813.753	265.468.344
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	32.287.048	27.431.396	298.045.329	255.464.569
222	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	18.566	15.781	121.393	103.184
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.331.750	1.981.988	13.865.559	11.563.137
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	685.106	582.340	9.171.880	7.590.197
225	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	996.761	847.396	3.956.483	3.322.310
226	Prevenção de Catástrofes Naturais/Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	15.384.219	13.077.346	44.443.938	37.608.081
227	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	37.491.996	31.868.235	89.564.927	75.821.998
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	4.892.807	4.386.637	33.262.034	29.761.424
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.939.809	4.421.991	32.497.733	29.149.530
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	-47.002	-35.355	764.301	611.894
4	LEADER	110.312.439	93.802.813	351.115.370	294.210.972
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	96.120.512	81.725.807	278.078.122	233.634.720
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.377.502	1.181.119	9.655.575	8.111.221
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	12.814.426	10.895.887	63.381.673	52.465.031
	Assistência Técnica	12.919.588	10.987.563	41.581.079	33.677.523
511	Assistência Técnica	12.919.588	10.987.563	41.581.079	33.677.523
	TOTAL	694.529.418	593.380.854	3.966.918.926	3.309.066.557

Quadro 538: Execução financeira – Despesas declaradas – Regiões de Convergência

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	Un.: euros			
		PAGAMENTOS 2014		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2014	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	368.179.178	315.298.193	1.664.592.602	1.353.739.484
111	Formação Profissional e Ações de Informação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.440.781	4.625.599	17.247.679	14.480.207
112	Instalação de Jovens Agricultores - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	33.573.541	28.566.353	244.692.707	198.249.136
113	Reforma Antecipada - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.108.347	942.281	23.033.718	19.672.213
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.108.347	942.281	22.794.970	19.433.480
115	Criação de Serviços de Aconselhamento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	232.331	197.481	1.204.891	1.020.144
121	Modernização de Explorações Agrícolas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.584.998	1.356.026	17.084.764	13.898.467
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	166.279.783	141.974.752	551.000.349	453.414.965
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	9.858	8.379	867.931	678.524
124	Melhoria do Valor Económico da Floresta - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	14.482.442	12.311.665	59.425.215	49.165.580
125	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	46.287.099	39.664.788	294.845.220	237.852.480
126	Novos Produtos, Processos e Tecnologias - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.518.257	2.142.251	8.573.340	7.207.727
127	Infraestruturas Agrícolas e Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	90.635.010	78.384.991	407.820.111	327.709.864
128	Prevenção de Catástrofes Naturais /Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	5.613.244	4.771.258	24.380.720	19.464.648
129	Cumprimento de Normas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006			406.962	322.265
130	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006			13.269.854	9.957.537
131	Informação e Promoção de Actividades - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	423.345	360.748	1.607.073	1.324.251
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	180.784.708	154.076.069	1.803.784.117	1.544.110.647
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	202.669	169.155	659.595.339	557.487.933
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	509.632	432.554	7.308.676	6.721.819
213	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	63.828	50.898	108.081.374	91.475.606
214	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	190.273	161.733	2.828.939	2.624.900
215	Pagamentos Agroambientais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	70.451.422	60.308.761	536.615.244	469.115.794
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.456.245	2.048.902	119.154.445	115.444.159
217	Investimentos não Produtivos na Agricultura - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	17.931.668	15.241.942	41.337.456	34.992.865
218	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	37.027.460	31.462.854	308.758.256	264.773.911
219	Primeira Florestação em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	32.287.048	27.431.396	297.315.999	254.992.057
220	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	18.566	15.781	121.393	103.184
221	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	2.331.750	1.981.988	13.834.388	11.540.985
222	Primeira Florestação em Terra não Agrícola - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	685.106	582.340	9.163.634	7.587.220
223	Pagamentos Ambientais Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	996.761	847.396	3.956.483	3.322.310
224	Prevenção de Catástrofes Naturais/Restabelecimento - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	15.185.922	12.908.794	44.039.460	37.266.499
225	Investimentos não Produtivos Florestais - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	36.574.661	31.088.501	87.444.725	74.031.560
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	4.892.807	4.386.637	33.262.034	29.761.424
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	4.939.809	4.421.991	32.497.733	29.149.530
322	Serviços Básicos para a Economia e População Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006				
323	Conservação e Património Rural - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	-47.002	-35.355	764.301	611.894
4	LEADER	107.559.063	91.454.161	344.967.595	288.601.624
413	Qualidade de Vida/Diversificação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	93.765.938	79.717.576	272.656.297	229.341.808
421	Cooperação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	1.296.664	1.112.407	9.234.559	7.774.095
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação - Dos quais despesas transitórias em conformidade com o Reg.(CE) nº 1320/2006	12.496.460	10.624.178	63.076.740	51.485.720
	Assistência Técnica	12.919.588	10.987.563	41.581.079	33.677.523
511	Assistência Técnica	12.919.588	10.987.563	41.581.079	33.677.523
TOTAL		674.335.343	576.202.622	3.888.167.427	3.249.890.702

Quadro 539: Execução financeira – Despesas declaradas – Health Check

Un.: euros

EIXOS / MEDIDAS	DESCRIÇÃO	PAGAMENTOS 2014		PAGAMENTOS ACUMULADOS 2007-2014	
		DESPESA PÚBLICA	FEADER	DESPESA PÚBLICA	FEADER
1	Aumento da Competitividade dos Setores Agrícola e Florestal	11.601.809	10.441.628	27.990.370	25.191.334
111	Formação Profissional e Ações de Informação				
112	Instalação de Jovens Agricultores				
113	Reforma Antecipada				
114	Utilização de Serviços de Aconselhamento				
115	Criação de Serviços de Aconselhamento				
121	Modernização de Explorações Agrícolas	9.626.474	8.663.827	20.471.524	18.424.372
122	Melhoria do Valor Económico da Floresta				
123	Valor Acrescentado dos Produtos Agrícolas e Florestais	1.975.335	1.777.801	7.518.847	6.766.962
124	Novos Produtos, Processos e Tecnologias				
125	Infraestruturas Agrícolas e Florestais				
126	Prevenção de Catástrofes Naturais / Restabelecimento				
131	Cumprimento de Normas				
132	Participação de Agricultores em Sistemas de Qualidade Alimentar				
133	Informação e Promoção de Atividades				
2	Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural	8.856.962	7.971.266	29.665.943	26.699.356
211	Zonas Desfavorecidas - Áreas de Montanha				
212	Zonas Desfavorecidas - Outras Áreas				
214	Pagamentos Agroambientais	8.856.962	7.971.266	29.665.943	26.699.356
216	Investimentos não Produtivos na Agricultura				
221	Primeira Florestação em Terra Agrícola				
222	Sistemas Agroflorestais em Terra Agrícola				
223	Primeira Florestação em Terra não Agrícola				
225	Pagamentos Ambientais Florestais				
226	Prevenção de Catástrofes Naturais / Restabelecimento				
227	Investimentos não Produtivos Florestais				
3	Qualidade de Vida nas Zonas Rurais e Diversificação da Economia Rural	4.463.079	4.016.771	30.529.133	27.476.220
321	Serviços Básicos para a Economia e População Rural	4.463.079	4.016.771	30.529.133	27.476.220
323	Conservação e Património Rural				
4	LEADER				
413	Qualidade de Vida / Diversificação				
421	Cooperação				
431	Custos de Funcionamento, Aquisição Competências, Animação				
	Assistência Técnica				
511	Assistência Técnica				
TOTAL		24.921.850	22.429.665	88.185.447	79.366.909

Quadro 540: Execução financeira do ProDeR

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [a]		CONTRATOS [b]					PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [c]				
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2014		2007-2014			2014		2007-2014		
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.282.019	3.573.777	133.148	487.367	415.727	1.100.855	4.595.661	3.825.538	694.529	593.381	3.967.971	3.309.067
SP 1	PROMOÇÃO DA COMPETITIVIDADE		1.794.733	1.455.882	2.623	223.488	190.961	68.373	2.279.489	1.871.420	370.781	317.506	1.647.120	1.333.907
1.1.1	Modernização e capacitação das empresas		698.272	562.856	492	68.895	59.312	5.480	869.464	708.766	105.933	90.794	620.898	497.485
1.1.2	Investimentos de pequena dimensão		48.252	40.275	897	8.169	6.945	5.818	55.763	46.661	11.464	9.746	43.633	36.350
1.1.3	Instalação de jovens agricultores		430.162	355.263	981	96.481	82.220	8.199	623.993	520.395	131.971	112.387	429.652	355.205
1.2	Redimensionamento e cooperação empresarial		3.887	3.067	0	0	0	2	3.820	3.042	428	395	3.803	3.027
1.3.1	Melhoria produtiva dos povoamentos		67.697	56.169	164	8.148	6.927	1.349	80.136	66.753	13.975	11.880	58.162	48.075
1.3.2	Gestão multifuncional		4.188	3.492	12	172	146	154	4.273	3.565	639	543	3.208	2.660
1.3.3	Modernização e capacitação das empresas florestais		39.484	32.078	45	5.036	4.281	311	44.394	36.253	5.029	4.275	33.228	26.762
1.4.1	Apoio aos regimes de qualidade		14.258	10.625	0	0	0	15.374	16.130	12.217	0	0	13.763	10.205
1.4.2	Informação e promoção de produtos de qualidade		2.436	1.968	0	0	0	11	2.933	2.396	568	484	2.019	1.619
1.5	Restabelecimento do potencial produtivo		29.158	23.327	5	83	71	1.228	30.974	24.870	5.811	4.939	25.404	20.136
1.6.1	Desenvolvimento do regadio		105.305	84.345	1	22.231	18.896	5	135.503	111.076	13.643	11.596	87.226	70.041
1.6.2	Regadio de Alqueva		277.350	220.150	0	0	0	12	286.100	229.120	50.518	44.254	259.169	206.229
1.6.3	Sustentabilidade dos regadios públicos		40.402	34.155	1	1.535	1.308	79	78.393	66.488	27.951	23.762	39.194	33.169
1.6.4	Modernização dos regadios coletivos tradicionais		8.227	6.930	0	0	0	62	7.916	6.665	451	384	7.134	6.001
1.6.5	Projetos estruturantes		25.074	20.713	25	12.738	10.855	131	39.284	32.826	2.397	2.066	20.215	16.617
1.7	Cumprimento de novas normas obrigatórias		582	470	0	0	0	30.158	413	326	0	0	413	326

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [a]		CONTRATOS [b]						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [c]			
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2014		2007-2014		2014		2007-2014			
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.282.019	3.573.777	133.148	487.367	415.727	1.100.855	4.595.661	3.825.538	694.529	593.381	3.967.971	3.309.067
SP 2	GESTÃO SUSTENTÁVEL DO ESPAÇO RURAL		1.430.138	1.207.863	130.123	239.879	204.356	1.022.811	1.677.490	1.417.661	146.995	125.409	1.381.294	1.165.895
2.1.1	Manutenção da atividade agrícola fora da Rede Natura		646.783	546.406	91.917	91.225	77.535	753.422	730.993	617.594	-392	-340	639.768	540.053
2.1.2	Manutenção da atividade agrícola em Rede Natura		117.599	99.321	17.539	20.697	17.591	128.761	138.793	117.358	-47	-41	118.096	99.765
2.2.1	Alteração de modos de produção agrícola		215.211	180.728	7.631	45.521	39.155	54.239	305.261	257.217	46.396	39.900	282.748	238.081
2.2.2	Proteção da biodiversidade doméstica		28.369	24.000	3.379	4.218	3.585	32.852	32.778	27.734	4.978	4.231	30.400	25.713
2.2.3	Conservação e melhoramento de recursos genéticos		50.114	42.400	54	10.230	8.696	178	59.213	50.136	5.085	4.323	46.482	39.314
2.2.4	Conservação do solo		6.191	5.200	328	652	555	777	3.701	3.085	652	555	3.424	2.850
2.3.1	Minimização dos riscos		36.471	30.873	93	7.136	6.066	564	51.676	43.798	10.592	9.004	31.598	26.732
2.3.2	Ordenamento e reconversão dos povoamentos		30.528	25.855	139	13.022	11.069	782	71.566	60.738	11.284	9.592	29.202	24.729
2.3.3	Valorização ambiental dos espaços florestais		94.186	79.750	354	25.961	22.067	1.625	147.973	125.470	37.366	31.761	89.176	75.492
2.4	Apoio à gestão dos ITI (2.4.1)		6.015	5.067	0	0	0	29	1.604	1.326	-47	-35	764	612
	ITI - Investimentos não produtivos (2.4.3-2.4.13)		41.465	35.100	291	7.538	6.407	2.205	58.177	49.306	18.057	15.349	41.727	35.323
	ITI - Pagamentos agro e silvoambientais (2.4.3-2.4.13)		157.205	133.163	8.398	13.681	11.630	47.377	75.756	63.900	13.071	11.111	67.910	57.231
SP 3	DINAMIZAÇÃO DAS ZONAS RURAIS		464.195	391.831	0	0	0	5.514	478.627	403.228	115.252	98.225	384.665	323.361
3.1.1	Diversificação de atividades na exploração agrícola		33.389	28.217	0	0	0	404	34.677	29.325	10.920	9.283	27.202	22.971
3.1.2	Criação e desenvolvimento de microempresas		103.508	86.932	0	0	0	1.609	104.164	87.504	26.294	22.352	80.872	67.706
3.1.3	Desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer		70.119	58.999	0	0	0	781	74.975	63.140	21.127	17.963	57.508	48.293
3.2.1	Conservação e valorização do património rural		60.101	50.773	0	0	0	1.171	54.917	46.381	12.692	10.795	41.466	34.948
3.2.2	Serviços básicos para a população rural		66.779	56.086	0	0	0	1.220	87.301	73.547	25.087	21.333	71.030	59.716
3.4	Cooperação LEADER para o desenvolvimento (cooperação interterritorial e transnacional)		11.902	10.000	0	0	0	229	11.602	9.766	1.378	1.181	9.656	8.111
3.5	Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação		83.577	69.600	0	0	0	94	75.653	62.001	12.814	10.896	64.434	52.465
3.6	Implantação de redes de banda larga de nova geração, em zonas rurais		32.583	29.325	0	0	0	2	32.583	29.222	4.463	4.017	30.529	27.476
3.7	Centros educativos rurais do Algarve		2.235	1.900	0	0	0	4	2.755	2.342	477	405	1.969	1.673

Un.: mil euros

SUBPROGRAMA / AÇÃO		Eixo COM	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA [a]		CONTRATOS [b]						PAGAMENTOS AOS BENEFICIÁRIOS [c]			
Código Ação PDR	Designação		2007-2013		2014		2007-2014			2014		2007-2014		
			Despesa pública	FEADER	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Nº	Despesa pública	FEADER [d]	Despesa pública	FEADER	Despesa pública	FEADER
ProDeR			4.282.019	3.573.777	133.148	487.367	415.727	1.100.855	4.595.661	3.825.538	694.529	593.381	3.967.971	3.309.067
SP 4	PROMOÇÃO DO CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS		57.377	47.467	392	8.916	7.583	4.106	81.897	68.461	11.297	9.614	48.815	40.341
4.1	Cooperação para a inovação		12.100	10.150	109	7.297	6.204	340	23.447	19.797	3.324	2.827	10.408	8.714
4.2.1	Formação especializada		11.783	10.000	0	0	0	105	20.286	17.231	4.372	3.716	11.595	9.843
4.2.2	Redes temáticas de informação e divulgação		8.339	6.723	22	749	637	156	11.969	9.838	1.717	1.460	7.789	6.285
4.3.1.1	Desenvolvimento de serviços de aconselhamento		8.768	6.997	19	580	495	141	10.576	8.568	1.090	929	8.229	6.573
4.3.1.2	Aquisição de serviços de aconselhamento		5.593	4.750	242	290	247	3.220	3.841	3.261	232	197	1.209	1.024
4.3.2	Serviços de apoio às empresas		10.793	8.847	0	0	0	144	11.778	9.767	562	484	9.585	7.902
TR	COMPROMISSOS TRANSITADOS		458.733	407.121	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	37.285	31.640	464.495	411.886
	Medidas agroambientais (RURIS)		118.940	115.558	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	2.486	2.074	122.873	118.812
	Florestação de terras agrícolas (RURIS)		299.530	256.802	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	32.287	27.431	298.272	255.692
	Indemnizações compensatórias (pagamentos em atraso RURIS)		8.543	7.996	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	700	594	10.172	9.378
	Reforma antecipada (RURIS)		23.356	19.921	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1.117	950	23.137	19.735
	Explorações agrícolas (Medida 1 AGRO)		1.122	894	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	10	8	868	679
	Florestas (prémios Medida 3 AGRO e AIBT)		7.242	5.950	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	685	582	9.172	7.590
AT	ASSISTÊNCIA TÉCNICA		76.844	63.613	10	15.084	12.827	51	78.158	64.768	12.920	10.988	41.581	33.678

Notas:

n.a. - não aplicável

[a] - Decisão C(2012) 2071 de 28-03-2012, com alterações aprovadas pela COM a 19-02-2015.

[b] - Dados relativos a candidaturas contratadas (enviadas através de webservice para o IFAP) e, no caso das Ações enquadradas no Pedido Único (PU), a pedidos de pagamento aprovados.

[c] - Nos pagamentos estão excluídos os adiantamentos, os pagamentos em processo de recuperação e os pagamentos relativos a IVA de entidades públicas.

[d] - Valor ajustado à taxa de cofinanciamento de 85%.

3.2 Fluxos financeiros com a Comissão Europeia

Apresentam-se, de seguida, os quadros relativos aos fluxos financeiros com a Comissão Europeia, acumulados para o período 2007-2014.

Quadro 541: Fluxos financeiros com a COM (acumulado)

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2007-2013) *	PPI Solicitados	PPI Reembolsados	Pagamentos da COM realizados	Pagamentos da COM por satisfazer
(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (3)	(5) = (2) - (3)
242.765.556	3.309.066.541	3.152.322.850	3.395.088.406	156.743.690

* Pago em duas parcelas de 3,5% i.e., 121.382.778 euros cada uma.

Quadro 542: Cumprimento da "regra n+2"

Un.: euros

Pré-financiamento (7% Fundo 2007-2013)	Autorização Orçamental 2007-12	PPI Solicitados	Cumprimento da Regra N+2
(1)	(2)	(3)	(4) = [(1) + (3)] / (2)
242.765.556	3.056.119.095	3.309.066.541	116%

Quadro 543: Pedidos de pagamento intermédios (acumulado)

Un.: euros

Pedidos de Pagamento Intermédios (PPI)		Data	Montante	Reembolsos da COM	Data	Montante
1º/2007	3º trimestre	12-12-2007	83.256.792	1º/2007	19-12-2007	83.256.792
2º/2007	4º trimestre	30-01-2008	24.652.128	2º/2007	11-06-2008 16-06-2008	24.277.128 375.000
3º/2008	1º trimestre	28-04-2008	115.632.203	3º/2008	01-07-2008	115.632.203
4º/2008	2º trimestre	17-07-2008	26.865.080	4º/2008	18-08-2008	26.865.080
5º/2008	3º trimestre	05-11-2008	62.399.635	5º/2008	03-12-2008	62.399.635
6º/2008	4º trimestre	30-01-2009	93.256.000	6º/2008	11-03-2009	93.256.000
7º/2009	1º trimestre	27-04-2009	9.921.025	7º/2009	04-06-2009	9.921.025
8º/2009	2º trimestre	30-07-2009	-718.041	8º/2009	21-12-2009	-718.041
9º/2009	3º trimestre	10-11-2009	111.355.308	9º/2009	21-12-2009	111.355.308
10º/2009	4º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2008</i>	29-01-2010	37.652.534 -1.075.686	10º/2009	03-03-2010	36.576.848
11º/2010	1º trimestre	30-04-2010	30.643.680	11º/2010	25-05-2010	30.643.680
12º/2010	2º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2009</i>	30-07-2010	125.549.019 -562.612	12º/2010	16-09-2010	124.986.407
13º/2010	3º trimestre	10-11-2010	202.970.482	13º/2010	03-01-2011	202.970.482
14º/2010	4º trimestre	31-01-2011	81.751.099	14º/2010	21-02-2011	81.751.099
15º/2011	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2010</i>	15-04-2011	78.830.050 -361.602	15º/2011	24-05-2011	78.468.448
16º/2011	2º trimestre	25-07-2011	76.370.041	16º/2011	24-08-2011	76.370.041
17º/2011	3º trimestre	04-11-2011	178.519.424	17º/2011	13-12-2011	178.519.424
18º/2011	4º trimestre	30-01-2012	175.237.789	18º/2011	07-03-2012	175.237.789
19º/2012	1º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2011</i>	30-04-2012	74.659.758 361.651	19º/2012	30-05-2012	75.021.409
20º/2012	2º trimestre	31-07-2012	139.174.865	20º/2012	31-08-2012	139.174.865
21º/2012	3º trimestre	09-11-2012	212.571.781	21º/2012	12-12-2012	212.571.782
22º/2012	4º trimestre	31-01-2013	160.284.966	22º/2012	11-03-2013	160.284.966
23º/2013	1º trimestre	24-04-2013	75.700.931	23º/2013	07-06-2013	75.700.931
24º/2013	2º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2012</i>	29-07-2013	137.022.462 104	24º/2013	20-08-2013	137.022.462
25º/2013	3º trimestre	08-11-2013	213.453.847	25º/2013	02-12-2013	213.453.847
26º/2013	4º trimestre	31-01-2014	190.302.696	26º/2013	11-03-2014	190.302.696
27º/2014	1º trimestre	28-04-2014	144.198.303	27º/2014	22-05-2014	144.198.303
28º/2014	2º trimestre <i>Acerto Conta Anual 2013</i>	31-07-2014	128.172.014 8.285	28º/2014	02-09-2014 01-09-2014	128.172.014 8.285
29º/2014	3º trimestre	10-11-2014	165.566.016	29º/2014	29-12-2014	164.266.942
30º/2014	4º trimestre	31-01-2015	155.444.513	30º/2014	-	-
TOTAL			3.309.066.541	TOTAL		3.152.322.850

1º trimestre: engloba despesas de 1 Jan. a 31 Mar.

2º trimestre: engloba despesas de 1 Abr. a 30 Jun.

3º trimestre: engloba despesas de 1 Jul. a 15 Out.

4º trimestre: engloba despesas de 16 Out. a 31 Dez.

4. RESUMO DAS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO

As atividades de Avaliação Contínua, neste ano, têm por objetivo a realização da avaliação ex-post que, tal como disposto no nº 6 do artigo 86º do Reg. (CE) 1698/2005, assume a forma de um Relatório de avaliação ex-post autónomo.

Estabelece o Reg. Delegado (UE) 807/2014 que o Relatório da avaliação ex-post a que se refere o artigo 86º, nº 5, do Regulamento (CE) nº 1698/2005 deve ser apresentado à Comissão até 31 de Dezembro de 2016.

Atendendo ao disposto no referido Regulamento a AG e a Equipa de Avaliação acordaram na relevância de ajustar o calendário da avaliação ao ciclo de vida do Programa prolongando para 2016 a entrega do Relatório de avaliação ex-post.

Neste contexto, e dado o entendimento comum sobre o carácter sumativo da Avaliação ex-post, foi acordado que as atividades de avaliação não seriam suspensas em todas as suas dimensões, mas teriam o seu período de realização alongado. Deste consenso resultou uma alteração contratual que formaliza este entendimento.

Face ao exposto as atividades de avaliação foram, até à presente data, orientadas para o levantamento de necessidades de informação, seleção de casos de estudo e desenvolvimento de instrumentos de recolha de informação primária.

5. MEDIDAS ADOTADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO

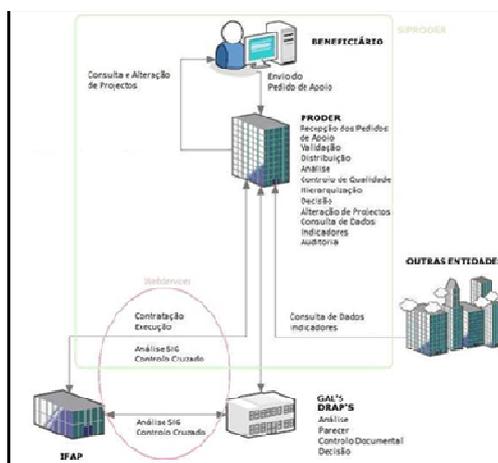
5.1 Medidas de acompanhamento e avaliação

5.1.1 Sistemas de informação

Durante o ano de 2014 o SiProDeR continuou a assegurar a operacionalização do Programa em duas vertentes:

- Operacional, assegurando o ciclo de vida dos pedidos de apoio, desde a sua submissão *on-line*, através do desenvolvimento de formulários específicos, de acordo com cada concurso e medida, até ao seu envio para o Organismo Pagador, passando por todas as fases do *workflow*;
- Estratégica, assegurando a produção e disponibilização de informação de apoio à gestão quer ao nível dos processos de análise, de controlo de qualidade e decisórios, quer no que respeita à disponibilização de indicadores necessários ao acompanhamento, gestão e avaliação da execução do Programa; o SiProDeR assegura a articulação da AG, com os beneficiários, com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), com os GAL e com o Organismo Pagador (IFAP), disponibilizando as funcionalidades que se ilustram no esquema seguinte.

Figura 5: Sistemas de informação – arquitetura funcional



De janeiro a dezembro de 2014 foram desenvolvidos instrumentos de suporte aos concursos lançados durante esse período, tendo paralelamente sido otimizadas as ferramentas existentes de suporte às restantes medidas.

Por o Programa estar em fase de encerramento, foram lançados apenas 6 concursos. Continuou-se no entanto a aceitar candidaturas enquadradas no regime de transição tendo sido necessário adaptar os suportes de receção às mesmas. Deu-se também início à análise destas candidaturas tendo sido necessário ajustar os suportes de análise e desenvolver mecanismos de monitorização destas candidaturas, tendo sido efetuados os seguintes desenvolvimentos neste âmbito:

Candidaturas sem dotação

- Desenvolvimento de mecanismo de libertação de projetos para análise, de acordo com as orientações da gestão, e respetiva Comunicação aos beneficiários da libertação;
- Ajuste dos modelos de análise para refletirem as regras do regime de transição;
- Desenvolvimento de quadros de monitorização dos projetos do regime de transição na perspetiva da evolução dos projetos e dos respetivos compromissos financeiros;

Dada a importância do acompanhamento da execução dos projetos nesta fase de encerramento do Programa deu-se continuidade às melhorias na “Operação Limpeza” (OL) e aos indicadores financeiros. Foram efetuados os seguintes desenvolvimentos neste âmbito:

“Operação Limpeza”

- Disponibilização de interface de consulta do detalhe da OL, na ficha do projeto, para os projetos que tenham sido registados na mesma;
- Funcionalidade para permitir a revogação dos encerramentos compulsivos;
- Funcionalidade para permitir aos beneficiários a solicitação de pedidos de esclarecimento no âmbito da OL;

- Inclusão das condicionantes no interface de gestão dos projetos em OL;
- Várias melhorias no interface de gestão da OL permitindo um melhor e mais eficaz acompanhamento e monitorização dos projetos, em particular, a consulta do histórico do processo de cada projeto;

Indicadores financeiros

- Monitorização dos projetos do regime de transição na perspetiva do compromisso por medidas ProDeR, do compromisso por medidas da comissão e da situação dos projetos;
- Desenvolvimento de quadros para monitorização do *overbooking* para os projetos do regime de transição dando a perspetiva das medidas ProDeR e das medidas da COM;

Para além dos desenvolvimentos já referidos (“Operação Limpeza”, Indicadores e operacionalização dos concursos), foram efetuados outros desenvolvimentos com o objetivo de otimizar processos já existentes ou dar resposta a novas necessidades que foram surgindo, desenvolvimentos esses que se apresentam em seguida.

Outros desenvolvimentos

- Melhoria do circuito de controlo administrativo permitindo uma mais rápida evolução dos projetos no circuito de análise;
- Operacionalização do envio automático dos dados resultantes de pedidos de alteração aos projetos;
- Melhoria no processo de consulta escrita, permitindo o carregamento do despacho de decisão do gestor e recuperação de histórico de todos os despachos;
- Desenvolvimento de mecanismo para colocação de projetos em análise após revogação da decisão;
- *Refactory* da funcionalidade de validação do e-mail dos beneficiários;

-
- Ajustes às limitações à submissão de pedidos de alteração no Balcão do Beneficiário, tendo em consideração a situação dos projetos;
 - Desenvolvimento de KIOSKE multimédia para efeitos de apresentação dos resultados do ProDeR em eventos de divulgação.

No âmbito das tarefas do SIProDeR e para efeitos de contratação, pedidos de pagamento e acompanhamento da execução dos projetos, o SIProDeR articula-se através de mecanismos informáticos com o Organismo Pagador da seguinte forma:

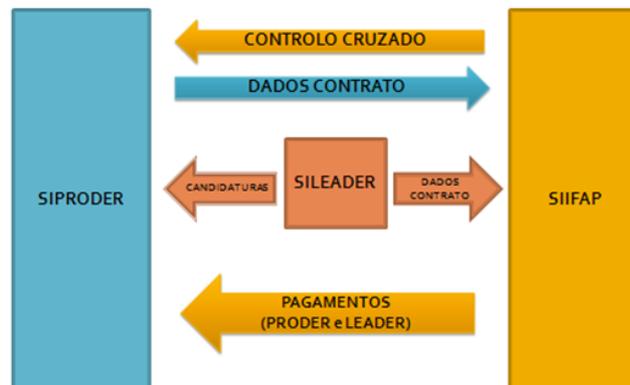
- *Web Service* de Controlo Cruzado – utilizado para recolher dos sistemas do OP informação sobre os promotores, relevante para o processo de análise;
- *Web Service* de Contratação - utilizado para envio de dados de contratação dos projetos aprovados pela AG;
- *Web Service* de Alterações - utilizado para o envio dos dados dos projetos resultantes das alterações solicitadas pelos beneficiários e decididas pela AG;
- *Web Service* de Retorno - mecanismo utilizado para recolha dos dados de execução financeira dos projetos, de forma a permitir o acompanhamento pela AG;

No âmbito de consolidação de toda a informação referente ao ProDeR numa base de dados única, o SIProDeR integra com o SILEADER, recolhendo toda a informação relevante dos projetos aí geridos (informação financeira e informação de indicadores físicos). Esta integração é realizada da seguinte forma:

- *Web Service* de Projetos - fornece a informação de todos os projetos registados no SILEADER incluindo o seu estado e respetivos compromissos;
- Acesso direto à base de dados (BD) do SILEADER – para consulta e importação dos dados referentes aos indicadores físicos.

Na figura seguinte ilustram-se os mecanismos de integração entre o SIProDeR e os sistemas referidos:

Quadro 544: Integração do SIProDeR com outros Sistemas



No quadro abaixo identificam-se todos os módulos do SIProDeR e respetivas funcionalidades disponíveis.

Quadro 545: Sistemas de informação – Módulos do SIProDeR

Módulos	
Segurança	<ul style="list-style-type: none"> Autenticação Gestão de Utilizadores
Área do Beneficiário	<ul style="list-style-type: none"> Submissão de Pedido de Apoio Receção de credenciais de acesso ao balcão Balcão do Beneficiário <ul style="list-style-type: none"> Consulta e alteração de dados pessoais Consulta e alteração de Pedido de Apoio Envio de documentos de suporte Tomada de conhecimento da decisão Preenchimento de indicadores de resultado
Área do Técnico	<ul style="list-style-type: none"> Dashboard Pedidos de Apoio para analisar/decidir Análise e Parecer Consulta detalhe do Pedido de Apoio
Receção de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> Receção e tratamento dos Pedidos de Apoio Validação automática dos Pedidos de Apoio
Distribuição de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> Distribuição automática Distribuição por organismo Distribuição por técnico
Análise	<ul style="list-style-type: none"> Detalhe do Pedido de Apoio Análise FACL Análise SIG Análise de Grupo Controlo Documental Controlo Cruzado Controlo Qualidade Parecer Parecer superior Despacho Audiência Prévia Validação das condicionantes pré-contratuais
Controlo de Qualidade ST-PRODER/DRAPs	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de Lotes Seleção de Pedidos de Apoio Análise e parecer
Decisão de Pedidos de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> Seleção Hierarquização Decisão Comunicação da decisão Conhecimento da decisão Resposta à decisão
Contratação	<ul style="list-style-type: none"> Validação da informação Envio para Organismo Pagador
Indicadores de Gestão	<ul style="list-style-type: none"> Quadros de Monitorização dos Pedidos de Apoio Quadros Financeiros Quadros Físicos Quadros de Monitorização de tarefas Indicadores de resultado
Operação Limpeza	<ul style="list-style-type: none"> Registo de Pedidos de Apoio Notificação dos Promotores Análise e acompanhamento Desistência, Encerramento Compulsivo e Resolução contratual
Administração	<ul style="list-style-type: none"> Gestão de workflow Gestão de utilizadores Gestão de perfis de acesso Monitorização e controlo
Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> Auditoria de Consultas e Escritas fora do contexto aplicacional Contratação Evolução de um Pedido de Apoio no workflow
Interoperabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação informática com outros sistemas <ul style="list-style-type: none"> IDIGITAL SILEADER

O SIProDeR deu também, em 2014, todo o suporte à atividade desenvolvida pela AG no âmbito de processos de auditoria e segurança, bem como no que respeita à articulação técnica com o OP.

O SIProDeR garante ainda o suporte à área operacional do Programa, sendo para o efeito respeitada a metodologia de trabalho definida, quer relativa ao registo e acompanhamento de ocorrências, através da plataforma de gestão utilizada para o efeito, quer à entrada em produção de novas funcionalidades ou ajustamentos decorrentes de alterações efetuadas, como sejam carregamentos de dados, indicadores, mapas de monitorização, circuitos decisórios, notificações eletrónicas e integração do Web service.

Durante o ano de 2014 deu-se continuidade ao trabalho de adequação aos critérios estabelecidos na norma internacional ISO/IEC 27002, referente às práticas de gestão da segurança da informação do ProDeR. Neste sentido foram efetuadas as seguintes tarefas:

- Atualização do inventário de ativos;
- Garantia do *follow up* da auditoria informática realizada pelo IFAP.

De acordo com a informação transmitida pelo Organismo Pagador, em 2014 foram realizados novos desenvolvimentos no respetivo sistema de Informação, designadamente:

- Novas funcionalidades na aplicação de recolha de avaliação do plano empresarial do jovem agricultor (ACEPEJA);
- Alteração aos critérios de conclusão automática das operações;
- Nova funcionalidade para monitorização da verificação do cumprimento de condições contratuais complementares;
- Marcação das operações aprovadas ao abrigo das disposições transitórias;
- Alteração da recolha de resultado da verificação física no local (VFL).

5.1.2 Relacionamento com os GAL

O ano de 2014 caracteriza-se por ter sido o ano em que foram encerrados os últimos concursos dos GAL, nomeadamente dos GAL “ADERES” e “Cova da Beira”, uma vez que foram reconhecidos mais tarde e por isso tiveram um último período de candidaturas excepcional no início de 2014.

No final do ano de 2014, as medidas 3.1 e 3.2 cuja gestão está delegada nos Grupos de Ação Local, apresentam uma taxa de compromisso de 107%, em resultado da possibilidade concedida pela Comissão, para que fosse constituído um moderado *overbooking* de gestão, uma vez que a essas medidas não se aplica o regime de transição.

A aplicação prática desta possibilidade assenta no Despacho nº 15/2013 da Gestora do ProDeR, através do qual é concedido a cada GAL a possibilidade de aprovação de um conjunto de projetos que tinham ficado por contratar por falta de dotação nas Estratégias Locais de Desenvolvimento.

Em termos de execução, verifica-se um forte incremento desta taxa o que comprova a aposta clara na recuperação do atraso inicial, sendo que os pagamentos de 2014 representam cerca de 35% da execução global atingindo-se no final do ano uma taxa de execução de 84%.

De destacar ainda a taxa de encerramento da medida 3.4 que atinge os 89% e que conjugada com taxa de sub-investimento elevada, de 15%, resulta numa taxa de execução de 85%.

5.1.2.1 Protocolo e sistemas de informação

Em termos de relacionamento com os GAL, manteve-se o estreito contato entre a Autoridade de Gestão e a Federação Minha Terra enquanto interlocutor nacional dos GAL, com o objetivo de acompanhar a implementação das medidas do subprograma 3, quer as de gestão delegada nos GAL, medidas 3.1 e 3.2, quer em relação às medidas nas quais os GAL são promotores, ou seja, a medida 3.4 “Cooperação LEADER para o desenvolvimento” e medida 3.5 “Funcionamento dos GAL, aquisição de competências e animação”.

Continuaram a decorrer as visitas de auditoria e acompanhamento aos GAL, tendo como objetivos principais a verificação, in loco, do cumprimento das regras estabelecidas nos normativos, nomeadamente a validação dos procedimentos aprovados e em vigor nos GAL, a manutenção das condições que levaram ao seu reconhecimento, enquanto organismos intermédios de gestão e o esclarecimento das dúvidas existentes.

5.1.2.2 Sistema de supervisão LEADER

Nos termos do art.º 28-F do Regulamento (CE) nº 65/2011, de 27 de Janeiro de 2011 (anterior art.º 33º do Regulamento (CE) nº 1975/2006, de 7 de Dezembro de 2006), o Estado-Membro é responsável por verificar se os Grupos de Ação Local (GAL) têm a capacidade administrativa e de controlo necessária para a realização dos controlos administrativos inerentes às competências referidas nos parágrafos seguintes.

Nos termos da Portaria nº 392-A/2008, de 4 de Junho, são os GAL, que gerem a aplicação das medidas 3.1 “Diversificação da atividade económica e criação de emprego”, e 3.2 “Promoção da qualidade de vida das populações nos seus territórios”. Consequentemente é da sua competência definir os critérios de seleção a aplicar, analisar e decidir sobre a admissibilidade e o mérito dos PA apresentados às referidas medidas, assegurando que as operações sejam hierarquizadas em conformidade com os critérios de elegibilidade definidos nas portarias regulamentadoras e com os critérios de seleção definidos para cada concurso, bem como de acordo com as orientações técnicas definidas pela AG do ProDeR.

É ainda competência dos GAL analisar os pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários dos PA aprovados nas duas referidas medidas, verificando a sua elegibilidade. No caso dos pedidos de pagamento, cabe ao OP proceder à repetição dos respetivos controlos administrativos por amostragem.

A AG do ProDeR procede a controlos regulares dos procedimentos de análise e decisão dos PA, segundo a metodologia definida, controlos por amostragem de confirmação da verificação do cumprimento das condições de elegibilidade dos PA consideradas como chave, dos procedimentos, normativos e critérios

de avaliação definidos. As Ações de controlo dividem-se entre Ações de controlo em gabinete e visitas de acompanhamento realizadas junto da ETL dos GAL.

Em 2014, considerando que o Programa se encontra já em fase de conclusão, foram residuais os GAL com aprovações de pedidos de apoio. Os GAL "ADERES" e "Cova da Beira" foram os únicos em que se registaram aprovações, que como já tinham sido alvo de controlo em gabinete e visita de acompanhamento em anos anteriores, foram dispensados de uma nova Ação.

5.1.3 Sistemas de controlo

5.1.3.1 Controlos efetuados pela Autoridade de Gestão

Em 2014 foi dada continuidade ao procedimento de controlo implementado em 2009, com o objetivo da Autoridade de Gestão assegurar a aplicação uniforme das normas de procedimentos e respetiva conformidade no processo de análise e controlo documental dos pedidos de apoio, analisados nas DRAP e no STProDeR.

O controlo de qualidade procedeu assim à análise semanal de, pelo menos, 5% do número total de PA com parecer favorável e desfavorável emitido pelas DRAP e pelo STProDeR.

Durante o ano de 2014, os resultados obtidos pelo CQ realizado no STA, tendo em conta o parecer proposto pelas DRAP e pelo STProDeR, de favorável/desfavorável, foram os seguintes:

Quadro 546: Resultados do Controlo de Qualidade (ano)

Sentido do parecer emitido pelas DRAP	Amostra		Resultados do CQ					
	Nº PA	%	Conforme	%	Insuficiente	%	Não Conforme	%
PA favoráveis	230	5%	173	75%	57	25%	0	0%
PA desfavoráveis	73	6%	68	93%	5	7%	0	0%
Total	303	5%	241	80%	62	20%	0	0%

Dos 303 PA controlados foram detetadas insuficiências em 62 PA (20%), que foram devolvidos à entidade analista para correção, não tendo existido nenhum PA identificado como não conforme.

A taxa de devolução que em anos anteriores apresentou sempre uma tendência decrescente (15% em 2011, 14% em 2012 e 11% em 2013), em 2014 alterou-se, tendo atingido os 20%. Este resultado está relacionado com vários fatores sendo o mais relevante a ausência de colocação de condicionantes em sede de CQ do pedido de apoio, levando à devolução para reanálise e efetiva contagem para as estatísticas de controlo.

Relativamente às medidas/Ações, nas quais se registaram maior número de erros, foram identificadas as Ações 1.1.3 – Instalação de Jovens Agricultores, 1.1.1 – Modernização e capacitação das empresas e 1.1.2 – Investimentos de pequena dimensão.

Quanto aos tipos de erros mais assinalados em 2014 neste tipo de controlo, no que diz respeito à análise técnica, foram identificados os seguintes: “Classificação e Elegibilidade dos Investimentos” – Investimentos não elegíveis aprovados em sede de análise (diversas razões não uniformes – investimentos de substituição, reparações e manutenções, por exemplo); e “Avaliação e Razoabilidade dos Custos” – pelo facto da razoabilidade dos investimentos apresentados para cofinanciamento, não estar devidamente justificado no parecer emitido ou então apresentavam valores diferentes dos constantes nos orçamentos.

Decorrente da análise documental, a insuficiência “Orçamentos para Todos os Dossiers de Investimento”, foi a que colheu maior expressão, constituindo, assim, o principal motivo de devolução.

Quanto à distribuição por entidades responsáveis pela análise, DRAP e STProDeR, a devolução dos PA com parecer “insuficiente” após controlo, foi a seguinte:

Quadro 547: Controlo de Qualidade – Distribuição por DRAP dos PA devolvidos e peso na amostra (2010 a 2014)

PA devolvidos		DRAP					ST PRODER	Total
		Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve		
2010	Nº	38	18	20	10	8	0	94
	%	15%	18%	18%	10%	24%	0%	16%
2011	Nº	27	12	7	5	3	1	55
	%	14%	18%	18%	10%	18%	14%	15%
2012	Nº	16	6	8	7	13	0	50
	%	12%	7%	13%	11%	57%	0%	14%
2013	Nº	30	8	7	10	1	0	56
	%	11%	8%	13%	12%	17%	0%	11%
2014	Nº	20	13	11	15	2	1	62
	%	14%	20%	27%	31%	33%	100%	20%

Pela observação do quadro, verifica-se o aumento já mencionado da taxa de devolução face ao número total da amostra de PA selecionados para controlo.

Os resultados do Controlo de Qualidade continuaram a ser comunicados semanalmente às DRAP, incluídos no procedimento da Consulta Escrita das Decisões dos PA, e apresentadas estatísticas globais nas reuniões da Autoridade de Gestão, assim como divulgado o Relatório de execução anual.

5.1.3.2 Controlos efetuados pelo IFAP, pela IGAMAOT e pela IGF

Em termos da atividade de controlo regulamentar, foram realizados os trabalhos de Certificação de Contas do Organismo Pagador no âmbito do Regulamento da Comissão nº 885/2006, de 21 de Junho, pela autoridade competente e de auditoria, a IGF (Inspeção-Geral de Finanças). Na sequência dos seus planos anuais de controlos, foram realizados os controlos de natureza física específicos do FEADER, previstos no Regulamento (CE) nº 65/2011, nomeadamente, o controlo in loco (artigo 26º) e o controlo ex-post (artigo 29º) realizados pelo IFAP e IGAMAOT (Inspeção-Geral de

Agricultura do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território), respetivamente.

O Organismo Pagador desenvolveu ainda uma metodologia para a avaliação do cumprimento do plano empresarial dos Jovens Agricultores e que foi objeto de divulgação no seu portal. Essa metodologia definiu critérios de avaliação que garantem a verificação dos objetivos que se pretendem alcançar com o apoio (instalação de jovens agricultores), situando no tempo o momento preferencial para a realização dessa avaliação, bem como garantiu a simplificação e uniformidade dos procedimentos administrativos levados a cabo pelos organismos competentes pelo controlo administrativo e in loco dos planos empresariais, com consequentes ganhos de eficiência e diminuição de recursos afetos a esta atividade.

5.1.3.3 Auditorias

Em 2014 foram realizadas as seguintes auditorias, promovidas pelas entidades responsáveis:

- DG-AGRI:
 - ✓ Inq. RD1/2014/853/PT – Inquérito relativo ao Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal para 2007-2013 (FEADER) – sobre as observações do Tribunal de Contas Europeu, das auditorias relativas à Declaração de fiabilidade no que respeita ao exercício de 2013 (DAS 2013) – Despesas FEADER (16 a 20 de setembro de 2013 e 10 a 14 de fevereiro de 2014).
 - ✓ Inq. RD2/2014/002/PT – Auditoria realizada de 17 a 21 de fevereiro de 2014, que incidiu sobre o eixo 2 do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal para 2007-2013 (FEADER), para verificar se os sistemas de gestão, controlo e sanções, em vigor, observam o disposto na regulamentação comunitária aplicável.

- ✓ Reunião Bilateral realizada a 12 de junho com os serviços da Comissão, dedicada à análise do Inquérito escrito RD3/2013/004/PT relativo ao FEADER-PRODER para as medidas do eixo IV – LEADER.
 - ✓ Reunião Bilateral realizada a 29 de setembro com os serviços da Comissão, dedicada à análise do Inquérito escrito RD2/2014/002/PT relativo ao FEADER eixo II para as medidas 214 (parte relativa aos recursos genéticos), 216, 226 e 227 e do Inquérito RD2/2012/003/PT, ambos relativos ao PRODER.
- IGAMAOT:
- ✓ Auditoria de “Avaliação da atuação do ICNF, IP no âmbito das Ações de prevenção e de proteção da floresta” às medidas do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR) – Processo nº AOT/CN0001/14.
- Tribunal de Contas Português (TCP):
- ✓ Auditoria à Instalação dos Jovens Agricultores – Processo nº 22/2014 (dezembro 2014).
- Tribunal de Contas Europeu (TCE):
- ✓ Auditoria no contexto da DAS 2013, relativa ao FEADER – Referência PF 6085 (10 a 14 de fevereiro de 2014).
 - ✓ Auditoria no contexto da DAS 2014, relativa ao FEADER – Processo nº 11/2014 (12 a 16 de maio de 2014).
 - ✓ Inquérito escrito do TCE sobre a execução dos instrumentos de engenharia financeira apoiados pelo FEADER, nos termos dos artigos 50.º a 52.º do Regulamento nº 1974/2006, da Comissão – Processo nº 16/2014 (junho de 2014).
 - ✓ Auditoria de resultados no âmbito das Ações de apoio aos INP “Investimentos Não Produtivos (M216) do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (ProDeR) para o período de

2007-2013 – Processo nº 14/2014 e Referência PF 6644 (7 a 11 de julho).

- ✓ Inquérito escrito do TCE sobre as Medidas de transferência de conhecimentos e aconselhamento – Processo nº 22/2014 (outubro de 2014).
- ✓ Auditoria no contexto da DAS 2014 e seguimento do inquérito da DG-AGRI RD2/2014/002/PT, relativa ao FEADER (27 a 31 de outubro de 2014).
- Auditoria no contexto da DAS 2014, relativa ao FEADER (24 a 28 de novembro de 2014).

5.1.4 Alterações a Portarias

No decurso deste ano foram alteradas algumas das Portarias que aprovaram os regulamentos de aplicação das Ações ProDeR com o objetivo de conformar as suas regras com outras alterações legislativas, nomeadamente as que se verificaram na regulamentação comunitária aplicável ao Programa.

Ações 2.2.1, «Alteração de modos de produção agrícola», 2.2.2, «Proteção da biodiversidade doméstica», e 2.2.4, «Conservação do solo», integradas na medida 2.2, «Valorização de modos de produção», do subprograma 2 «Gestão sustentável do espaço rural»

A Portaria nº 19/2014 de 29 de janeiro veio permitir, dentro de certos pressupostos, a possibilidade de solicitar ao gestor do ProDeR o prolongamento dos compromissos por mais um ano, no âmbito das medidas agro e silvo-ambientais.

Este prolongamento de compromissos assumidos pelos promotores nos termos do Regulamento (CE) nº 1698/2005, do Conselho, de 20 de setembro foi previsto pelo

Regulamento (UE) nº 1310/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que estabelece certas disposições transitórias relativas ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), sendo que as despesas resultantes desses compromissos são elegíveis para apoio no quadro do novo período de Programação.

Componentes Agroambientais e Silvo ambientais da medida 2.4, "Intervenções Territoriais Integradas", do subprograma 2 "Gestão sustentável do espaço rural"

A Portaria nº 19/2014 de 29 de janeiro veio permitir, dentro de certos pressupostos, a possibilidade de solicitar ao gestor do ProDeR o prolongamento dos compromissos por mais um ano, no âmbito das medidas agro e silvo-ambientais.

Este prolongamento de compromissos assumidos pelos promotores nos termos do Regulamento (CE) nº 1698/2005, do Conselho, de 20 de setembro foi previsto pelo Regulamento (UE) nº 1310/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, que estabelece certas disposições transitórias relativas ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), sendo que as despesas resultantes desses compromissos são elegíveis para apoio no quadro do novo período de Programação.

Ação nº 1.6.1, «Desenvolvimento do regadio», inserida na medida nº 1.6, «Regadio e outras infraestruturas coletivas», do subprograma nº 1, relativo à «Promoção da competitividade»

A Portaria nº 243/2014, de 20 de novembro veio alterar o Regulamento de aplicação desta Ação, que incide exclusivamente sobre intervenções coletivas, de natureza pública ou privada. A alteração foi no sentido de assegurar o pagamento do apoio de forma proporcional à realização da operação, sem qualquer restrição ao valor da última prestação. Isto para obviar aos constrangimentos económicos que afetam os beneficiários dos apoios concedidos e que diminuem a sua capacidade para financiar, com capitais próprios, as despesas necessárias à conclusão dos investimentos aprovados e o seu objetivo foi viabilizar a integral execução dos projetos aprovados.

5.2 Problemas mais importantes verificados na gestão do Programa

5.2.1 Monitorização dos projetos aprovados - “Operação Limpeza”

5.2.1.1 Projetos aprovados sem execução

O processo de monitorização dos projetos aprovados sem execução, em curso desde início de 2011, continuou a relevar-se determinante no contexto da boa execução do Programa.

O resultado do trabalho de avaliação permanente e rigorosa das situações em que se verifica que os beneficiários não têm condições para executar os investimentos aprovados, tem-se revelado fundamental para assegurar que o objetivo do pleno aproveitamento do envelope financeiro do ProDeR seja totalmente atingido em tempo útil.

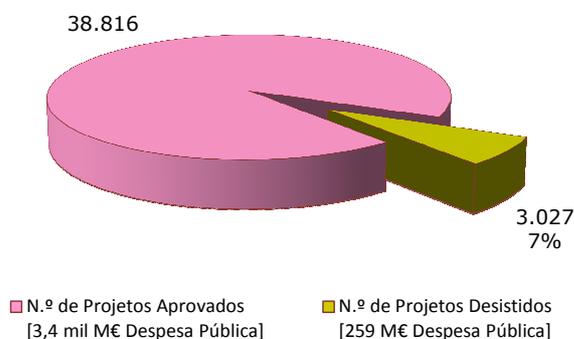
As verbas libertadas pelos projetos desistidos continuaram a permitir apoiar as medidas ProDeR com maior adesão, designadamente a Instalação de jovens agricultores, as medidas dirigidas aos investimentos florestais e aos investimentos agrícolas e agroindustriais.

De salientar que a estas verbas acrescem ainda as que estão também a ser libertadas pela subexecução dos projetos já concluídos.

Olhando para a trajetória da taxa de desistências em número de projetos e em termos de despesa pública, que ao longo dos 3 anos decorridos desde o início da “Operação Limpeza” se manteve estável, na ordem dos 5%, no ano de 2014 esta percentagem aumentou para os 7%, quer em termos de número de projetos, quer de despesa pública. Este valor que continua a ser notável tendo em atenção o contexto económico e financeiro existente neste período.

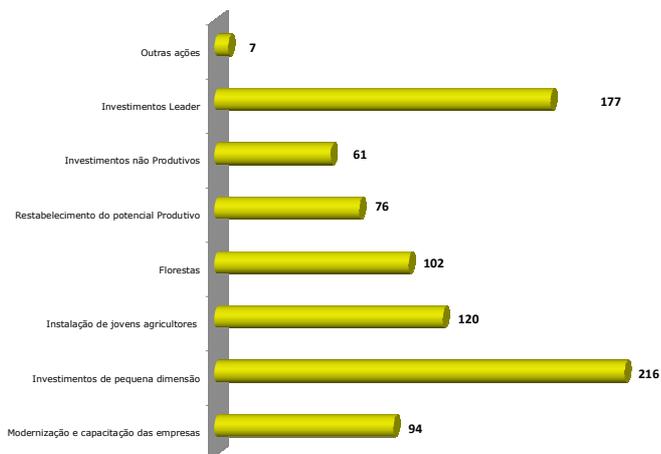
O número total de projetos desistidos após a sua aprovação e contratação era assim, em dezembro de 2014, de apenas 3.027 projetos, quando estavam aprovados 38.816 projetos. A despesa pública libertada por estes projetos foi de cerca de 259 milhões de euros, montante que traduz uma taxa de desistências na ótica da despesa de 7%, a mesma que em termos do número de projetos.

Figura 6: Número de projetos desistidos (acumulado)



No ano de 2014 foram objeto de desistência 853 projetos, mais 62 projetos do que no ano anterior.

Figura 7: Número de projetos desistidos (ano)

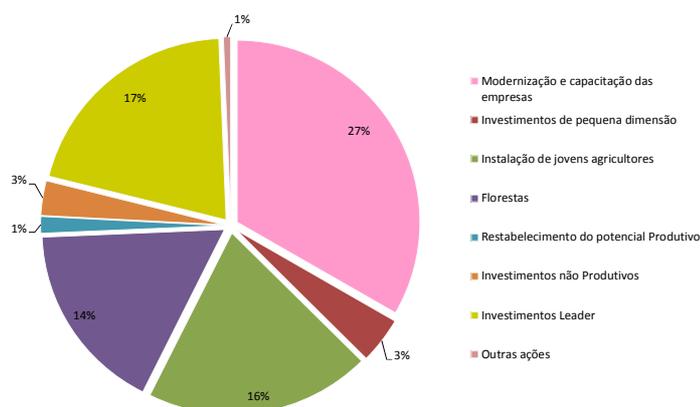


Mais de metade, dos projetos desistidos no ano, encontrava-se aprovada nas três Ações de apoio ao investimento agrícola e agroindustrial (Ações 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3) e nas medidas das florestas, mantendo a tendência verificada em 2013.

Por outro lado, nas medidas de investimento LEADER, 3.1 e 3.2, concentrou-se cerca de 19% (vs 27% em 2013) do número de projetos desistidos.

Já no que respeita ao montante de despesa pública associado aos projetos desistidos em 2014 registou-se a desistência de 56 milhões de euros, cuja distribuição se apresenta em seguida.

Figura 8: Despesa Pública disponibilizada pelos projetos desistidos (no ano)
[56 milhões de euros]



À semelhança do que aconteceu anos anteriores, foi na Ação 1.1.1 que se registou o maior montante de libertação de verbas, cerca de 21 milhões de euros de despesa pública, 26% do montante total.

As medidas do regadio e do LEADER, 3.1 e 3.2, libertaram montantes muito aproximados, no conjunto cerca de 11 milhões de euros de despesa pública, 3% do montante total.

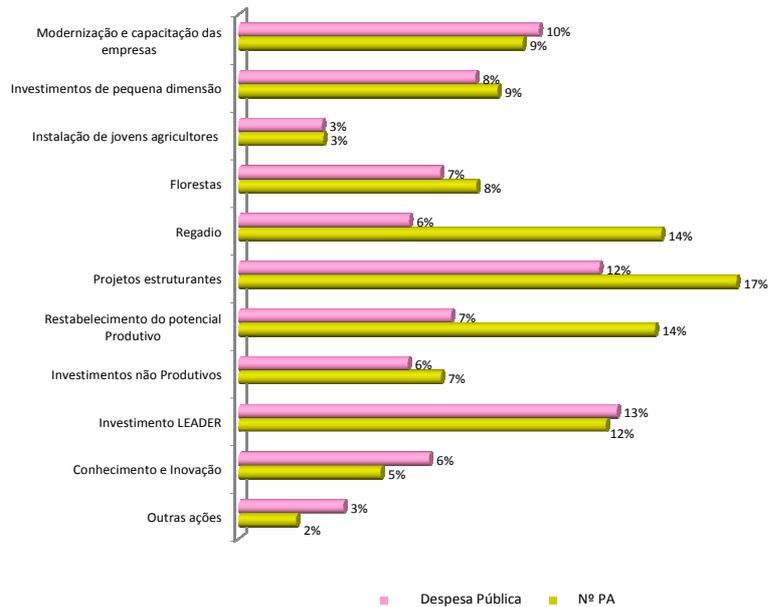
É de salientar que nas medidas das florestas se verificou um aumento de libertação de verbas face ao ano anterior. Estas medidas libertaram um montante de despesa pública de cerca de 9 milhões de euros nos 102 projetos desistidos, montante que corresponde a 13% da dotação total libertada em 2014.

Verificou-se ainda um aumento substancial de projetos desistidos na medida relativa ao estabelecimento do potencial produtivo. Em 2014, esta medida teve uma taxa de desistência de projetos de 9% que corresponde, no entanto, a 1% da despesa pública aprovada.

Figura 9: Despesa Pública disponibilizada pelos projetos desistidos (acumulado)
[259 milhões de euros]



Figura 10: Taxas de Desistências face aos compromissos assumidos (acumulado)



Nas medidas de investimento LEADER, 3.1. e 3.2, que libertaram, até final de 2014, cerca de 49,5 milhões de euros, a taxa de desistências ronda os 12%, em número de projetos desistidos.

De salientar ainda que a Ação de “Instalação de jovens agricultores” continua a registar uma taxa de desistências muito baixa, de 3% quer em termos do número de projetos e de despesa pública libertada.

Ao contrário, no que respeita à medida 1.5.2 “Restabelecimento do Potencial Produtivo”, verifica-se que até 2014 o número de projetos desistidos aumentou substancialmente, o que veio determinar um aumento significativo da taxa de desistências principalmente em número de projetos (14%).

Por outro lado, as medidas do regadio, cujo montante de libertação de verbas ronda os 38 milhões de euros, apresentam uma taxa de desistências de 6%. Esta taxa passa no entanto para 14% se lida na ótica do número de projetos desistidos.

Como referido, todos os montantes libertados têm sido de imediato integrados na dotação das respetivas medidas e Ações, ficando automaticamente disponíveis para absorver o *overbooking* assumido pelo Programa.

5.2.1.2 Projetos aprovados sem apresentação de Pedidos de Pagamento há mais de 6 meses

Desde o final de 2011 que no âmbito da chamada “Operação Limpeza” se passou também a monitorar o conjunto de projetos que, já estando em execução e com pedidos de pagamento liquidados, não apresentavam novos pedidos de pagamento há mais de seis meses. Este trabalho foi desenvolvido numa base semestral, durante os anos de 2012 e 2013.

Os beneficiários que se encontravam nessa situação eram, assim, notificados através de e-mail, para apresentarem no prazo de 3 meses um novo pedido de pagamento, de modo a demonstrarem que o seu projeto se encontrava a ser executado com regularidade no quadro físico e financeiro estabelecido nos termos da sua aprovação.

Tendo em conta que 2014, assinalava o último ano para execução dos projetos, entendeu esta AG avaliar esta vertente da OL, tendo decidido suspender esta tipologia de notificações, justamente porque dava indicação para submissão de um PP intercalar quando o que se pretendia era que os beneficiários concluíssem os seus projetos, submetendo o último PP.

5.2.1.3 Conclusão de projetos de Instalação de Jovens Agricultores (antigo regime)

As características particulares inerentes ao formato de execução definido para os projetos de jovens agricultores (anterior regime) justificaram que fosse efetuado um processo de monitorização com uma configuração especialmente adequada à realização destes projetos. Assim, as notificações efetuadas não tinham uma consequência definitiva como noutras tipologias de intervenção adotadas no âmbito da OL.

Os primeiros projetos aprovados perfizeram 36 meses de contrato em 2012, o que de acordo com o regulamento de aplicação da Ação, determinava que os respetivos beneficiários estavam na altura de fazer prova do cumprimento dos seus planos de formação, quando aplicável, e dos seus planos empresariais e, conseqüentemente, caso comprovassem esse cumprimento, poderem solicitar o saldo do prémio à primeira instalação.

Sendo de extrema importância para a gestão alertar, em tempo útil, os beneficiários destes projetos para a necessidade de cumprimento dos requisitos que lhes possibilitam receber a restante parte do prémio aprovado, a AG implementou um processo de acompanhamento, com periodicidade anual, em que são identificados e alertados todos os beneficiários que, nesse ano, perfazem os referidos 36 meses.

Os beneficiários destes projetos foram, assim, alertados para a necessidade de cumprimento dos requisitos que lhes possibilitava receber a restante parte do prémio aprovado, tendo a AG implementado um processo de notificação anual, concluído em 2013.

5.2.1.4 Cumprimento do prazo de conclusão dos projetos

Em 2013 deu-se início à vertente da “Operação Limpeza” direcionada para a monitorização do cumprimento dos prazos de conclusão dos projetos, dado que os projetos aprovados em 2010, ano em que o Programa atingiu elevados níveis de aprovação de candidaturas, atingiam, na maior parte dos casos, a sua conclusão no final de 2012 e 2013.

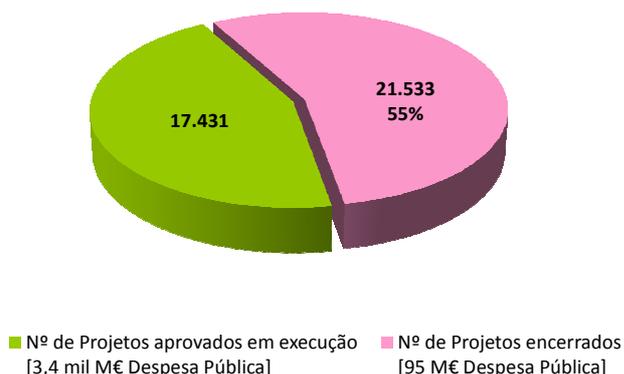
Nesta vertente da “Operação Limpeza” todos os beneficiários cujos projetos estão a 6 meses da data de conclusão aprovada (inicial ou resultante de um pedido de prorrogação) são avisados por e-mail para a necessidade de concluírem os seus investimentos e apresentarem o último ou único pedido de pagamento até essa data. Nos casos em que se verifica o não cumprimento do prazo aprovado para a conclusão do projeto, o beneficiário é notificado e é, ainda, concedido pelo Gestor, a título excepcional, uma prorrogação de 3 meses para concluir e apresentar o último pedido de pagamento do projeto. O número de beneficiários que foram notificados, pelo STProDeR, em 2014 por incumprimento do prazo de conclusão do projeto rondou os 621, dos quais mais de 65% regularizaram a sua situação.

Há situações em que, infelizmente, os beneficiários não tem condições para executar integralmente os investimentos aprovados nos prazos aprovados ou mesmo nos que lhes são concedidos a título excepcional. Essas situações são avaliadas casuisticamente, podendo dar origem ao encerramento do projeto por montante inferior ao aprovado inicialmente, caso se constate que não ficam prejudicados, de forma substantiva, os objetivos previstos no projeto aprovado. Há no entanto casos em que se verifica que os investimentos realizados pelos beneficiários não permitem assegurar o cumprimento dos objetivos do projeto, sendo nesses casos necessário proceder a resolução contratual do projeto, com a consequente devolução das verbas recebidas.

No final de 2014 o conjunto de projetos concluídos era já superior a 21.500, o que representa cerca de 55% do total de projetos aprovados à data.

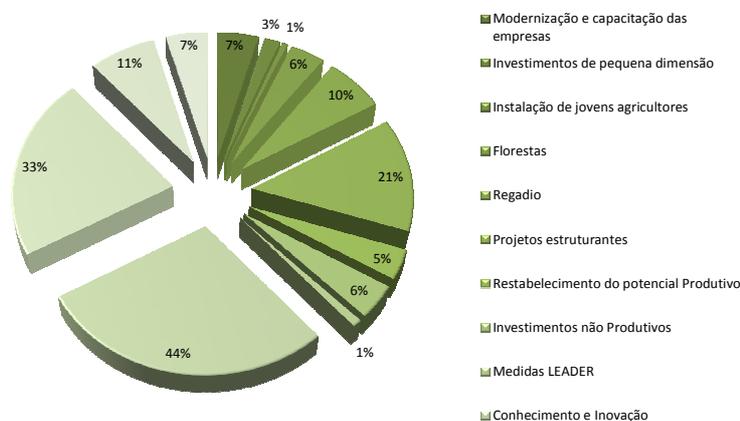
A despesa pública executada no conjunto desses projetos é de cerca de 1.313 milhões de euros, montante que representa 38% da despesa pública total aprovada.

Figura 11: Número de projetos encerrados até final de 2014



Neste conjunto de projetos verificou-se uma subexecução de cerca de 7%, mantendo a tendência verificada em 2013, o que se traduz numa libertação de despesa pública de cerca de 95 milhões de euros, montante que à semelhança do libertado por desistência de projetos foi creditado de imediato nas respetivas medidas e Ações para ser reutilizado na diminuição do *overbooking* assumido pelo Programa.

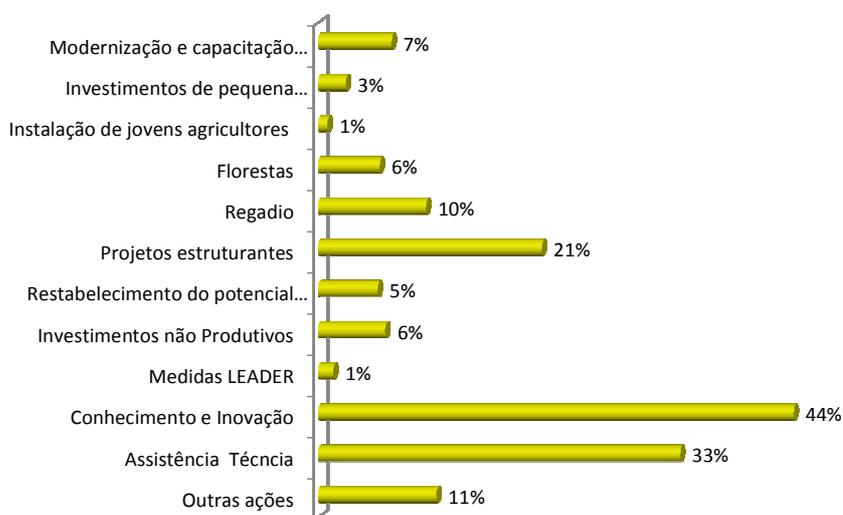
Figura 12: Despesa Pública disponibilizada pelos projetos encerrados
[95 Milhões de euros]



A Ação 1.1.1, de apoio a Modernização e capacitação empresarial, e a medida de assistência técnica continuam a ser responsáveis por quase por 50% do montante total libertado. No entanto, as taxas de subexecução destas duas medidas são totalmente distintas. Enquanto na Ação 1.1.1 se verificou que no conjunto dos 3.546 projetos encerrados apenas 7% da despesa aprovada não foi executada, na medida de assistência técnica esta percentagem é maior, cerca de 33%. Neste último caso, a maior percentagem decorre sobretudo dos constrangimentos e procedimentos orçamentais a que as entidades públicas estão sujeitas.

As medidas do LEADER (3.1 e 3.2), das florestas e do regadio apresentam taxas de subexecução entre os 1% e os 10%, tendo sido responsáveis pela libertação de um montante total de despesa pública de cerca de 29 milhões de euros, valor idêntico ao libertado pela Ação 1.1.1.

Figura 13: Taxa de subexecução em 31.12.2014



Nas medidas do subprograma 4, investimento em conhecimento e Inovação, onde foi libertado um montante de 7 milhões de euros, a taxa de subexecução, de 21%, é bastante elevada quando comparada com as restantes áreas de investimento do Programa. Esta situação é também justificada pelo facto de nestes projetos participarem muitas entidades públicas. O mesmo acontece na medida dos "Projetos estruturantes", que registava no final de 2014 uma das maiores taxas de encerramento de

projetos, mas que apresenta também uma taxa de subexecução de 21%, muito acima da média do Programa.

A Ação dirigida à Instalação de jovens agricultores é aquela que apresenta menor taxa de encerramento de projetos, de 33%. Por outro lado, a taxa de subexecução não apresenta expressão nesta Ação, o que se deve ao facto da maioria dos projetos encerrados ser relativa a prémios à primeira Instalação, cujos jovens agricultores terão recebido a quase ou a totalidade do prémio, o que significa que terão cumprido os respetivos planos empresariais.

Em síntese, no final de 2014 a taxa global de libertação de verbas decorrentes do encerramento dos 21.533 projetos e dos 3.027 projetos desistidos, era de 10% do total de despesa pública aprovada nos projetos de investimento até essa data.

Figura 14: Despesa pública aprovada e libertada em 31.12.2014



Desta forma se conclui que apesar das condições económicas extremamente adversas, os beneficiários ProDeR continuam genericamente a demonstrar uma boa capacidade de execução dos seus projetos, o que é uma manifestação clara da dinâmica de investimento do sector agroflorestal, que nestes últimos quatro anos de crise não deixou de evidenciar uma boa performance de investimento.

5.2.2 Resumo dos problemas mais importantes verificados na gestão de cada subprograma

Dificuldades operacionais e medidas tomadas

Subprograma 1

No ano de 2014 mantiveram-se, no 1º semestre do ano, abertos vários concursos em contínuo, tendo sido reabertas, de 7 a 14 de novembro, as medidas das florestas;

Para todas as candidaturas entradas, houve um esforço, quer das DRAP's, quer do STProDeR, para que estivessem totalmente analisadas no próprio ano. Esse objetivo implicou, com maior intensidade no último trimestre do ano, a afetação da quase totalidade dos meios e recursos.

Aproximando-se o fim do quadro houve uma intensificação da análise dos pedidos de pagamento atingindo o SP1 pagamentos superiores a 370.000 mil euros.

Subprograma 3

Em termos de dificuldades sentidas destacam-se as seguintes:

- ✓ Os ajustamentos introduzidos pela AG e pelos GAL conduziram a um aumento na taxa de execução, que no entanto ainda não atingiu o nível de execução registado noutros subprogramas.

A recuperação dos níveis de execução constituiu uma das preocupações centrais da AG no quadro da coordenação e articulação com os GAL, ao longo de todo o ano, consubstanciado num acompanhamento do STProDeR, junto dos GAL, no sentido de serem cumpridos os prazos para análise, decisão e contratação das candidaturas bem como dos prazos de análise dos pedidos de pagamento, de modo a, por um lado, não prejudicar os promotores que já não terão 24 meses para execução das operações e por outro incrementar a sua execução;

- ✓ Com o objetivo de prevenir erros financeiros manteve-se o Controlo de Qualidade prévio à contratação e aos pagamentos. Este

procedimento introduz alguma morosidade que resulta da necessidade de prestação de informação entre os vários intervenientes, causando constrangimentos aos promotores.

De modo geral, verificou-se uma melhoria em relação aos montantes pagos mensalmente neste subprograma;

- ✓ Ao nível das medidas cuja gestão é feita no ST do ProDeR, destaque para a Cooperação LEADER para o Desenvolvimento, que apresenta uma taxa de compromisso inferior a 100% por via de desistência de alguns PA, em particular na Ação relativa aos planos de cooperação, bem como subexecução de alguns PA das Ações de cooperação inter e transnacional, o que de alguma forma vem demonstrar um desfasamento entre as intenções que os GAL têm ao nível da cooperação e a sua aplicabilidade prática.
- ✓ Ainda no âmbito da medida de “Cooperação”, continuam a verificar-se atrasos na execução dos PA, sobretudo na cooperação transnacional, uma vez que não existem regras ou prazos comuns nos diferentes estados membros, ou em outros países parceiros, muito por responsabilidade das dinâmicas dos parceiros e das várias velocidades de implementação dos projetos.

5.3 Exame Anual do ProDeR

A reunião do exame anual do ProDeR realizou-se em 27 de novembro de 2014, em Lisboa, e à semelhança dos anos anteriores contou com a participação, não só da AG e do OP - IFAP, mas também do GPP e de representantes da Comissão Europeia - DG AGRI.

No âmbito deste exame anual a AG apresentou à Comissão um ponto de situação, reportado à data, do estado de execução do Programa, tendo dado evidência da evolução dos seus principais indicadores de realização financeira desde o último exame anual, realizado em novembro de 2013.

O investimento global aprovado aumentou cerca de 500 milhões de euros, ao qual estão associados cerca de 4.000 novos projetos. A despesa pública

aprovada aumentou 400 milhões de euros e o nível de pagamentos efetuados aos beneficiários ProDeR entre os dois exames anuais foi na ordem dos 800 milhões de euros, o que permitiu elevar a taxa de execução global do Programa de 74% para 91%, resultado proveniente de uma firme capacidade de execução manifestada pelos beneficiários, num contexto económico e financeiro muito desfavorável.

Neste exame anual foi apresentada a distribuição regional das principais apostas de investimento do Programa, as quais globalmente foram também analisadas, quer em termos da sua representatividade expressa pela variável investimento, quer pela despesa pública nacional e comunitária consignada à realização dos projetos que lhe estão associados.

Foram ainda apresentados, globalmente e por áreas de investimento do Programa, os resultados da chamada “Operação Limpeza”, em vigor desde o início de 2011 e que continua a decorrer em permanência. Foram analisadas as desistências e a taxa de sub-execução do Programa.

A análise da situação do Programa incidiu também sobre o cumprimento da regra N+2 em 2014 garantida no mês de abril, e sobre as perspetivas de execução futura, tendo sido abordada a possibilidade de, em 2015, serem efetuados ajustamentos financeiros e de reafectação de fundos entre medidas em função da evolução dos níveis de execução das principais medidas do Programa.

Foi ainda efetuado, como é habitual neste fórum, um ponto de situação relativo às atividades do âmbito das auditorias e respetivos follow-up.

A Comissão considerou que as autoridades nacionais responderam de forma esclarecedora às matérias abordadas no exame anual, pelo que na sequência deste encontro não identificou a necessidade de apresentar quaisquer observações nos termos do nº 2, do artigo 83º do Regulamento (CE) nº 1698/2005.

5.4 Reunião do Comité de Acompanhamento – Resultados

A reunião anual do Comité de Acompanhamento do Programa (CA) foi realizada em 3 de junho de 2014. Neste fórum, que visa assegurar a eficácia e a qualidade de execução do Programa, foi efetuada a análise do ponto de situação do mesmo, tendo a gestão disponibilizado aos membros do Comité informação sobre a evolução registada durante o último ano, e efetuado um balanço sobre os trabalhos de gestão e acompanhamento desenvolvidos. Foram ainda apresentadas e discutidas as perspetivas para a futura execução do Programa.

A gestão, à semelhança do que tinha sido feito no Comité do ano anterior, apresentou também uma análise mais qualitativa, desta vez debruçando-se sobre o investimento LEADER, Floresta, Regadio e os apoios atribuídos ao Conhecimento e Inovação.

O quadro de indicadores financeiros apresentados neste Comité, que é também analisado ao longo deste Relatório de execução, evidencia o excelente desempenho do Programa, que ao longo do último ano continuou ainda a ser objeto de elevada procura por parte dos seus beneficiários, o que num contexto de forte retração económica traduz uma manifesta capacidade de investimento do sector agroflorestal, comportamento que se mantém pelo quarto ano consecutivo e que continua a concorrer de forma totalmente desigual com o contexto de séria crise económica e financeira, capacidade que, mais uma vez, foi assinalada neste fórum.

Os resultados da designada «Operação Limpeza», foram identificados, sendo que, à data do Comité, a taxa de desistências era de 7%, quer na ótica do número de projetos, quer na da despesa pública. A taxa de subexecução, que reflete a libertação de verbas provenientes de projetos encerrados que não executaram todo o montante de apoio aprovado, foi também objeto de análise, tendo os membros do Comité sido informados que à data estavam concluídos mais de 19.500 projetos, os quais tinham libertado cerca de 95 milhões de euros de despesa pública, daí resultando uma taxa de subexecução global de 7%.

De seguida o CA foi informado sobre os principais apoios ao investimento, analisados por grandes áreas, reportados ao final de 2013.

Assim, a área da “Agricultura e Agroindústria” (mais de 2,5 Mil M€ de investimento) corresponde a 42% do investimento total e a mais de 8.500 projetos de investimento. São mais de 7.000 os “Jovens Agricultores” apoiados pelo Programa, que investiram mais de 1.000 M€ (19%) incluindo os prémios. A “Abordagem LEADER” com 699 M€ de investimento, como a terceira área mais representativa com 12% do montante de investimento. Deste montante importa separar o que são os investimentos na Dinamização das zonas rurais (medidas 3.1 e 3.2), cujo valor ascende a 600 M€ (mais de 4.600 projetos de investimento) e cuja gestão foi delegada nos GAL. O restante montante é destinado ao funcionamento dos GAL (assistência técnica) e à cooperação LEADER para o desenvolvimento; as Florestas representam 10% do investimento total (600 M€ de investimento e mais de 4.100 projetos). A área do “Regadio”, com 540 M€ de investimento, pesa 9% do investimento total. Dado a dimensão financeira de alguns dos projetos de regadio, este investimento está associado apenas a 157 projetos. Finalmente, a área do “Conhecimento e Inovação”, com cerca de 141 M€ de investimento (2%) em Ações inovadoras e na promoção e divulgação de conhecimento técnico/especializado. O número total de projetos é superior a 3.800, com cerca de 3.000 projetos relativos à aquisição de serviços de aconselhamento.

Como referido, em 2014, a gestão convidou o Comité a refletir sobre o investimento LEADER, Florestas, Regadio e os apoios ao Conhecimento e Inovação, apresentando em seguida alguns dos indicadores que sustentaram esta análise.

Relativamente á “Abordagem LEADER”, cuja taxa de execução é de 61%, verifica-se que os setores de atividade mais procurados, em termos de investimento, são o turismo e a criação/desenvolvimento de microempresas (com 31% e 29%, respetivamente), que em conjunto representam 60% do investimento LEADER. O número de postos de trabalho que se perspetivam criar com os investimentos na Dinamização das zonas rurais rondam os 7.000, com especial ênfase para os que são criados na medida 3.1, por via também da majoração do apoio existente.

No tocante aos investimentos na área das “Florestas”, a taxa de execução ascende a 73%, demonstrando que os receios foram ultrapassados, sobretudo quando se junta aqui a procura do sector que foi satisfeita – 600 milhões de

euros investimento viabilizado e com um apoio global superior a 350 milhões de euros incluindo prémios (cerca de 60% do investimento).

O investimento na área do “Regadio” (540 milhões de euros) representa 9% do investimento total do Programa, tendo, também, sido apresentada uma análise por domínios, que correspondem a 4 medidas do Programa: Regadio de Alqueva (58% do investimento em regadio); Novos regadios (25% do investimento em regadio); Melhoria dos regadios (16% do investimento em regadio); Regadios tradicionais (2% do investimento em regadio). Os 12 perímetros de rega do Alqueva apoiados no ProDeR envolvem um investimento de 315 milhões de euros, representando a maior fatia no regadio e que assume naturalmente uma expressão percentual muitíssimo elevada na região do Alentejo – 79%. Esta é, pois, a região com o maior peso de investimento em regadio (73%).

A área do “Conhecimento e Inovação” é representada em grande parte, cerca de 30%, por projetos inovadores submetidos no âmbito da medida 4.1 - Cooperação para a Inovação. O aconselhamento técnico representa 40% englobando várias Ações: Serviços de Aconselhamento Agrícola e Serviços de Apoio às Empresas, tendo registado uma oferta de mais de 3.500 serviços respondendo às necessidades específicas das explorações agroflorestais. A Formação Especializada do ProDeR tem enfoque em dois grandes universos de públicos-alvo: jovens agricultores e ativos do sector agro-florestal, e representa nesta área 17% do total de investimento. Realizaram-se até final de 2013 cerca de 900 Ações de formação dirigidas especificamente às necessidades de formação dos jovens agricultores. A criação de Redes de Conhecimento, através da Ação 422 “Redes Temáticas de Informação e Divulgação”, registou a criação de 24 parcerias envolvendo vários agentes como: Universidades, Institutos Politécnicos, Associações e Federações Setoriais, Centros e Polos Tecnológicos permitindo a implementação de 24 Redes de conhecimento, que incidem maioritariamente sobre produtos agrícolas e atingem um universo de 205.764 agricultores.

Quanto às perspetivas de execução do Programa foram, como habitualmente no âmbito dos trabalhos deste CA, objeto de análise e reflexão. À data, a taxa de execução global do Programa situa-se nos 83% e atinge os 86% quando se tem em consideração a despesa em análise apresentada pelos beneficiários. No ano de 2013, o Programa registou 17 p.p. de aumento da taxa de

execução, em 2014, esta taxa já aumentou 6 p.p. (em 2013, em igual período, tinha-se verificado um aumento de 5 p.p. na taxa de execução). De salientar que, no final de 2013, o ProDeR já ultrapassava em 5 p.p. a média de execução dos Programas de desenvolvimento rural dos países da UE.

Por último, foi apresentado ao CA um ponto de situação do regime de transição (RT), possibilidade aberta pela CE e que permitiu dar resposta à crescente e positiva dinâmica de investimento registada pelo sector agroflorestal e patente nos resultados ProDeR. Assim, as regras de transição para o novo PDR ficaram consolidadas no final de 2013; a operacionalização do RT foi feita no mês dezembro pela AG (desenvolvimento das aplicações informáticas, definição de normas de gestão aplicáveis, formação dos técnicos CC); a 6 de janeiro foi publicado um comunicado no site do PRODER para informação aos beneficiários sobre a entrada em vigor do RT e a 7 de janeiro foi distribuído o 1º lote de candidaturas (1.333 candidaturas). O ritmo de análise de candidaturas permitiu a distribuição de mais 2.000, sendo que o foco de atenção e a significativa fatia do trabalho da AG se manteve na execução do ProDeR.

O número total de candidaturas apresentadas desde fevereiro de 2013 até junho de 2014 rondava as 9 mil e envolviam 1,2 mil milhões de euros de investimento. Em cinco meses foram aprovados cerca de 1.110 projetos, aos quais está associado um investimento que ronda os 140 milhões de euros e 67 milhões de euros de apoio financeiro, dotação disponibilizada através do novo PDR. Logo no final do mês de janeiro, estavam cerca de 100 candidaturas aprovadas. Na repartição do investimento aprovado por áreas de intervenção é de relevar o montante relativo ao investimento agrícola e agroindustrial considerando o investimento dos Jovens, que se eleva a 68%, cerca de 96 milhões de euros.

No contexto dos trabalhos do Comité foi ainda objeto de abordagem e de aprovação, o Relatório de Execução de 2013, na sua versão final, em que foram integrados os contributos dos membros do Comité, apresentados previamente à realização deste fórum uma vez que o documento foi disponibilizado, como já é habitual, aos membros com uma antecedência maior do que a restante documentação, para que todos pudessem pronunciar-se e apresentar a suas reflexões atempadamente.

O Relatório de execução, na sequência da sua aprovação pelo Comité foi remetido à Comissão Europeia em 5 de junho de 2014, cumprindo o prazo regulamentar estabelecido para o efeito e foi aprovado formalmente por este órgão comunitário em 24 de julho de 2014.

Neste fórum, foi ainda prestada, sucintamente, informação sobre as matérias abordadas no Exame Anual, realizado em novembro de 2013, ou seja, no essencial, a AG do ProDeR informou a Comissão Europeia (CE): sobre o desempenho positivo da execução do Programa, que registava, à data, uma taxa de execução de cerca de 5 p.p. acima da média da UE; sobre os progressos assinalados pela nova fase da «Operação Limpeza», cujo objetivo passou a ser o de acomodar o *overbooking* que a gestão deliberadamente assumiu, para garantir uma execução final de 100%. A AG teve também oportunidade de esclarecer junto dos serviços da CE algumas das dúvidas existentes sobre o RT, às quais a CE respondeu formalmente e em tempo, o que permitiu à AG do ProDeR operacionalizar e aprovar as primeiras candidaturas ao abrigo do RT em janeiro de 2014.

5.5 Utilização da assistência técnica

1. *Enquadramento Regulamentar (comunitário e nacional)*

- Artigo 5.º do Regulamento (CE) número 1290/2005, de 5 de agosto;
- Artigo 66.º do Regulamento (CE) número 1698/2005, de 20 de setembro;
- Artigo 40.º do Regulamento (CE) número 1974/2006, de 15 de dezembro;
- Códigos de medidas no Anexo II do Reg. (CE) nº 1974/2006: 511;
- Portaria número 94/2010 de 12 de fevereiro com a nova redação dada pela Portaria nº 326/2012 de 17 de outubro.

2. *Objetivo da Medida*

Financiar as atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e divulgação das medidas previstas no ProDeR, bem como as atividades destinadas a reforçar a capacidade administrativa e técnica para a sua execução, tendo em vista a gestão e a operacionalização, de forma eficaz e eficiente do Programa.

3. *Implementação da Medida*

a. *Concursos/candidaturas apresentadas*

Em setembro de 2014 foi aberto um período de candidaturas, de 18 a 30 de setembro, tendo sido rececionadas 8 candidaturas com um total de 21.740 mil euros de investimento total e um total de despesa pública de 19.639 mil euros, conforme quadro que se apresenta de seguida:

Quadro 548: AT - Candidaturas válidas apresentadas a concurso

Un.: mil euros

Concursos	Candidaturas entradas no ano		Total de candidaturas entradas	
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total
Primeiro	0	0	1	880
Segundo	0	0	1	5.038
Terceiro	0	0	7	7.330
Quarto	0	0	8	14.621
Quinto	0	0	9	14.602
Sexto	0	0	8	18.377
Sétimo	0	0	7	18.435
Oitavo	0	0	1	147
Nono	0	0	8	17.223
Décimo	8	21.740	8	21.740
TOTAL	8	21.740	58	118.395

b. Análise e decisão das candidaturas

No ano 2014, foi analisada e aprovada uma candidatura, nos termos previstos na regulamentação em vigor e tendo em conta que a AG do ProDeR é a própria beneficiária, a aprovação ocorreu por despacho do Senhor Secretário de Estado da Agricultura, tendo sido objeto de contratação conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 549: AT - PA entrados, analisados, decididos e contratados (por concurso)

Un.: mil euros

Concursos	Total de candidaturas entradas		Total de candidaturas analisadas		Total de candidaturas decididas				Total de candidaturas contratadas		
					Não Aprovadas		Aprovadas				
	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Nº PA	Invest. total	Desp. pública
Primeiro	1	880	1	880	0	0	1	880	1	880	880
Segundo	1	5.038	1	5.038	0	0	1	5.038	1	5.038	5.038
Terceiro	7	7.330	7	7.330	0	0	7	7.330	7	7.330	7.330
Quarto	8	14.621	8	14.325	0	0	8	14.325	8	14.325	11.496
Quinto	9	14.602	9	14.379	0	0	9	14.379	9	14.379	12.180
Sexto	8	18.377	8	18.037	0	0	8	18.037	8	18.037	11.412
Sétimo	7	18.435	7	18.435	0	0	7	18.021	7	18.021	11.681
Oitavo	1	147	1	147	0	0	1	147	1	147	124
Nono	8	17.223	8	17.223	0	0	8	17.223	8	17.223	11.455
Décimo	8	21.740	1	7.688	0	0	1	7.688	1	7.688	6.562
TOTAL	58	118.395	51	103.483	0	0	51	103.069	51	103.069	78.156

Tendo em conta a particularidade desta Ação, apresenta-se, como é habitual, no quadro seguinte a distribuição dos PA contratados no ano, por promotor.

Quadro 550: AT - Distribuição PA contratados no ano

Un.: mil euros

Região	Candidaturas contratadas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
DRAPN	0	0	0
DRAPC	0	0	0
DRAPLVT	0	0	0
DRAPALE	0	0	0
DRAPALG	0	0	0
IFAP	0	0	0
AG ProDeR	1	6.562	5.578
IGAP	0	0	0
SGMF	0	0	0
GPP	0	0	0
TOTAL	1	6.562	5.578

Em 2014 foram contratados 2 PA a que corresponde um montante de despesa pública de 6.596 mil euros, com uma comparticipação FEADER no valor de 5.603 mil euros.

c. Execução financeira

A despesa pública paga em 2014 foi de 12.920 mil euros com uma participação FEADER de 10.988 mil euros, conforme quadro que se apresenta de seguida.

Quadro 551: AT - Distribuição PA pagos no ano

Un.: mil euros

Região	Candidaturas pagas		
	Nº PA	Desp. pública	FEADER
DRAPN	8	535	455
DRAPC	6	313	266
DRAPLVT	8	268	228
DRAPALE	7	1.221	1.038
DRAPALG	7	103	88
IFAP	4	4.566	3.881
AG ProDeR	12	5.875	5.000
SGMF	3	17	14
GPP	1	21	18
TOTAL	56	12.920	10.988

Em termos acumulados, esta medida apresenta uma execução acumulada de 41.581 mil euros de despesa pública e uma comparticipação de 33.678 mil euros de FEADER. A taxa de execução foi de 53% face ao Programado.

Quadro 552: AT - Indicadores de realização

Un.: mil euros

Ano		Acumulado	
Desp. pública	FEADER	Desp. pública	FEADER
12.920	10.988	41.581	33.678
Meta		78.844	63.613
% da Meta		53%	53%

d. Projetos Encerrados

No final de 2014 encontravam-se encerrados 26 PA do universo de 51 PA contratados, conforme quadro que se apresenta em seguida.

Quadro 553: AT – Distribuição dos PA contratados e encerrados (Acumulado)

Un.: mil euros

Região	Total contratados			Total encerrado			Valor libertado	
	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Nº PA	Despesa Pública	FEADER	Despesa Pública	FEADER
DRAPN	5	2.814	2.192	2	458	370	352	299
DRAPC	5	1.826	1.389	4	951	763	252	214
DRAPLVT	24	61.237	49.352	13	25.582	20.180	13.000	11.050
DRAPALE	5	4.682	3.626	4	2.626	2.178	1.023	870
DRAPALG	5	1.208	930	3	332	265	408	347
TOTAL	44	71.767	57.489	26	29.950	23.756	15.035	12.780

5.6 Medidas tomadas para garantir que o Programa é objeto de publicidade

5.6.1 Autoridade de Gestão

Com base no Plano de Comunicação aprovado, a estratégia de comunicação implementada durante o ano de 2013 atingiu todos os objetivos a que se propôs:

- ✓ Estabilização da imagem institucional do Programa e reforço da sua associação aos valores-guia que se têm vindo a desenhar e implementar nos últimos 4 anos: confiança / credibilidade / rigor / clareza / transparência;
- ✓ Fortalecimento da proximidade com os beneficiários e restantes públicos, assumindo o portal oficial ProDeR como meio privilegiado de disseminação de informação essencial e relevante, como é exemplo a publicação das principais medidas de gestão;
- ✓ Promoção da difusão de conhecimentos sobre o papel fundamental da União Europeia e do FEADER na construção de um sector agrícola e florestal mais competitivo, dinâmico e inovador, bem como de um mundo rural fecundo de novos projetos, gerando dinâmicas de fixação de populações e geradora de empregos;
- ✓ Acompanhamento do trabalho desenvolvido por cada beneficiário em matéria de regras de publicitação, de modo a assegurar a adequada divulgação da aplicação do fundo comunitário - FEADER.

No início de 2014, o ProDeR implementou as regras comunitárias relativas à transição entre o ProDeR e o novo PDR, dando, assim, início à possibilidade de financiar com o orçamento do novo PDR as candidaturas aprovadas no ProDeR.

A estratégia de comunicação que acompanhou a implementação desta operação foi planeada com todo o rigor, e em tempo, de modo a que todos os stakeholders fossem envolvidos e para que, no dia assinalado para se iniciar o chamado «Regime de Transição», 7 de janeiro de 2014, nenhum investidor ficasse por esclarecer. Gerindo eficazmente esta situação, o ProDeR soube preservar a imagem pública muito positiva do Programa e da aplicação do

fundo em Portugal, comunicando com os seus públicos e disponibilizando-se sempre para os esclarecimentos necessários, em diversos fóruns e plataformas comunicacionais.

No presente capítulo damos conta das principais Ações de Comunicação e informação desenvolvidas no ano de 2014.

Figura 15: Alguns exemplos do ProDeR na imprensa



Site ProDeR

O site do ProDeR impõe-se como o eixo mais relevante da comunicação deste Programa com os seus públicos-alvo, a sua principal porta de entrada. A rapidez, a facilidade e o baixo custo de acesso à informação proporcionados pela internet, bem como a possibilidade de disponibilizar de forma imediata consideráveis volumes de informação, fazem do *site* um meio privilegiado de divulgação e informação sobre o Programa.

O destaque que se conferiu à periódica apresentação de resultados – globais e sectoriais, quer seja em formato notícia, quer seja através de quadros/mapas de execução de leitura simples – a aposta numa imagem gráfica mais atrativa e a possibilidade que se forneceu a cada subscritor de

ter acesso a informação para um consumo mais rápido, personalizado e imediato de uma forma regular, através do envio da *Newsletter* ProDeR, constituem as principais linhas orientadoras do sítio eletrónico oficial do ProDeR.

Monitorizado pelo *Google Analytics*®, esta ferramenta tem permitido uma análise fina, em tempo real e mais aprofundada da sua performance.

Assim, substancialmente mais relevante, em termos de navegabilidade e usabilidade dos portais, do que o número de visitas registadas são os resultados que o site obteve ao nível da permanência dessa estada (quantas páginas foram visitadas e qual a sua duração) e em média por cada visita são consultadas 4,69 páginas com um tempo médio de visita associado de 4:17 mn.

Comparativamente com a informação que reportámos referente ao ano de 2013, em 2014 a percentagem de utilizadores experientes no portal ProDeR diminui ligeiramente e registou-se um suave aumento de novos visitantes, que atingem agora cerca de 44,3%.

Estes indicadores permitem concluir, com alguma margem de segurança, que a esmagadora maioria de quem visita o site do ProDeR regressa, evidenciando-se aqui uma certa fidelização por parte dos seus utilizadores, mas também que o ProDeR manteve a atratividade necessária para captar novos públicos.

Nunca é demais ressaltar que a calibragem deste sistema, inaugurado em outubro de 2011, poderá influenciar os resultados finais acumulados que têm vindo a ser registados. No quadro seguinte apresentam-se os indicadores mais relevantes para caracterizar o desempenho do site no ano de 2014.

Quadro 554: Site ProDeR – Dados quantitativos

Indicadores	2014	Acumulado
Visitantes	520.937	5.343.283
<i>Newsletter</i> (assinantes)	2.150	12.525
Total de visualizações de página (Indicador disponível a partir de setembro de 2011)	2.444.734	9.020.563

Em 2014 foram emitidas 7 *newsletters*, que chegaram por correio eletrónico a 12.525 subscritores. De relevar que só em 2014, 2.150 utilizadores manifestaram a sua vontade em receber pela primeira vez novidades sobre o ProDeR, mais uma vez um dado de elementar relevância quando no passado ano se assinalou o início do encerramento do Programa.

Contact Center

O sistema integrado de comunicação ProDeR – Contact Center – constitui uma plataforma de comunicação por excelência. De uma forma direta, célere e eficaz, os beneficiários, efetivos ou potenciais, projetistas ou público em geral, expõem as suas dúvidas específicas, apresentam sugestões e resolvem problemas de submissão de candidaturas.

Formato adotado e implementado em 2009, este sistema tem permitido uma gestão mais eficiente de recursos que o ProDeR tinha disponíveis desde 2008, mas que não funcionavam como uma plataforma coesa: a linha telefónica de atendimento geral, número verde 800 500 064; o contacto geral de e-mail, ProDeR@gpp.pt; e o contacto de e-mail exclusivo com as DRAP, apoioProDeR@gpp.pt (de utilização residual quando confrontado com o endereço de correio eletrónico preferencial de comunicação, facilmente explicado pela abertura e promoção de outros canais de ligação entre o STProDeR e as DRAP, como são as reuniões realizadas com maior assiduidade ou os contactos telefónicos permanentes, considerados mais eficazes pelos técnicos ProDeR).

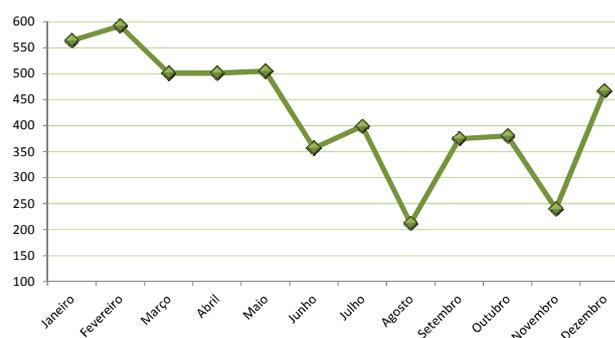
Endereço de correio eletrónico – ProDeR@gpp.pt

Da análise efetuada à tabela seguinte, constata-se um ligeiro incremento no número total de e-mails recebidos no endereço exclusivo para receção de pedidos de esclarecimento ou sugestões, face a período homólogo de 2013. É ainda de relevar que o tempo médio de resposta (4 dias) atingido no ano de 2014 é, à semelhança da média registada nos três últimos anos, inferior ao prazo limite de resposta estabelecido inicialmente por esta AG – 7 dias.

Quadro 555: Endereço eletrônico – Dados quantitativos

	Ano	Acumulado
Total de e-mails recebidos	5.093	34.856
Total de esclarecimentos prestados	10.186	71.535
Tempo médio de resposta:	4 dias	

Figura 16: Endereço electrónico – Distribuição mensal de e-mails rececionados



Telefone – Linha Verde

A linha telefónica de atendimento ProDeR manteve em 2014, o horário de funcionamento das 9h00 às 19h00, todos os dias úteis da semana.

Quadro 556: Linha verde – Dados quantitativos

Telefonemas recebidos (nº)		Questões respondidas (nº)	
Ano	Acumulado	Ano	Acumulado
15.829	84.159	31.404	151.565

Durante o ano de 2014, a Linha Verde teve um ligeiro acréscimo no número de chamadas telefónicas face ao período análogo de 2013.

Figura 17: Linha Verde – Número de telefonemas recebidos (no ano)

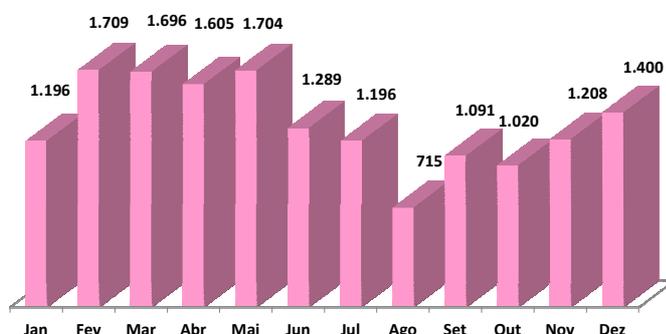
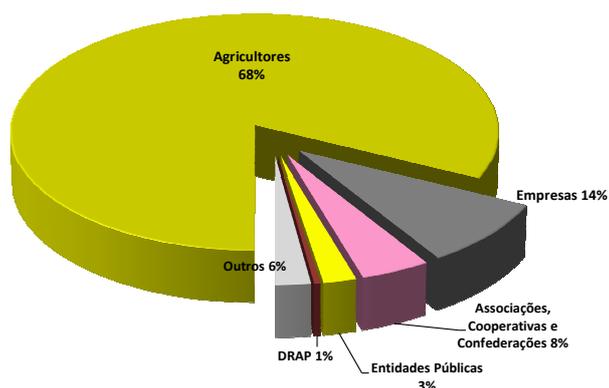


Figura 18: Linha Verde – Tipologia de utilizadores (no ano)



Quem procura a Linha Verde como meio privilegiado para obter esclarecimentos são os agricultores (representando uns irrefutáveis 82%, mais do que em 2013), seguidos de longe pelas empresas, onde se podem incluir a categoria dos projetistas (9%, menos do que em 2013).

Eventos públicos de divulgação ProDeR

Durante o ano de 2014, o ProDeR realizou 78 sessões de divulgação e esteve presente em permanência nas duas principais feiras de agricultura nacionais (OVIBEJA e FNA), dinâmica transversal e alargada às diversas entidades que em muito contribuem para a organização e sucesso destas

iniciativas, Direções Regionais, Grupos de Ação Local (GAL) e Estruturas Locais de Apoio (ELA).

Até 31 de dezembro de 2014, o ProDeR contabilizou 1.316 eventos públicos de divulgação.

Figura 19: Eventos públicos – Feiras



A AG apostou forte nas duas principais feiras de agricultura nacionais (OVIBEJA e FNA), com a produção de um vídeo institucional de divulgação das boas práticas ProDeR e a conceção de uma exposição multimédia, com recurso a vídeo mapping e quiosque interativo.

Campanhas publicitárias: imprensa nacional, regional e do segmento

A publicidade continua a ser obrigatória para a divulgação de abertura de candidaturas e um meio complementar a outras ferramentas de Comunicação utilizadas, promovendo o acesso eficaz a informação sobre o Programa.

Foram publicadas durante o ano de 2014, 2 inserções publicitárias, distribuídas pelos seguintes meios:

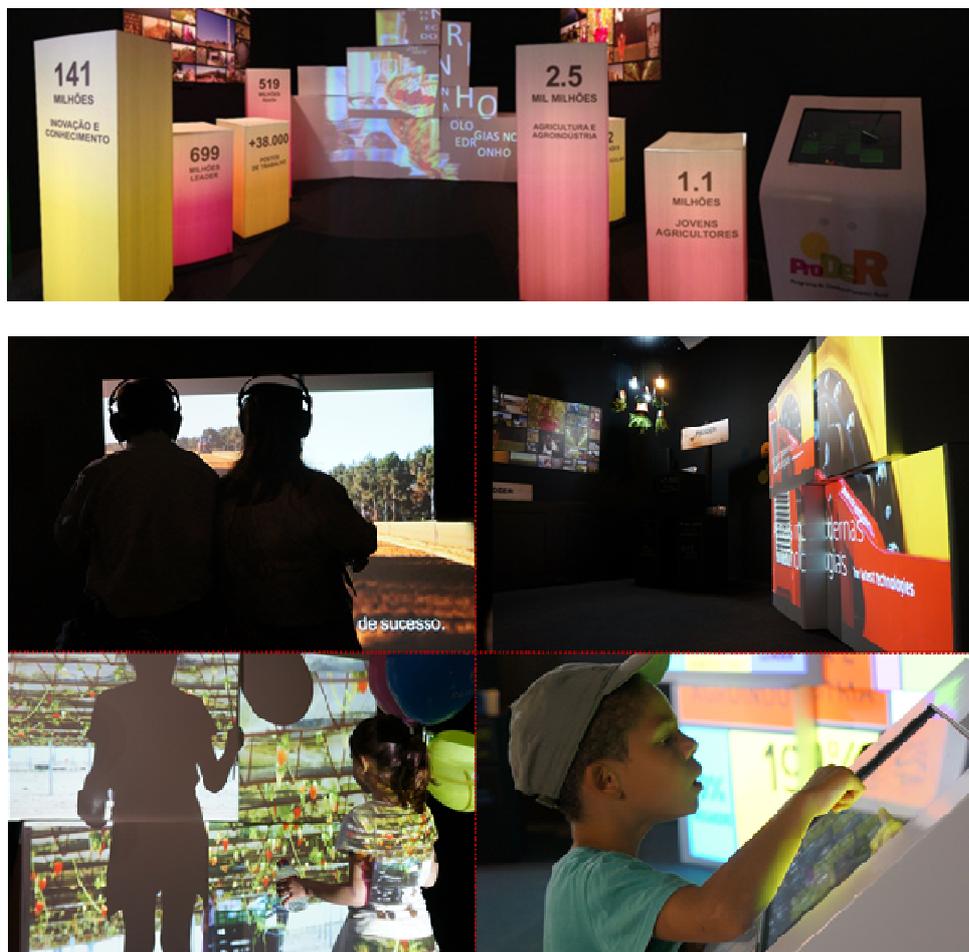
- Jornal i
- Diário de Notícias

Até 31 de dezembro: 114 inserções publicitárias e 2 spots de rádio.

Material de comunicação

Conceção, produção, edição e montagem de vídeo institucional de divulgação das boas práticas ProDeR e de um quiosque multimédia.

Figura 20: Material de Comunicação – vídeo mapping e quiosque interativo



Boas práticas de publicitação ProDeR

Porque a comunicação no âmbito das políticas europeias é um desafio que envolve todos os intervenientes, aqui ficam alguns exemplos do trabalho

efetuado pelos beneficiários ProDeR objeto de difusão, sensibilizando o público em geral para a adequada aplicação do FEADER:

Figura 21: Boas práticas – Exemplo de notícia



A 'lebre azul' do mirtilo
15 de Abril, 2014 por Sónia Balasteiro

Logo se estabeleceram 11 produtores na região e, através de apoios à instalação, não tentaram a ser 42. Foi este 'núcleo duro' que criou, já em 1995, a Mirtilus, uma sociedade para a comercialização do pequeno fruto azul. "Na 2008, houve um aumento Mtuze que não ultrapassou os 70 a 80 produtores".

Dois anos antes, tinha surgido na história do mirtilo a AGM, fruto de uma parceria entre a associação empresarial de Sever e a câmara local. "Soubermos de imediato que o mirtilo era o factor de diferenciação, o motor de desenvolvimento da economia local". É em 2008 que acontece a parceria com a Mirtilus, com o projecto para a instalação de 42 novos produtores, dos quais 14 eram jovens agricultores, de Sever, mas também de concelhos vizinhos, como Vale de Câmara, São Pedro do Sul, Vouzela e Águeda. Logo nesse ano, é organizada a primeira feira do mirtilo, com o intuito de dar a conhecer o pequeno fruto ao país. "Com o desemprego e a crise, proliferaram as candidaturas", conta a responsável da AGM. Até porque esta é uma cultura fortemente apoiada pelo PRODER, que financiou até Dezembro de 2013 cerca de 100% do investimento. "Sempre em mirtilo, em áreas de um, dois hectares". Mas Sofia é pessimista: "É sempre necessário ter algum dinheiro para investir no início, cerca de 20 a 25%".

Outro dos motivos que levaram os jovens a interessarem-se pela cultura é o facto de o mirtilo ter garantia de escoamento do produto, com uma "procura muito superior à oferta". E 25% já vai para o mercado nacional.

Só, no ano passado, havia 500 hectares plantados, nos próximos anos a área chegará aos 2.000 ha. Em Sever do Vouga, a capital do mirtilo, estão plantados 45 ha e há projectos para instalar mais 30. O sucesso é tal que o mirtilo representa já 9 milhões de euros na balança das exportações nacionais e estima-se que chegará aos 90 milhões em 2020.

Os objetivos, agora, são aumentar a área plantada, a produtividade dos pomares e ganhar rentabilidade. "Até porque pode haver uma quebra no preço", avisa Sofia.

Interessados em tentar não falam, Frederico Barbosa, que vai explorar 1,4 hectares instalados na herdade da Fundação Bernardo de Quadros, é um deles. "Já estou a explorar 1,6 ha. O objetivo é chegar aos cinco", conta o licenciado de informática de 33 anos. "É uma fonte de rendimento extra". Outros incentivos essenciais são a bolsa de terras criada pela AGM - e que este ano se estendeu à todo o concelho - e o apoio técnico da organização: "Faznos sentir que não estamos sozinhos e ganhamos economia de escala".

Filipe Costa, produtor de três hectares em Romiz, na vizinha Santa Maria da Feira, também aderiu à lebre azul. "Queria diversificar culturas", diz o também produtor de vinho. Afinal, o mirtilo é uma cultura em expansão. "Se plantássemos Portugal inteiro de mirtilos, haveria procura suficiente", garante. O seu objetivo passa por aumentar a produção.

Em Dornelas, uma localidade próxima, Custódio Borges começa a falar na polinização e de como "é fundamental". Aos 78 anos, garante que já só faz isto "como um passatempo agradável". Produz quatro das 77 toneladas anuais vendidas pela Mirtilus, da qual é sócio fundador. Curioso pela natureza, passa os verões a pesquisar tudo sobre cultura de mirtilo no internet. "Viário muitos sites em americano e inglês. São os melhores", conta, bem-disposto. "Pesquisei pelo menos duas horas por dia. Gosto de conhecer. Agora, estou a estudar a tuga de maio".

Mostra a planta colhida em vasos, devido à falta de qualidade do solo da zona, e protegida por redes. "O mirtilo dá logo no primeiro ano. E a planta produz durante 40 anos".

Aé perto, fica a Mirtilus, presidida por José Sousa, dono de um hectare de exploração. "No ano passado, comercializámos 50 toneladas e a maioria foi para o mercado nacional". Hoje a Mirtilus é o "Projecto Mirtilus, em parceria com a Frúdit, que experimentou vários produtos com mirtilo". Que, como diz Sofia, "pode ser utilizado em quase tudo". É a lebre azul e está a abstar.

sonia.balasteiro@octip
Tags: fruta, vida

Comunicação Interna

Refletindo na relevância que esta AG confere ao processo comunicacional interno na consolidação da identidade desta organização, justifica-se uma breve nota sobre o tema a encerrar este capítulo dedicado à Comunicação ProDeR. Assim, foram consolidados canais e instrumentos, designadamente a disponibilização diária do *clipping* eletrónico e a divulgação das mais relevantes tomadas de decisão/novos procedimentos da AG, em formato comunicado.

5.6.2 Grupos de Ação Local

Relativamente à questão da publicitação do Programa, é de referir que a principal responsabilidade, dentro do Subprograma, compete aos GAL, através das operações aprovadas nas Medidas 3.1 e 3.2, importando ressaltar ainda a importância que têm, neste tema específico, os Planos de aquisição de

competências e animação (PACA), ferramenta privilegiada para garantir que o Subprograma 3 é objeto de publicitação nos territórios rurais. Este Plano define os dispositivos de informação da população local e de abrangência territorial das Ações, visando o conjunto da população, assim como os membros da parceria local, as instituições e os promotores de projeto potenciais, promovendo o apelo a projetos e disseminação de resultados enquanto matérias de uma ampla difusão pública.

Em relação aos PACA, importa referir que os mesmos estavam inicialmente previstos para durarem 3 anos, havendo dois períodos de candidatura, sendo que a segunda deveria ter decorrido no final de 2011.

Contudo, e uma vez que as verbas estavam previamente afetadas a cada GAL, por via das suas ELD, e no sentido da simplificação de procedimentos e de incutir celeridade ao processo, foi elaborado um Despacho de gestão, o Despacho nº 7/2011, que possibilita o reforço dos PACA em vigor, no montante disponível, prorrogando a sua execução até 31/12/2014.

No final do ano, a Autoridade de Gestão possibilitou a prorrogação da data de conclusão dos PACA até 15 de abril de 2015, razão pela qual a execução ainda não ter atingido os 100%, muito embora a grande maioria dos pedidos de pagamento terem entrado em regularização dos adiantamentos durante o ano de 2014.

Para além deste veículo de divulgação, os GAL utilizaram ainda os próprios *sites* para disponibilizarem informação sobre a Estratégia Local de Desenvolvimento, calendário de abertura de concursos para apresentação de pedidos de apoio, formulários de pedidos de apoio e auxiliares de preenchimento.

Esta informação é potenciada pelo site do ProDeR, onde os GAL e as medidas deste Programa geridas por estas entidades têm um espaço exclusivo – o micro-site Dinamização das Zonas Rurais.

Outro dos meios utilizados pelos GAL para publicitarem o seu trabalho e dinamizarem os territórios de intervenção tem sido a organização e/ou participação em eventos locais, através de *stands* próprios e onde contactam os potenciais investidores, bem como a organização e/ou participação em seminários e workshops temáticos, nos quais apresentam as suas “Estratégias Locais de Desenvolvimento” e as medidas mais importantes para a

concretização dos objetivos definidos. Uma vez que este foi o último ano de apresentação de candidaturas, verificou-se, especialmente no primeiro semestre, uma forte campanha de divulgação dos concursos tentando assim dinamizar o máximo de candidaturas possível, tendo em vista a plena absorção das verbas disponíveis em cada ELD, o que tendo sido atingido no global do Subprograma, não o foi em cada Gal individualmente.

A publicitação dos apoios é uma prática que se encontra bem enraizada nos gestores da Abordagem LEADER e também nos promotores que, mesmo não sendo obrigatória, fazem muitas vezes questão de a realizar.

6. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

Durante o ano de 2014, todas as regras relativas à concorrência, à contratação pública, à proteção e melhoria do ambiente, à promoção da igualdade entre os sexos e à não discriminação, foram cumpridas em conformidade com as políticas comunitárias.

6.1 Cumprimento das regras relativas à concorrência

As medidas previstas no âmbito do ProDeR encontram-se dentro das condições e limites do Regulamento (CE) nº1698/2005, de 20 de setembro, e não se prevê financiamento nacional adicional.

A nível de auxílios de Estado, a AG do ProDeR assegura que as operações cofinanciadas de iniciativa privada respeitam as normas e procedimentos comunitários aplicáveis. Estes normativos encontram-se previstos na regulamentação nacional. O IFDR, enquanto Autoridade de Certificação, assegura o cumprimento dos auxílios *de minimis*, em articulação com a AG.

O controlo administrativo a que são submetidas as candidaturas passa pela verificação do cumprimento das regras de concorrência, através da exibição da documentação necessária por parte dos promotores, documentação essa que fica anexa aos projetos.

6.2 Cumprimento das regras relativas à contratação pública

As regras relativas à contratação pública encontram-se acauteladas através do controlo administrativo efetuado a todas as operações cujos beneficiários sejam organismos do Estado, com o integral respeito pela legislação comunitária e nacional, nomeadamente o Decreto-lei nº 197/99, de 8 de junho, que estabelece as regras da concorrência e dos contratos públicos, sucedido pelo Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro com as devidas alterações, cuja aplicabilidade se iniciou em julho de 2008.

6.3 Cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente

O ProDeR tem assegurado através do controlo administrativo e do controlo *in loco* o cumprimento das regras relativas à proteção e melhoria do ambiente. Para além disso, a maioria das medidas do Eixo 2, servem para integrar esses objetivos e os beneficiários destas Ações comprometem-se a respeitar para o conjunto da exploração as exigências da condicionalidade prevista no Regulamento (CE) nº 1782/2003, de 29 de setembro, expressos pelos requisitos legais de gestão, e pelas boas condições agrícolas e ambientais e requisitos mínimos relativos à utilização de adubos e produtos fitofarmacêuticos.

6.4 Cumprimento das regras relativas à igualdade entre os sexos e à não discriminação

O ProDeR incorpora as disposições do Artigo 8º do Reg. (CE) nº 1698/2005, de 20 de setembro, relativas à igualdade entre homens e mulheres e não discriminação, na medida em que os requisitos exigidos prendem-se com as condições relativas ao exercício da atividade e necessárias à implementação dos investimentos propostos.

Todas as pessoas, independentemente do sexo, raça, religião ou orientação política, que preencham aqueles requisitos, estão em condições de beneficiar dos apoios.

São preocupações transversais do ProDeR a atenuação de desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres e entre grupos etários através nomeadamente dos seguintes aspetos:

- Assegurar que a informação sobre o Programa seja clara e acessível a todos os potenciais interessados, garantindo-se condições para mobilizar a sua participação;
- No processo de consulta a agentes económicos e sociais, foram incluídas organizações representativas das mulheres em meio rural;

- Nas medidas disponibilizadas, são criadas condições mais propícias a uma cidadania ativa e participativa, independentemente do sexo;
- No processo de acompanhamento e avaliação, será possível integrar os resultados obtidos através dos indicadores específicos, permitindo a aferição dos objetivos transversais a atingir;
- Salvaguarda da participação equitativa no Comité de Acompanhamento do ProDeR.

7. REUTILIZAÇÃO DOS MONTANTES RECUPERADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 33º DO REGULAMENTO (CE) Número 1290/2005

O Regulamento (CE) nº 1290/2005 do Conselho, de 21 de junho, relativo ao financiamento da PAC, prevê no seu artigo 33º (Disposições específicas para as irregularidades do FEADER) que os Estados-Membros devem efetuar correções financeiras em resultado do pagamento de algum montante indevido por fraude e negligência.

Estas correções são efetuadas através da anulação total ou parcial do financiamento comunitário em questão, de acordo com o sistema de recuperação de verbas da responsabilidade do OP.

Deste modo, os montantes excluídos do financiamento comunitário e os recuperados, bem como os respetivos juros, ocorridos no âmbito do ProDeR, são reafectados para operações previstas no Programa de acordo com os seus procedimentos de recuperação.

Estes fundos só podem ser reutilizados ou recuperados para operações no âmbito do mesmo Programa, desde que não sejam reafectados a operações que tenham sido objeto de uma correção financeira.

Neste contexto o OP executou recuperações de montantes efetuadas através de um sistema de recuperação de verbas por compensação com outros pagamentos, i.e., os fundos comunitários a recuperar são anulados e essas verbas são reutilizadas através de novos pagamentos no âmbito da mesma Ação.

Ficou desta forma garantida a afetação do financiamento comunitário recuperado às mesmas Ações / operações do Programa.

De acordo com a informação disponibilizada pelo Organismo Pagador (IFAP) os resultados são os que se apresentam em seguida.

Quadro 557: Recuperações – BD devedores (acumulado)

Unid.: euros

Situação		Nº Processos	Valores a Recuperar	Valores Recuperados	Valores em Débito
Abertos	Em Curso	272	15.103.491	1.109.957	13.993.533
	Suspensos	9	1.041.731		1.041.731
Encerrados	Saldados	321	44.068.127	44.068.127	
	Arquivados	15	335.556		335.556
	Incobráveis	3	41.864	15.720	26.145
TOTAL		620	60.590.769	45.193.804	15.396.965

ANEXO I

MEDIDAS AGRO E SILVO-AMBIENTAIS - COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Em Euros

Cod.COM	Cod.PDR	Medida	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA 2007-2013 C(2012)2071 de 28 Março		VALORES PA APROVADOS (estimativa até 2015)		DOTAÇÃO DISPONÍVEL	
			Contribuição FEADER (3)	Despesa Pública (4)	Contribuição FEADER (5)	Despesa Pública (6)	Contribuição FEADER (7)=(3)-(5)	Despesa Pública (8)=(4)-(6)
214		Pagamentos Agro-ambientais	455.218.660	521.831.217	452.868.865	519.640.110	2.349.795	2.191.108
	2.2.1	Alteração de modos de produção	180.727.750	215.210.928	253.909.798	301.845.921	-73.182.048	-86.634.993
	2.2.2	Proteção da biodiversidade doméstica	24.000.000	28.369.242	26.957.028	31.853.824	-2.957.028	-3.484.582
	2.2.4	Conservação do solo	5.200.000	6.190.895	3.108.560	3.729.766	2.091.440	2.461.129
	2.4	Intervenções Territoriais Integradas	129.732.850	153.120.051	49.745.405	59.022.876	79.987.445	94.097.175
		MEDIDAS AGRO AMBIENTAIS (RURIS)	115.558.060	118.940.101	119.148.075	123.187.723	-3.590.015	-4.247.622
225		Pagamentos Silvo-Ambientais	3.430.000	4.084.966	2.890.242	3.449.380	539.758	635.586
	2.4	Intervenções Territoriais Integradas	3.430.000	4.084.966	2.890.242	3.449.380	539.758	635.586

ANO DO COMPROMISSO/AÇÃO

ANO DO PEDIDO DE PAGAMENTO

Em Euros

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
Candidaturas 2007 - PES		30.763.242	26.409.203	26.783.611	25.922.620	25.987.516	19.817.485	18.020.657	173.704.335
221 - Alteração de modos de produção		21.622.687	18.538.016	18.592.005	18.072.738	18.339.434	15.861.296	14.607.498	125.633.674
222 - Proteção da biodiversidade doméstica		3.389.976	3.277.327	3.527.541	3.013.149	3.040.910	2.740.947	2.371.176	21.361.027
224 - Conservação do solo				0			0	0	0
24 - Intervenções Territoriais Integradas		5.485.044	4.461.300	4.449.775	4.628.029	4.397.469	1.215.243	1.041.983	25.678.843
24 - Intervenções Territoriais Integradas		265.534	132.560	214.290	208.703	209.703	0	0	1.030.791
Candidaturas 2008 - PAS 2009			20.331.715	18.145.113	17.371.127	17.360.606	17.106.781	15.685.395	106.000.737
221 - Alteração de modos de produção			16.894.963	14.798.369	14.173.620	14.237.060	13.998.800	13.022.156	87.124.967
222 - Proteção da biodiversidade doméstica			1.179.544	1.223.986	1.121.818	1.117.077	1.225.125	983.803	6.851.353
224 - Conservação do solo			0	0	0	0	0	0	0
24 - Intervenções Territoriais Integradas			2.210.217	2.077.384	2.036.198	1.967.108	1.849.901	1.650.123	11.790.931
24 - Intervenções Territoriais Integradas			46.992	45.373	39.490	39.361	32.956	29.313	233.487
Candidaturas 2009 - PAS 2010				14.193.031	12.752.856	12.980.765	12.664.623	12.636.895	65.228.169
221 - Alteração de modos de produção				11.403.106	10.201.874	10.569.311	10.303.428	10.220.168	52.697.887
222 - Proteção da biodiversidade doméstica				557.688	472.952	422.013	481.854	593.696	2.528.202
224 - Conservação do solo				747.706	631.128	618.262	561.463	526.336	3.084.893
24 - Intervenções Territoriais Integradas				1.312.747	1.325.466	1.249.573	1.202.132	1.190.547	6.280.465
24 - Intervenções Territoriais Integradas				171.785	121.437	121.606	115.747	106.149	636.723
Candidaturas 2010 - PAS 2011					12.501.679	12.377.920	12.105.992	12.007.116	48.992.707
221 - Alteração de modos de produção					8.942.899	9.321.739	9.137.301	8.987.454	36.389.392
222 - Proteção da biodiversidade doméstica					312.218	216.285	241.834	342.907	1.113.243
224 - Conservação do solo					181.405	160.433	158.421	144.615	644.873
24 - Intervenções Territoriais Integradas					2.704.045	2.419.676	2.321.560	2.282.915	9.728.196
24 - Intervenções Territoriais Integradas					361.112	259.788	246.877	249.226	1.117.003
Candidaturas 2012 - PU 2012					0	2.192.174	1.901.571	1.882.073	5.975.818
221 - Alteração de modos de produção									0
222 - Proteção da biodiversidade doméstica									0
224 - Conservação do solo									0
24 - Intervenções Territoriais Integradas							2.031.376	1.761.435	5.544.442
24 - Intervenções Territoriais Integradas							160.798	140.136	431.376
Candidaturas 2012 - PU 2013					0	0	5.544.435	5.536.935	11.081.370
221 - Alteração de modos de produção									0
222 - Proteção da biodiversidade doméstica									0
224 - Conservação do solo									0
24 - Intervenções Territoriais Integradas							0	5.077.183	10.162.063
24 - Intervenções Territoriais Integradas							0	467.251	919.307
TRANSITADOS	84.318.830	38.868.893							123.187.723
TOTAL	84.318.830	69.632.135	46.740.919	59.121.755	68.548.281	70.898.981	69.140.887	65.769.070	534.170.859

Fonte: IFAP - dados reportados a 30.04.2015